



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

DÉBORA NUNES DE SÁ

PAISAGENS CONSTRUÍDAS:
A FLORESTA COM ARAUCÁRIAS NA FRONTEIRA ENTRE
ARGENTINA E BRASIL (1895-2000)

FLORIANÓPOLIS

2023

Débora Nunes de Sá

PAISAGENS CONSTRUÍDAS:
A FLORESTA COM ARAUCÁRIAS NA FRONTEIRA ENTRE
ARGENTINA E BRASIL (1895-2000)

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em
História da Universidade Federal de Santa Catarina para
a obtenção do título de Doutora em História.

Orientadora: Profa. Dra. Eunice Sueli Nodari
Coorientador: Prof. Dr. Marcos Gerhardt

Florianópolis

2023

Sá, Débora Nunes de

Paisagens construídas: a Floresta com Araucárias na fronteira entre Argentina e Brasil (1895-2000) / Débora Nunes de Sá ; orientadora, Eunice Sueli Nodari, coorientador, Marcos Gerhardt, 2023.

218 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2023.

Inclui referências.

1. História. 2. História Ambiental. 3. História Global. 4. Floresta com Araucárias. 5. Fronteira. I. Nodari, Eunice Sueli. II. Gerhardt, Marcos . III. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. IV. Título.

Débora Nunes de Sá

Paisagens Construídas: a Floresta com Araucárias na fronteira entre Argentina e Brasil (1895-2000)

O presente trabalho em nível de doutorado foi avaliado e aprovado, em 11 de abril de 2023, pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof.^a Dr.^a: Samira Peruchi Moretto
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.^a Dr.^a: María Angelica Amable
Instituto Superior Antônio Ruiz de Montoya – Argentina

Prof. Dr.: Rogério Ribeiro de Oliveira
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Prof. Dr.: Edmilson Jorge Ramos Brandão
Faculdade da Associação Brasileira de Educação – Marau

Prof. Dr.: Fabio Augusto Morales (suplente)
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr.: Marlon Brandt (suplente)
Universidade Federal da Fronteira Sul

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de Doutora em História.

Coordenador do Programa de Pós-Graduação

Prof.^a. Dr.^a. Eunice Sueli Nodari
Orientadora

Prof. Dr. Marcos Gerhardt
Coorientador

Florianópolis, 2023.

Este trabalho é dedicado com todo carinho ao amigo e historiador
Lucas Mores (*in memoriam*) que nos deixou cedo demais.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, com muito carinho, à orientadora Profa. Dra. Eunice Sueli Nodari e ao coorientador Prof. Dr. Marcos Gerhardt pelos diálogos, contribuições e incentivos para o desenvolvimento desta pesquisa; aos professores e professoras do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina; aos professores, Samira Peruchi Moretto, Elenita Malta Pereira e João Klug. Agradeço aos professores e professoras da banca de defesa pela leitura e sugestões.

À Coordenação de Pessoal de Nível Superior – CAPES pela bolsa de estudo concedida e ao Programa de Doutorado Sanduiche no Exterior, que tornaram possível a execução desta pesquisa.

Deixo registrado um agradecimento especial aos que, em território argentino, contribuíram para a pesquisa. Em Misiones, Posadas, agradeço cito a Maria Angélica Amable do Instituto Superior Antonio Ruiz de Montoya, Alan Benitez e ao Reynaldo Martinez do Ministerio de Ecología y Recursos Naturales Renovables de Misiones e a Alba Ibarrola do Archivo General de la Gobernación de Misiones. Em Montecarlo, agradeço a Martin Pínazo e Maria Gauchat do Instituto Nacional de Tecnologia Agropecuaria. Em San Pedro, a todos e todas guardaparques que ali cumprem a função de proteger a Selva Misionera, em especial: Abel Gerber, Claudio Cardozo, Edgardo Taron, Federico Javier García, Jorge Bondar, Leonardo Rojas, Lorena Habel, Mariana Palma e Mirta Carballo. À Elizabete Shoffner, que acompanhou parte das aventuras em terras misioneras. Também ao professor Román Rios.

Em Buenos Aires, a Marina Miraglia da Universidad Nacional de General Sarmiento, que auxiliou e orientou esta pesquisa no exterior no período da bolsa PDSE, muito obrigada! Deixo meu reconhecimento a Norma H. Piz do Centro de Documentación e Información Forestal Lucas Tortorelli. De Buenos Aires, agradeço pelo encontro com os colegas brasileiros, Denise Marini Pereira, Iago Moura Melo dos Santos, Paula Franco e Pedro Alves Castro, que se constituíram em grandes amigas. A experiência de viver na cidade portenha junto de vocês foi muito mais gratificante e alegre.

Em Guarujá do Sul, agradeço a Claudio Weschenfelder, Claudete Mattos e Francisco Junior Mattos.

Agradeço aos amigos e amigas que, de uma maneira ou outra, acompanharam os longos cinco anos deste trabalho, sempre com palavras de apoio e motivação, em especial: Adriane Castioni Vedana, Angela Lima, Aline Poloni, Aline Posser, André Pin, Bruna Anacleto, Bruno

Aranha, Candice Campos, Camila Schneider, Cristiane Fonseca, Darlan Damasceno, João Davi Minuzzi, Julia Velasco, Laianny Terrari, Marinilse Maria Busatto, Rudimar Barea.

À Ana e à Carol, pela escuta e acolhida.

Ao Renan Jandir Posser, com todo meu amor, por sempre me incentivar a percorrer novos caminhos e desafios, e principalmente por ser abrigo e proteção nos momentos de vendaval. Grata, por compartilhar a vida com você!

Aos meus pais, Oliva Dalmagro de Sá e Lorival Nunes de Sá, pelo amor, acolhimento e incentivo para estudar, amo vocês. Obrigada por tudo!

RESUMO

A fronteira entre o Extremo-Oeste do estado de Santa Catarina, Brasil e o nordeste da Província de Misiones, Argentina, é marcada pela presença da Floresta com Araucárias. Esta investigação utiliza-se da História Ambiental Global para compreender a construção de distintas paisagens no período de 1895-2000 e realiza avanços e regressões temporais quando necessário. As fontes de pesquisa são de tipologias variadas, como relatos de escritores-viajantes e técnicos, levantamentos florísticos, iconografia, legislação, bem como a própria paisagem. Analisa como, nos dois lados da a fronteira do Estado-nação, definida em 1895, desenvolveram-se usos e políticas públicas em alguns momentos similares e em outros distintas, para uma mesma floresta que ficou sob manejo de ambos os países. Em Misiones, a exploração da *Araucaria angustifolia* levou a espécie a ser declarada como Monumento Natural Provincial em 1986 e, portanto, o seu corte foi proibido. Estuda-se a criação das Áreas Naturais Protegidas em Misiones na região fronteira com o Brasil, sendo: *Parque Provincial de la Araucaria*, *Parque Provincial Cruce Caballero* e o *Parque Provincial El Piñalito*. No Brasil, a exploração da Floresta com Araucária, teve seu ápice nas décadas de 1950-70 e levou à proibição do corte da espécie, o que ocorreu em 2001, momento em que se encontrava ameaçada de extinção. Conclui que a paisagem de fronteira com Floresta com Araucárias entre Brasil e Argentina é marcada pela ação antrópica ligada à atividade econômica, às políticas públicas aplicadas pelos respectivos países ao longo do tempo e por um intenso contraste de paisagens nos dois lados dessa fronteira. Os remanescentes conservados na região fronteira, sobretudo em território argentino, são importantes para pesquisa *in situ* e para a conservação da biodiversidade global. Depreende também a importância dos esforços e projetos para a conservação da espécie e a necessidade de políticas públicas integradoras entre Brasil e Argentina para proteger e restaurar a Floresta com Araucárias, ecossistema de importância global para diferentes formas de vida, humanas ou não.

Palavras-chave: *Araucaria angustifolia*. Fronteira. Argentina. Brasil. História Ambiental.

ABSTRACT

The far-west border between the State of Santa Catarina, Brazil, and the northeast of the Misiones Province, Argentina, stands out for the presence of an *Araucaria* pine tree forest. This investigation uses the Global Environmental History to understand the development of a variety of landscapes between the years of 1825 and 2000, and it goes back and forth in time when necessary. The sources for the research are of varied typologies, such as reports by traveler-writers and technicians, floristic surveys, iconography, legislation, as well as the landscape itself. It analyzes how, in both sides of the border of the Nation-States, which was defined in 1895, usages and public policies were established which were in times similar and in other times distinct, for the same forest comes into the jurisdiction of both countries. In Misiones, for example, the exploration of the *Araucaria angustifolia* saw the species to be declared Provincial Natural Monument in 1986 and, as such, its extraction became prohibited. The creation of Natural Protected Areas in Misiones, in regions that make border with Brazil, are under study. They are: *Parque Provincial de la Araucaria*, *Parque Provincial Cruce Caballero* and the *Parque Provincial El Piñalito*. In Brazil, the exploration of *Araucaria* pine tree forest was at its peak between the decades of 1950s and 1970s, and it also led to the prohibition of the extraction of the species, which occurred in 2001, when the tree was already endangered. It is concluded that the *Araucaria* pine tree forest landscape in the border between Brazil and Argentina is marked by anthropic actions connected to economic activities, to public policies enforced in both countries through the time, and by an intense contrast between the landscapes in both sides of the border. The preserved remainders in the border region, especially in Argentinian territory, are important for *in situ* research and for the preservation of the global biodiversity. It is also inferred the importance of efforts and projects to preserve the species and the need of merged public policies between Brazil and Argentina in order to protect and restore the *Araucaria* pine tree forest, an ecosystem with global relevance for different forms of life, whether they are human or not.

Keywords: *Araucaria angustifolia*. Border. Argentina. Brazil. Environmental History.

RESUMEN

La frontera entre el Extremo Oeste del estado de Santa Catarina, Brasil, y el noreste de la Provincia de Misiones, Argentina, está marcada por la presencia de la Floresta con Araucarias. Esta investigación utiliza la Historia Ambiental Global para comprender la construcción de distintos paisajes en el período de 1895-2000 y realiza avances y regresiones temporales cuando es necesario. Las fuentes de investigación son de tipologías variadas, como relatos de escritores-viajeros y técnicos, levantamientos florísticos, iconografía, legislación, así también el propio paisaje. Analiza cómo, a ambos lados de la frontera de los Estados nacionales, definida en 1895, se desarrollaron usos y políticas públicas en algunos momentos similares y en otros distintos, para una misma floresta que quedó bajo manejo de ambos países. En Misiones, la explotación de la *Araucaria angustifolia* llevó a declarar la especie como Monumento Natural Provincial en 1986 y, por lo tanto, su corte fue prohibido. Se estudia la creación de las Áreas Naturales Protegidas en Misiones en la región fronteriza con Brasil, que son: *Parque Provincial de la Araucaria*, *Parque Provincial Cruce Caballero* y el *Parque Provincial El Piñalito*. En Brasil, la explotación de la Floresta con Araucarias, tuvo su cúspide en las décadas de 1950-70 y también llevó a la prohibición del corte de la especie, lo que ocurrió en 2001, momento en que se encontraba amenazada de extinción. Se concluye que el paisaje de frontera con Floresta con Araucarias entre Brasil y Argentina está marcado por la acción antrópica ligada a la actividad económica, por las políticas públicas aplicadas por sus respectivos países a lo largo del tiempo y por un intenso contraste de paisajes a ambos lados de esa frontera. Los restos conservados en la región fronteriza, sobre todo en territorio argentino, son importantes para la investigación *in situ* y para la conservación de la biodiversidad global. Se entiende también la importancia de los esfuerzos y proyectos para la conservación de la especie y la necesidad de políticas públicas integradoras entre Brasil y Argentina para proteger y restaurar la Floresta con Araucarias, ecosistema de importancia global para diferentes formas de vida, humanas o no.

Palabras clave: *Araucaria angustifolia*. Frontera. Argentina. Brasil. Historia Ambiental.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Imagem de satélite da fronteira Argentina e Brasil, 2022.....	20
Figura 2 – Floresta com Araucárias, Misiones,1898.....	60
Figura 3 – Aéreo-carril	61
Figura 4 – <i>Araucaria angustifolia</i> e <i>Ilex paraguariensis</i> em Campiñas de Américo, 1899	64
Figura 5 – Morfologia da <i>Araucaria angustifolia</i> , <i>Flora brasiliensis</i> , 1863.....	69
Figura 6 – Registro de espécimes de <i>Araucaria angustifolia</i> , Província do Paraná, séc. XIX .	76
Figura 7 – Croqui de localização dos núcleos familiares, San Pedro, 193?	91
Figura 8 – Posição de uma araucária entre outras espécies, San Pedro, década de 1930.....	92
Figura 9 – <i>Araucaria angustifolia</i> no entorno de San Pedro, Misiones, Argentina	95
Figura 10 – Vista de parte do pinhal e da serraria localizados em San Antonio, Misiones, Argentina, 1946	97
Figura 11 – Floresta com Araucárias em Misiones, 1951	100
Figura 12 – Destacamento de Gendarmaria em San Pedro	106
Figura 13 – “Carga de Araucária, Tobuna”, 1959	110
Figura 14 – “Carga de Araucaria, Tobuna”, 1959.....	112
Figura 15 – “Carga de Araucaria, Tobuna”, 1959.....	113
Figura 16 – “Transporte de carga de Araucária em Tobuna”, San Pedro, 1959	114
Figura 17 – “Fábrica Terciados Paraíso S.R.L”	116
Figura 18 – Floresta com Araucárias no Parque Provincial Cruce Caballero.....	151
Figura 19 – Angriman Ovideo S.A, Piñalito, San Pedro, Misiones, Argentina	154
Figura 20 – “Enfrentando o Machado”	156
Figura 21 – Fragmento de 10.000 acres de floresta em Piñalito, Misiones, Argentina.....	157
Figura 22 – Madeireira Zimmer, 195?, Santa Catarina	174
Figura 23 – Guarujá do Sul, Avenida João Pessoa, início da década de 1960	179

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Floresta com Araucárias em Misiones em terras fiscais, Aristóbulo del Valle e San Pedro, 1960.....	105
Tabela 2 – Floresta com Araucárias em Misiones em terras fiscais, Chacras e Quintas de Bernardo de Irigoyen e Colônia General Manuel Belgrano, 1960	107

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Área de ocorrência da Floresta com Araucárias na América	18
Mapa 2 – Área de ocorrência <i>Araucaria angustifolia</i>	19
Mapa 3 – Área de ocorrência da <i>Araucaria araucana</i> na Argentina e Chile.....	33
Mapa 4 – Território em disputa entre Argentina e Brasil durante 1857 a 1895	41
Mapa 5 – Limites entre Brasil e Argentina desde 1895	43
Mapa 6 – Ecorregiões da República Argentina	47
Mapa 7 – Distribuição da área da Selva Paranaense pela Província de Misiones.....	49
Mapa 8 – Distribuição geográfica da <i>Araucaria angustifolia</i> , de acordo com Giacobbi, 1937-89	
Mapa 9 – Distribuição geográfica da <i>Araucaria angustifolia</i> na Argentina, de acordo com Ragonese e Castiglione, 1946.....	94
Mapa 10 – Distribuição geográfica da <i>Araucaria angustifolia</i> na Argentina, de acordo com Cozzo (1960)	103
Mapa 11 – Localização das Reservas de Sementes, Departamento de San Pedro, Província de Misiones, 1977	132
Mapa 12 – Localização Parques Provinciais de la Araucaria, Cruce Caballero e Piñalito	140
Mapa 13 – Localização dos Bairros Viruplac e Irrazabal, San Pedro, Misiones, Argentina .	143
Mapa 14 – Pressão Antrópica sobre o Parque Provincial de la Araucaria	147
Mapa 15 – Parque Provincial Cruce Caballero e Reserva Natural Privada Valle de la Alegria	152
Mapa 16 – Áreas Naturais Protegidas de Misiones.....	161
Mapa 17 – Área contestada entre Paraná e Santa Catarina na Guerra do Contestado	165
Mapa 18 – Distribuição fitogeográfica de Santa Catarina.....	166
Mapa 19 – Planta das Terras da Madeireira Santo Antonio Ltda.....	176
Mapa 20 – Dionísio Cerqueira e Guarujá do Sul no Extremo-Oeste de Santa Catarina	178
Mapa 21 – Fronteira Brasil e Argentina, 2023	190

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Superfície plantada com espécies arbóreas na Província de Misiones por ano, 1953-1979	134
---	-----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMIRBY	Área de Manejo Integral Reserva de Biosfera Yaboty
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CONSEMA	Conselho Estadual do Meio Ambiente
DAP	Diâmetro à altura do peito
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FUNATURA	Fundação Pró-Natura
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
INP	Instituto Nacional do Pinho
INTA	Instituto Nacional de Tecnologia Agropecuária
IUCN	<i>International Union for Conservation of Nature and Natural Resources</i>
OEA	Organização dos Estados Americanos
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
UCR	União Cívica Radical

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	18
1	A <i>ARAUCARIA ANGUSTIFOLIA</i> NA FRONTEIRA BRASIL-ARGENTINA NO SÉCULO XIX	31
1.1	ASPECTOS DA <i>ARAUCARIA ANGUSTIFOLIA</i>	31
1.2	A DEFINIÇÃO DE LIMITES E A CONSTRUÇÃO DA FRONTEIRA ENTRE BRASIL E ARGENTINA, 1895	36
1.3	APRESENTANDO A SELVA PARANAENSE, ARGENTINA	46
1.4	FLORESTA COM ARAUCÁRIAS DE MISIONES NA VISÃO DE TRÊS ESCRITORES-VIAJANTES DO SÉCULO XIX: JUAN BAUTISTA AMBROSETTI, FLORENCIO DE BASALDÚA E CARLOS BURMEISTER..	55
1.5	FLORESTA COM ARAUCÁRIAS NO SUL DO BRASIL NA VISÃO DE ESCRITORES-VIAJANTES DO SÉCULO XIX	65
2	EXPLORAÇÃO E TRANSFORMAÇÕES NA FLORESTA COM ARAUCÁRIAS NO SÉCULO XX	79
2.1	SUL DO BRASIL: MIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO NA FLORESTA COM ARAUCÁRIAS	79
2.2	MISIONES: MIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO NA FLORESTA COM ARAUCÁRIAS	85
2.3	A EXPLORAÇÃO ECONÔMICA DA FLORESTA COM ARAUCÁRIAS EM MISIONES: 1920-1960	88
3	FLORESTA COM ARAUCÁRIAS NA PROVÍNCIA DE MISIONES/ARGENTINA: ENTRE POLÍTICAS E INTENTOS DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	118
3.1	PROVINCIALIZAÇÃO DE MISIONES, DITADURAS MILITARES E A LEGISLAÇÃO PARA A ARAUCÁRIA: 1953-1988	118
3.2	PARQUE PROVINCIAL DE LA ARAUCARIA.....	140
3.3	PARQUE PROVINCIAL CRUCE CABALLERO.....	149
3.4	PARQUE PROVINCIAL EL PIÑALITO.....	153

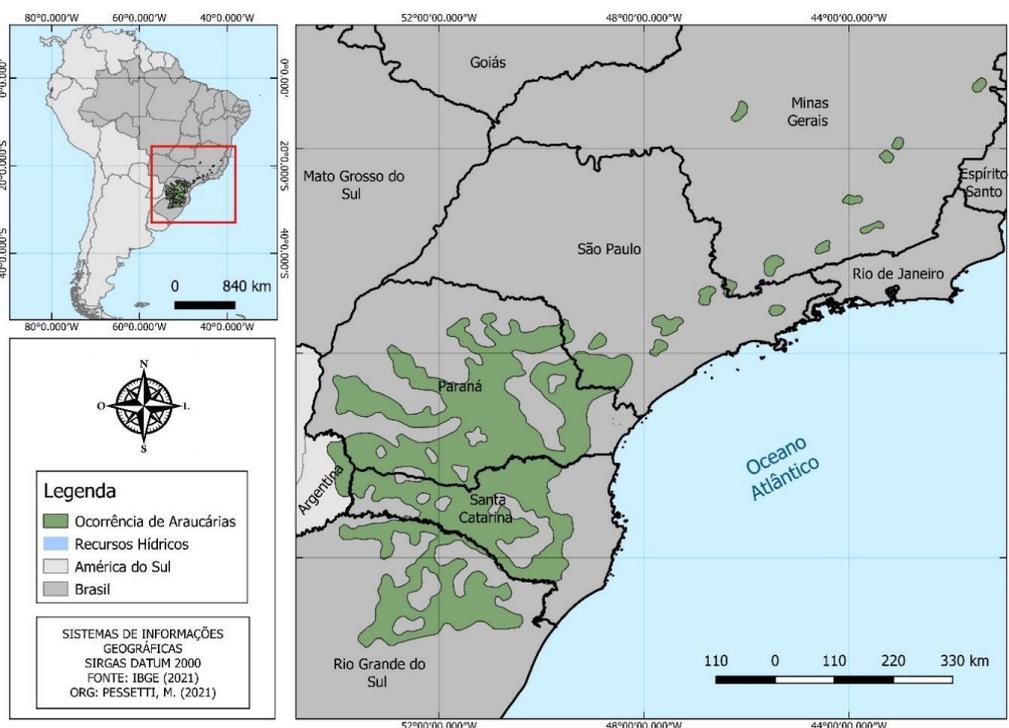
4	A FLORESTA COM ARAUCÁRIAS NO SUL DO BRASIL: EXPLORAÇÃO, POLÍTICAS E INTENTOS DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL.....	163
4.1	EXTREMO OESTE CATARINENSE: A FLORESTA COM ARAUCÁRIAS EM GUARUJÁ DO SUL NO SÉCULO XX	163
4.2	ASPECTOS DA LEGISLAÇÃO NO BRASIL PARA A ARAUCÁRIA	181
4.3	PLANTAR ARAUCÁRIA PARA CONSERVAR A ESPÉCIE	191
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	195
	REFERÊNCIAS.....	198
	FONTES	210

INTRODUÇÃO

A presente tese se desenvolve no âmbito da História Ambiental Global e tem como objeto de análise as diferentes paisagens que constituem a área de ocorrência da Floresta com Araucárias em cada lado da atual fronteira entre a Argentina e o Brasil. O problema de pesquisa é apresentado na pergunta: como se (re)construiu a paisagem da região de fronteira político-administrativa entre Brasil e Argentina, antes marcada pelo predomínio da *Araucaria angustifolia*? O objetivo é identificar e analisar como esses dois estados nacionais conduzem as políticas públicas, as práticas de conservação de remanescentes florestais e os processos de construção e reconstrução das paisagens com a presença da araucária, no período de 1895 a 2000.

A partir do Mapa 1, é possível observar a distribuição fitogeográfica da *Araucaria angustifolia* na América, que contempla o que atualmente é parte do nordeste da Argentina e do Sul do Brasil:

Mapa 1 – Área de ocorrência da Floresta com Araucárias na América



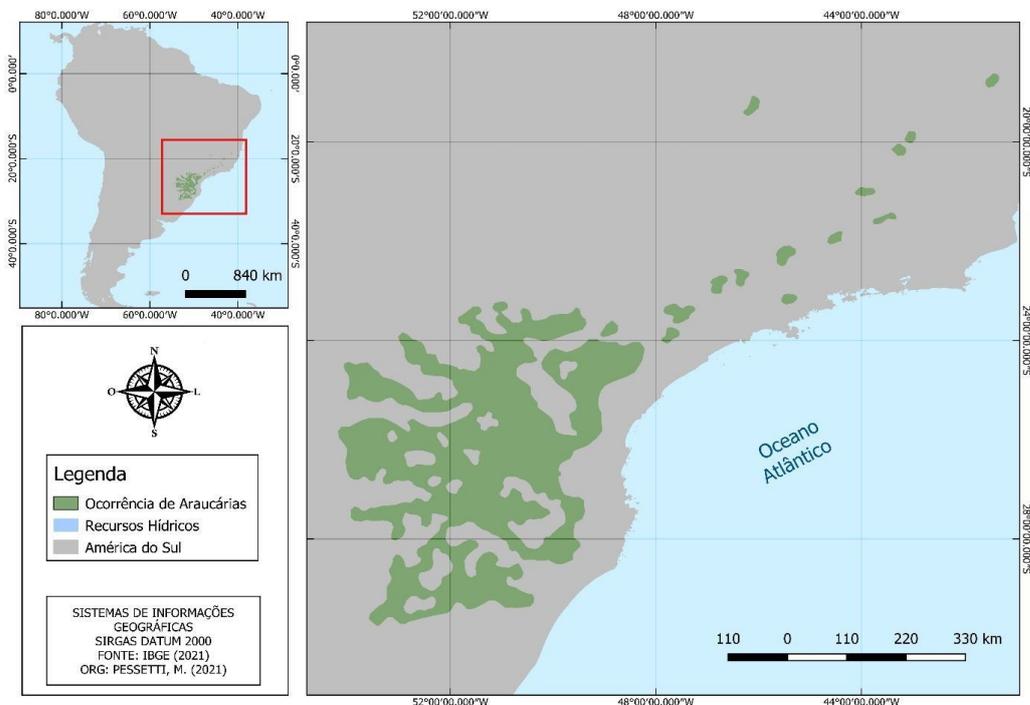
Fonte: Mateus Pessetti e Débora Nunes de Sá¹, com base em Hureck (1953)².

¹ PESSETTI, Mateus; SÁ, Débora Nunes de. *Área de ocorrência Araucaria angustifolia*. [S.l.], [S.n.]. 1 mapa, color., [Mapa elaborado para esta tese].

² HUECK, Kurt. Distribuição e Habitat Natural do Pinheiro do Paraná (*Araucaria angustifolia*). *Boletim da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo. Botânica*, São Paulo, v. 10, p. 5-24, nov. 1953.

O Mapa 1 representa parte do recorte espacial desta pesquisa, pois exhibe as linhas demarcatórias entre Argentina e Brasil que delimitam o uso, a ocupação e as políticas públicas implementadas por cada país, afetando diretamente – de formas e por intensidades variadas – a floresta, a sociedade humana que vive na região e a biodiversidade ali existente. Em outros momentos da pesquisa, todavia, ultrapassa-se essas delimitações e representações dos Estados Nacionais e adota-se como unidade de análise a distribuição da *Araucaria angustifolia*, como representado no Mapa 2. Na referida imagem, as linhas demarcatórias de países e estados/províncias foram suprimidas, com o objetivo de representar a floresta como um todo, desconsiderando os limites geopolíticos contemporâneos instituídos pelas sociedades humanas.

Mapa 2 – Área de ocorrência *Araucaria angustifolia*



Fonte: Mateus Pessetti e Débora Nunes de Sá³, com base em Hureck (1953)⁴.

O recorte espacial, portanto, não é preestabelecido, mas parte de uma escolha estratégica. Trata-se de utilizar diferentes escalas de observação que permitem analisar e identificar conjuntos de transformações nas paisagens, bem como problemas socioambientais comuns, vinculadas à conservação de remanescentes da Floresta com Araucárias em um espaço de fronteira que impõe limites, mas que também traz possibilidades de movimento e interação.

³ PESSETTI, Mateus; SÁ, Débora Nunes de. *Área de ocorrência *Araucaria angustifolia**. [S.l.], [S.n.]. 1 mapa, color., [Mapa elaborado para esta tese].

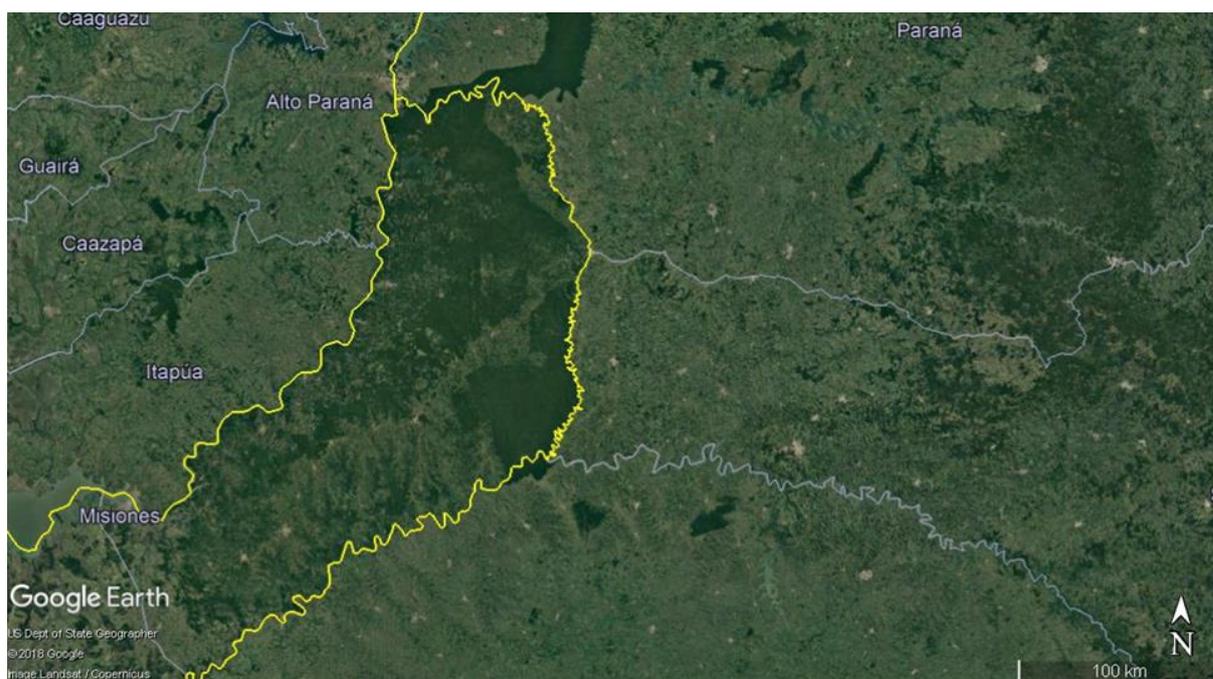
⁴ HUECK, Kurt. Distribuição e Habitat Natural do Pinheiro do Paraná (*Araucaria angustifolia*). *Boletim da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo. Botânica*, São Paulo, v. 10, p. 5-24, nov. 1953.

Para isso, utiliza-se um “jogo de escalas”⁵, que, conforme necessário, amplia ou reduz a amplitude de análise, como bem defendeu o historiador francês Bernard Lepetit:

Se existem escalas mais pertinentes que outras para desenvolver certas problemáticas e testar certas hipóteses, é preciso tentar, para cada tema particular, estabelecer tão sistematicamente quanto possível as consequências provocadas pelas variações de escala do campo escolhido sobre o conteúdo das grades explicativas⁶.

As florestas que se encontram em cada lado distinto da fronteira política entre Argentina e Brasil, apesar de possuírem características biofísicas comuns, viveram processos políticos, econômicos e ambientais, muitas vezes, semelhantes e conectados. Em outras vezes, observa-se processos distintos e resultantes das políticas nacionais implantadas pelos países em cada lado de sua fronteira. Tais políticas públicas podem resultar em paisagens dessemelhantes, o que, nesta pesquisa, é rapidamente perceptível ao se observar a imagem de satélite da Figura 1.

Figura 1 – Imagem de satélite da fronteira Argentina e Brasil, 2022



Fonte: Elaborado pela autora a partir de Google Maps, 2022.

Na Figura 1, nota-se como as atuais paisagens são muito diferentes na cobertura vegetal nos dois lados da fronteira entre o nordeste da Província de Misiones na Argentina e o Sul do Brasil. Conforme o historiador britânico Simon Schama, que se dedica ao estudo do tema: “Até mesmo as paisagens que parecem mais livres de nossa cultura, a um exame mais atento, podem

⁵ LEPETIT, B. Sobre a escala na história. In: JACQUES, R. (Org.). Jogos de escala: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 77–102.

⁶ Ibid., p. 101.

revelar-se como seu produto”⁷, visto que natureza e cultura, embora pareçam dicotômicas, são “inseparáveis”⁸ e integradas. A paisagem se constitui, portanto, da associação entre o cultural e o natural, por meio de marcas deixadas pela ação humana desde “[...] toda a nossa existência social”⁹. Nesse sentido, o geógrafo Rogério Ribeiro de Oliveira e a bióloga Rita Montezuma lembram que “[...] muitos dos processos históricos que produziram as atuais paisagens são ainda correntes” e estão em constante transformação¹⁰. Os também geógrafos Alexandro Solórzano, Gabriel Paes S. Sales e Rafael da Silva Nunes afirmam que “Atualmente vivemos em um período de intensas transformações relativas à intensificação das atividades humanas no espaço, com marcas e legados impressos no ambiente desde a escala local até a escala global”¹¹. Resulta daí a importância de se compreender as marcas da sociedade impressas na paisagem, bem como de “perceber a reprodução de valores culturais de cada período histórico, impressos na sua forma, estrutura e composição, criando rearranjos espaciais das populações humanas e das demais espécies”¹².

É nessa seara que esta pesquisa se propõe a analisar como a fronteira do estado-nação representa usos de diferentes áreas com as mesmas características fitogeográficas e como esses usos podem levar à redução e à fragmentação de determinadas paisagens (e ecossistemas) ou a conservação delas ao longo do tempo. Quanto às práticas de conservação de remanescentes da Floresta com Araucárias, nas proximidades da fronteira política da Argentina com o Brasil, estuda-se a instituição na década de 1990 dos parques provinciais *la Araucaria*, *Cruce Caballero* e *Piñalito*, na província de Misiones¹³.

O recorte temporal da pesquisa leva em consideração processos históricos da Argentina e do Brasil entre os anos de 1895 e 2000. O início, em 1895, foi quando a Questão de Misiones ou de Palmas, disputa pela posse de terras localizadas a oeste de Santa Catarina e Paraná com a Província de Misiones na Argentina, ficou resolvida pelo presidente norte-americano Grover Cleveland, emitindo parecer favorável ao Brasil. O final temporal, por sua vez, foi o ano 2000, com a instituição, no Brasil, do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza

⁷ SCHAMA, S. **Paisagem e memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 20.

⁸ *Ibid.*, p. 17.

⁹ *Ibid.*

¹⁰ OLIVEIRA, R. R.; MONTEZUMA, R. M. História Ambiental e Ecologia da Paisagem. **Mercator**, v. 9, n. 19, p. 117-128, 2010, p. 118.

¹¹ SOLÓRZANO, A.; SALES, G. P. da S.; NUNES, R. da S. O Legado Humano na Paisagem do Parque Nacional da Tijuca: Uso, Ocupação e Introdução de Espécies Exóticas. **Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science**, v. 7, n. 3, p. 43–57, 2018. p. 44.

¹² *Ibid.*, p. 45.

¹³ O processo histórico de instituição destes parques provinciais é tema do capítulo quatro desta tese intitulado: Floresta com Araucária na Província de Misiones/Arg: entre políticas e intentos de conservação ambiental.

(SNUC). Vale ressaltar que, no mesmo período, os Parques Provinciais constituídos em áreas com presença de *Araucaria angustifolia* na Argentina se encontravam constituídos. Esse recorte permite identificar as transformações ocorridas nas paisagens fronteiriças por meio das políticas públicas implementadas pelo Brasil e Argentina ao longo do tempo. Isso não significa, todavia, que, em certos momentos da pesquisa, haja uma regressão ou avanço no recorte estabelecido.

Timo Myllyntaus, historiador finlandês que se dedica à História Ambiental Global, parte da premissa de que, assim como o artesão utiliza ferramentas para confeccionar seus artefatos, a História, enquanto disciplina, precisa e combina diversas ferramentas que permitem organizar, conectar e interpretar fontes e dados variados. Historiadores e historiadoras, dessa maneira, podem utilizá-las para “[...] analisar fontes primárias e outras evidências em sua busca por soluções para suas questões e argumentos de pesquisa, bem como quando dão expressão a seus conhecimentos e interpretações”¹⁴. As fontes, para historiadores/as, são de singular importância, assim como é o bisturi ao médico-cirurgião.

A coleta e seleção das fontes para esta pesquisa percorreu dois importantes caminhos que merecem destaque: o primeiro foi pela *tierra colorada* na província de Misiones, entre 2018-2019; o segundo, em Buenos Aires, entre 2021-2022. Em 2018, em Posadas, capital provincial de Misiones, relatórios técnicos sobre a Selva Paranaense, inventários florísticos realizados por botânicos fitogeógrafos argentinos e brasileiros, assim como recortes da imprensa periódica foram coletadas na *Eco biblioteca do Ministerio de Ecología y Recursos Naturais Renovables de Misiones*, no *Archivo Histórico de la Gobernación de Misiones*, também no *Archivo de la Junta de Estudios Históricos de Misiones*, na *Biblioteca do Instituto Superior Antonio Ruiz de Montoya* e na *Biblioteca Clotilde Gonzáles de Fernández*.

Em 2019, também na Província de Misiones, no Departamento de Montecarlo, municipalidade de nome homônimo, no arquivo e biblioteca do *Instituto Nacional de Tecnología Agropecuaria* (INTA) da República Argentina, foram coletados relatos de escritores-viajantes e técnicos, censos oficiais e dados estatísticos. Mapas e outros documentos oficiais foram coletados no *Campo Experimental General Manuel Belgrano*, localizado no Departamento de General Manuel Belgrano, municipalidade de San Antonio. No Departamento de San Pedro, a coleta de fontes ocorreu na municipalidade de San Pedro, na *Eco biblioteca y Archivo da Área de Manejo Integral de la Reserva da Biosfera Yaboty* (AMIRBY) e na *Eco biblioteca del Instituto Superior de Guardaparques*. Ressalta-se a relevância do repositório

¹⁴ MYLLYNTAUS, T. **Thinking Through the Environment: Green Approaches to Global History**. Cambridge: The White Horse Press, 2011. p. 1.

fotográfico “*A história de San Pedro en fotos*”¹⁵, que possui cerca de 3.129 fotografias digitalizadas – o qual foi em parte disponibilizado para o desenvolvimento desta pesquisa – do *Museo Cacique Bonifácio Maidana* em conjunto com a *Biblioteca Popular Thay Morgenstern*.

Além disso, a pesquisa de campo em Misiones realizou-se no *Parque Provincial de La Araucaria*, no *Parque Provincial Cruce Caballero* e no *Parque Provincial El Piñalito*, localizados no Departamento de San Pedro. Buscou-se materiais, ainda, no *Campo Experimental General Manuel Belgrano*, na municipalidade de San Antonio, Departamento de General Manuel Belgrano. Nessas áreas, além da coleta de fontes documentais, foi possível realizar trilhas guiadas pelos fragmentos de Selva Paranaense com Floresta com Araucárias que ali se encontram. Foi possível observar, ademais, as diversas paisagens resultantes de uma gama de dinâmicas sociais e culturais, pois, conforme o historiador ambiental José Augusto Drummond, “o trabalho de campo serve para identificar as marcas deixadas na paisagem pelos diferentes usos humanos, marcas essas que nem sempre constam de documentos escritos”¹⁶. Isso permitiu um olhar e uma interpretação diferentes daqueles que somente a leitura das fontes documentais e artigos proporcionariam. Essa experiência de campo, depreendida em 2018-2019, corrobora o que Rogério Ribeiro de Oliveira, Marcela Kropf e Adi Ruíz defendem. Os autores salientam que o trabalho de campo permite se deslocar do trabalho intelectual para o tangível e mesmo “[...] sem escavar uma carvoaria ou derrubar uma árvore, a vivência do pesquisador de história ambiental no campo influi inexoravelmente nas visões de pesquisa, ganhando uma maior empatia com os sujeitos estudados”¹⁷.

O segundo momento da pesquisa foi em Buenos Aires, na Argentina, no período de outubro de 2021 a março de 2022, viabilizado pela bolsa de estudos concedida pela CAPES, através do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE). A instituição receptora foi a *Universidad Nacional de General Sarmiento*, localizada em Los Polvorines, na grande Buenos Aires. As atividades foram supervisionadas pela geógrafa Dra. Marina Miraglia. Durante esse período, a pesquisa de campo precisou se adequar às conjunturas impostas globalmente pela pandemia de Coronavírus (COVID-19), que restringiu a circulação de pessoas. Em Buenos Aires, o acesso a arquivos e bibliotecas foi, majoritariamente, restrito. Por

¹⁵ O repositório é resultado do projeto coordenado pela guardaparque Mariana Palma entre 2017-18, período em que as fotografias foram coletadas, digitalizadas e organizadas em coleções.

¹⁶ DRUMMOND, J. A. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. *Estudos Históricos*, v. 4, n. 8, p. 177-197, 1991. p. 184.

¹⁷ OLIVEIRA, R. R.; KROPF, M. S.; RUÍZ, A. E.-L. Uma armadilha na história ambiental: o trabalho humano oculto na paisagem. In: MIRAGLIA, M.; FRANÇA, A. M. (Orgs.). *Paisaje y patrimonio: impresiones en el ambiente natural*. Quilmes: Ayelen Dichdji; Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Teseopress, 2021. p. 149-181. p. 176.

isso, considerável parte das atividades foram desenvolvidas na *Biblioteca Nacional Mariano Moreno*, na *Biblioteca Nacional de Maestras e Maestros* e no *Centro de Documentación Ing. Lucas A. Tortorelli*, localizado nas dependências do Ministério de Agricultura da Argentina.

No Brasil, pesquisas bibliográficas e teórico-metodológicas foram realizadas presencialmente na Biblioteca Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina e na Biblioteca da Universidade de Passo Fundo. Coleta de fontes foram realizadas nos órgãos municipais de Guarujá do Sul, município que se localiza no extremo-oeste catarinense. Foram buscados, ademais, arquivos on-line de domínio público, como a Biblioteca Nacional Digital¹⁸, Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional Digital¹⁹, Biblioteca do Senado Federal²⁰, na Rede MapBiomass²¹, no Portal da Legislação²², Centro de Referência em Informação Ambiental²³, entre outros espaços digitais.

Interpreta-se e analisa-se as fontes coletadas pelo viés da História Ambiental que, de acordo com o historiador ambiental norte-americano Donald Worster, conta a história “[...] de um ambiente biofísico em transformação, alterado pelas forças da natureza e da tecnologia trabalhando conjuntamente, em uma complicada dialética”²⁴. Tal disciplina, assevera o historiador britânico David Blackbourn “trouxe novas questões sem desviar as levantadas por historiadores políticos, sociais e culturais”²⁵, pois “reúne muitos domínios da experiência humana”²⁶. Por isso, estudar o ambiente na história “[...] abre novas fronteiras para os historiadores”²⁷ e historiadoras. Leal, Soluri e Pádua ratificam essa perspectiva ao afirmarem que os historiadores ambientais “buscan formular preguntas y proponer actores y marcos

¹⁸ BRASIL. **Biblioteca Nacional Digital Brasil**, 2020. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/>. Acesso em: 15 fev. 2020a.

¹⁹ BRASIL. **Biblioteca Nacional Digital Brasil**, 2020. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 28 mar. 2021b.

²⁰ BRASIL, S. F. **Biblioteca do Senado Federal**, 2020. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/>. Acesso em: 15 fev. 2021.

²¹ CLIMA, O. do. **MapBiomass**, 2019. Disponível em: <https://mapbiomas.org/>. Acesso em: 10 jan. 2021.

²² BRASIL. **Portal da Legislação**, 2020. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/>. Acesso em: 20 abr. 2022c.

²³ CRIA. **Centro de Referência em Informação Ambiental**, 2005. Disponível em: <http://florabrasiliensis.cria.org.br/>. Acesso em: 20 maio 2022.

²⁴ WORSTER, D. A natureza e a desordem na história. In: FRANCO, J. L. de A. *et al.* (Orgs.). **História Ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. p. 367–384.

²⁵ BLACKBOURN, D. História Ambiental e Outras Histórias. In: COULTER, K.; MAUCH, C. (Orgs.). **O Futuro da História Ambiental: necessidade e oportunidades**. Munique: **Rachel Carson Center Perspectives**, 2011. p. 26.

²⁶ *Ibid.*

²⁷ *Ibid.*, p. 25.

explicativos novos”²⁸, sem excluir, no entanto, recortes clássicos, como a formação do estado-nação, mudanças tecnológicas, entre outras, as quais, na História Ambiental, são abordadas sob nova perspectiva²⁹. Nessa disciplina, portanto, historicizam-se o que Worster chama de as “relações que as pessoas (definidas como indivíduos, sociedades ou culturas) mantêm com o restante da natureza”³⁰.

Essas relações se constituem em razão de que “a natureza viva, apesar de todos os seus conflitos particulares e individualistas, funciona com base no princípio da interdependência”³¹. A História Ambiental é, portanto, caminho para analisar as complexas dinâmicas entre humanos e não humanos ao longo do tempo. O estudo do ambiente biofísico, interdependências e interações entre sociedade e natureza, torna-se possível principalmente por meio do diálogo que se estabelece entre a disciplina da História e outras, tais como, a Geografia, Ecologia, Arqueologia, Dendrologia e a Paleontologia. Esses diálogos produzem uma pesquisa com base interdisciplinar, possibilitando a construção de pontes para aquilo que a historiadora norte-americana Patricia Limerick³² chama de “lamentável divisão” entre as ciências naturais e humanas. Essa divisão, de acordo com o ecólogo francês Jean Paul Deléage, é extremamente “prejudicial à compreensão dos novos problemas que são colocados às nossas sociedades”³³. O historiador ambiental panamense Guilherme Castro Herrera também deixa claras a urgência e a necessidade de pesquisas interdisciplinares para enfrentar a crise ambiental que o planeta vive, apontando como necessário: “[...] a busca de novas formas de diálogo e trabalho entre as ciências humanas e as naturais, encontrando temas e meios imprescindíveis para combiná-las”³⁴.

²⁸ LEAL, C.; SOLURI, J.; PÁDUA, J. A. Introducción. In: LEAL, C.; SOLURI, J.; PÁDUA, J. A. (Orgs.). **Un pasado vivo**. Dos siglos de historia ambiental latinoamericana. Bogotá: GCE, Universidad de los Andes, Facultad de Ciencias Sociales, 2019. p. 12.

²⁹ Ibid.

³⁰ WORSTER, D. The living Earth: History, Darwinian Evolution, and the Grasslands. In: SACKMAN, D. C. (Orgs.). **A companion to American Environmental History**. USA: Blackweel, 2010. p. 51–68. p. 55, tradução livre.

³¹ WORSTER, D. A natureza e a desordem na história. In: FRANCO, J. L. de A. *et al.* (Orgs.). **História Ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. p. 367–384. p. 380.

³² LIMERICK, P. O Restauro da Terra e a Redenção da Profissão Histórica. In: COULTER, K.; MAUCH, C. (Orgs.). **O Futuro da História Ambiental: necessidade e oportunidades**. Munique: Rachel Carson Center Perspectives, 2011. p. 11–15.

³³ DELEAGE, J.-P. **História da ecologia: uma ciência do homem e da natureza**. Portugal: Dom Quixote, 1993. p. 253.

³⁴ HERRERA, G. C. A crise ambiental e as tarefas da história na América Latina. In: SILVA, S. D. *et al.* (Orgs.). **Ensaio em Ciências Ambientais: crises, riscos e racionalidades**. Rio de Janeiro: Garamond, 2016. p. 259.

Para a historiadora ambiental norte-americana Harriet Ritvo³⁵, boa parte das pesquisas em história ambiental “[...] refletem as fronteiras humanas constituídas por nações, línguas e culturas”, o que considera “[...] compreensível, já que a evidência provavelmente reflete fronteiras similares e a interação humana com o ambiente é e foi fortemente influenciada pela lei”³⁶. No entanto, Ritvo aponta que um dos benefícios das pesquisas em História Ambiental é justamente que: “O ambiente por si não está, contudo, constricto a tais limites [fronteiras humanas], pelo que a história ambiental também oferece uma oportunidade pouco usual para os transcender”³⁷. É nessa intersecção que a História Ambiental se encontra com a História Global, alcançando uma escala de análise que permite problematizar questões ambientais comuns a toda sociedade.

O historiador alemão Sebastian Conrad, que se dedica à História Global, defende que ela tem ênfase “[...] nas questões da mobilidade e do intercâmbio, nos processos que transcendem as fronteiras e as barreiras”³⁸, de maneira que “Toma a interconexão global como ponto de partida e faz da circulação e do intercâmbio de coisas, pessoas, ideias e instituições os seus principais objetos de análise”³⁹. A História Global não pretende e não tem o intuito de escrever uma história total ou, como se poderia pensar, uma história completa sobre o planeta. Conrad é claro em explicar que ela é “[...] a procura de um modo de escrever a história sobre espaços demarcados..., mas com a consciência da existência de conexões e de condições estruturais a nível global”⁴⁰. Tais condições, nesse sentido, permitem compreender processos que se desenvolvem em um nível que afeta uma grande coletividade.

Frank Uekoetter, que também se dedica ao tema, argumenta que a História Ambiental possibilita “a oportunidade de tornar a história global mais simples”⁴¹. Sobre isso, ainda reflete que o historiador ou historiadora global estuda diversas instâncias como as políticas e econômicas entre outras, mas que “[...] quando se trata da interação entre o homem e a biosfera, as leis da natureza contribuem para uma boa dose de similaridade em todo o globo”⁴². Por isso, o encontro entre a História Ambiental e a Global possibilita elaborar uma análise que aponte

³⁵ RITVO, H. Horizontes mais amplos? *In*: COULTER, K.; MAUCH, C. (Orgs.). **O Futuro da História Ambiental: necessidade e oportunidades**. Munique: Rachel Carson Center Perspectives, 2011. p. 29–30.

³⁶ *Ibid.*, p. 29.

³⁷ *Ibid.*, p. 30.

³⁸ CONRAD, S. **O que é história global**. Lisboa: Edições 70, 2019. p. 15–16.

³⁹ *Ibid.*, p. 16.

⁴⁰ *Ibid.*, p. 24.

⁴¹ UEKOETTER, F. História Ambiental Globalizante – Novamente? *In*: COULTER, K.; MAUCH, C. (Orgs.). **O Futuro da História Ambiental: necessidade e oportunidades**. Munique: Rachel Carson Center Perspectives, 2011. p. 31–33. p. 32.

⁴² *Ibid.*

para as transformações ambientais que a sociedade – como um todo – vive, independente do Estado-nação em que se localize. A confluência entre as duas áreas é denominada de História Ambiental Global.

Pesquisadores têm contribuído para a compreensão das diversas dinâmicas histórico-ambientais na América. Herrera se dedica a estudar a atual crise global, que, de acordo com ele, pode levar a uma eventual extinção da espécie humana⁴³. Manifesta, nesse sentido, que uma das tarefas da História Ambiental latino-americana é de “[...] facilitar o desenvolvimento da nossa capacidade para trabalhar com o mundo, e não contra ele, na solução dos problemas que a crise coloca”⁴⁴, ampliando o debate entre o Norte-Sul, de maneira que possibilite meios para frear e defrontar a deterioração da biosfera⁴⁵. A historiadora colombiana Claudia Leal, com John Soluri e José Augusto Pádua, organizaram e publicaram a obra *Un pasado vivo: Dos siglos de historia ambiental latino-americana*. O livro é composto por diversos capítulos de pesquisadores que se dedicam à História Ambiental Latino-americana e do Caribe, com investigações que abrangem um recorte temporal desde o século XIX até o presente. Para os organizadores da obra, a História Ambiental na América Latina tem a maior parte das pesquisas voltadas aos séculos XIX e XX. Indicam, nessa ordem, que isso é resultado “[...] en parte a la creciente cantidad de información, que indica una aceleración dramática en las transformaciones ambientales del planeta a partir de 1945”⁴⁶. Pontuam, ademais, que muitos pesquisadores entendem a História Ambiental como “una forma de producción de conocimiento capaz de brindarnos ‘herramientas’ para modificar leyes y orientar la política contemporánea”⁴⁷.

Outra importante referência no âmbito da História Ambiental latino-americana é a coleção História Ambiental Argentina-Brasil⁴⁸, publicada em 2021 e organizada pelas pesquisadoras argentinas Ayelen Dichdji, Marina Miraglia e também por Adrián Gustavo Zarilli, em conjunto com as brasileiras Elenita Malta Pereira e Ana Marcela França. A obra é

⁴³ HERRERA, G. C. A crise ambiental e as tarefas da história na América Latina. In: SILVA, S. D. *et al.* (Orgs.). **Ensaio em Ciências Ambientais: crises, riscos e racionalidades**. Rio de Janeiro: Garamond, 2016. p. 251.

⁴⁴ *Ibid.*, p. 268.

⁴⁵ *Ibid.*

⁴⁶ LEAL, C.; SOLURI, J.; PÁDUA, J. A. Introducción. In: LEAL, C.; SOLURI, J.; PÁDUA, J. A. (Orgs.). **Un pasado vivo**. Dos siglos de historia ambiental latinoamericana. Bogotá: GCE, Universidad de los Andes, Facultad de Ciencias Sociales, 2019. p. 19

⁴⁷ *Ibid.*

⁴⁸ MIRAGLIA, M.; FRANÇA, A. M. **Paisaje e patrimonio: impresiones de la historia en el ambiente natural**. Quilmes: Ayelen Dichdji; Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Teseopress, 2021.
PEREIRA, E. M.; AYELEN, D. **Protección a la naturaleza: narrativas y discursos**. Quilmes: Ayelen Dichdji; Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Teseopress, 2021.

composta por dois volumes⁴⁹, nos quais são reproduzidos capítulos de pesquisadores de diversas áreas do conhecimento que estudam aspectos do Brasil ou da Argentina, em perspectiva socioambiental. As organizadoras e o organizador afirmam: “Acompanhar as histórias ambientais de Argentina e Brasil expande os horizontes do estado-nação, possibilita que evidenciemos cenários com problemáticas ao mesmo tempo semelhantes e diversas”⁵⁰, sendo a coleção também espaço para compartilhar as contradições da América Latina.

No que se refere à produção historiográfica sobre a História Ambiental do Brasil, José de Augusto Pádua e Alessandra de Carvalho realizaram, no ano de 2020, um levantamento sobre a bibliografia que vem sendo produzida sobre a história ambiental do Brasil, enquanto recorte espacial de pesquisa. O estudo considerou livros autorais publicados por pesquisadores e pesquisadoras de diversas áreas do conhecimento e, inclusive, por brasilianistas. O trabalho revela uma pluralidade de abordagens, que foram por eles classificadas em cinco eixos temáticos: “Florestas, Agricultura e pecuária”; “Biodiversidade e extração da flora e fauna”; “Dinâmicas urbanas e industriais”; “Regiões territórios e sociobiodiversidade e “Pensamento ambiental e ambientalismo”. Com base nessa ampla produção, Pádua e Carvalho afirmam que a história ambiental no – e sobre o Brasil – se encontra em constante expansão e que o seu fortalecimento enquanto disciplina pode contribuir para o desenvolvimento de uma consciência histórica e ecossistêmica⁵¹. A extensa produção historiográfica ambiental identificada e listada por Pádua e Carvalho é, em sua maioria, decorrência de pesquisas científicas que vêm sendo desenvolvidas não só por historiadores, mas também por geógrafos, biólogos, arqueólogos, sociólogos e estudiosos de outras disciplinas dentro dos laboratórios de pesquisas ligados ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) nas universidades públicas, comunitárias e privadas do Brasil.

Quanto aos critérios técnicos desta tese, importante esclarecer que as citações reproduzidas de fontes e bibliografias no idioma espanhol foram mantidas no original, com a intenção de garantir fidelidade aos escritos das fontes. Outra opção que deve ser registrada é a de utilizar a grafia de misionero/a para referir-se aos habitantes da Província de Misiones, a fim de não permitir que se estabeleça uma confusão com o missioneiro/a que reside na região dos

⁴⁹ MIRAGLIA, M.; FRANÇA, A. M. **Paisaje e patrimonio**: impresiones de la historia en el ambiente natural. Quilmes: Ayelen Dichdji; Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Teseopress, 2021.

PEREIRA, E. M.; AYELEN, D. **Protección a la naturaleza**: narrativas y discursos. Quilmes: Ayelen Dichdji; Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Teseopress, 2021.

⁵⁰ PEREIRA, E. M.; AYELEN, D. **Protección a la naturaleza**: narrativas y discursos. Quilmes: Ayelen Dichdji; Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Teseopress, 2021. p. 14.

⁵¹ PÁDUA, J. A.; CARVALHO, A. I. de. A construção de um país tropical: apresentação da historiografia ambiental sobre o Brasil. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 27, n. 4, p. 1311–1340, 2020. p. 1335.

Sete Povos das Missões, embora, em período anterior, esses territórios e populações estivessem conectados pela experiência das reduções organizadas pela Companhia de Jesus.

Face ao exposto, percebe-se que a presente pesquisa se insere no cenário consolidado da História Ambiental no Brasil. No que tange à estruturação textual da tese, no primeiro capítulo, *A Araucaria angustifolia* na fronteira Brasil-Argentina no século XX, inicialmente se discorre sobre a ocorrência da *Araucaria angustifolia*, atentando para as particularidades da espécie, bem como para a sua formação antropogênica. Esta é estudada a partir de uma ótica interdisciplinar com base em estudos antropológicos, biológicos e de outras ciências. Em seguida, aborda-se a constituição das atuais fronteiras entre Brasil e Argentina, resultantes das disputas entre ambos os países para defender sua linha demarcatória (conflito denominado de questão de Misiones e/ou de Palmas). Depois, expõe-se as especificidades da flora e fauna presente no ambiente da Selva Paranaense, em Misiones. A seguir, analisa-se relatos de escritores-viajantes (Juan Bautista Ambrosetti, Florencio de Basaldúa e Carlos Burmeister) que percorreram a Floresta com Araucárias presente em território Argentino no fim do século XIX. Da mesma maneira, apresenta-se e interpreta-se alguns dos registros realizados por escritores-viajantes e técnicos, durante o século XIX, sobre a Floresta com Araucárias presente no Sul do Brasil, sendo eles: Carl Fridrich Philipp Von Martius, Auguste Prouvençal de Saint-Hilaire, Robert Avé-Lallemant e de obra organizada pelo historiador francês Pierre Émile Levasseur.

No segundo capítulo, denominado Exploração e transformações na Floresta com Araucárias no Sul no século XX, o foco recai sobre os movimentos migratórios e projetos de colonização fomentados pelo Estado e pelas companhias colonizadoras de capital privado que foram implementados no Sul do Brasil no início do século XX. Analisa-se, ainda, como esse processo ocorreu no extremo nordeste de Misiones na Argentina. Em seguida, analisa-se o processo de exploração econômica da Selva Paranaense em geral e, com maior atenção, a exploração da Floresta com Araucárias, localizada em San Pedro e que se insere na grande área da Selva Paranaense, na Província de Misiones. Neste capítulo, destaca-se, ainda, o uso de um variado conjunto de fontes que contempla estudos técnicos, dados quantitativos, mapas e iconografia.

Em Floresta com Araucárias em Misiones/ARG: políticas de conservação, terceiro capítulo desta tese, atenta-se para a conjuntura política, social e econômica que viveu a Argentina após a provincialização de Misiones em 1953. Estuda-se, assim, a instituição da legislação com relação a *Araucaria angustifolia* e a criação do Ministério de Ecologia e Recursos Naturais Renováveis de Misiones. Esse órgão é responsável pela instituição do

Parque Provincial de la Araucaria, com 92 hectares de área, também do *Parque Provincial Cruce Caballero*, que possui 522 hectares de área, e do *Parque Provincial El Piñalito*, com 3.796 hectares de superfície. Essas unidades de conservação da biodiversidade, embora carreguem consigo marcas antropogênicas, são importantes não somente para a vida humana, mas também para as diversas espécies de animais, plantas e microrganismos que vivem e interagem nesses espaços circundantes e com outros fragmentos florestais, tanto em território brasileiro, quanto argentino e, por isso, são estudadas no capítulo três.

No quarto e último capítulo, A floresta com araucárias no sul do Brasil: exploração, políticas e intentos de conservação ambiental, propõe-se uma análise da legislação brasileira no que concerne aos remanescentes florestais com *Araucaria angustifolia* no Brasil. Também se toma, como caso de estudo, a municipalidade de Guarujá do Sul, localizada no extremo-oeste catarinense, distante aproximadamente 30 km do rio Peperi-guaçu, que marca a fronteira internacional entre o Brasil e a Argentina. Analisa-se a legislação voltada para a araucária a nível federal e no estado de Santa Catarina. Por fim, apresenta-se e debate-se os desafios para a conservação da araucária no século XXI, com base em pesquisadores que defendem que plantar araucária é a melhor estratégia para a sua conservação.

1 A *ARAUCARIA ANGUSTIFOLIA* NA FRONTEIRA BRASIL-ARGENTINA NO SÉCULO XIX

Neste capítulo, estuda-se a distribuição da *Araucaria angustifolia* na América do Sul e utiliza-se uma abordagem interdisciplinar. Em seguida, estuda-se a Questão de Misiones ou de Palmas, disputa territorial entre Argentina e Brasil pela posse das terras localizadas, atualmente, no sudoeste do Paraná e oeste de Santa Catarina, no Brasil. O conflito, com resultado favorável ao Brasil, teve fim em 1895, período histórico que dá início ao recorte temporal desta pesquisa. Em seguida, apresenta-se a Selva Misionera, atentando para sua composição biodiversa e sua classificação. Parte da Selva Misionera é composta pela Floresta com Araucárias também denominada na Argentina de Distrito das Araucárias. Em vista disso, analisa-se relatos de escritores-viajantes e técnicos que percorreram a Floresta com Araucárias em território argentino no fim do século XIX. Da mesma maneira, analisa-se a relatos de escritores-viajantes e técnicos que registraram suas impressões ao percorrerem a Floresta com Araucárias presente no Sul do Brasil no fim do século XIX.

1.1 ASPECTOS DA *ARAUCARIA ANGUSTIFOLIA*

A *Araucaria angustifolia* (Bertol.) Kuntze, de ocorrência endêmica na América do Sul – e que é tema de interesse desta pesquisa –, no Brasil se distribui pelo planalto meridional brasileiro e, de acordo com os botânicos Raulino Reitz e Roberto Klein, abrange “[...] os estados do Paraná, S. Catarina e Rio Grande do Sul, ocorrendo ainda, como ilhas esparsas, também ao Sul do Estado de S. Paulo e na Serra da Mantiqueira, internando-se até o sul de Minas Gerais e Rio de Janeiro”⁵². Sua ecofitogeografia é classificada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) como Floresta Ombrófila Mista⁵³, ou Floresta com Araucárias – termo utilizado no decorrer desta tese – sendo que a sua maior extensão foi registrada no estado do Paraná, onde aproximadamente até o século XIX ocupava 119.300 km² ou 59,73% daquele território, em altitudes acima de 500 metros; em Santa Catarina, em altitudes de 500 a 1.500 metros e perfazia uma área de 60.000 km² ou 62,86% do território, e no planalto do Rio Grande do Sul, onde, por vezes, era interrompida por campos nativos, ocupava 19.553 km² ou 7,08%

⁵² REITZ, R.; KLEIN, R. M. Araucariáceas. In: REITZ, R (Ed.) **Flora Ilustrada Catarinense**. Itajaí: Herbário Barbosa Rodriguez, 1966. p. 28.

⁵³ VELOSO, H. P.; RANGEL, A. L. R. F.; LIMA, J. C. A. **Classificação da vegetação brasileira, adaptada a um sistema universal**. Rio de Janeiro: IBGE, Departamento de Recursos Naturais e Estudos Ambientais, 1991.

do estado, em altitudes de 200 a 1.400 metros⁵⁴. Na Argentina, a distribuição da *Araucaria angustifolia* concentra-se exclusivamente no extremo oriente do que atualmente é a província de Misiones, em altitudes de 400 a 1.500 metros. Distribuía-se, no início da década de 1960, pela extensão aproximada de 2.100 km² ou 210.000 hectares⁵⁵ da grande área da Selva Paranaense, que possui cerca de 2.250.000 ha.

Na Botânica, a *Araucaria angustifolia* está classificada no reino Plantae, filo Gymnospermae, classe Coniferopsida, ordem Coniferae, família Araucariaceae – “cuja antiguidade remonta a escala dos milhões de anos”⁵⁶ – e gênero *Araucaria*. Este gênero é composto por espécies que ocorrem no leste da Austrália (*Araucaria bidwillii* e *cunninghamii*), na Nova Guiné (*Araucaria hunsteinii* e *cunninghamii*), na Ilha Norfolk (*Araucaria heterophylla*) e na Nova Caledônia (*Araucaria bernieri*, *biramulata*, *columnaris*, *Humboldtensis*, *laubenfelsii*, *luxurians*, *montana*, *muelleri*, *nemorosa*, *rulei*, *schmidii*, *scopilorum* e *subulata*)⁵⁷. Na América do Sul, além da *Araucaria angustifolia* (Brasil e Argentina), existe a ocorrência da *araucana* no Chile e Argentina.

A *Araucaria araucana* (Mol.) K. Koch ou pino araucano não é o cerne desta pesquisa, mas é importante conhecer algumas de suas especificidades. A *Araucaria araucana* é denominada pelos indígenas Mapuches de *Pehuén*, pode atingir alturas de até 50 metros e se distribui por ambos os lados da Cordilheira dos Andes entre 37°S e 42°S, em uma área estimada em 5.000 km². Na Argentina, a ocorrência da *Araucaria araucana* se restringe à Província de Neuquén, entre o Lago Aluminé e o Lago Lolog⁵⁸. No Chile, a *Araucaria araucana* se distribui do leste ao oeste, desde a cadeia montanhosa andina nas regiões administrativas VIII Região del Biobío, IX Região de la Araucanía e Região X de Los Lagos⁵⁹. Também há ocorrência de

⁵⁴ REITZ, R.; KLEIN, R. M. Araucariáceas. In: REITZ, R (Ed.) **Flora Ilustrada Catarinense**. Itajaí: Herbário Barbosa Rodriguez, 1966. p. 28.

⁵⁵ COZZO, D. Ubicación y riqueza de los bosques espontáneos de ‘pino’ Paraná (*Araucaria angustifolia*) existentes en la Argentina. **Revista Forestal Argentina**, v. 4, n. 2, p. 46–54, 1960.

⁵⁶ CARVALHO, M. M. X. de; NODARI, E. O problema do desmatamento da floresta com araucária considerando escalas de tempo mais amplas. In: VALENTINI, D.; MURARO, V. F. (Orgs.). **Colonização, conflitos e convivências nas fronteiras do Brasil**. Porto Alegre: Letra & Vida; Chapecó: Ed. UFFS, 2015. p. 293–317. p. 303.

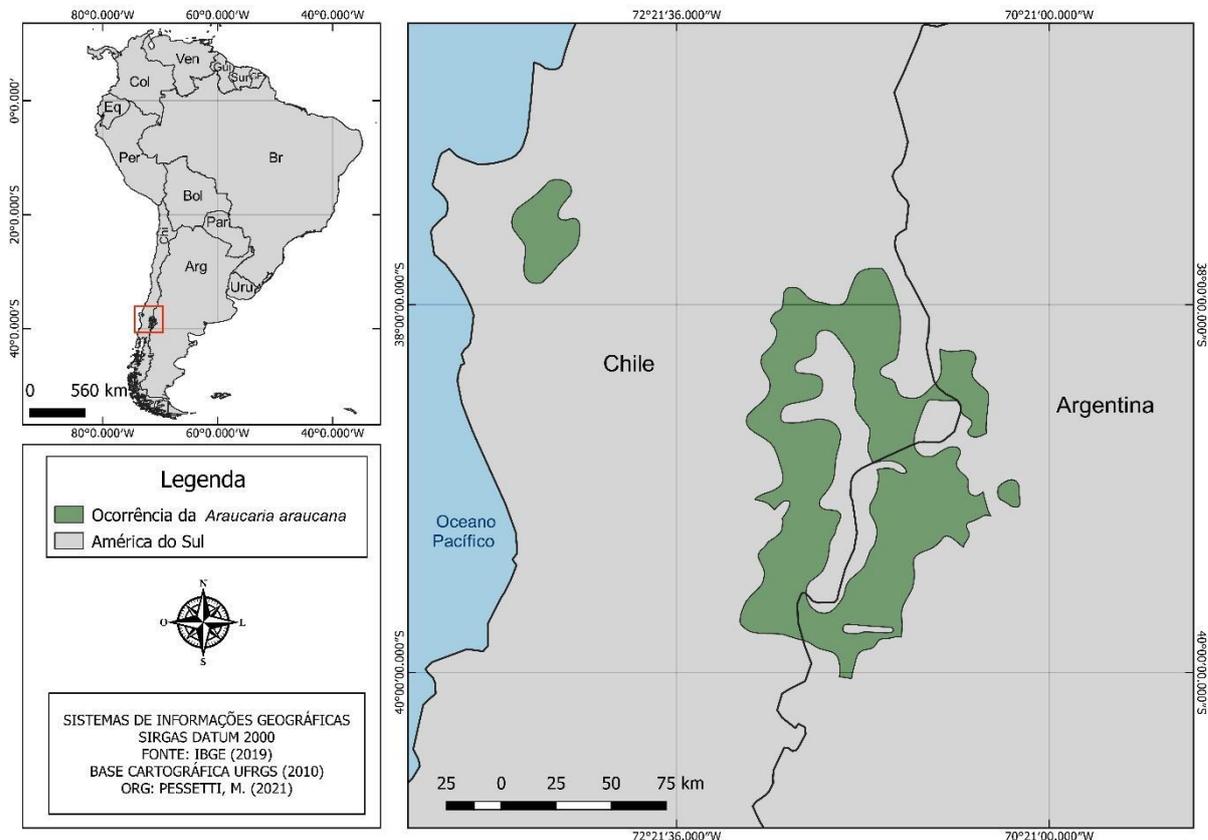
⁵⁷ BIODIVERSITY. **Araucárias**. Disponível em: <https://www.biodiversity4all.org/taxa/53718-Araucaria>. Acesso em: 15 mar. 2020.

⁵⁸ REIS, M. S. dos; LADIO, A.; PERONI, N. Landscapes with Araucaria in South America: evidence for a cultural dimension. **Ecology and Society**, Wolfville, v. 19, n. 2, p. 1–14, 2014. p. 1.

⁵⁹ Ibid.

fragmentos na Cordilheira Nahuelbuta, próxima à costa do Oceano Pacífico, entre 600 e 1.000 metros de altitude⁶⁰, como se observa no Mapa 3.

Mapa 3 – Área de ocorrência da *Araucaria araucana* na Argentina e Chile



Fonte: Mateus Pessetti e Débora Nunes de Sá⁶¹, com base em Hureck (1953)⁶².

As áreas de ocorrência da *Araucaria angustifolia* (Mapa 1) e da *Araucaria araucana* (Mapa 3), embora localizadas em espaços diferentes, possuem em comum registros de mudanças climáticas e marcas antropogênicas em sua formação florestal. Um estudo interdisciplinar⁶³, realizado pelos engenheiros-agrônomo Maurício Reis e Nivaldo Peroni e pela bióloga argentina Ana Ladio, reuniu evidências ecológicas com fontes históricas, antropológicas e de outras disciplinas das ciências sociais, com a finalidade de analisar a distribuição da *Araucaria araucana* e da *Araucaria angustifolia* pela América do Sul. A

⁶⁰ VEBLÉN, T. T. Regeneration patterns in *Araucaria araucana* forests in Chile. **Journal of Biogeography**, v. 9, n. 1, p. 11–28, 1982. Disponível em: www.researchgate.net/publication/234016547_Regeneration_Patterns_in_Araucaria_aucaana_Forests_in_Chile. Acesso em: 15 mar. 2020.

⁶¹ PESSETTI, Mateus; SÁ, Débora Nunes de. **Área de ocorrência *Araucaria angustifolia* na Argentina e Chile**. [S.l.], [S.n.]. 1 mapa, color., [Mapa elaborado para esta tese].

⁶² HUECK, Kurt. Distribuição e Habitat Natural do Pinheiro do Paraná (*Araucaria angustifolia*). **Boletim da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo. Botânica**, São Paulo, v. 10, p. 5-24, nov. 1953.

⁶³ REIS, M. S. dos; LADIO, A.; PERONI, N. Landscapes with *Araucaria* in South America: evidence for a cultural dimension. **Ecology and Society**, Wolfville, v. 19, n. 2, p. 1–14, 2014.

investigação concluiu que as paisagens sul-americanas refletem usos humanos passados de ambas as espécies que foram muito além da sua função utilitária, pois as dispersões de ambas revelaram usos bioculturais dados a elas por diversas sociedades tradicionais.

No caso da *Araucaria angustifolia*, os engenheiros agrônomos Flavio Zanette *et al.*,⁶⁴ pesquisadores oriundos da área de engenharia agrônoma, defendem que as diversas mudanças climáticas que ocorreram há milhões de anos contribuíram para a dispersão da espécie pelo Sul e Sudeste do Brasil:

Com os milhões de anos de evolução, *A. angustifolia* sobreviveu a grandes transformações climáticas, as quais modificaram sua dispersão no Brasil. Até 11,5 mil anos atrás (Pleistoceno), ao terminar a última glaciação no mundo, as regiões Sul e Sudeste do Brasil tinham clima frio (mas não cobertas por gelo) e seco, que não permitia o estabelecimento da araucária, a qual sobrevivia em refúgios próximos aos rios. Pesquisas de fósseis no solo indicam que neste período os planaltos destas regiões do Brasil não tinham florestas, mas eram cobertos por pastagens de gramíneas (campos)⁶⁵.

Na mesma perspectiva, a bióloga Soraia Bauermann e o biólogo Hermann Behling⁶⁶ afirmam que as florestas do gênero Araucária são formações recentes, resultantes de diversas transformações do ambiente. Isso porque sua expansão se iniciou no período do Holoceno Tardio, por meio de mudanças climáticas muito específicas combinadas com a migração da flora através dos cursos dos rios. Para Zanette *et al.*, as mudanças climáticas ocorridas no período do Holoceno⁶⁷ contribuíram para expansão da *Araucaria angustifolia*, pois:

[...] de 6.000 a 4.000 anos atrás (no Holoceno), houve aumento da temperatura e da umidade, favorecendo a expansão da araucária. Mas, a grande ocupação pela araucária dos campos nos planaltos ocorreu no Sul do Brasil e iniciou há menos de 1.500 anos. Na região Sudeste esta expansão da araucária foi menor e manteve as populações isoladas em relação àquelas do Sul do Brasil, o que atualmente determina que estas populações sejam geneticamente distintas, como verificado em estudos utilizando marcadores moleculares⁶⁸.

⁶⁴ ZANETTE, F. *et al.* Particularidades e biologia reprodutiva de *Araucaria angustifolia*. In: WENDLING, I.; ZANETTE, F. (Orgs.). **Araucária: particularidades, propagação e manejo de plantios**. Brasília: Embrapa, 2017. p. 15–39.

⁶⁵ *Ibid.*, p. 17.

⁶⁶ BAUERMAN, S. F.; BEHLING, H. Dinâmica paleovegetacional da Floresta com Araucária a partir do final do Pleistoceno: o que mostra a palinologia. In: FONSECA, C. R. (Org.). **Floresta com Araucária: ecologia, conservação e desenvolvimento sustentável**. Ribeirão Preto: Holos, 2009. p. 35–38.

⁶⁷ Variações climáticas e ecológicas ocorridas no período do Holoceno transformaram as paisagens da floresta Amazônica, que possui também a influência de populações humanas em sua composição, uma combinação de “história natural e cultural”. Para ver mais: NEVES, Eduardo G. **Arqueologia da Amazônia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

⁶⁸ ZANETTE, F. *et al.* Particularidades e biologia reprodutiva de *Araucaria angustifolia*. In: WENDLING, I.; ZANETTE, F. (Orgs.). **Araucária: particularidades, propagação e manejo de plantios**. Brasília: Embrapa, 2017. p. 17–18.

Ainda no que tange à formação, de acordo com a geóloga Ana Bitencourt e a bióloga Patrícia Krauspenhar⁶⁹, as florestas com *Araucaria angustifolia*, além dos fatores ambientais, também tiveram influência humana. Isso porque a expansão ocorreu em sintonia e concomitância com a migração de grupos indígenas Kaingang e Xokleng, integrantes da tradição Taquara/Itararé, grupo linguístico Jê. Esses grupos se deslocaram da Amazônia em direção ao Sul do Brasil, onde utilizaram a semente da araucária, o pinhão, como fonte de alimento e um dos instrumentos para atrair a caça animal.

Por sua vez, o professor/pesquisador Pedro Ignacio Schmitz afirma:

A constatação de que as datas das casas subterrâneas diminuem na medida em que aumenta a altitude e nos aproximamos dos campos abertos e sem mata sugere a ligação existente entre a expansão da araucária e a extensão do povoamento indígena. Essa ligação provavelmente não é unidirecional, mas complexa e todas as evidências parecem apoiar que o indígena acompanhava a expansão do pinheiral, para a qual colaborava ativamente⁷⁰.

Reis *et al.*, em *Moldando as paisagens nas Florestas com Araucárias: paisagens culturais para a produção de alimento*,⁷¹ também identificaram, por meio de estudos palinológicos, que os limites geográficos e de altimetria da distribuição da *Araucaria angustifolia* coincidem com vestígios arqueológicos de casas subterrâneas e cerâmicas dos indígenas da tradição Taquara/Itararé. Dessa maneira, os vestígios correspondem, espacial e temporalmente, com aquele da expansão da *Araucaria angustifolia*. Ou seja, muito da sua distribuição fitogeográfica é constituída por uma complexa combinação entre a ação humana e a não humana. Assim sendo, o manejo humano do pinhão é considerado um dos elementos que contribuíram para a expansão e a distribuição da espécie.

A distribuição da Floresta com Araucárias é, portanto, de acordo com Reis *et al.*, “[...] uma formação antropogênica na sua origem”⁷² e, ainda, “uma paisagem cultural construída, em parte intencionalmente e em parte não intencionalmente para a produção de alimento e outros usos”⁷³. Além das mudanças climáticas e da influência humana, é importante considerar a

⁶⁹ BITENCOURT, A. L.; KRAUSPENHAR, P. M. Possible prehistoric anthropogenic effect on *Araucaria angustifolia* (BERT.) O. Kuntze expansion during the late Holocene. **Revista Brasileira de Paleontologia**, v. 9, n. 1, p. 109–116, 2006. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/6603/0522a7be920a30e52feb2749fb63735bed5c.pdf>. Acesso em: 1 fev. 2020.

⁷⁰ SCHMITZ, P. I. Povos indígenas associados à Floresta com Araucária. In: FONSECA, C. R. (Org.). **Floresta com Araucária: ecologia, conservação e desenvolvimento sustentável**. Ribeirão Preto: Holos, 2017. p. 77–106. p. 54.

⁷¹ REIS, M. S. dos *et al.* Moldando as paisagens nas Florestas com Araucárias: paisagens culturais para a produção de alimento. In: NODARI, E.; CARVALHO, M. M. X. de; ZARTH, P. (Orgs.). **Fronteiras fluidas: florestas com araucárias na América Meridional**. São Leopoldo: Oikos, 2018. p. 218–233.

⁷² *Ibid.*, p. 219.

⁷³ *Ibid.*

influência da dispersão das sementes de *Araucaria angustifolia* de maneira zoocórica, isto é, pelos diversos animais que utilizam o pinhão como alimento. Entre eles, cita-se a queixada (*Tayassu pecari*) e a cotia (*Dasyprocta* spp.), além de diversas aves, como a gralha azul (*Cyanocora caerulus*), o papagaio-do-peito-roxo (*Amazona vinacea*) e o papagaio-charão (*Amazona pretrei*).

A Floresta com Araucárias, que se insere na grande área do Bioma Mata Atlântica, é, portanto, constituída por inúmeras características ecológicas e por distintas espécies florísticas e faunísticas, muitas delas endêmicas. Como visto, os registros de ocupação humana são datados de milhares de anos⁷⁴. A diversidade de seres vivos aeróbios e, inclusive, anaeróbios que vivem em seu ecossistema revelam um olhar mais apurado às diversas interações e interdependências entre humanos e não-humanos. Estes últimos, de acordo com o geógrafo Diogo de Cabral, “[...] por mais ‘mudos’ ou ‘silenciosos’ que pareçam, possuem uma linguagem bem expressiva”⁷⁵. As interdependências⁷⁶ entre ambos possibilitam compreender os variados caminhos e trajetórias socioambientais dos diversos agentes históricos que constroem a narrativa histórica ao longo do tempo.

1.2 A DEFINIÇÃO DE LIMITES E A CONSTRUÇÃO DA FRONTEIRA ENTRE BRASIL E ARGENTINA, 1895

A definição dos limites políticos entre a Argentina e o Brasil é resultado de diversos deslocamentos e processos históricos. Um rápido recorrido pela história desses dois países traz à luz alguns processos históricos anteriores ao recorte temporal desta pesquisa, que auxiliam na compreensão mais abrangente dos eventos aqui estudados. O historiador brasileiro Boris Fausto e o também historiador argentino Fernando Devoto desenvolveram, num esforço conjunto, um estudo comparativo sobre seus respectivos países, intitulado: *Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada (1850-2002)*⁷⁷. No texto resultante da investigação, afirmam: “do ponto de

⁷⁴ REIS, M. S. dos *et al.* Moldando as paisagens nas Florestas com Araucárias: paisagens culturais para a produção de alimento. In: NODARI, E.; CARVALHO, M. M. X. de; ZARTH, P. (Orgs.). **Fronteiras fluidas: florestas com araucárias na América Meridional**. São Leopoldo: Oikos, 2018. p. 218-233.

⁷⁵ CABRAL, D. de C. **Na Presença da Floresta: Mata Atlântica e História Colonial**. Rio de Janeiro: Garamond/FAPERJ, 2014. p. 29.

⁷⁶ WORSTER, D. A natureza e a desordem na história. In: FRANCO, J. L. de A. *et al.* (Orgs.). **História Ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. p. 367–384.

⁷⁷ FAUSTO, B.; DEVOTO, F. J. **Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada (1850-2002)**. São Paulo: Ed. 34, 2004.

vista das unidades territoriais, os dois países provinham de construções jurídicas tardias⁷⁸, por conta dos desmembramentos dos domínios de Portugal e Espanha:

O território herdado pelo Brasil resultara do Tratado de Madri de 1750; o da futura Argentina, da criação do vice-reinado do Rio da Prata, em 1778. Mas os dois processos tinham características muito distintas. O Tratado de Madri ampliara o território reconhecido pertencente a Portugal para regiões, em sua maioria, muito pouco povoadas – com exceção do Sul –, não dominadas e sobre as quais nenhuma outra potência colonial exercia efetiva jurisdição. O vice-reinado fora criado por meio da reorganização de jurisdições preexistentes do Império espanhol e era uma unidade nova, sobrepondo-se, em alguns pontos, a territórios densos e administrativamente coesos (como o do Alto Peru ou do Paraguai), que, ou funcionavam com razoável autonomia, ou dependiam de outros centros do poder espanhol⁷⁹.

No processo de independência do domínio espanhol, a Revolução de Maio de 1810 é considerada o primeiro movimento vitorioso em busca da independência do Vice-reinado espanhol. Ocorrida em Buenos Aires, que, no período, era a capital do Vice-Reino do Rio da Prata (território que atualmente corresponde à Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai), a Revolução de Maio depôs o vice-rei espanhol Baltasar Hidalgo de Cisneros, contribuindo para que, em 1816, a Argentina declarasse oficialmente sua independência do Vice-reinado espanhol do Rio da Prata⁸⁰, que foi reconhecida oficialmente pela Espanha somente em 1863.

Entre 1825 e 1828, ocorreu a Guerra da Cisplatina, como denominam os brasileiros, *Guerra del Brasil*, como chamam os argentinos, ou Guerra de Independência, como referem os uruguaios. Trata-se de um conflito entre o Império do Brasil contra as Províncias Unidas do Rio da Prata – Argentina – pelo controle da Cisplatina – o que atualmente é o território do Uruguai. O tratado de paz foi assinado em 1828, no qual tanto Argentina quanto o Brasil reconheciam a independência da então República Oriental do Uruguai⁸¹.

Nesse contexto, Misiones, no período de 1830 a 1881, pertenceu à província argentina de Corrientes. Roberto Abinzano⁸² reflete que, antes da Guerra da Triple Aliança, ou também chamada de Guerra do Paraguai (1865-1870), conflito armado entre o Paraguai e a Tríplice Aliança (composta por Brasil, Argentina e Uruguai), tanto os ervais misioneiros quanto as espécies arbóreas nativas foram exploradas para uma economia extrativista. Contudo,

⁷⁸ FAUSTO, B.; DEVOTO, F. J. **Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada (1850-2002)**. São Paulo: Ed. 34, 2004. p. 29.

⁷⁹ Ibid.

⁸⁰ DI TELLA, T. **História social da Argentina contemporânea**. 2. ed. rev. Brasília: FUNAG, 2017. p. 31.

⁸¹ Sobre o processo de independência do Uruguai, ver: GOLIN, T. **A Fronteira: Os tratados de limites Brasil-Uruguai-Argentina, os trabalhos demarcatórios, os territórios contestados e os conflitos na bacia do Prata**. 2 ed. Porto Alegre: L&PM, 2004.

⁸² ABINZANO, R. C. El frente extractivo de yerba mate y mader. Una actividad socioeconómica transnacional de la triple frontera. In: NÚÑES, Á.; PADOIN, M. M.; OLIVEIRA, T. C. M. de (Orgs.). **Dilemas e Diálogos Platinos Relações e Práticas Socioculturais**. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2010. p. 09–76. p. 11.

prossegue o referido autor, foi somente após o fim do conflito (1870) que essas atividades tomaram proporções significativas.

Em 1881, Misiones foi separada da Província de Corrientes e foi elevada à categoria de Território Nacional, passando a responder administrativamente diretamente ao Poder Executivo Nacional Argentino⁸³. Abinzano aponta que, até 1881, as terras de Misiones eram, em sua maioria, “fiscales”, isto é, terras de propriedade do governo. Corrientes, a fim de não perder a propriedade das terras misioneras – tendo em vista que perderia o controle político com a federalização – vendeu boa parte das terras a um pequeno grupo de investidores⁸⁴. Conforme Aranha:

Ao constatar a inevitável perda de Misiones para o controle dos portenhos, o governador correntino Antonio Gallino se apressou em vender grandes extensões de terras a particulares. Em 1881, no momento em que ocorreu a federalização de Misiones, o governo argentino herdou um território que estava majoritariamente concentrado nas mãos de apenas trinta e oito compradores⁸⁵.

Abinzano analisa que o plano de Corrientes na venda dos 2.025.000 hectares não atingiu em totalidade o objetivo esperado, pois a venda foi realizada sem as medidas exatas das terras, o que salvou aproximadamente 300 léguas quadradas (aproximadamente 700.000 hectares) que voltaram ao domínio de “tierras fiscales” pertencentes a Misiones. Além dessas, terras compradas pelos correntinos que não foram regularizadas no prazo estipulado também voltaram ao controle do Território Nacional de Misiones⁸⁶.

Outro processo histórico importante, que aqui merece destaque, é que antes de se tornar Território Nacional (1881), Misiones viveu, desde 1857, um intenso conflito diplomático com o Brasil – conhecido pelos argentinos como a “Questão de Misiones” e pelos brasileiros como a “Questão de Palmas” – que perdurou até 1895. O historiador Francimar Petrolí pontua que essa disputa territorial entre Brasil e Argentina tem como uma das causas as “[...] indefinições territoriais existentes desde o período colonial, isto é, das disputas de limites entre Espanha e

⁸³ ARGENTINA. **Ley n. 1.532 de 1884**. Organización de los Territorios Nacionales. Argentina, 1884.

Disponível em: https://es.wikisource.org/wiki/Ley_1.532_de_Organización_de_los_Territorios_Nacionales. Acesso em: 15 fev. 2020.

⁸⁴ ABINZANO, R. C. El frente extractivo de yerba mate y madera. Una actividad socioeconómica transnacional de la triple frontera. In: NÚÑES, Â.; PADOIN, M. M.; OLIVEIRA, T. C. M. de (Orgs.). *Dilemas e Diálogos Platinos Relações e Práticas Socioculturais*. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2010. p. 09–76. p. 11.

⁸⁵ ARANHA, B. P. de L. **Entre sertões e desertos: viajantes brasileiros e argentinos na fronteira (1882-1905)**. 431 f. 2020. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020. p. 268.

⁸⁶ ABINZANO, R. C. El frente extractivo de yerba mate y madera. Una actividad socioeconómica transnacional de la triple frontera. In: NÚÑES, Â.; PADOIN, M. M.; OLIVEIRA, T. C. M. de (Orgs.). **Dilemas e Diálogos Platinos Relações e Práticas Socioculturais**. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2010. p. 09–76. p. 13. KOSTLIN, M. R.; KOSTLIN, L. A.; OLALLA, N. El Yvyretá: la Selva Misionera (Argentina). *Ciência & Ambiente*, v. 42, n. 6, p. 15–37, 2011. p. 31.

Portugal”⁸⁷. Isso porque, embora tenham sido assinados diversos tratados, como o Tratado de Madri em 1750, o Tratado de El Pardo em 1761, o de Santo Ildefonso em 1777, e o de Tratado de Limites em 1857, os limites políticos entre Brasil e Argentina não foram totalmente definidos. Petrolí relata que a fronteira entre ambos os países “[...] preocupava o governo monárquico pelo fato de estar relacionada à possibilidade de desenvolvimento econômico regional e, principalmente, à manutenção da estabilidade política da própria Fronteira Sul do Brasil”⁸⁸. Além disso, as elites da então Província do Paraná tinham interesses na resolução do conflito, bem como no investimento de infraestrutura para a região dos Campos de Palmas, com o objetivo de expandir relações econômicas com a Província de Corrientes na Argentina⁸⁹. Um dos intentos de salvaguardar a fronteira do Brasil com a Argentina foi a criação das Colônias Militares de Chopim e Chapecó⁹⁰ em 1882.

O controle da fronteira entre o Brasil, Argentina e Paraguai pela via militar se intensificou em 1889 com a fundação da Colônia Militar de Foz do Iguaçu⁹¹. O historiador Frederico Freitas⁹² analisa que esta colônia foi instituída com o objetivo de defender a região fronteira do Brasil com a Argentina e o Paraguai. Isso era parte de um intento de consolidação e (re)ocupação da fronteira brasileira, tendo em vista que ali viviam muitos estrangeiros de nacionalidade argentina e paraguaia, bem como comunidades indígenas e caboclas que se dedicavam à coleta de erva-mate e extração de madeira. A colônia fracassou e passou à administração do governo do estado do Paraná. Para Freitas, os motivos para o fracasso da colônia estavam atrelados ao fato de que: “[...] a geografia isolou a região do restante do Brasil, ao mesmo tempo em que conectava a área com a Argentina e, em grau menor, ao Paraguai”, e também pela presença e domínio de “empresários e trabalhadores vindos da Argentina e Paraguai [que] dominavam a extração de erva-mate e exploração madeireira, as duas principais

⁸⁷ PETROLI, F. I. da S. Estado e território no Brasil oitocentista: considerações sobre a “Questão de Palmas” (1870-1895). In: SCHMITT, Â. M.; WINTER, M. D. (Orgs.). **Fronteiras na História: Atores sociais e historicidade na construção do Brasil Meridional (Séculos XVIII-XX)**. Chapecó: UFFS Editora, 2021. p. 396–419. p. 405.

⁸⁸ Ibid.

⁸⁹ Ibid., p. 410.

⁹⁰ Para mais detalhes sobre a história da Colônia Militar de Chapecó: VENSON, L. M. **Colonização Militar no Oeste Catarinense: José Bernardino Bormann e a Colônia Militar do Xaçepó**. Passo Fundo: Acervus, 2020.

⁹¹ CRESTANI, L. de A. **História da ocupação na fronteira entre Brasil e Argentina (1881/1930): uma perspectiva comparada e transnacional**. 308 f. 2019. Tese (Doutorado em História), Universidade de Évora, Évora, 2019. p. 29.

⁹² FREITAS, F. S. S. Um parque para a fronteira: a criação do Parque Nacional do Iguaçu no Sul do Brasil, 1880-1940. In: SCHMITT, Â. M.; WINTER, M. D. (Orgs.). **Fronteiras na História: Atores sociais e historicidade na construção do Brasil Meridional (Séculos XVIII-XX)**. Chapecó: UFFS Editora, 2021. p. 233–264.

atividades econômicas da região”⁹³. Tais fatores, mais tarde, influenciaram na criação do Parque Nacional do Iguaçu (1939).

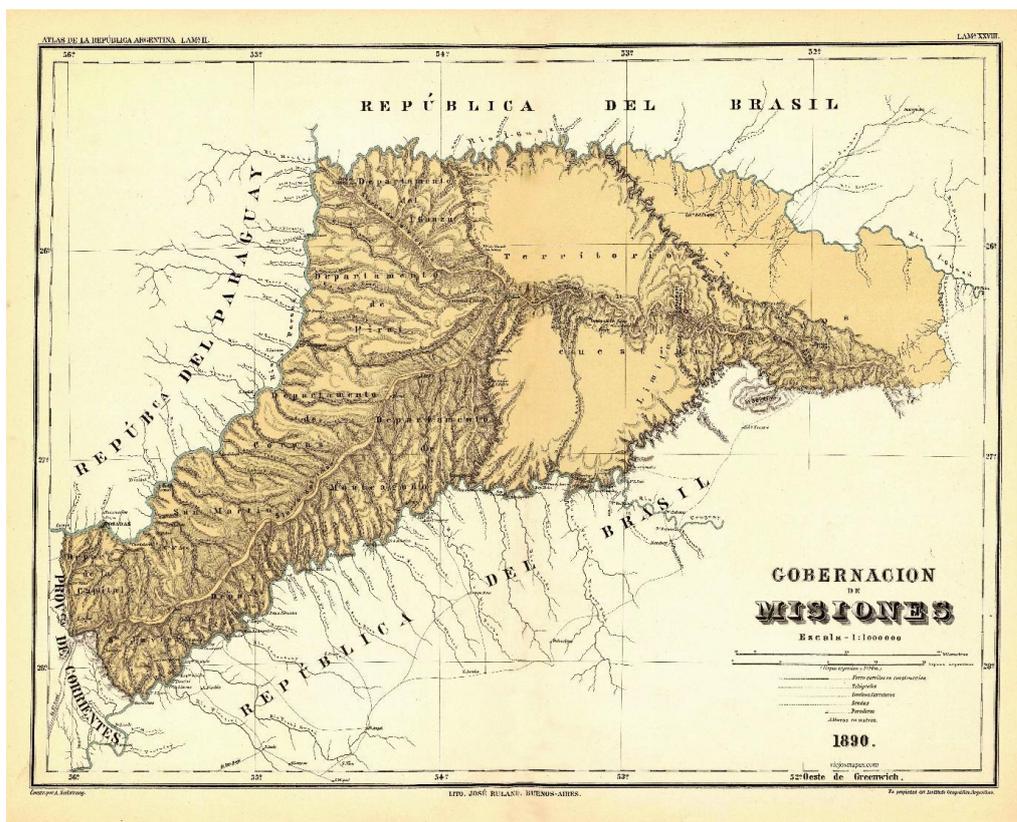
Com a proclamação da República brasileira em 1889, e a visível necessidade do governo pela consolidação do estado nacional, o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Quintino de Bocaiúva, assinou, em 1890, com o advogado argentino Estanislao Severo Zeballos, o Tratado de Montevideú. Esse acordo dividia as terras em litígio entre Brasil e Argentina, mas não foi bem recebido pela opinião pública brasileira. Assim, no ano seguinte, o Congresso brasileiro o rejeitou. Dessa maneira, e conforme acordado entre os dois países anteriormente à assinatura do Tratado de Montevideú, o conflito foi delegado para arbitragem do presidente norte-americano Grover Cleveland.

A Questão de Misiones ou de Palmas, portanto, envolvia a disputa de terras com extensão aproximada de 30.621 km², que se localizavam entre o que atualmente é parte da Província de Misiones na Argentina, o sudoeste do Paraná e oeste de Santa Catarina, no Brasil⁹⁴, em parte a mesma região de ocorrência da Floresta com Araucárias. No Mapa 4, a seguir, é possível observar as terras que se encontravam em litígio, que aparecem descritas como “territorio en cuestion”.

⁹³ FREITAS, F. S. S. Um parque para a fronteira: a criação do Parque Nacional do Iguaçu no Sul do Brasil, 1880-1940. In: SCHMITT, Â. M.; WINTER, M. D. (Orgs.). **Fronteiras na História: Atores sociais e historicidade na construção do Brasil Meridional (Séculos XVIII-XX)**. Chapecó: UFFS Editora, 2021. p. 233–264. p. 237.

⁹⁴ FERRARI, M. **Conflitos e povoamento na fronteira Brasil-Argentina: Dionísio Cerqueira (SC), Barracão (PR) e Bernardo de Irigoyen (Misiones)**. Florianópolis: Ed. da Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.

Mapa 4 – Território em disputa entre Argentina e Brasil durante 1857 a 1895



Fonte: Mapa de la Gobernación de Misiones⁹⁵.

A Argentina, independente da coroa espanhola desde 1816, reivindicava as terras alegando que, no passado, estas pertenciam às Reduções Jesuíticas espanholas. Isso contrariava um dos argumentos do Barão do Rio Branco, que advogou pela causa brasileira⁹⁶. Entre os argumentos utilizados a favor da causa argentina, o historiador Leandro Crestani relata que:

A República Argentina alegava que a fronteira Oeste do Brasil era um território desorganizado, que servia de refúgio a vários escravos. A intenção do governo argentino era a de denunciar a proliferação de escravos fugitivos, evitando a formação de propriedades, pois muitos destes escravos poderiam se tornar posseiros no território missioneiro, representando um problema para a consolidação do Estado nacional argentino⁹⁷.

Os brasileiros, sob o argumento do *Uti Possidetis*, defendiam que as ocupações locais por luso-brasileiros legitimavam a posse das terras para o Brasil⁹⁸. A defesa brasileira foi

⁹⁵ MAPA de la Gobernación de Misiones – 1890. Misiones: [S.n], 1890. 1 mapa. color. Disponível em: <https://viejosmapas.com/mapa-de-la-gobernacion-de-misiones-1890/>. Acesso em: 12 jan. 2022.

⁹⁶ HEINSFELD, A. **Fronteira Brasil/Argentina: a Questão de Palmas - de Alexandre de Gusmão à Rio Branco**. Passo Fundo: Méritos, 2007.

⁹⁷ CRESTANI, L. de A. **História da ocupação na fronteira entre Brasil e Argentina (1881/1930): uma perspectiva comparada e transnacional**. 308 f. 2019. Tese (Doutorado em História), Universidade de Évora, Évora, 2019. p. 87.

⁹⁸ MURARO, V. F. Sobre fronteiras e colonização. In: RADIN, J. C.; VALENTINI, D. J.; ZARTH, P. (Orgs.). **História da Fronteira Sul**. Porto Alegre: Letra & Vida; Chapecó: UFFS, 2015. p. 167–189.

elaborada por Barão do Rio Branco; a argentina, por Estanislau Zaballos⁹⁹. O veredito arbitrado por Cleveland “[...] foi lido e tornado público em 6 de fevereiro de 1895, dando parecer favorável ao Brasil em relação ao território das Missões”¹⁰⁰. A resolução do litígio representou também uma conquista para o Estado-nação brasileiro, pois, de acordo com o historiador Adelar Heinsfeld:

É interessante perceber como a disputa com a Argentina de um pequeno território – 30.621 quilômetros quadrados – situado no Oeste de Santa Catarina e Sudoeste do Paraná atingiu uma dimensão nacional. A definição da fronteira territorial foi vinculada à nação. A forma festiva como a população brasileira comemorou a vitória diplomática contra a Argentina, decorrente do arbitramento norte-americano e que Rio Branco atuou como advogado da causa brasileira comprova esta assertiva¹⁰¹.

O tratado de limites foi assinado em 1898, as demarcações ocorreram nos anos de 1901 a 1903 e, em seguida, de 1904 e 1905, foram elaborados os relatórios e mapas¹⁰². A divisão política ficou de acordo com a representação do Mapa 5, na sequência, com a parte antes em litígio. A partir de então, como pertencente ao território brasileiro, corresponde ao que atualmente são o Oeste de Santa Catarina e Sudoeste do Paraná.

⁹⁹ MYSKIW, A. M. Uma breve história da fronteira no Sul do Brasil. *In*: RADIN, J. C.; VALENTINI, D. J.; ZARTH, P. (Orgs.). *História da Fronteira Sul*. Porto Alegre: Letra & Vida; Chapecó: UFFS, 2015. p. 43–72. p. 68.

¹⁰⁰ *Ibid.*, p. 70.

¹⁰¹ HEINSFELD, A. A fronteira: historicidade e conceitualização. *In*: RADIN, J. C.; MURARO, V. F.; ZARTH, P. (Orgs.). **História da Fronteira Sul**. Porto Alegre: Letra & Vida; Chapecó: UFFS, 2015. p. 25–42. p. 39.

¹⁰² FERRARI, M. **Conflitos e povoamento na fronteira Brasil-Argentina**: Dionísio Cerqueira (SC), Barracão (PR) e Bernardo de Irigoyen (Misiones). Florianópolis: Ed. da Universidade Federal de Santa Catarina, 2010. MYSKIW, A. M. Uma breve história da fronteira no Sul do Brasil. *In*: RADIN, J. C.; VALENTINI, D. J.; ZARTH, P. (Orgs.). **História da Fronteira Sul**. Porto Alegre: Letra & Vida; Chapecó: UFFS, 2015. p. 43–72.

materialidade cartográfica”¹⁰⁴. O limite não é visível fora do mapa, mas representado por um marco de fronteira que simboliza a linha. A geógrafa defende, ainda, que, diferente do limite, a fronteira: “é uma zona geográfica, um espaço que pode conseqüentemente criar relações que ultrapassem o limite”¹⁰⁵. Os limites entre Brasil e Argentina, definidos em 1895, reconheceram como marco divisor uma “fronteira natural”, delineada de acordo com os cursos dos rios Peperiguaçu (ou *Pepirí Guazú*) e Santo Antônio (ou *San Antonio*).

No que refere à área de fronteira seca – que fica entre as nascentes dos rios Peperiguaçu e Santo Antônio –, localizada entre Dionísio Cerqueira (SC), Barracão (PR) e Bernardo de Irigoyen em Misiones na Argentina, e também entre Santo Antônio do Sudoeste (PR) e San Antonio em Misiones, Ferrari considera que os limites foram definidos por um “fato inusitado”, quando Cleveland “[...] determinou que o limite fosse demarcado conforme o caimento das águas das chuvas, isto é, onde as águas da chuva correm para o leste fica território brasileiro e onde as águas da chuva correm para o oeste fica território argentino”¹⁰⁶.

Para o historiador Valmir Muraro, as fronteiras legais que passaram a existir em 1895 “[...] não limitavam a circulação de pessoas e de cultura”¹⁰⁷. Acrescenta-se que também não limitavam as interações socioambientais que ocorriam naquele espaço há tempos, pois, além de serem formações posteriores e contemporâneas ao Estado-nação, como defende o historiador ambiental Mahesh Rangarajan, “[...] as fronteiras não se fazem por si, as pessoas é que as fazem” e a “teia da vida, no entanto, não conhece tais barreiras feitas pelos humanos”¹⁰⁸, como é o caso também da floresta boreal de Białowieża, que fica na atual fronteira entre Polônia e Rússia e de outras regiões do planeta, onde:

Cordilheiras de montanhas como os Himalaias atravessam estados-nação. Rios originários num país fluem através de outros e juntam-se no oceano: isto é verdade para o Ganges e o Mekong, para o Brahmaputra e o Indus. De alguns dos dez mil glaciares, esses rios de gelo que se deslocam nos Himalaias e cadeias de montanhas associadas, muitos abrangem linhas humanas desenhadas em mapas. Animais atravessam as, peixes nadam perto de, e os pássaros voam sobre alfândegas e gabinetes de imigração, pontos militares de verificação e patrulhas de fronteira. A teia da natureza desafia a contenção¹⁰⁹.

¹⁰⁴ FERRARI, M. **Conflitos e povoamento na fronteira Brasil-Argentina**: Dionísio Cerqueira (SC), Barracão (PR) e Bernardo de Irigoyen (Misiones). Florianópolis: Ed. da Universidade Federal de Santa Catarina, 2010. p. 48.

¹⁰⁵ Ibid.

¹⁰⁶ Ibid., p. 73.

¹⁰⁷ MURARO, V. F. Sobre fronteiras e colonização. In: RADIN, J. C.; VALENTINI, D. J.; ZARTH, P. (Orgs.). **História da Fronteira Sul**. Porto Alegre: Letra&Vida; Chapecó: UFFS, 2015. p. 167–189. p. 175.

¹⁰⁸ RANGARAJAN, M. Nações, Natureza e História Ambiental. In: COULTER, K.; MAUCH, C. (Orgs.). **O Futuro da História Ambiental: necessidade e oportunidades**. Munique: **Rachel Carson Center Perspectives**, 2011. p. 31–34. p. 35.

¹⁰⁹ Ibid.

Da mesma maneira, Heinsfeld reconhece que “As fronteiras e os países não estiveram sempre onde estão, bem como não existiram sempre. Ambos não são mais que construções da história humana, resultado e expressão de processos sociais”¹¹⁰. Enfatiza-se, nessa ordem, que a fronteira entre Brasil e Argentina é produto de processos sociais, tal como afirma também o geógrafo André Roberto Martin: “[...] todas as fronteiras são construções humanas, na medida em que são os grupos humanos que atribuem a esse ou àquele acidente geográfico a condição de divisão entre um espaço conquistado e outro não”¹¹¹. Assim, também os rios Peperi-guaçu e Santo Antônio, como o Iguaçu ao norte, acidentes geográficos naturais, passaram pela designação humana a representar e significar os limites internacionais entre Argentina e Brasil.

A despeito das delimitações humanas sobre as linhas territoriais de países, fauna e flora presentes em regiões fronteiriças ignoram a que Estado-nação pertencem, tampouco reconhecem ou participam de litígios. Não obstante, são transformadas pelas disputas territoriais e, sobretudo, intervenções humanas. Sendo assim, depois de 1895, passaram por profundas transformações conforme o manejo dado pelas políticas públicas implantadas por cada país ao qual se tornaram pertencentes.

Limites e fronteiras não são sinônimos, embora, não raro, sejam utilizados como tal. O limite entre Argentina e Brasil estabelecido em 1895 representa a área física em que cada país pode exercer a sua soberania. A(s) fronteira(s) que ali se constituem são frutos de diversas relações entre as sociedades ao longo do tempo, como aponta o pesquisador Tau Golin, que se dedica aos estudos das fronteiras sul-americanas. Ele afirma que, na definição do conceito de fronteira, não é possível utilizar a mesma objetividade técnica empregada em limite¹¹², pois as fronteiras podem assumir diversas características, sendo elas econômicas, sociais, e mesmo ambientais. O pesquisador defende ainda: “Na verdade, limite e fronteiras são antinômicos: ora acentuam os aspectos geopolíticos e macroeconômicos típicos da soberania nacional e sua segurança, ora se situam como espaço de contato entre comunidades limítrofes, os ditos espaços fronteiriços”¹¹³. No caso desta pesquisa, a fronteira em estudo é aquela das interações entre humanos e não humanos, na área física de distribuição da Floresta com Araucárias entre a Argentina e o Brasil, um espaço transnacional.

¹¹⁰ HEINSFELD, A. A fronteira: historicidade e conceitualização. In: RADIN, J. C.; MURARO, V. F.; ZARTH, P. (Orgs.). **História da Fronteira Sul**. Porto Alegre: Letra & Vida; Chapecó: UFFS, 2015. p. 25–42. p. 30.

¹¹¹ MARTIN, A. R. **Fronteiras e Nações**. São Paulo: Contexto, 1992. p. 40.

¹¹² GOLIN, T. **A Fronteira**: Governos e movimentos espontâneos na fixação dos limites do Brasil com o Uruguai e a Argentina. v. 1, Porto Alegre: L&PM, 2002. p. 14.

¹¹³ *Ibid.*, p. 17.

Para o historiador Leandro Crestani¹¹⁴, que estudou o processo de ocupação da fronteira nordeste de Misiones e oeste do Paraná no período de 1881 a 1930, a fronteira entre Brasil e Argentina se “[...] configura como um espaço transnacional demarcado por disputas e alegações de ambos os países, marcadas muito mais pela posse do território e exploração do potencial econômico das terras do que pela formação de uma identidade cultural argentina ou brasileira”¹¹⁵. De acordo com Crestani, a formação dessa fronteira não possui as características da *fronteir thesis* defendida por Frederick Turner¹¹⁶ no avanço da fronteira norte-americana para o Oeste dos Estados Unidos da América, mas sim “[...] pela posse das riquezas disponíveis na fronteira: a terra, a erva-mate, a madeira e as Cataratas do Iguaçu”¹¹⁷, que queriam ser asseguradas por ambos os Estados-nacionais, Brasil e Argentina.

1.3 APRESENTANDO A SELVA PARANAENSE, ARGENTINA

A vegetação do território argentino recebe a classificação do Sistema de Informação da Biodiversidade e da Administração de Parques Nacionais da Argentina, que adota o conceito de ecorregiões, isto é:

[...] un territorio geográficamente definido en el que dominan condiciones ambientales (geomorfología, suelo, clima, etc.) relativamente uniformes o recurrentes, donde se asientan determinadas comunidades naturales o seminaturales, que comparten la gran mayoría de sus especies y dinámicas ecológicas y donde ocurre una interacción ‘ecológica’ entre lo biótico y lo abiótico que es determinante para la subsistencia de estos ecosistemas em el largo plazo¹¹⁸.

De acordo com essa classificação, existem 18 ecorregiões na Argentina, sendo elas: *Altos Andes, Puna, Monto de Sierra y Bolsones, Selva de las Yungas, Chaco Seco, Chaco Húmedo, Delta e Islas del Paraná, Bosques Patagónicos, Campos y Malezales, Espinal, Estepa Patagónica, Esteros del Iberá, Islas del Atlántico Sur, Monte de Llanuras y Mesetas, Pampa, Antártida Argentina, Mar Argentina* e a *Selva Paranaense*, conforme é possível visualizar no Mapa 6.

¹¹⁴ CRESTANI, L. de A. **História da ocupação na fronteira entre Brasil e Argentina (1881/1930): uma perspectiva comparada e transnacional**. 308 f. 2019. Tese (Doutorado em História), Universidade de Évora, Évora, 2019.

¹¹⁵ Ibid., p. 24.

¹¹⁶ TURNER, F. J. El significado de la frontera en la historia americana. **Secuencia**, Ciudad de México, v. 7, p. 187–207, 1987.

¹¹⁷ CRESTANI, L. de A. **História da ocupação na fronteira entre Brasil e Argentina (1881/1930): uma perspectiva comparada e transnacional**. 308 f. 2019. Tese (Doutorado em História), Universidade de Évora, Évora, 2019. p. 24.

¹¹⁸ ARGENTINA. **Ecorregiones de Argentina**. Argentina: Sistema de Información de Biodiversidad [20--]. Disponível em: <https://sib.gob.ar/ecorregiones>. Acesso em: 15 out. 2020.

Mapa 6 – Ecorregiões da República Argentina



Fonte: Mapoteca¹¹⁹.

¹¹⁹ MAPOTECA. **República Argentina**. Argentina: Ministério da Educação, [20--]. 1 mapa. color. Disponível em: <http://mapoteca.educ.ar/files/index.html.1.27.html>. Acesso em: 20 jan. 2022.

A classificação utilizada pela Argentina para definir sua vegetação em ecorregiões difere daquela utilizada pelo Brasil, que adota o conceito de biomas, de acordo com os padrões do IBGE, que define bioma como:

[...] um conjunto de vida vegetal e animal, constituído pelo agrupamento de tipos de vegetação que são próximos e que podem ser identificados em nível regional, com condições de geologia e clima semelhantes e que, historicamente, sofreram os mesmos processos de formação da paisagem, resultando em uma diversidade de flora e fauna própria¹²⁰.

São seis os biomas brasileiros: Amazônia, Pampa, Cerrado, Caatinga, Pantanal, e Mata Atlântica. Conforme a classificação brasileira, o recorte espacial desta pesquisa se insere na área do bioma Mata Atlântica, na área de ocorrência da Floresta Ombrófila Mista ou Floresta com Araucárias. Já na classificação da Argentina, trata-se da ecorregião da Selva Paranaense, Distrito das Selvas Mistas. Nesta pesquisa, optou-se por utilizar a expressão Floresta com Araucárias para representar o conjunto dessa floresta independente do Estado-nação que se encontre e, quando necessário, especificando se ela se localiza no sul do Brasil ou em Misiones na Argentina.

Na Argentina, a Selva Paranaense é também denominada de Província Subtropical Oriental¹²¹, Mata Atlântica Interior¹²², Floresta Atlântica do Alto Paraná¹²³ e, popularmente, como Selva Misionera. Localiza-se no extremo noroeste da República Argentina e se estende pela maior parte da Província de Misiones, como se observa no Mapa 7.

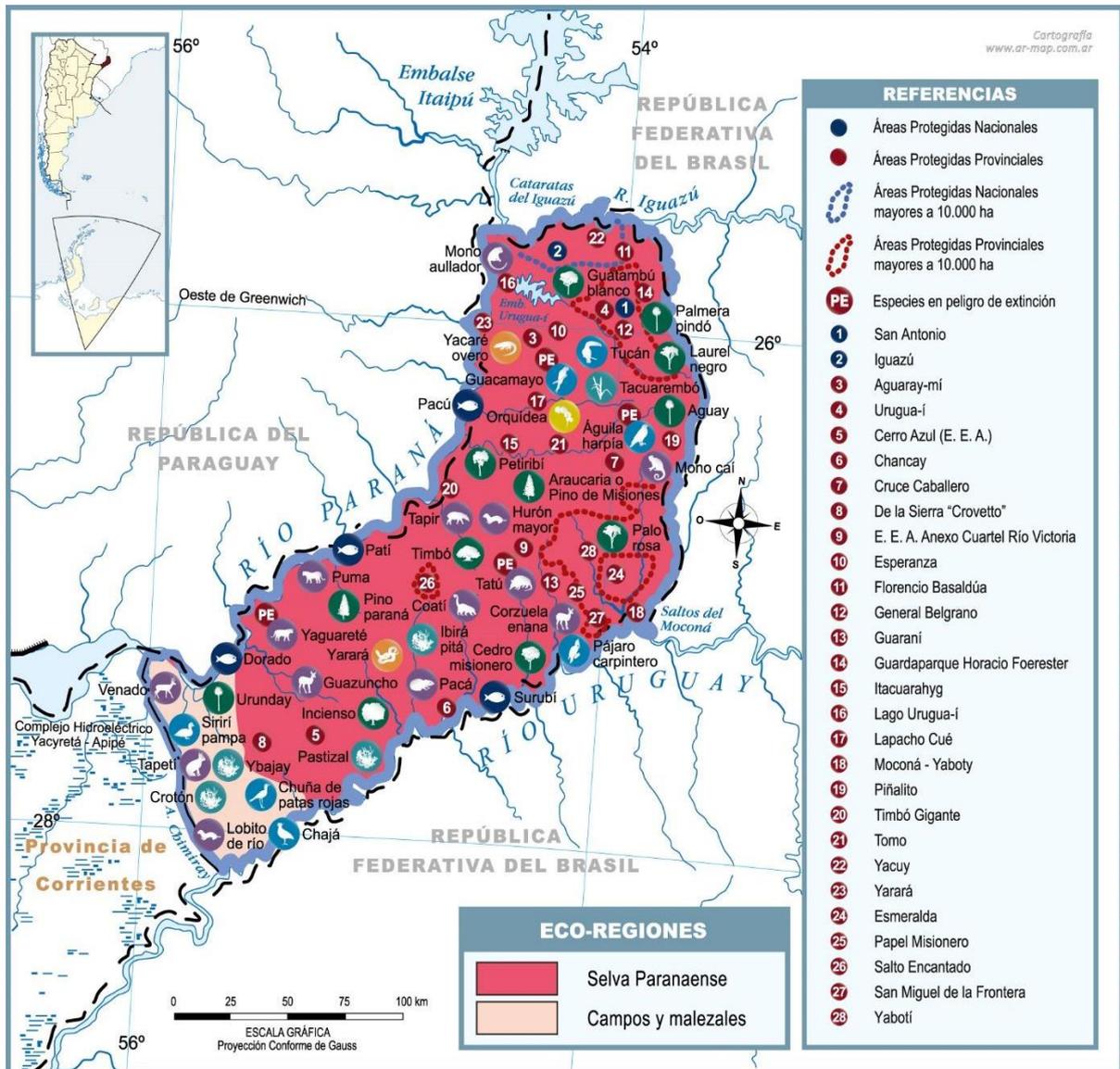
¹²⁰ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Biomas**. Rio de Janeiro: IBGE, [20--]. Disponível em: <https://cnae.ibge.gov.br/en/component/content/94-7a12/7a12-vamos-conhecer-o-brasil/nosso-territorio/1465-ecossistemas.html?Itemid=101>. Acesso em: 28 jan. 2021.

¹²¹ CABRERA, Á. L. Territorios fitogeográficos de la República Argentina. **Boletín de la Sociedad Argentina de Botánica**, v. 4, n. 1, p. 21–65, 1951.

¹²² Ibid.

¹²³ LÓPEZ, L.; CÁMARA, H. **Senderos en la Selva Misionera**. Gobierno de la Provincia de Misiones, 2005.

Mapa 7 – Distribuição da área da Selva Paranaense pela Província de Misiones



Fonte: Mapoteca¹²⁴.

No Mapa 7, é possível visualizar a área de abrangência da Selva Paranaense, com representação das áreas protegidas nacionais e provinciais. Verifica-se, também, as espécies atualmente ameaçadas de extinção, sendo que, para um olhar mais desatento, a Selva Paranaense ali representada aparenta cobrir quase todo o território de Misiones. Por isso, é importante esclarecer que diversas áreas foram desmatadas e constituem núcleos urbanos. Estima-se que a Selva Paranaense, até fins do século XIX, possuía uma área estimada em

¹²⁴ MAPOTECA. **República Argentina**. Argentina: Ministério da Educação, [20--]. 1 mapa. color. Disponível em: <http://mapoteca.educ.ar/files/index.html.1.27.html>. Acesso em: 20 jan. 2022.

2.700.000 hectares¹²⁵ do atual território da Província de Misiones (2.980.100 hectares)¹²⁶. Ao longo do tempo, no entanto, foi reduzida e fragmentada, sendo que no início do século XXI, pesquisadores registraram a existência de apenas 1.200.000 ha¹²⁷ de floresta. Apesar da sua significativa redução, a Selva Paranaense é considerada o espaço de maior biodiversidade de fauna e flora terrestres da Argentina¹²⁸.

O botânico e fitogeógrafo Angel Lulio Cabrera (1908-1999), de naturalidade espanhola, viveu a maior parte de sua vida na Argentina. Fundou, em 1945, a Sociedade Argentina de Botânica e publicou, em 1951, um estudo preliminar denominado *Territorios fitogeográficos de la Republica Argentina*. Junto a estudos posteriores resultou no material *Regiones fitogeográficas argentinas*, impresso pela primeira vez em 1976 como parte da *Enciclopedia Argentina de Agricultura y Jardineira*¹²⁹. Cabrera, em sua classificação fitogeográfica do território argentino, tendo como base critérios florísticos que consideraram as comunidades de espécies vegetais climáticas com endemismo de famílias, seguido pelo de gênero, registrou que a Selva Paranaense se constitui por uma grande densidade de vegetação e uma flora riquíssima.

Cabrera classificou a vegetação da Selva Paranaense em três distritos: *i*) o distrito das Selvas Mistas, que se estende pela maior parte de Misiones e ao longo das margens dos rios Paraná e Uruguai e possui espécies características no extremo norte, como o palmito (*Euterpe edulis*) e a peroba ou “palo rosa” (*Aspioderma polyneuron*), escassas ou restritas em outras partes da Selva Paranaense; *ii*) o Distrito dos Campos, localizado no sudoeste de Misiones e no nordeste da Província de Corrientes, onde predominam a vegetação savânica em alternância com fragmentos arbóreos ou também chamados mosaicos florestais; e *iii*) o Distrito das Araucárias, que se localiza no extremo oriental de Misiones, formação florestal com predomínio da *Araucaria angustifolia* no dossel da floresta¹³⁰.

A Selva Paranaense, de maneira geral, constitui-se por uma flora bastante heterogênea e biodiversa. Entre as espécies arbóreas de grande porte, que atingem o seu dossel superior, e

¹²⁵ BURKART, R.; FERNÁNDEZ, J. G. Introducción. In: BURKART, R. *et al.* (Orgs.). **La Selva Misionera: Opciones para su conservación y uso sustentable**. Buenos Aires: FUCEMA, 2002. p. 13.

¹²⁶ MISIONES. **Ubicación geográfica**. Site Gobierno de la Provincia de Misiones, 2020. Disponível em: <https://misiones.gob.ar/ubicacion-geografica>. Acesso em: 20 set. 2020.

¹²⁷ BURKART, R.; FERNÁNDEZ, J. G. Introducción. In: BURKART, R. *et al.* (Orgs.). **La Selva Misionera: Opciones para su conservación y uso sustentable**. Buenos Aires: FUCEMA, 2002. p. 13.

¹²⁸ BURKART, R.; FERNÁNDEZ, J. G. Introducción. In: BURKART, R. *et al.* (Orgs.). **La Selva Misionera: Opciones para su conservación y uso sustentable**. Buenos Aires: FUCEMA, 2002.

¹²⁹ FRANGI, J. L. **Academia Nacional de Agronomía y Veterinaria**. Argentina: [S.n.], [20--]. Disponível em: https://web.archive.org/web/20080929080925/http://www.anav.org.ar/bios3.php?id_miembro=25. Acesso em: 10 jan. 2020.

¹³⁰ CABRERA, Á. L. Territorios fitogeográficos de la República Argentina. **Boletín de la Sociedad Argentina de Botánica**, v. 4, n. 1, p. 21–65, 1951.

geralmente alcançam alturas superiores aos 30 metros, pode-se citar o guatambu branco (*Balfourodendron riedelianum*), a grapia (*Apuleia leiocarpa*), o cedro (*Cedrela fissilis*), o timbó (*Enterolobium contortisiliquum*), a cabreúva (*Myrocarpus frondosus*), entre outras¹³¹. No estrato médio da Selva Paranaense, encontram-se espécies com alturas entre 20 e 30 metros, como catiguá (*Trichilia catiguá*), cerejeira ou cerella (*Eugenia involucrata*). Também há a pitangueira (*Eugenia uniflora*), a uvaia ou ubajay-mi (*Eugenia turbinata*), a capororoca ou canelón (*Rapanea lorentzian*). No estrato arbóreo inferior, também denominado de sub-bosque, existem espécies que atingem alturas de até 20 metros, como a erva-mate (*Ilex paraguariensis* St. Hilarie)¹³².

De acordo com Gerhardt, a “[...] *Ilex paraguariensis* adaptou-se a um lugar intermediário na floresta, formando o sub-bosque, pois tolera e necessita a sombra de árvores de maior porte”¹³³. A erva-mate foi um dos principais elementos do desenvolvimento da economia misionera, sendo que, a partir de 1881, quando Misiones foi elevada a Território Nacional da Argentina, uma nova legislação com relação aos usos dos ervais foi sancionada¹³⁴:

Em geral ela ratificou o regramento anterior, mas novos aspectos foram incorporados, tais como a proibição da venda de terras com ervais e, em 1894, a divisão do conjunto de ervais em quatro seções, nas quais se faria a rotação, isto é, a cada ano somente uma das seções estava liberada para exploração. A legislação sobre os ervais argentinos continuou em constante reelaboração: em 1896 foi publicado um amplo regulamente nacional, em 1903 criou-se uma Lei de Terras que permitiu a venda e o arrendamento de ervais e se decretou um novo regulamento para exploração de bosques e ervais, um decreto de 1906 considerou os ervais sujeitos a mesma proteção das áreas florestais e em 1907 outro regulamento redefiniu as regras para a concessão de ervais, abertura de picadas e instalação de roçados¹³⁵.

A extração da *Ilex* dos ervais nativos era realizada pelo sistema de *obrages*, no qual os obrageros, isto é, os proprietários das terras, contratavam mensúes. Estes últimos eram os trabalhadores empregados na extração da erva e não possuíam direitos trabalhistas, eram mal pagos, sendo que, muitas vezes, recebiam ameaças físicas e, na maioria das vezes, não tinham

¹³¹ RAGONESE, A. E.; CASTIGLIONE, J. A. Los pinares de *Araucaria angustifolia* en la República Argentina. Boletín de la Sociedad Argentina de Botánica, v. 1, n. 2, p. 126–147, 1946.

¹³² Ibid.

¹³³ GERHARDT, M. **História ambiental da erva-mate**. 290 f. 2013. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013. p. 40.

¹³⁴ GERHARDT, M. **História ambiental da erva-mate**. 290 f. 2013. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

¹³⁵ Ibid., p. 152.

condições de quitar suas dívidas numa espécie de mercado que era de propriedade dos obrageros¹³⁶.

As legislações existentes no período não foram suficientes para conservar os ervais nativos e, de acordo com a historiadora María Cecilia Gallero – que estudou os processos de produção da erva-mate em Misiones pela perspectiva da História Ambiental – ocorreu uma transição da economia extrativa para a produtiva, coadjuvando com a chegada de migrantes suíços que deram impulso aos monocultivos da erva-mate¹³⁷. Gallero afirma que contemporaneamente “En el mundo, la yerba mate desempeña un papel muy importante en el contexto cultural, histórico y económico de la región misionera”¹³⁸.

Ragonese e Castiglione registraram também na Selva Paranaense grandes quantidades de taquara ou tacuapí (*Merostachys* sp.), considerada “perigosa” para a regeneração natural de outras plantas por impedir a chegada de luz até a semente, dificultando sua germinação, seu crescimento e, conseqüentemente, sua sobrevivência. No que refere às regiões mais densas da Selva Paranaense, registraram que a taquara gradualmente se substituía pela ortiga brava (*Urera* sp.), que provia material têxtil, muito utilizado pelos indígenas Kaingang que habitavam a região de Misiones no fim do século XIX e início do XX¹³⁹.

A Selva Paranaense não se constitui apenas pela sua composição arbórea, mas também por inúmeras lianas, epífitas, líquens e por uma fauna bem diversificada, que reúne espécies como: bugio-preto (*Alouatta caraya*), veado-mateiro (*Mazama americana*), queixada (*Tayassu pecari*), puma (*Puma concolor*)¹⁴⁰, jaguatirica/yaguareté (*Panthera onca*) e o macaco misionero (*Platyrrhini*). Também há na região espécimes de aves como os papagaios *Amazona pretrei* e *Amazona vinacea*.

No fim do século XIX, diversas instituições científicas argentinas, como a *Sociedad Geográfica Argentina*, o *Instituto Geográfico Argentino* e o *Museu de la Plata*, financiaram expedições que tinham como objetivo realizar um reconhecimento geográfico dos chamados

¹³⁶ ALCARÁZ, A. **La gestión de una “Elite local” durante la explotación yerbatera-maderera en el Alto Paraná (1870-1920):** Domingo Barthe: un representante paradigmático. 165 f. 2013. (Maestría en Antropología Social), Universidad Nacional de Misiones, Posadas, 2013. GERHARDT, M. **História ambiental da erva-mate.** 290 f. 2013. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

¹³⁷ GALLERO, M. C. Cambios y permanencias en la producción de yerba mate: Un estudio desde la historia ambiental en Misiones (Argentina). **HALAC - Historia Ambiental, Latinoamericana y Caribeña**, v. 9, n. 1, p. 223–257, 2019.

¹³⁸ *Ibid.*, p. 224.

¹³⁹ RAGONESE, A. E.; CASTIGLIONE, J. A. Los pinares de *Araucaria angustifolia* en la República Argentina. **Boletín de la Sociedad Argentina de Botánica**, v. 1, n. 2, p. 126–147, 1946.

¹⁴⁰ MISIONES. **Fauna de Misiones.** Site Gobierno de la Provincia de Misiones, 2020. Disponível em: <https://ecologia.misiones.gob.ar/fauna-de-misiones/>. Acesso em: 29 abr. 2020.

Territórios Nacionais. Em outubro de 1884, foram instituídos nove Territórios Nacionais na Argentina¹⁴¹, além do Território Nacional de Misiones (que foi elevado à condição de província argentina somente em 1953), o de *Chubut, La Pampa, Formosa, Neuquén, Patagonia, Tierra del Fuego e Río Negro*. Enquanto Território Nacional, Misiones recebeu diversos escritores-viajantes e técnicos, que redigiram cartas, relatos, análises técnicas, representações cartográficas, bem como descrições das paisagens da Selva Paranaense e dos diversos sujeitos que ali viviam, combinando esses escritos com suas experiências pessoais.

Parte dos resultados dessas expedições foram, em sua maioria, publicados em formato de relatos de viagens, livros, artigos científicos e cartas em periódicos, com o intuito de possibilitar que os leitores, além de conhecer as análises técnicas, pudessem acompanhar as impressões dos viajantes em regiões ainda pouco exploradas pelos grupos humanos que viviam nas grandes capitais, distantes das áreas urbanizadas de onde a maior parte deles procediam como a moderna Buenos Aires.

O antropólogo Jorge Alcaráz¹⁴² se dedicou a analisar os relatos dos viajantes de diferentes nacionalidades que percorreram diversas regiões da Selva Paranaense no fim do século XIX: Alejo Peyret, Gustavo Niederlein, Giacomo Bove, Ramón Lista, Juan Bautista Ambrosetti e Juan Queirel. E sua obra, identifica de que modo os discursos presentes nos relatos desses viajantes representavam ideais políticos e intelectuais vinculados às instituições das quais provinham. Também aponta as estratégias utilizadas pelos viajantes para legitimar determinadas concepções de poder, em um espaço secularmente habitado por indígenas, mas que era considerado um grande vazio, distante e alheio ao governo nacional argentino, o que, por sua vez, revelava a necessidade da nacionalização e construção da identidade argentina naquele espaço. Para Alcaráz, os viajantes, mesmo que com aspectos comuns e divergentes, atuaram como “construtores de fronteira”, agentes da cultura nacional que justificavam a necessidade das ações de expansão do Estado via políticas de povoamento concebidas naquele período como civilizadoras e modernizadoras¹⁴³.

Em sua pesquisa, Aranha¹⁴⁴ analisou relatos de viajantes de nacionalidade argentina que, no período de 1882 a 1898, incentivados e financiados em parte pelo governo argentino,

¹⁴¹ ARGENTINA. **Ley n. 1.532 de 1884**. Organización de los Territorios Nacionales. Argentina, 1884. Disponível em: https://es.wikisource.org/wiki/Ley_1.532_de_Organización_de_los_Territorios_Nacionales. Acesso em: 29 abr. 2020.

¹⁴² ALCARÁZ, J. **Misiones a través de los relatos de viaje**. Posadas: EDUNAM: Editorial Universitaria de la Universidad Nacional de Misiones, 2009.

¹⁴³ Ibid.

¹⁴⁴ ARANHA, B. P. de L. **De Buenos Aires a Misiones: civilização e barbárie nos relatos de viajantes realizados à terra do mate (1882-1898)**. 182 f. 2014. Dissertação (Mestrado em História), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

descolocaram-se de Buenos Aires ao Território Nacional de Misiones e percorreram parte da Selva Paranaense. Foram eles: Ramón Lista, Rafael Hernández, Eduardo Ladislao Holmberg, Juan Bautista Ambrosetti e Florencio de Basaldúa. As expedições dos viajantes tinham por objetivo reconhecer as fronteiras nacionais, auxiliando na construção da nação argentina, bem como averiguar as possibilidades de implantação de projetos econômicos e de colonização. Tais projetos levariam ao desenvolvimento e à civilização uma região que era considerada periférica e marginal quando comparada a Buenos Aires, de onde todos os viajantes haviam se deslocado. Aranha avalia que, nos relatos por ele analisados, a natureza, mesmo que descrita com um certo exotismo, tem destaque utilitarista, pois “[...] o ambiente subtropical de Misiones era representado pelos viajantes como um reservatório de riquezas a serem aproveitadas pelo Estado”¹⁴⁵. Afirmar, ademais, que o governo nacional utilizou a Selva Paranaense como um meio de construção de uma identidade nacional argentina, pois: “A natureza subtropical misionera seria fornecedora, tanto de recurso materiais para a expansão das atividades econômicas dos portenhos, como também de símbolos de identidade nacional”¹⁴⁶.

Nodari¹⁴⁷ analisa, em *Florestas em Territórios de Fronteira: Sul do Brasil e Misiones na Argentina*, a descrição da natureza presente em parte da Selva Paranaense, em território argentino, a partir da análise dos relatos do agrimensor Rafael Hernandez (1840-1903), que, durante quatro meses do ano de 1883, projetou a implantação das colônias de Candelaria, atualmente município do departamento de nome homônimo, e de Santa Ana, atual capital do Departamento de Candelaria. Nodari avalia que Hernandez, em seus relatos, deixa claro que Misiones só alcançaria projeção nacional e progresso econômico por meio da migração europeia e pela ação efetiva do Estado nacional argentino. Outro viajante cujos relatos foram analisados pela historiadora foi Juan Bautista Ambrosetti (1865-1917), que realizou três viagens por Misiones, em 1891, 1892 e 1894. Na última delas, visitou a região do atual Departamento de San Pedro e se surpreendeu com a imponência da araucária em relação às demais árvores que compõem a floresta¹⁴⁸. Para a historiadora, Ambrosetti, assim como Hernández, defendeu a ocupação de Misiones por meio da colonização, ação que, em sua concepção, levaria ao desenvolvimento econômico, social e cultural do Território Nacional de Misiones. Nodari conclui que, mesmo que os viajantes tenham, em seus relatos, mostrado

¹⁴⁵ ARANHA, B. P. de L. **De Buenos Aires a Misiones: civilização e barbárie nos relatos de viajantes realizados à terra do mate (1882-1898)**. 182 f. 2014. Dissertação (Mestrado em História), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. p. 126.

¹⁴⁶ Ibid., p. 111.

¹⁴⁷ NODARI, E. *Florestas em Territórios de Fronteira: Sul do Brasil e Misiones na Argentina*. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 20, n. 2, p. 300–316, 2015.

¹⁴⁸ Ibid.

admiração com a Selva Paranaense, tinham um olhar utilitário sobre ela e seus possíveis usos econômicos.

1.4 FLORESTA COM ARAUCÁRIAS DE MISIONES NA VISÃO DE TRÊS ESCRITORES-VIAJANTES DO SÉCULO XIX: JUAN BAUTISTA AMBROSETTI, FLORENCIO DE BASALDÚA E CARLOS BURMEISTER

A Floresta com Araucárias em Misiones, que se localiza no extremo oriente da Selva Paranaense, nos atuais Departamentos de San Pedro e General Manuel Belgrano, tem predomínio no estrato arbóreo superior da *Araucaria angustifolia* ou, como também é chamada, pino misionero ou pino Paraná¹⁴⁹, *Curiy* pelos indígenas Guaraní e de *Faeg* pelos indígenas Kaingang. A maior concentração da espécie se encontrava em San Pedro, região que, de acordo com Aranha:

Sua fundação remonta ao ano de 1875, momento em que uma expedição de ervateiros, sob os auspícios do governo de Corrientes, adentrou a região em busca de ervais. A sua exploração iniciou-se após um tratado firmado com os índios kaingangs, liderado pelo cacique Maidana, episódio este que ficou conhecido como ‘pacto de la selva’¹⁵⁰.

Em San Pedro, a grande concentração de ervais coexistiu com as araucárias¹⁵¹. Essa formação florestal possibilitou que botânicos, engenheiros florestais e outros estudiosos argentinos classificassem-na como uma região fitogeográfica especial¹⁵² dentro da Selva Paranaense. O engenheiro florestal Koutché chamou-a de Pinhais Misioneros¹⁵³, os engenheiros agrônomos do Instituto de Botânica do Ministério da Agricultura da Argentina, Arturo Ragonese e Julio Castiglione¹⁵⁴ chamaram-na de Pinhais de *Araucaria angustifolia*; e o botânico Angel Cabrera¹⁵⁵ de Distrito dos Pinhais.

¹⁴⁹ RAGONESE, A. E.; CASTIGLIONE, J. A. Los pinares de *Araucaria angustifolia* en la República Argentina. **Boletín de la Sociedad Argentina de Botánica**, v. 1, n. 2, p. 126–147, 1946. p. 128.

¹⁵⁰ ARANHA, B. P. de L. **Entre sertões e desertos: viajantes brasileiros e argentinos na fronteira (1882-1905)**. 431 f. f. 2020. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020. p. 286

¹⁵¹ GERHARDT, M. **História ambiental da erva-mate**. 290 f. 2013. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013. p. 66.

¹⁵² HUECK, Kurt. Distribuição e Habitat Natural do Pinheiro do Paraná (*Araucaria angustifolia*). **Boletim da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo. Botânica**, São Paulo, v. 10, p. 5–24, nov. 1953. HUECK, K. Distribuição e Habitat Natural do Pinheiro do Paraná (*Araucaria angustifolia*). **Botânica**, v. 10, p. 5–24, 1953.

¹⁵³ KOUTCHÉ, V. **Los bosques y maderas de Misiones**. Miscelánea. Buenos Aires: Ministério da Agricultura da Argentina, 1938.

¹⁵⁴ RAGONESE, A. E.; CASTIGLIONE, J. A. Los pinares de *Araucaria angustifolia* en la República Argentina. **Boletín de la Sociedad Argentina de Botánica**, v. 1, n. 2, p. 126–147, 1946.

¹⁵⁵ CABRERA, Á. L. Territorios fitogeográficos de la República Argentina. **Boletín de la Sociedad Argentina de Botánica**, v. 4, n. 1, p. 21–65, 1951.

Em Misiones, a araucária se distribui por altitudes aproximadas aos 800 metros¹⁵⁶, pelos “[...] declives orientais e na altura da Sierra Central de Misiones, isto é, nos vales laterais do [sic] Peperiguazy, afluente direto do Rio Uruguai”¹⁵⁷, em áreas com precipitação anual superior a 1.000 mm¹⁵⁸, sendo o clima classificado como subtropical úmido. O solo é laterítico, de cor vermelha, sendo na Argentina comumente chamado de “tierra colorada”. Nas palavras do naturalista viajante Carlos Burmeister: “Ninguno que haya viajado por Misiones habrá dejado de sorprenderse ante el color intensamente rojo de su suelo”¹⁵⁹. No fim do século XIX, diversos escritores-viajantes percorreram a Selva Paranaense, entre eles Juan Bautista Ambrosetti¹⁶⁰, Florencio de Basaldúa¹⁶¹ e Carlos Germán Conrado Burmeister¹⁶², os quais destinaram parte de seus relatos para descrever as paisagens da Floresta com Araucárias em território argentino.

O escritor-viajante, afirma José Luiz de Andrade Franco, “[...] entra em contato com uma realidade nova, antes desconhecida, e volta modificado pela experiência, com uma perspectiva ampliada do mundo”¹⁶³. Produto das viagens, os relatos podem ser utilizados como fontes de pesquisa pela historiografia. Na História Ambiental, Moretto afirma que os relatos dos viajantes “[...] são importantes fontes para analisar o meio natural, que muitas vezes passou por drásticas mudanças e não podem mais ser avaliados como pertencentes à contemporaneidade”¹⁶⁴. Os relatos, portanto, auxiliam a compreender as mudanças das percepções com relação a natureza, como explica Worster:

A natureza muda, afirmamos, ainda que nem sempre as mudanças sejam aparentes para os observadores. O que nós queremos da natureza também muda. O que queremos e o que retiramos nunca são o mesmo, seja para os ambientalistas ou para os agentes do desenvolvimento. O que nós quisemos no passado teve consequências que ninguém esperava: surpresas, resultados imprevisíveis, muitas decepções, algumas delas trágicas. Os historiadores investigam todas essas questões e ajudam a

¹⁵⁶ RAGONESE, A. E.; CASTIGLIONE, J. A. Los pinares de Araucaria angustifolia en la República Argentina. **Boletín de la Sociedad Argentina de Botánica**, v. 1, n. 2, p. 126–147, 1946.

¹⁵⁷ HUECK, Kurt. Distribuição e Habitat Natural do Pinheiro do Paraná (*Araucaria angustifolia*). **Boletim da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo. Botânica**, São Paulo, v. 10, p. 5-24, nov. 1953. p. 15.

¹⁵⁸ RAU, F. M. **Land Use Change and Natural Araucaria Forest Degradation Northeastern Misiones – Argentina**. 211 f. 2005. Thesis (Doctored in Silviculture), Faculty of Forestry, Albert-Ludwigs-University, Freiburg in Breisgau, Germany, 2005.

¹⁵⁹ BURMEISTER, C. **Memoria sobre el Territorio de Misiones**. Buenos Aires: Imprenta, Litog. Y encuadernación de J. Peuser, 1899. p. 30.

¹⁶⁰ AMBROSETTI, J. B. **Tercer Viaje a Misiones**. Buenos Aires: Albatroz, 2008.

¹⁶¹ BASALDÚA, F. de. **Pasado – Presente – Porvenir del Territorio Nacional de Misiones**. La Plata: [S.n.], 1901.

¹⁶² BURMEISTER, C. **Memoria sobre el Territorio de Misiones**. Buenos Aires: Imprenta, Litog. Y encuadernación de J. Peuser, 1899.

¹⁶³ Ibid.

¹⁶⁴ MORETTO, S. P. **A domesticação e a disseminação da feijoa (*Acca sellowiana*): do século XIX ao século XXI**. 431 f. 2014. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. p. 31.

criar um contexto intelectual para a sociedade em que eles vivem, desafiando o pensamento simplista ou as expectativas irreais¹⁶⁵.

Juan Bautista Ambrosetti (1865-1917) nasceu em Gualeguay, Província de Entre Ríos na Argentina, mas viveu a maior parte de sua vida em Buenos Aires. Em 1882, tornou-se membro da Sociedade Científica Argentina e, de acordo com o antropólogo Jorge Alcaráz, Ambrosetti se destacou no meio científico por relatar em seus registros de viagens, os hábitos e as manifestações culturais das populações locais das regiões que visitava¹⁶⁶. Ambrosetti realizou três expedições para Misiones durante 1891 e 1894¹⁶⁷, tendo seus respectivos relatos publicados: *Primer Viaje ao Território de Misiones* em 1893; *Segun viaje por Misiones* em 1894, e *Tercer Viaje por Misiones* em 1896. Na última viagem por Misiones, realizada a pedido do Instituto Geográfico Argentino, Ambrosetti dedicou parte de seu relato para descrever seu decurso pela “[...] región de los grandes pinos o mejor dicho araucárias”¹⁶⁸. Ao chegar próximo a San Pedro, detalhou:

El número de pinos es enorme, y su conjunto sobre las alturas tiene un carácter especial que contrasta con todas las otras clases de vegetación. En primera línea se notan los individuos aislados de los planos cercanos, altos, enhiestos, derechos, cargados con sus copas simétricas y extendidas regularmente a ambos lados. En algunos, el tronco se viste de ramas abortivas pequeñas, que aparecen como mechones pegados a él.

Los otros planos se confunden en una masa negra de la que sólo se destacan las copas más o menos altas de algunos ejemplares, cuya silueta se recorta en el azul del cielo¹⁶⁹.

Ambrosetti descreveu, ainda, que os pinhões, isto é, as sementes das araucárias, “[...] son muy agradables, y esta es la causa de que San Pedro haya sido punto habitado preferentemente por los indios, quienes todos los años iban allí a regalarse con ellos durante los meses de marzo, abril y aun de mayo”¹⁷⁰. Para coletar os pinhões, os indígenas:

[...] trepaban sobre los árboles, valiéndose para esto de un gran aro de caña tacuara achatada, el cual debía abrazar el tronco del árbol. Entre este y la parte sobrante del aro, se coloca la persona, pasándose por debajo de los brazos.

El indio que sube lleva su hacha de piedra o hierro, con la que va haciendo en el tronco pequeños escalones a medida que trepa, para poder apoyar los pies, mientras el aro le sostiene el cuerpo.

¹⁶⁵ WORSTER, D. A natureza e a desordem na história. In: FRANCO, J. L. de A. *et al.* (Orgs.). **História Ambiental**: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. p. 367–384. p. 368.

¹⁶⁶ ALCARÁZ, J. **Misiones a través de los relatos de viaje**. Posadas: EDUNAM: Editorial Universitaria de la Universidad Nacional de Misiones, 2009. p. 127.

¹⁶⁷ AGUILAR, H. A. Juan Bautista Ambrosetti: “el loco de los cacharros”. **Boletín Biológica**, n. 13, 2009. Disponível em: www.boletinbiologica.com.ar. Acesso em: 10 jan. 2022.

¹⁶⁸ AMBROSETTI, J. B. **Tercer Viaje a Misiones**. Buenos Aires: Albatroz, 2008. p. 141.

¹⁶⁹ *Ibid.*, p. 147.

¹⁷⁰ *Ibid.*, p. 148.

Colgada en la parte externa, y del primer tercio del brazo derecho, lleva también una tacuara larga.

Llegado arriba, mientras se sostiene con una mano al tronco, con la otra, por medio de la caña, empuja las piñas de los extremos de las ramas para que caigan al suelo¹⁷¹.

Depois da coleta, para consumir o pinhão como alimento, a população indígena submergia a semente na água por um determinado tempo, para que assim se tornasse mais fácil descascá-la. Em seguida, preparavam uma pasta que usualmente era fervida¹⁷². De maneira distinta, os não indígenas (população migrante, entre eles brasileiros, argentinos e paraguaios que trabalhavam na colheita da erva-mate) cortavam e derrubavam a araucária¹⁷³ para apanhar as pinhas. Esse modo, visualmente, parecia mais fácil, porém era extremamente danoso ao meio ambiente, pois a araucária perdia ali sua vida. Com isso, todo o ecossistema era prejudicado, inclusive porque diversas espécies da fauna se alimentavam do pinhão¹⁷⁴, como o porco-domato, anta, tatu e muitas espécies de papagaios como o do peito roxo (*Amazona vinacea*).

Em seu relato, Ambrosetti também descreveu como era a construção das casas na região de San Pedro, nas quais a madeira da araucária era utilizada como matéria-prima e o machado era o principal instrumento de trabalho:

La forma de las casas es muy simple, idéntica a la de los ranchos, con techo a dos aguas sostenido por horcones y cumbreras de distinta madera, sacada del monte vecino.

Las paredes están forradas de tablas paradas, unas al lado de otras, deslizadas, puede decirse, dentro de un marco de otras colocadas horizontalmente, tanto en la parte superior como en la inferior.

Como las tablas no son perfectas, las juntas no pueden hacerse bien, de modo que entre ellas siempre pasa un poco de aire y luz abundante.

El techo se cubre también con estas tablas colocadas unas sobre las otras como si fueran tejas, un algo parecido a los tejos de ripio.

En algunas casas, las paredes son de barro, sostenidas por un enrejado de madera¹⁷⁵.

Para Ambrosetti, além do uso na construção civil, a madeira de araucária, se explorada adequadamente, contribuiria para o desenvolvimento econômico do Território Nacional de Misiones¹⁷⁶. Eunice Nodari e Paulo Zarth afirmam que Ambrosetti tinha a percepção de que “[...] a natureza deveria estar a serviço dos seres humanos, e somente esses transformariam a província em uma região viável de forma social e econômica e assim podendo se igualar a

¹⁷¹ AMBROSETTI, J. B. **Tercer Viaje a Misiones**. Buenos Aires: Albatroz, 2008. p. 148–149.

¹⁷² Ibid., p. 148.

¹⁷³ Ibid., p. 149.

¹⁷⁴ Ibid., p. 148.

¹⁷⁵ Ibid., p. 150.

¹⁷⁶ Ibid.

outras regiões do país”¹⁷⁷. Para tornar tal feito possível, era preciso superar as adversidades com relação ao transporte de madeira, causado pela falta de estradas/caminhos em que a produção lenhosa pudesse ser enviada aos centros consumidores. Para tanto, uma de suas recomendações foi a construção de uma *Tramway Decauville* (sistema similar a uma ferrovia, no qual as vias são constituídas por peças pré-fabricadas que podem ser realocadas):

Este tramway cuya vía podría colocarse ventajosamente buscando un terreno apto, aun cuando fuera más larga que el camino actual sería naturalmente ventajoso, pues se trataría de evitar el cortar muchos arroyos y los repechos fuertes; podría ser tirado por mulas, y el viaje de San Pedro al Paraná se haría con mucha rapidez. Nunca le faltaría carga, pues dando preferencia a la yerba, durante la época de la zafra, se podrían ir preparando los troncos para ser transportados cuando aquella concluyera¹⁷⁸.

Além das vantagens econômicas, Ambrosetti alertou que a *Tramway Decauville* auxiliaria na fixação da população nômade que trabalhava por temporadas¹⁷⁹. Para auxiliar em tal processo, sugeriu também que, em San Pedro, fosse construída uma serraria hidráulica, o que traria meios de trabalho fixos, assentando a população nômade na referida localidade. Em relação às comunidades indígenas, a preocupação expressa por Ambrosetti se relacionava com as doenças e o estilo de vida que os mesmos viviam. Isso porque, em sua interpretação, nesse caso, o sedentarismo diminuiria a oferta e variedade da alimentação dessas comunidades: “En otro tiempo, cuando aún se hallaban en estado salvaje, siempre conseguían una alimentación abundante”¹⁸⁰.

O relato de Florencio de Basaldúa, que viajou ao Território Nacional de Misiones em 1897-98 com o objetivo de coletar material para apresentar na Exposição Universal de Paris (1900) também se ocupava em fazer descrições da Floresta com Araucárias em território argentino. Parte das despesas da viagem foi custeada pelo Instituto Histórico Geográfico Argentino e o relato *Pasado – Presente – Porvenir del Territorio Nacional de Misiones*¹⁸¹ foi publicado em 1901. Aranha interpreta que Basaldúa, além da contribuição científica, tinha por objetivo fazer “[...] jus à cidadania argentina que lhe havido outorgada”¹⁸². Basaldúa relatou

¹⁷⁷ NODARI, E.; ZARTH, P. Natureza sem limites: observações de viajantes no território de Misiones. In: NODARI, E.; CARVALHO, M. M. X. de; ZARTH, P. (Orgs.). **Fronteiras fluidas: florestas com araucárias na América Meridional**. São Leopoldo: Oikos, 2018. p. 200–216. p. 211.

¹⁷⁸ AMBROSETTI, J. B. Tercer Viaje a Misiones. Buenos Aires: Albatroz, 2008. p. 151.

¹⁷⁹ Ibid., p. 158.

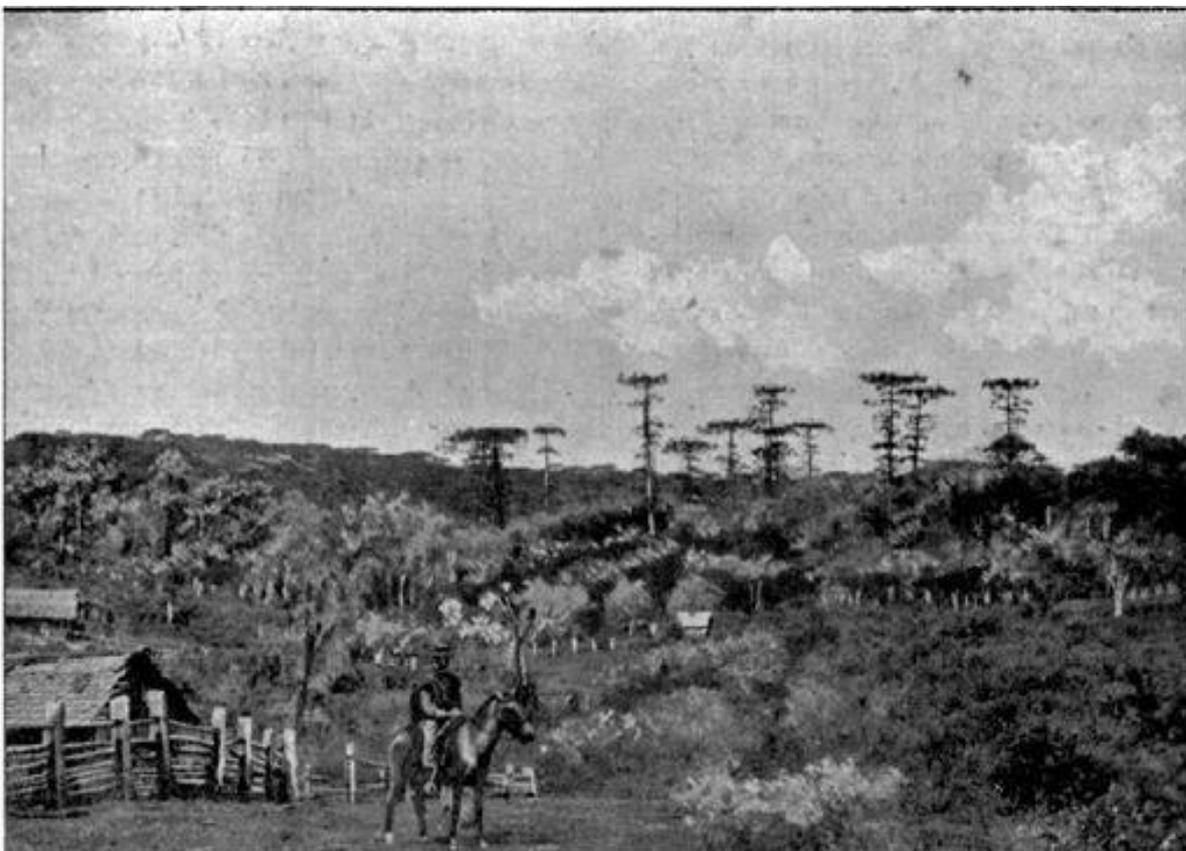
¹⁸⁰ Ibid., p. 152.

¹⁸¹ BASALDÚA, F. de. **Pasado – Presente – Porvenir del Territorio Nacional de Misiones**. La Plata: [S.n.], 1901.

¹⁸² ARANHA, B. P. de L. **De Buenos Aires a Misiones: civilização e barbárie nos relatos de viajantes realizados à terra do mate (1882-1898)**. 182 f. 2014. Dissertação (Mestrado em História), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. p. 75.

que a *Sierra de Misiones*, era composta por “gigantescos *curi*, el pino misionero”¹⁸³ e outras espécies vegetais. Recorrendo a uma imagem (Figura 2), ele apresentou aos seus leitores a Floresta com Araucárias de Misiones:

Figura 2 – Floresta com Araucárias, Misiones, 1898



Fonte: Florêncio de Basaldúa (1901)¹⁸⁴.

A fotografia apresentada por Basaldúa foi registrada por Correa Luna – em expedição com Ambrosetti –, e não só retrata a floresta em seu conjunto de árvores (constituída pela copa das araucárias no dossel da floresta) e outras espécies arbóreas no sub-bosque, mas também permite que se observe a presença humana, representada por benfeitorias. Entre elas, destaca-se a presença de cercas, ou seja, produto do trabalho humano. Nesse sentido, Rogério Ribeiro de Oliveira *et al.* avaliam: “Uma marca interessante do trabalho na paisagem diz respeito à organização da sociedade (defesa e delimitação das propriedades), assim como o cercamento para proteção dos cultivos. De fato, as cercas constituem um elemento ubíquo na paisagem”¹⁸⁵.

¹⁸³ BASALDÚA, F. de. **Pasado – Presente – Porvenir del Territorio Nacional de Misiones**. La Plata: [S.n.], 1901. p. 180.

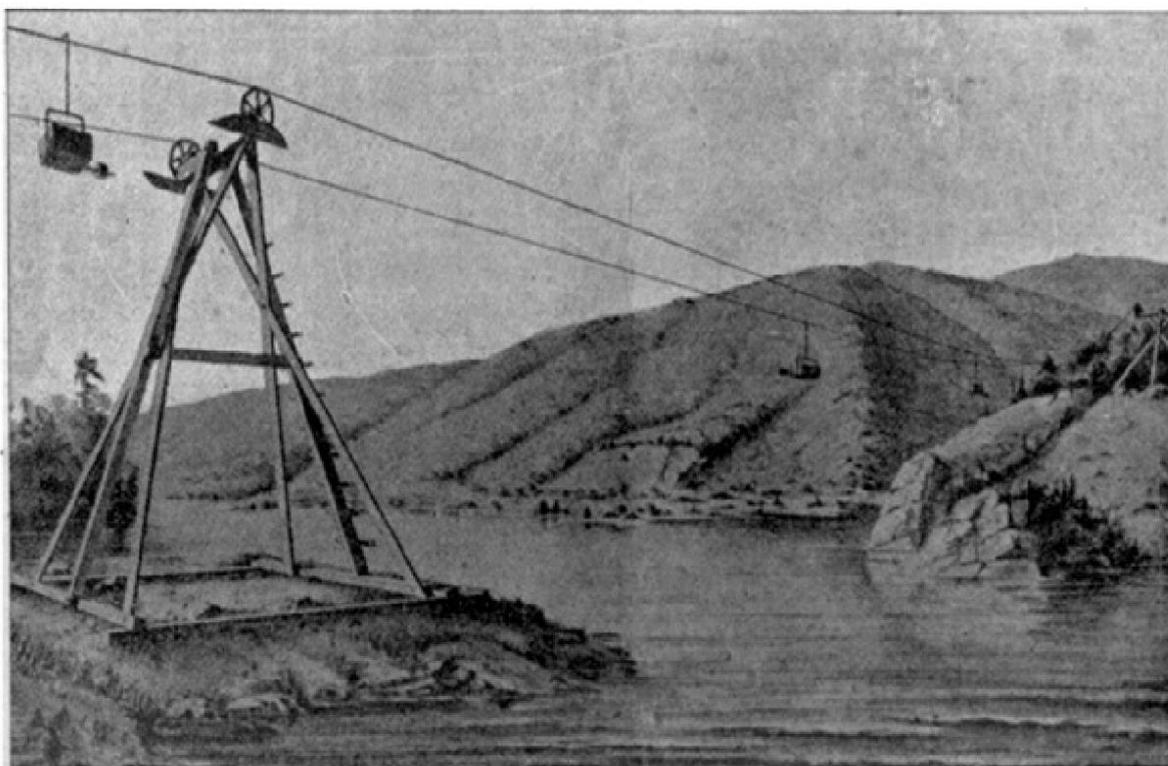
¹⁸⁴ *Ibid.*, p. 180.

¹⁸⁵ OLIVEIRA, R. R.; KROPF, M. S.; RUÍZ, A. E.-L. Uma armadilha na história ambiental: o trabalho humano oculto na paisagem. In: MIRAGLIA, M.; FRANÇA, A. M. (Orgs.). **Paisaje y patrimonio: impresiones en el ambiente natural**. Quilmes: Ayelen Dichdji; Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Teseopress, 2021. p. 149–181. p. 162.

No caso da Figura 2, as cercas eram feitas de mourões de madeiras dispostos na vertical e na horizontal e delimitavam o início e o fim de determinadas propriedades, bem como o espaço da coleta de pinhões de cada indivíduo. Além disso, possivelmente evitavam que o gado vacum adentrasse em áreas de cultivo ou outros espaços.

Basaldúa estimou em “[...] más de treinta ó cuarenta mil hectáreas la región cubierta de araucárias”¹⁸⁶, o que considerou uma “verdadera mina de pinos inexplorable hoy, por falta de medios de transporte”¹⁸⁷. Para solucionar o problema do transporte da madeira de araucária, sugeriu a construção de dois *aéreo-carrilles*, algo como um trem aéreo, que apresentou aos seus leitores por meio da imagem, aqui representada como Figura 3.

Figura 3 – Aéreo-carril



Fonte: Florêncio de Basaldúa¹⁸⁸.

Basaldúa, em seu relato, afirmou que o sistema de *aéreo-carrilles* era viável por duas razões: “[...] la primera, porque la fuerza propulsora – la gravedad – resulta enorme por la densidad de más de cuatrocientos metros desde la Sierra a los ríos, en menos de veinte leguas de longitud”; e em segundo lugar pela concentração de árvores, o que, de acordo com o viajante, era suficiente para “[...] suspender los cables en rondanas atadas á las más gruesas ramas, para

¹⁸⁶ BASALDÚA, F. de. **Pasado – Presente – Porvenir del Territorio Nacional de Misiones**. La Plata: [S.n.], 1901. p. 181.

¹⁸⁷ Ibid.

¹⁸⁸ Ibid., p. 180.

tener instalado el Aéreo-carril sin necesidad de gastar gruesas sumas en construir armaduras y soportes”¹⁸⁹. Na avaliação de Basaldúa, os *aéreo-carril* deveriam ser construídos de San Pedro a Puerto de Paraná-Guazú, e de Yerbal-Viejo a San Javier, sendo que o principal benefício era o progresso econômico de Misiones.

Basaldúa pontuou, ainda, que, na Selva Paranaense, o cedro (*Cedrela* spp.) “[...] va em camino de desaparecer por completo, lo mismo que la yerba-mate, á los golpes del hacha destructora del obrajero que no tiene más ideal que la ganancia, y considera *res nullius* los bosques del Estado”¹⁹⁰. *Res nullius*, em latim, significa “terra de ninguém” e sua reclamação era de que o corte indiscriminado dos espécimes de cedro e da erva-mate levaria as espécies à extinção, tendo em vista que, na floresta localizada sob propriedade do Território Nacional de Misiones, não havia controle efetivo para a exploração. Sua preocupação, no entanto, não estava direcionada à conservação do ecossistema, e sim à perda da riqueza econômica que tais espécies representavam e poderiam representar no futuro para Misiones.

O último naturalista aqui analisado que percorreu parte da Floresta com Araucárias presente na Selva Paranaense, no Território Nacional de Misiones, é o alemão naturalizado argentino Carlos Germán Conrado Burmeister (1807-1892). Graduado médico e filósofo, o naturalista se inseriu em diversas atividades ao longo da vida, dentre as quais tem destaque o trabalho como diretor científico da Academia Nacional de Ciências da Argentina, cargo para o qual foi nomeado no ano de 1869. Burmeister viajou ao Território Nacional de Misiones a pedido do Ministério de Agricultura da Argentina para avaliar as condições dos ervais misioneros. A viagem aconteceu em 1899 e a obra é intitulada *Memoria sobre el Territorio de Misiones por el naturalista viajero Carlos Burmeister*¹⁹¹.

Burmeister, em seu relato, destacou que, para além da erva-mate, Misiones possuía outra fonte de riqueza, tão importante quanto a erva: a araucária. Comparou a distribuição das araucárias no Brasil com aquelas do território de Misiones: “[...] observamos que las araucárias, que cubren tan extensas comarcas del Brasil, sólo están representadas en Misiones por dos manchones, uno em San Pedro y otro en Campiñas de Américo, que cubren cada uno de 4 a 6

¹⁸⁹ BASALDÚA, F. de. **Pasado – Presente – Porvenir del Territorio Nacional de Misiones**. La Plata: [S.n.], 1901. p. 178.

¹⁹⁰ Ibid., p. 189.

¹⁹¹ BURMEISTER, C. **Memoria sobre el Territorio de Misiones**. Buenos Aires: Imprenta, Litog. Y encuadernación de J. Peuser, 1899.

leguas cuadradas de superficie”¹⁹². Ele assim descreveu a distribuição da Floresta com Araucárias:

La parte del territorio comprendida al norte del paralelo que pasa por la colonia Corpus es la que se puede considerar más perfectamente cubierta de bosque, pasando desde ahí sin interrupción sobre las colinas y serranías, desde la base á las cumbres hasta las costas de los ríos Paraná y Uruguay y, al norte, hasta la frontera del Brasil, extendiéndose en ese país aún, por centenares de leguas. La única manera de transitar es siguiendo los caminos abierto, llamados picadas o, si se quiere explorar, abriendo, machete y hacha en mano, un nuevo sendero por el bosque¹⁹³.

A descrição da área de distribuição da espécie realizada por Burmeister oferecia aos seus leitores argentinos a comparação com a floresta que se estende pelo território brasileiro. Pertinente notar que a presença de grande quantidade de árvores, arvoretas e arbustos é vista como impedimento para uma livre circulação humana, sendo ali necessário seguir as picadas, ou a utilização do facão e machado para abertura de novos caminhos.

Carlos Burmeister, em seu relato, enfatizou que a araucária e a erva-mate possuíam uma importante relação na composição da floresta. Além disso, afirmou: “Puede decirse que la araucaria es compañera de la yerba”¹⁹⁴. Por essa razão, ele considerava que, nos fragmentos de Floresta com Araucárias localizados em San Pedro e em Campiñas de Américo, a interação entre ambas as espécies fazia com que se encontrassem ali “los dos mejores yerbales”¹⁹⁵. A relação entre os espécimes de araucária e de erva-mate ainda mereceu destaque em seu relato por meio de uma imagem, apresentada na Figura 4.

¹⁹² BURMEISTER, C. **Memoria sobre el Territorio de Misiones**. Buenos Aires: Imprenta, Litog. Y encuadernación de J. Peuser, 1899. p. 6.

¹⁹³ Ibid., p. 43–44.

¹⁹⁴ Ibid., p. 43.

¹⁹⁵ Ibid.

Figura 4 – *Araucaria angustifolia* e *Ilex paraguariensis* em Campiñas de Américo, 1899



Fonte: Carlos Burmeister¹⁹⁶.

A Figura 4 permite observar, em Campiñas de Américo, um fragmento denso de floresta ao fundo da imagem. No primeiro plano, observa-se a campina, clareiras “naturais” ou pequenos fragmentos com pouca vegetação arbórea. Na imagem, também é possível reparar em espécimes de erva-mate. Ainda sobre as araucárias que se encontravam em San Pedro e Campiñas de Américo, Burmeister as especificou: “[...] árboles sumamente rectos y corpulentos, que alcanzan a 45 metros de elevación los más altos y 2.5 metros de diámetro. Estos no bajan seguramente de una edad de 200 años”¹⁹⁷.

Burmeister considerava, ainda, que as araucárias, por conta da altura de seu tronco, os quais considerava perfeitamente retos, eram ideais para serem serrados e utilizados para tábuas de madeira, entre outros usos¹⁹⁸. A perspectiva de uso das araucárias como provedor econômico fica mais evidente quando calcula a quantidade de madeira que a Selva Paranaense poderia oferecer:

La superficie total se estima en 3.000.000 de hectáreas, de las cuales 300.000 son de campos despejados, quedando 2.700.000 de tierras boscosas.

¹⁹⁶ BURMEISTER, Carlos. **Memoria sobre el Territorio de Misiones**, Buenos Aires: Imprenta, Litog. Y encuadernación de J. Peuser, 1889. p. 137.

¹⁹⁷ Ibid., p. 51.

¹⁹⁸ Ibid.

De estar, se hallan cubiertas de araucárias unas 25.000 hectáreas y de bosque común, contando los cedros etc., 2.675.000...
 Los pinos serían 500.000 troncos en las 25.000 hectáreas; á razón de 10 toneladas cada uno, son 5.000.000 de toneladas de madera de pino¹⁹⁹.

No entanto, Burmeister, assim como registraram Ambrosetti e Basaldúa, lamentava não ser possível explorá-las, pois não havia meios de transporte para enviar o material lenhoso até os centros de processamento. Isso porque era necessário percorrer um trajeto de 80 a 100 km de floresta para chegar ao rio Paraná, de onde a madeira poderia ser enviada aos centros de consumo²⁰⁰, o que se tornava inviável por não existirem estradas e meios de transportes. Juan Bautista Ambrosetti e Florencio de Basaldúa também lamentaram não ser possível explorar os recursos florestais da Selva Paranaense. Para Ambrosetti, o sistema *Decauville*, e para Basaldúa, o *aéreo-carril*, eram métodos que, uma vez aplicados pelo governo argentino, potencializariam a exploração dos recursos florestais da Selva Paranaense. Os benefícios seriam, também, o incentivo da migração e práticas de agricultura. Burmeister registrou que a floresta era um “inconveniente” para a colonização europeia da região, pois “[...] trabajador europeo que se encuentra en medio de una selva casi impenetrable, y que hasta para poder levantar su casa tiene que derribar árboles, se atemoriza al hallarse aislado, sin poder ver más cielo que el que le permiten entrever las copas de los árboles”²⁰¹. Na sua interpretação, a floresta era elemento de adversidade à vida do migrante. A migração efetiva, controlada tanto pelo estado quanto pela iniciativa privada para Misiones, viria acontecer nas décadas seguintes.

1.5 FLORESTA COM ARAUCÁRIAS NO SUL DO BRASIL NA VISÃO DE ESCRITORES-VIAJANTES DO SÉCULO XIX

Do outro lado da fronteira Argentina, as araucárias presentes na região Sul do Brasil também foram objeto de interesse de diversos pesquisadores durante o Império do Brasil (1822-1889) e também após a Proclamação da República. Os viajantes-naturalistas e técnicos, assim como aqueles que escreveram sobre a araucária na Argentina, registraram suas impressões, ilustrações e estudos sobre a espécie no Sul do Brasil. A linguista estadunidense Mary Louise Pratt explica que, em fins do século XVIII, as explorações europeias pela via oceânica foram dando espaço para as expedições que visavam a “exploração interior, terras adentro”²⁰². Nessa

¹⁹⁹ BURMEISTER, Carlos. **Memoria sobre el Territorio de Misiones**, Buenos Aires: Imprenta, Litog. Y encuadernación de J. Peuser, 1889.

²⁰⁰ Ibid.

²⁰¹ Ibid., p. 8–9.

²⁰² PRATT, M. L. Humboldt e a reinvenção da América. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 151–165, 1991. p. 151–152.

perspectiva, a historiadora Lorelai Kury analisa que os viajantes-naturalistas que percorreram o Brasil no oitocentos se inspiravam no alemão Alexander von Humboldt, que, diferentemente de outros pesquisadores europeus que trabalhavam em seus gabinetes, preferia “ver com os próprios olhos”²⁰³.

A historiadora ambiental Regina Horta Duarte afirma que “A abertura dos portos brasileiros em 1808 inaugurou a possibilidade, para viajantes europeus de diversas nacionalidades, de percorrer áreas até então dificilmente acessíveis à sua curiosidade”²⁰⁴. Pratt assegura que, para compreender tal conjuntura, que levou viajantes e científicos a explorarem a América, é preciso compreender a expansão das atividades capitalistas da Europa do século XIX:

À medida que a industrialização acelera a produção, na Europa intensifica-se a demanda de mercados e matérias-primas; os capitalistas europeus buscam um comércio mais direto com o estrangeiro sem competência e sem intermediários locais; uma enorme apropriação e transformação eurocentrista do planeta põe-se em movimento. Ao longo de todo o século XIX a exploração e descrição do interior do continente foram uma atividade de capital importância para este processo expansionista, tanto do ponto de vista instrumental (confecção de mapas, documentação, contatos iniciais) quanto do ideológico. [...]. Os livros de viagem, imensamente populares durante todo o século XIX, não ofereceram aos leitores europeus somente representações estáveis, canônicas, ancoradas em sistemas ideológicos coerente e consistentes. Pelo contrário, a variedade interna de tais obras era uma parte importante do seu atrativo popular e de seu trabalho ideológico²⁰⁵.

Algumas das narrativas de viajantes-naturalistas e técnicos que dedicaram parte de seus relatos para registrar, descrever e/ou catalogar a *Araucaria angustifolia* presente na paisagem sul-brasileira são analisadas nesta parte da tese. Entre as diversas pesquisas realizadas durante o século XIX, a intitulada *Flora Brasiliensis* tem destaque especial. A obra foi organizada inicialmente por Carl Fridrich Philipp Von Martius (1794-1868), que percorreu o Brasil de julho de 1817 a 1820, acompanhado do zoologista Johan Baptist Spix e outros cientistas/naturalistas, como parte da Missão Austríaca no Brasil. Conforme Kury: “O botânico Carl Philipp von

²⁰³ KURY, L. Viajantes-naturalistas no Brasil oitocentista: experiência, relato e imagem. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 8, p. 863–880, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/grhQqtzkqm3FRhdYhZWY94k/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 mai. 2022.

²⁰⁴ DUARTE, R. H. Olhares Estrangeiros. Viajantes no vale do rio Mucuri. **Revista Brasileira de História**, v. 22, n. 44, p. 267–288, 2002. p. 268.

²⁰⁵ PRATT, M. L. Humboldt e a reinvenção da América. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 151–165, 1991. p. 152.

Martius talvez seja o mais importante humboldtiano que visitou o Brasil. [...] esse naturalista descreveu com sensibilidade diversas fisionomias vegetais presentes no Brasil”²⁰⁶.

De maneira geral, a obra *Flora brasiliensis* foi desenvolvida com a colaboração de 65 pesquisadores, sendo publicada ao longo de 1840 a 1906, totalizando 15 volumes, divididos em 40 partes, publicadas em 140 fascículos individuais, nos quais são descritas 22.767 espécies da flora (sendo 19.698 nativas e as restantes de espécies desconhecidas na época)²⁰⁷. O projeto foi inicialmente financiado pelo imperador Ferdinando I da Áustria, pelo rei Ludovico I da Baviera e, depois, recebeu apoio financeiro de Dom Pedro II do Brasil²⁰⁸, inserindo-se como parte da estratégia do governo imperial para o reconhecimento das terras que ficavam adentro do território brasileiro, isto é, distantes do litoral. Para o botânico George Shepard, *Flora Brasiliensis* “[...] impressiona até hoje pela sua escala monumental, o tamanho físico dos volumes e acima de tudo, a qualidade e beleza das ilustrações”²⁰⁹.

O primeiro fascículo foi publicado em latim, em 1840, sob o título *Flora brasiliensis: sive enumeratio plantarum in Brasilia hactenus detectarum quas cura musei caes. Reg. Palat. Vindobonensis suis aliorumque botanicorum studiis descriptas et methodo naturali digestas*²¹⁰. Em tradução livre, significa: *Flora brasiliensis: ou uma enumeração de plantas no Brasil que até agora foram descobertas aos cuidados do museu. Reg. Palat. Vindobonensis, descrito por seus próprios e outros botânicos, compilado pelo método natural*. Neste fascículo, ao estudar aspectos da então Província de São Paulo, Martius descreveu que ali:

Nas coxilhas mais bem drenadas, em vários locais, ocorre a rala floresta brasileira de Araucária, que pelos habitantes locais são chamadas pinheiros, sendo praticamente a única espécie brasileira da família das coníferas. Esta espécie arbórea muito exuberante e **útil não pode ser comparada nem com o que chamamos, nós, de pinheiro, nem com os pinheiros italianos**, sendo que nos pinheiros do Brasil os galhos estão mais reunidos em determinada região da planta, um pouco afastados, passando um pelo outro a partir do tronco. A porção inicial dos galhos, ou seja, a parte mais próxima ao tronco, é desprovida de folhas, sendo apenas na parte apical destes

²⁰⁶ KURY, L. Viajantes-naturalistas no Brasil oitocentista: experiência, relato e imagem. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 8, p. 863–880, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/grhQqtzkqm3FRhdYhZWY94k/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 mai. 2022. p. 866.

²⁰⁷ CENTRO DE REFERÊNCIA EM INFORMAÇÃO AMBIENTAL. **Flora brasiliensis**, [S.l.], 2005. Disponível em: <http://florabrasiliensis.cria.org.br/>. Acesso em: 15 maio 2022.

²⁰⁸ GEORGE, S. **Flora Brasiliensis: Uma breve história da obra. Flora brasiliensis**, [S.l.], 2005. Disponível em: <http://florabrasiliensis.cria.org.br/info?history>. Acesso em: 15 maio 2022.

²⁰⁹ Ibid.

²¹⁰ MARTIUS, C. F. P. **Flora brasiliensis: sive enumeratio plantarum in Brasilia hactenus detectarum quas cura musei caes. Reg. Palat. Vindobonensis suis aliorumque botanicorum studiis descriptas et methodo naturali digestas. Fasciculus I, Vindobonae: Frid. Beck, 1840**. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/560254>. Acesso em: 10 mai 2022.

que elas se encontram, amontoadas em feixes projetados ao redor deles²¹¹ (grifos nossos).

A descrição dedicou especial atenção ao “pinheiro de araucária”, a *Araucaria angustifolia* (no período de publicação do fascículo classificada como *Araucaria brasiliana*). A espécie foi descrita como “exuberante”, mas também útil para diversos usos humanos. O cientista também atentou para a singularidade da araucária em comparação com outras espécies de coníferas da Europa. É importante notar que Martius, assim como outros cientistas do século XIX adeptos da perspectiva humboldtiana, descreviam a natureza com certo romantismo, ultrapassando a causa científica, no entanto, sem desvalorizar a mesma. A esse respeito, Moretto aponta que, nos séculos XVIII e XIX, “[...] a natureza recebeu um destaque fundamental: foi neste momento que ela saiu de lugar secundário para adquirir posição destacada no universo da arte e da ciência”²¹². A intenção da maioria dos viajantes do século XIX era a de aproximar o leitor da experiência vivida em campo em lugares longínquos e inéditos para sujeitos daquela época, que eram em sua maioria europeus. Para tornar tal feito possível, também utilizavam ilustrações, como refere Martius:

Dessa forma, os distintos leitores, que estudam as plantas brasileiras, podem ter a possibilidade de sentirem-se em meio a essa flora, percorrendo aqueles verdes agradáveis de natureza pródiga, tendo nossa obra como guia, podendo, talvez, sentirem o prazer de perceber uma flora viva e até animada, como se o fizesse *in loco*. Com alguns desenhos, portanto, apresentamos imagens das diferentes regiões do Brasil, tão vívidas que permitem ao leitor ver as plantas e árvores que em qualquer região são especiais em comparação com as outras, e em comparação com qualquer outro país, devido às singularidades ainda pouco conhecidas do Brasil. Essas ilustrações da flora são suficientes para que se compreenda um pouco do contexto dos costumes, regiões e raças das pessoas que delas utilizam²¹³.

²¹¹ Tradução livre de: MARTIUS, C. F. P. **Flora brasiliensis: sive enumeratio plantarum in Brasilia hactenus detectarum quas cura musei caes. Reg. Palat. Vindobonensis suis aliorumque botanicorum studiis descriptas et methodo naturali digestas.** Fasciculus I, Vindobonae: Frid. Beck, 1840. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/560254>. Acesso em: 10 mai 2022. p. 84. No original: In collibus siccioribus passim occurrent ténues Araucarie brasiliane silvulae, quae ab incolis Pinheiro nominata fere sola est in Brasilia ex familia Coniferarum. Pulcherrima haec et utilissima arbor forma nec cum abiete mostra conferri potest neque cum pino Italarum, quamquam hoc praestabit, quatenus tibi finxeris primarios ramos, qui in illa fastigiatim sursum condesantur, in hac longius inter sese distantes alium supra alium e cáudice percurrente extendi. Ramuli infra carente foliis nec nisi in ápice ferunt illa, quae in fasciculis coarctata circum circa eminente.

²¹² MORETTO, S. P. **A domesticação e a disseminação da feijoa (*Acca sellowiana*): do século XIX ao século XXI.** 431 f. 2014. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. p. 145.

²¹³ MARTIUS, C. F. P. **Flora brasiliensis: sive enumeratio plantarum in Brasilia hactenus detectarum quas cura musei caes. Reg. Palat. Vindobonensis suis aliorumque botanicorum studiis descriptas et methodo naturali digestas.** Fasciculus I, Vindobonae: Frid. Beck, 1840. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/560254>. Acesso em: 10 mai 2022. p. 81.

Com o intuito de identificar o leitor com os sentimentos vividos *in loco*, em *Flora brasiliensis*, as espécies foram minuciosamente ilustradas em seus aspectos morfológicos específicos ou em conjunto com outras espécies na composição do ambiente. Muitas delas foram retratadas ou esboçadas por Martius, mas também por outros cientistas e artistas²¹⁴, como o pintor alemão Johann Moritz Rugendas. Na Figura 5, é possível visualizar o esquema morfológico da *Araucaria angustifolia*, que, na obra, foi apresentado no volume 4, datado de 1863, fascículo 30:

Figura 5 – Morfologia da *Araucaria angustifolia*, *Flora brasiliensis*, 1863



Fonte: Centro de Referência em Informação Ambiental ([1863] 2005)²¹⁵.

Outro viajante naturalista que descreveu em seus relatos parte da Floresta com Araucárias no Sul do Brasil foi o botânico francês Auguste Prouvençal de Saint-Hilaire (1779-1853). Com autorização do Museu de História Natural de Paris, ele viajou para o Brasil junto

No original: Ita enim amici lectores, qui studio singulas plantas Brasiliensis cognoscendi ducuntur, in medio quasi ipsius Florae theatro positi, amoena illa prodigae naturae viridaria, nobis ducibus, percurrere poterunt et animi oculis, non sine summa confidimus voluptate, ea quasi viva et animata perciperem quae adire et praesentes cognoscere ipsis fortuna invidit. Hoc igitur consilio diversarum Brasiliae regionum imagines proponimus ita expressas, ut herbas et arbores conspiciere possis, quae in quavis regione prae ceteris peculiare proveniunt, easque ita consiciatas, ut regioni singularem quendam impertiant colorem illicque solemnem, quem quidem in Brasiliae diversis regionibus esse diversissimum nemo est, qui ignoret. Has vero imagines, ut rite et perfecte intelligantur, sufficet, pauca adere de uniuscu jusque regionis, índole et stirpium, quas alunt, nomina breviter attingere.

²¹⁴ KURY, L. Viajantes-naturalistas no Brasil oitocentista: experiência, relato e imagem. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 8, p. 863–880, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/grhQqtzkqm3FRhdYhZWY94k/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 mai. 2022. p. 870.

²¹⁵ CENTRO DE REFERÊNCIA EM INFORMAÇÃO AMBIENTAL. **Flora brasiliensis**. Vol. IV, Part I, Fasc. 34 Prancha 110, 111, 112. 2005. Disponível em: <http://florabrasiliensis.cria.org.br/fviewer>. Acesso em: 20 mai. 2022 [*Publicado originalmente em 1863]

da comitiva da missão diplomática do embaixador extraordinário da França, Duque de Luxemburgo, que tinha por objetivo solucionar conflitos sobre a posse da Guiana com a corte portuguesa que se encontrava estabelecida no Brasil desde 1808²¹⁶. Saint-Hilaire se interessou pela diversidade da fauna e flora brasileira e permaneceu no país no período de 1816 a 1822, coletando e catalogando espécimes de animais e vegetais. No relato, publicado originalmente em 1858, sob o título *Viagem a Curitiba e Santa Catarina*²¹⁷, escreveu sobre as araucárias presente nos Campos Gerais:

Em alguns trechos essa pitoresca árvore, elevando-se isolada no meio das pastagens, expõe à nossa admiração toda a beleza do seu talhe e faz ressaltar, pelos matizes sombrios de suas folhas, o verde tenro da relva que cresce sobre ela. Em outros lugares ela forma pequenos e densos bosques; mas, ao passo que os nossos pinheiros mal permitem que algumas plantas raquíticas cresçam em seu meio, ao redor do pinheiro-do-paraná nascem numerosas ervas e subarbustos, cuja folhagem variada e delicada ramagem contrastam com a rigidez de suas formas. Quando as araucárias permitem que se desenvolvam entre elas algumas árvores de porte elevado, estas geralmente apresentam uma folhagem tão sombria quanto a delas²¹⁸.

Saint-Hilaire representou com entusiasmo e encanto sua impressão com relação à araucária, pormenorizando características como seu contorno e a tonalidade verde predominante nas ramagens. No entanto, para além da motivação estética, o naturalista afirmou que a araucária era “extremamente útil aos seus habitantes”²¹⁹, pois a madeira era utilizada na carpintaria e marcenaria e, no futuro, a espécie poderia ser “[...] utilizada vantajosamente no fabrico de mastros e vergas”. Apontou, todavia, o impedimento para esse uso naquele momento: a falta de meios de comunicação e transporte entre os Campos Gerais e o litoral²²⁰. Também mencionou que o pinhão era utilizado para alimentação de diversos grupos humanos e, principalmente, pelas comunidades indígenas tradicionais²²¹, além do uso na alimentação de porcos. Saint-Hilaire ainda afirmou que os humanos reconheciam a importância dessa espécie para fins utilitaristas, pois:

Sabedores da enorme utilidade dessa árvore, eles a respeitam e não a abatem a não ser em casos de necessidade, o que constitui talvez um caso único em todo o Brasil, que menciono aqui com prazer. De resto, forçoso é admitir, há menos mérito na preservação da araucária do que na de outras espécies mais valiosas, que diariamente

²¹⁶ RUNDVALT, D. **Para além do cenário, do palco ou do pitoresco: a paisagem dos Campos Gerais no Paraná nos relatos de viagem do século XIX - Auguste de Saint-Hilaire, Thomas P. Bigg-Wither e Visconde de Taunay.** 130 f. 2016. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2016.

²¹⁷ SAINT-HILAIRE, A. de. **Viagem a Curitiba e Santa Catarina.** Tradução Regina Regis Junqueira. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1978.

²¹⁸ Ibid., p. 16.

²¹⁹ Ibid.

²²⁰ Ibid.

²²¹ Ibid., p. 16–17.

tombam sob o machado do colono imprevidente. Como nossos pinheiros e abetos, a araucária gosta de solo arenoso, e para os habitantes dos Campos Gerais a abundância dessa árvore indica as terras pouco apropriadas para cultura²²².

Moretto, que também realizou análises do relato de Saint-Hilarie, afirma que o naturalista pode ter se enganado com relação às condições do solo arenoso como impróprio para a agricultura, pois: “As derrubadas e a introdução de uma rentável agricultura em Santa Catarina, ocorridas no século seguinte, mostram que a constatação de Saint-Hilarie estava equivocada”²²³. No entanto, complementa, possivelmente, a colocação de Saint-Hilaire foi “um fator responsável pela manutenção das áreas de florestas nessas regiões do estado, até o início do século XX”²²⁴.

Outro cientista alemão que aderiu à perspectiva humboldtiana e que registrou suas interpretações sobre a Floresta com Araucárias no Sul do Brasil foi o médico alemão Robert Avé-Lallemant (1812-1884). Ele viveu no Brasil de 1836 a 1841, quando retornou para Lübeck, na Alemanha. Enquanto residia na Alemanha, Avé-Lallemant foi convidado por Humboldt para participar da expedição de circunavegação na fragata austríaca Novara²²⁵. Depois de autorizado pelas autoridades competentes da época, assumiu a posição de segundo médico da expedição. No entanto, logo após chegar ao Rio de Janeiro, Brasil, pediu demissão. Sobre esse episódio, afirmou: “[...] limito-me a falar da ‘Novara’, somente como do navio que me trouxe da Europa para o Rio de Janeiro”²²⁶.

Depois de um ano estabelecido no Rio de Janeiro, decidiu viajar sozinho pelo país, com o apoio de Dom Pedro II²²⁷. Em 1858, Avé-Lallemant partiu do Rio de Janeiro a bordo do navio Imperatriz, o qual fazia o trajeto Rio de Janeiro a Rio Grande e Montevideu, passando por Santa Catarina²²⁸. Durante o trajeto, permaneceu cerca de um dia na ilha do Desterro, atualmente Florianópolis. Logo após, dando continuidade ao trajeto do navio, desembarcou em 21 de fevereiro no porto de Rio Grande na então província do Rio Grande do Sul²²⁹. O historiador

²²² SAINT-HILAIRE, A. de. **Viagem a Curitiba e Santa Catarina**. Tradução Regina Regis Junqueira. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1978.

²²³ MORETTO, S. P. Ampliando as fronteiras: viajantes e as florestas catarinenses no século XIX. In: SCHMITT, Â. M.; WINTER, M. D. (Orgs.). **Fronteiras na História: Atores sociais e historicidade na construção do Brasil Meridional (Séculos XVIII-XX)**. Chapecó: UFFS Editora, 2021. p. 75–89. p. 82.

²²⁴ Ibid.

²²⁵ AVÉ-LALLEMANT, R. **Viagem pelo Sul do Brasil no ano de 1858**. Rio de Janeiro: Tradução do Instituto Nacional do Livro da Edição de Leipzig de 1859, 1953. p. 10.

²²⁶ Ibid., p. 12.

²²⁷ ACADEMIA NACIONAL DE MEDICINA. **Robert Christian Barthold Avé-Lallemant**. Misiones: ANM, 2020. Disponível em: <https://www.anm.org.br/robert-christian-barthold-ave-lallemant/>. Acesso em: 20 maio 2022.

²²⁸ AVÉ-LALLEMANT, R. **Viagem pelo Sul do Brasil no ano de 1858**. Rio de Janeiro: Tradução do Instituto Nacional do Livro da Edição de Leipzig de 1859, 1953. p. 86.

²²⁹ Ibid., p. 89.

ambiental João Davi Minuzzi observa que no Rio grande do Sul “A viagem de Avé-Lallemant ocorreu de maneira muito rápida entre fevereiro de 1858 e maio do mesmo ano, percorrendo uma grande região em pouco tempo para os parâmetros da época, permanecendo na maioria dos locais por no máximo um dia”²³⁰.

O relato da viagem de Avé-Lallemant pelo Rio Grande do Sul foi publicado originalmente em 1858 e traduzido em 1953 sob o título *Viagem pelo Sul do Brasil no ano de 1858*²³¹. No início da obra, o viajante afirmou que “Como médico, exercendo a clínica por vários anos no Brasil, não pretendo a posição e o mérito de um naturalista profissional, motivo por que carece êste relato de louçanias encontradas em outros livros de viagem”²³². Avé-Lallemant desembarcou no Porto de Rio Grande, passou por Porto Alegre e, em 27 de fevereiro, pela colônia alemã de São Leopoldo (atual município homônimo). Em seu relato, descreveu que ali entrou “num dêsses remanescentes da **floresta virgem**. Em toda parte, profundo silêncio; nenhum ser humano passava, nenhum grito de animal se ouvia, nada interrompia o repouso dominical”²³³ (grifos nossos). Depois de regressar desse ambiente, ainda em São Leopoldo, relatou:

Parece-me que os nossos **bons compatriotas** nesta natureza sul-americana livre, onde estão expostos a lutas peculiares contra obstáculos naturais, desenvolvem ainda mais determinação em resolver e em agir. Tiveram os pais de vencer a **mata virgem**, de arrostar lutas sangrentas com os **índios selvagens – os bugres** – e de resistir a tropas rebeldes. Por entre dificuldades começaram êles, mas conquistaram o solo e os que na Alemanha eram criados tornaram-se senhores pelo direito do trabalho (grifos nossos)²³⁴.

As expressões “floresta virgem”, “mata virgem” e presença de “índios selvagens” revelam o pensamento de Avé-Lallemant diante do outro, daquele que é diferente e não portador da cultura europeia da qual ele provinha. A estudiosa inglesa Kathryn Woodward observa que “[...] a identidade é relacional”²³⁵ e se constitui pela diferença com o outro. Nesse caso, a diferença entre Avé-Lallemant e o outro – as comunidades indígenas tradicionais – ressaltam a

²³⁰ MINUZZI, J. D. O. **Uma impressão a cada viagem: percepção da natureza do Pampa na visão de viajantes europeus 1818-1858**. 141 f. 2017. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2017. p. 82.

²³¹ AVÉ-LALLEMANT, R. **Viagem pelo Sul do Brasil no ano de 1858**. Rio de Janeiro: Tradução do Instituto Nacional do Livro da Edição de Leipzig de 1859, 1953.

²³² Ibid., p. 1.

²³³ Ibid., p. 104–105.

²³⁴ Ibid., p. 107.

²³⁵ WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. da; HALL, S.; WOODWARD, K. (Orgs.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. p. 7–72. p. 9.

diferença do que é externo a ele. Esse outro é negligenciado para legitimar sua identidade e a dos “bons compatriotas”, os alemães e seus descendentes.

O outro também está presente nos estudos sobre relatos de viajantes realizados pela historiadora Jacqueline Ahlert, que afirma:

Os relatos de viajante revelam, simultaneamente, a percepção da distância cultural e a tentativa de se chegar a um acordo ou ‘traduzi-la’ em algo conhecido. O viajante nunca tem em mente apenas as situações experimentadas durante a viagem que narra. Ele carrega consigo uma afluência de pontos de referência culturais apreendidos em determinado convívio social, que contrastam diretamente com a novidade que se exprimiu diante dos seus olhos²³⁶.

Na mesma perspectiva, Gerhardt avalia que o pensamento de Avé-Lallemant, assim como de outros viajantes do XIX, para aquela época, “[...] tinha lógica porque eles desconsideravam alguns milhares de anos de presença dos vários grupos indígenas no Sul da América, ou melhor, adotavam uma rígida separação entre selvagens e civilizados e entre natureza e cultura”²³⁷, pois mesmo que a ação antrópica indígena alterasse o ambiente, o viajante não identificava como cultura²³⁸. O historiador sustenta, ainda, que tanto os ervais quanto as florestas não se constituíram apenas pela dinâmica natural, porque: “Populações humanas interagiram com as florestas e interferiram na sua constituição, reduzindo ou ampliando a área e a diversidade”²³⁹. Assim, conclui que a mata ou floresta virgem não existiu no século XIX.

Ainda sobre o relato de Avé-Lallemant pelo Rio Grande do Sul, destaca-se, aqui, os registros de quando se deslocou de Santa Maria, atualmente município de mesmo nome localizado na região central do RS, até a colônia alemã Pinhal, que atualmente é município denominado de Itaara, distante 12 km de Santa Maria. O próprio viajante explicou que a denominação de “colônia Pinhal”²⁴⁰ se deu “[...] por causa dos pinheiros brasileiros, as araucárias, que ali, em parte, formam as matas”²⁴¹. Para Gerhardt, topônimos, isto é, nomes de lugares relacionados com características ambientais revelam “[...] uma relação humana com o

²³⁶ AHLERT, J. Surpreendente e melancólico. Reminiscência missioneira: o olhar de Robert Avé-Lallemant (1858). In: CONSTANTINO, N. S. de (Org.). **Relatos de Viagem como fontes à História**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012. p. 33–44. p. 40.

²³⁷ GERHARDT, M. **História ambiental da erva-mate**. 290 f. 2013. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013. p. 57.

²³⁸ Ibid.

²³⁹ Ibid., p. 60.

²⁴⁰ Para uma história detalhada da colônia Pinhal no de período de 1857-1894, ver: AVELLO, A. S. **À sombra do sucesso: dinâmica social numa Colônia alemã no Sul do Brasil (Colônia do Pinhal - Itaara/RS, 1857-1894)**. 307 f. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2018.

²⁴¹ AVÉ-LALLEMANT, R. **Viagem pelo Sul do Brasil no ano de 1858**. Rio de Janeiro: Tradução do Instituto Nacional do Livro da Edição de Leipzig de 1859, 1953. p. 201.

ambiente que foi, em primeiro lugar, uma forma de localizar-se no território, mas também a identificação das características da paisagem e a prática de atribuir-lhe significados e valores”²⁴². Pinhal, portanto, era assim denominado pela sua característica ambiental mais marcante: a presença de agrupamentos de araucárias.

No decurso de Santa Maria até Pinhal, Avé-Lallemant descreveu que ali: “a floresta sofreu desesperadamente do ferro e do fogo”²⁴³ e que troncos de árvores carbonizadas se encontravam pelo caminho. Para ele, isso representava o “horível quadro de destruição com que, quase em toda parte, começa a agricultura no Brasil”²⁴⁴. Todavia, referiu que se sentia consolado ao visualizar as plantas alimentícias que cresciam entre as cinzas. De acordo com Adriano Avello, “No Pinhal, em 1858, as culturas plantadas na pequena propriedade policultora foram: batata inglesa, batata doce, cevada, feijão, mandioca, milho e trigo”²⁴⁵.

O brasilianista e importante referência para a História Ambiental no Brasil, Warren Dean, em *A Ferro e Fogo: A história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*²⁴⁶, fez uma análise do impacto ambiental das ferramentas de ferro e do fogo para o bioma Mata Atlântica, onde se insere a Floresta com Araucárias no Sul do Brasil:

A introdução de implementos de ferro possibilitou outro tipo de intensificação do regime de derrubada e queimada. O machado tornava bem mais fácil derrubar floresta primária e não capoeira, porque reduzia em muito o trabalho de cortar árvores. É possível que a enxada tenha permitido aumentar as faixas cultivadas de um para 2,5 ou cinco hectares por trabalhador. O uso da enxada significou que a invasão inevitável de ervas daninhas não provocava necessariamente o imediato abandono de um campo significava também que a mata secundária não seria tão desconsiderada devido a sua provável infestação por sementes de capim. A enxada permitia o cultivo por períodos prolongados e a queimada o aproveitamento de crescimento secundário menos desenvolvido. A extensão do período de cultivo, contudo, era crítica para a estabilidade do regime de lavoura itinerante e desastrosa para a regeneração da floresta [...] Um simples utensílio, portanto, a enxada, era potencialmente capaz de eliminar para sempre a Mata Atlântica²⁴⁷.

A descrição da paisagem da estrada Pinhal, em direção à colônia Pinhal que Avé-Lallemant avistou, após a derrubada e queima da floresta, dava espaço para a produção dos

²⁴² GERHARDT, M. A toponímia regional ligada ao ambiente: memória e patrimônio. In: MACHADO, I. P.; ZANOTTO, G. (Orgs.). *Momento Patrimônio*. v. IV. Erechim: Graffoluz, 2015. p. 101–109. p. 101.

²⁴³ AVÉ-LALLEMANT, R. *Viagem pelo Sul do Brasil no ano de 1858*. Rio de Janeiro: Tradução do Instituto Nacional do Livro da Edição de Leipzig de 1859, 1953. p. 201–202.

²⁴⁴ *Ibid.*, p. 202.

²⁴⁵ AVELLO, A. S. *À sombra do sucesso: dinâmica social numa Colônia alemã no Sul do Brasil (Colônia do Pinhal - Itaara/RS, 1857-1894)*. 307 f. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2018. p. 176.

²⁴⁶ DEAN, W. *A ferro e fogo: A história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

²⁴⁷ *Ibid.*, p. 93.

cultivos agrícolas. Isso é um bom exemplo do uso da enxada e do fogo, que prejudicou a conservação e regeneração das florestas atlânticas e ecossistemas associados.

Ao chegar em Pinhal, Avé-Lallemant relatou que “as grandes araucárias perfumavam o ar”²⁴⁸ e que, ao adentrar na floresta, “Com toda a majestade erguiam-se em torno de nós as princesas da floresta”²⁴⁹:

Os enormes pinheiros elevam-se de cem a cento e vinte pés de altura. A grande impressão que me causaram foi ainda aumentada pelas elegantes palmeiras que se erguem entre êles. Poderia dizer que debalde procuram as palmeiras alcançar a altura das araucárias. Apenas a metade da altura dos sombrios pinheiros atinge as lindas árvores vizinhas.

Neste *pinetum* e *palmetum* entrega-se o peregrino nórdico de bom grado aos sentimentos, despertados com mais vivacidade pelo primeiro do que pelo segundo. Com muito prazer escuta o vento que sopra na floresta. Enquanto os folíolos das palmeiras sussurram loquazmente entre si, sibila o vento nas copas das araucárias, à maneira melancólica do norte, e em vão tenta abafar o dourado sol da tarde de linda coloração com os tons grave tristeza no alto das sombrias coníferas (grifos nossos)²⁵⁰.

A comparação entre os espécimes de araucárias visualizados por Avé-Lallemant, que poderiam atingir em média 36 metros de altura, com as palmeiras, que, por sua vez, atingiam quiçá 15 metros de altura, fez com que o viajante, que se colocava como “um peregrino nórdico”, se sentisse mais atraído pela concentração de araucárias do que das palmeiras. Tal identificação pode ser explicada pela semelhança entre uma concentração de araucárias e os bosques do norte europeu, de onde provinha Avé Lallemant, ambos mais homogêneos.

Em 1889, sob organização do historiador francês Pierre Émile Levasseur (1828-1911), foi publicada a obra *Le Brésil*²⁵¹ como separata da *Grande Encyclopédia*. Nela, foram apresentadas as principais características da geografia física e política do Brasil, sendo que o autor considerava a região Sul do Brasil, do Rio Grande do Sul até Minas Gerais, a qual possuía um aspecto muito especial para a vegetação, pela presença dos espécimes de *Araucaria angustifolia*²⁵². Para representá-las, utilizou uma fotografia (Figura 6) registrada na então Província do Paraná.

²⁴⁸ AVELLO, A. S. **À sombra do sucesso:** dinâmica social numa Colônia alemã no Sul do Brasil (Colônia do Pinhal - Itaara/RS, 1857-1894). 307 f. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2018. p. 204.

²⁴⁹ Ibid.

²⁵⁰ Ibid., p. 204–205.

²⁵¹ LEVASSEUR, E. **Le Brésil**. Paris: H. Lamirault, 1889. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/518670>. Acesso em: 30 mai 2022.

²⁵² Ibid., p. 16.

Figura 6 – Registro de espécimes de *Araucaria angustifolia*, Província do Paraná, séc. XIX



Fonte: E. Levasseur²⁵³.

Na Figura 6, de autoria de Marc Ferrez (1843-1922), fotógrafo brasileiro que viveu no Rio de Janeiro e que retratava paisagens urbanas e rurais, é notável a discrepância da altura entre as araucárias e os humanos que posaram para a foto. Posicionar pessoas no centro de fotografias foi uma estratégia utilizada por muitos fotógrafos e pintores do século XIX para representar uma escala de tamanho, neste caso, entre os humanos e as árvores. Na Figura 6, também é visível a ausência de vegetação característica do sub-bosque. Por isso, supõe-se que o registro tenha sido realizado no Segundo Planalto Paranaense, na região dos Campos Gerais, expressão cunhada pelo geógrafo alemão Reinhard Maack e que, de acordo com o Dicionário Histórico dos Campos Gerais da Universidade Estadual de Ponta Grossa, é “uma zona fitogeográfica natural, com campos limpos e matas galerias ou capões isolados de floresta ombrófila mista, onde aparece o pinheiro de araucária”²⁵⁴. Também é possível que o gado vacum pastasse no sub-bosque da floresta, o que impediria o crescimento de vegetação de baixa estatura.

A então Província do Paraná, autônoma de São Paulo desde 1853, no período imperial e em fins do século XIX, também foi percurso de viajantes de nacionalidade brasileira, muitos

²⁵³ LEVASSEUR, E. **Le Brésil**. Paris: H. Lamirault, 1889. p. 263. Fotografia de Marc Ferrez, sem data.

²⁵⁴ LEANDRO, J. A. (Org.). **Dicionário Histórico dos Campos Gerais**. Ponta Grossa, 2022. Disponível em: <https://www2.uepg.br/dicion/os-campos-gerais-do-parana/#os-campos-gerais>. Acesso em: 3 jun. 2022.

deles ligados às forças armadas. Um dos principais objetivos dos viajantes-militares brasileiros era o de legitimar a ocupação e posse do território fronteiriço com a Argentina. As expedições aconteciam desde o Império e se intensificaram após a proclamação da República brasileira em 1889. Aranha, que se dedicou a estudar relatos de viajantes brasileiros que percorreram a fronteira oeste do Brasil no período de 1882-1905, afirma:

Com o advento da República brasileira em 1889, a preocupação de ocupar as fronteiras do país continuava latente. Mapear, ocupar e “civilizar” os sertões do interior brasileiro também foi uma premissa do governo republicano. O caso da região sul tinha ainda a peculiaridade de estar envolta na questão litigiosa com a Argentina, sendo assim, várias expedições e viagens foram empreendidas, tanto pelo governo central do Rio de Janeiro, como pelo governo do estado do Paraná²⁵⁵.

Crestani²⁵⁶ também analisou relatos de militares-viajantes brasileiros que empreenderam expedições no início do século XX, na maior parte financiados pelo Estado nacional. Entre eles, estão Domingos Virgílio Nascimento em 1903, Arthur Martins Franco em 1904 e 1905, Manuel Azevedo da Silveira em 1905, Alberto Carlos Teixeira em 1919, entre outros. O autor também afirma que, assim como os escritores-viajantes argentinos que exploraram a fronteira nordeste de Misiones com o Brasil, os viajantes de nacionalidade brasileira que percorreram o interior tinham o objetivo de descrever e identificar possíveis locais para a fundação de colônias. Além de descrever os recursos naturais disponíveis, esses sujeitos relatavam os hábitos das populações que ali viviam, realizando, assim, uma análise do espaço transnacional entre Brasil e Argentina, auxiliando a construir a nacionalidade de cada país e garantir a posse da terra²⁵⁷.

Os viajantes aqui analisados não percorreram a fronteira do extremo oeste de Santa Catarina no século XIX, no entorno das terras que até 1895 encontravam-se em litígio entre Brasil e Argentina (Questão de Palmas). Possivelmente, o roteiro desses viajantes não avançou pelo interior pela falta de caminhos transitáveis e mesmo de segurança pessoal por conta das adversidades que poderiam surgir no trajeto. Por isso, é possível notar uma ausência de registros com relação ao extremo oeste catarinense, nas proximidades do que atualmente é a fronteira Argentina e Brasil com vegetação característica da Floresta com Araucárias. Saint-Hilaire, apesar de ter percorrido parte da província de Corrientes na Argentina, em direção ao Rio

²⁵⁵ ARANHA, B. P. de L. **Entre sertões e desertos: viajantes brasileiros e argentinos na fronteira (1882-1905)**. 431 f. 2020. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020. p. 24.

²⁵⁶ CRESTANI, L. de A. **História da ocupação na fronteira entre Brasil e Argentina (1881/1930): uma perspectiva comparada e transnacional**. 308 f. 2019. Tese (Doutorado em História), Universidade de Évora, Évora, 2019.

²⁵⁷ *Ibid.*, p. 99.

Paraná, não adentrou em Misiones. Avé-Lallemant adentrou Corrientes pelo rio Uruguai, mas também não passou por Misiones.

É interessante notar como os viajantes que percorreram a Floresta com Araucárias em Misiones e os que transitaram a mesma formação florestal no Sul do Brasil apresentaram similaridades e diferenças em seus relatos. Os viajantes na Argentina destacaram a importância econômica da *Araucaria angustifolia* para o progresso de Misiones. Os que percorreram o Brasil, de origem europeia, como Martius e Avé-Lallemant, embora deslumbrados com a beleza da araucária, também a consideravam como um elemento útil a usos humanos. Igualmente, analisaram o outro – os humanos – presente nas terras visitadas. Na maioria das vezes, esse outro eram as próprias comunidades indígenas, criando um distanciamento do considerado civilizado daquele dicotômico, o selvagem. Essas populações tradicionais eram, majoritariamente, negligenciadas e excluídas dos projetos de consolidação dos Estados Nacionais. O incentivo às migrações, principalmente as de origem europeia, realizados por ambos os países (Brasil e Argentina), particularmente no fim do século XIX e início do XX, levou a Floresta com Araucárias a passar por intervenções humanas que causaram diversos impactos ambientais, muitos deles irreversíveis. Esse processo é estudado e analisado no segundo Capítulo desta tese intitulado: Exploração e transformações na Floresta com Araucárias no século XX.

2 EXPLORAÇÃO E TRANSFORMAÇÕES NA FLORESTA COM ARAUCÁRIAS NO SÉCULO XX

O Capítulo dois estuda e analisa parte dos processos migratórios e de colonização, que ocorreram no Sul do Brasil e em Misiones na Argentina, na área de ocorrência da Floresta com Araucárias, impulsionado pelas companhias colonizadoras de capital privado e também pelas políticas públicas de (re)povoamento promovidas por ambos os países, Brasil e Argentina durante o século XX. Utiliza-se, ademais, estudos técnicos realizados por engenheiros agrônomos e outros estudiosos argentinos que investigaram e identificaram a área de distribuição da *Araucaria angustifolia* em Misiones. Tais estudos auxiliam a identificar a extensão e composição da Floresta com Araucárias em Misiones. Além disso, visa-se, por meio de fontes iconográficas, compreender o processo de exploração da araucária e outras espécies arbóreas nativas que contribuíram economicamente para o desenvolvimento econômico de Misiones, mas que, em decorrência, reduziu e fragmentou o ecossistema florestal, impactando na perda de biodiversidade.

2.1 SUL DO BRASIL: MIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO NA FLORESTA COM ARAUCÁRIAS

Existe uma ampla produção na perspectiva da História Ambiental sobre a Floresta com Araucárias no sul do Brasil. Tem destaque o livro *Fronteiras fluidas: Florestas com Araucárias na América Meridional*, obra importante para compreender as diversas dinâmicas e aspectos da Floresta com Araucária na América do Sul sob o olhar de pesquisadores/as de diversas áreas do conhecimento²⁵⁸. Jackson Peres²⁵⁹, em sua dissertação de mestrado, analisa as relações interétnicas entre indígenas, não-indígenas e a Floresta com Araucárias, no período de 1850-1914. Verifica, desse modo, que os indígenas da etnia Xokleng se deslocavam do Vale do Itajaí em direção ao planalto catarinense nos meses de abril e maio para consumir o pinhão como alimento e ali interagem com a etnia Kaingang, que também utilizava o pinhão como recurso alimentar. Em sua tese de doutorado, Miguel Mundstock Xavier de Carvalho²⁶⁰ tem como foco

²⁵⁸ NODARI, E.; CARVALHO, M. M. X. de; ZARTH, P. **Fronteiras Fluidas: florestas com araucárias na América Meridional**. 1. ed. São Leopoldo: Oikos, 2018.

²⁵⁹ PERES, J. A. **Entre as matas de araucárias: cultura e história Xokleng em Santa Catarina (1850-1914)**. 160 f. 2009. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

²⁶⁰ CARVALHO, M. M. X. de. **Uma grande empresa em meio à floresta: a história da devastação da Floresta Ombrófila Mista e a Southern Brazil Lumber and Colonization (1870-1970)**. 313 f. 2010. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

estudar o impacto ambiental gerado pela atuação da empresa *Southern Brazil Lumber and Colonization* que se instalou no planalto de Santa Catarina no início do século XX. Carvalho defende que as matas com araucárias que se encontravam na região de atuação da empresa foram desmatadas, sobretudo, para uso na indústria madeireira, mas também por outros fatores, como: para construção das ferrovias²⁶¹ e uso como lenha para ferrovias, o aumento da densidade demográfica e expansão da agropecuária²⁶². O geógrafo e historiador Marlon Brandt, em *Uma história ambiental dos campos do planalto de Santa Catarina*²⁶³, analisa as transformações nas paisagens nos Campos do Planalto de Santa Catarina. Tais campos são compostos por capões, isto é, por ilhotas de mata compostas por vegetação característica da Floresta com Araucárias. Brandt analisa, ainda, como as mudanças nos diversos âmbitos da sociedade (econômicas, sociais e ambientais) refletiram nas paisagens dos Campos do Planalto, no período de 1720 a 1960.

Outras espécies florísticas que compõem a Floresta com Araucárias também foram objetos de estudos. Nesse sentido, Marcos Gerhardt²⁶⁴ se dedicou ao estudo da erva-mate (*Ilex paraguariensis*), espécie que se distribui pelo sub-bosque da Floresta com Araucárias, Floresta Estacional Decidual, e Floresta Estacional Semidecidual. Gerhardt atenta para as relações socioculturais e socioambientais presentes na área de distribuição da espécie no período do século XIX ao início do XX e afirma que a erva-mate possuiu “grande importância ecológica, social e econômica”²⁶⁵ para as diversas populações humanas que se relacionaram com ela. Moretto²⁶⁶, em sua tese, estudou a feijoa, ou goiabeira serrana (*Acca sellowiana*), espécie nativa e frutífera que apresenta condições ecológicas que a permitiram se desenvolver no sub-bosque da Floresta com Araucárias e em outras formações florestais com ausência da araucária.

Para compreender o processo histórico de fragmentação da Floresta com Araucárias no Sul do Brasil, é preciso lembrar que os processos migratórios que resultaram no aumento da densidade demográfica e consequente uso dos espécimes nativos desta floresta são resultados

²⁶¹ Silva, Brandt e Carvalho também registram que a construção da ferrovia São Paulo-Rio Grande foi um dos principais fatores para o *boom* da exploração da Floresta com Araucária no Brasil. SILVA, C. M. da; BRANDT, M.; CARVALHO, M. M. X. de. Uma história ambiental da Fronteira Sul: campos, florestas e agroecossistemas. In: RADIN, J. C.; VALENTINI, D. J.; ZARTH, P. (Orgs.). **História da Fronteira Sul**. Porto Alegre: Letra & Vida: Chapecó: UFFS: [s. n.], 2015. p. 271–297.

²⁶² Ibid.

²⁶³ BRANDT, M. **Uma história ambiental dos campos do planalto de Santa Catarina**. 332 f. 2012. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

²⁶⁴ GERHARDT, M. **História ambiental da erva-mate**. 290 f. 2013. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

²⁶⁵ Ibid., p. 257.

²⁶⁶ MORETTO, S. P. **A domesticação e a disseminação da feijoa (*Acca sellowiana*): do século XIX ao século XXI**. 431 f. 2014. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

de dinâmicas e conjunturas socioeconômicas europeias. Tal contexto fez com que famílias inteiras migrassem para a América do Sul em busca de melhores condições de vida. O governo brasileiro, com o objetivo de estimular a (re)ocupação de terras localizadas no sul do Brasil, concedeu incentivos fiscais para que europeus se estabelecessem na região para a prática de agricultura. Isso, na percepção dos agentes políticos da época, contribuiria para o desenvolvimento econômico do país. Paulo Zarth afirma que o projeto de colonização das terras do Sul do Brasil estava atrelado ao pensamento de que “[...] os conhecimentos dos povos indígenas e tradicionais sobre agricultura eram atrasados e deveriam ser substituídos por outros, produzidos pela ciência e a tecnologia europeia”²⁶⁷.

As terras ocupadas pelos migrantes, ao se estabelecerem no Sul do Brasil, não eram devolutas ou vazias, mas pertencentes às comunidades de indígenas e caboclos, cuja reocupação, por europeus e seus descendentes, alterou o modo de vida destas comunidades tradicionais. José Radin analisa a implementação da Lei de Terras de 1850²⁶⁸, instrumento utilizado pelo governo Imperial para legitimar a propriedade privada da terra. Nesse sentido, por meio da escritura pública, o instrumento “[...] interferiu sobremaneira no modo de vida das populações nativas, considerando que a noção de propriedade que historicamente construíram, era muito diferente daquela que os colonizadores possuíam”²⁶⁹. Miguel Salini²⁷⁰ evidencia as distinções entre o modo de vida dos caboclos e colonos, pois os primeiros possuíam “[...] relações de produção de subsistência, sem a necessidade da apropriação e apoderamento do capital econômico, característica dos colonos que chegam a esta região especialmente no século XX”²⁷¹. Clovis Brighenti também analisa o impacto da propriedade privada para as populações indígenas e caboclas que viviam no Oeste catarinense, ao atentar em especial para a identidade das populações tradicionais:

Eles não foram apenas arrancados de seus próprios territórios, tentaram apagar suas territorialidades, suas memórias. O projeto colonial estabeleceu os valores e

²⁶⁷ ZARTH, P. Fronteira Sul: história e historiografia. In: RADIN, J. C.; VALENTINI, D. J.; ZARTH, P. (Orgs.). **História da Fronteira Sul**. Chapecó: Ed. UFFS, 2016. p. 9–24. p. 20.

²⁶⁸ BRASIL. **Lei n. 601, de 18 de setembro de 1850**. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Rio de Janeiro: Brasil Império, 1850. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l0601-1850.htm#:~:text=L0601%2D1850&text=LEI%20No%20601%2C%20DE,sem%20preenchimento%20das%20condi%C3%A7%C3%B5es%20legais. Acesso em: 15 fev. 2022.

²⁶⁹ RADIN, J. C. Um olhar sobre a colonização da fronteira sul. In: RADIN, J. C.; VALENTINI, D. J.; ZARTH, P. (Orgs.). **História da Fronteira Sul**. Chapecó: Ed. UFFS, 2016. p. 146–166. p. 151.

²⁷⁰ Para uma História da colonização do oeste catarinense analisada pela perspectiva da História Ambiental se sugere a dissertação: SALINI, A. M. **Colonização e meio ambiente: a transformação da paisagem do oeste catarinense (1930 a 1970)**. 150 f. 2018. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2018.

²⁷¹ SALINI, A. M. **Colonização e meio ambiente: a transformação da paisagem do oeste catarinense (1930 a 1970)**. 150 f. 2018. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2018. p. 40.

radicalizou na imposição de ideologias e na negação da própria identidade. [...]. A nova forma de ocupação, pela propriedade da terra, ignorou a legitimidade da presença (e, portanto, a própria lei 601/1850) e transformou indígenas e caboclos em intrusos – intrusos em suas próprias terras²⁷².

As comunidades tradicionais, nessa ordem, produziam o necessário para a sua subsistência, com menor impacto ambiental possível. Já os colonizadores seguiam a visão dos órgãos da época e percebiam o processo de colonização como um meio eficaz de levar o progresso às regiões com extensas coberturas florestais. Sendo assim, a perspectiva eurocêntrica era de que as matas eram improdutivas do ponto de vista econômico. De acordo com Liliana Wentz²⁷³, no Planalto Médio e no Alto Uruguai do Rio Grande do Sul, especificamente nas regiões de Passo Fundo, Erechim e Marcelino Ramos, as serrarias foram responsáveis pela derrubada de araucárias centenárias, levando ao enriquecimento financeiro de diversas famílias que se dedicavam à indústria madeireira, principalmente no período de 1920 a 1950. Nesse sentido, afirma:

Dentre os vários tipos de vegetação que o Planalto gaúcho possuía, interessaram, inicialmente, aos europeus os imensos pinhais, utilizados pelos colonizadores para produzir tábuas, barrotes, caibros, mata-juntas e costaneiras para a construção de residências e, principalmente, para a venda a outros estados e países. Com o apoio do governo brasileiro, houve investimentos na agricultura, na construção de estradas de ferro e na organização dos meios de transporte em geral²⁷⁴.

Com o aumento da densidade demográfica e o esgotamento dos solos, as terras do Rio Grande do Sul se tornaram insuficientes para a produção econômica. Assim, boa parte dos descendentes de alemães e italianos que viviam na região da serra e do noroeste gaúcho se deslocaram do Rio Grande do Sul para o Oeste catarinense²⁷⁵, em busca de propriedades para exploração madeireira, cultivos agrícolas e práticas pecuárias. Esse é também o caso da região do atual município de Guarujá do Sul, que, a partir da década de 1940, foi re(ocupado) por migrantes oriundos do Rio Grande do Sul – estudado no Capítulo quatro Floresta com Araucárias no Sul do Brasil: exploração e conservação.

O governo catarinense incentivou a colonização, por meio de contratos com as empresas colonizadoras privadas. Salini aponta que “[...] logo após a criação do Município de

²⁷² BRIGHENTI, C. A. Processos de colonização e povos indígenas no oeste catarinense. In: VALENTINI, D. J.; MURARO, V. F. (Orgs.). **Colonização, conflitos e convivências nas fronteiras do Brasil**. Porto Alegre: Letra & Vida: Chapecó: UFFS, 2015. p. 191–219. p. 210.

²⁷³ WENTZ, L. I. M. **Os caminhos da madeira**: região norte do Rio Grande do Sul (1902-1950). Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2004. p. 71.

²⁷⁴ *Ibid.*, p. 147.

²⁷⁵ Para mais detalhes sobre o processo migratório para o Oeste de Santa Catarina, ver: NODARI, E. S. **Etnicidades Renegociadas**: práticas socioculturais no Oeste de Santa Catarina. Florianópolis: Editora da UFS, 2009. 222p.

Chapecó em 1917, contratos entre Governo Estadual e Empresas Colonizadoras foram assinados, condicionando como principal objeto a abertura de estradas²⁷⁶. Nesse sentido, conforme Radin, “[...] cada empresa procurava persuadir potenciais compradores, destacando a proximidade com a ferrovia São Paulo-Rio Grande ou a existência de estradas que ligavam aos centros comerciais, a fertilidade do solo, o clima salubre[...]”²⁷⁷. A colonização no sul do Brasil, portanto, efetuou-se majoritariamente pela via pública, fomentada e subsidiada pelo Estado, bem como pelo setor privado, manejada pelas empresas colonizadoras, muitas delas de capital estrangeiro²⁷⁸.

Muraro²⁷⁹ analisa como os colonos que se instalaram no oeste catarinense e sudoeste do Paraná “transformaram a paisagem da região”²⁸⁰, principalmente pela substituição da floresta por cultivos agrícolas, dentre os quais, os de milho, fumo, soja e pela suinocultura²⁸¹. Tal feito estimulou a economia, mas impactou diretamente na redução das espécies arbóreas nativas que possuíam atributos, na época, considerados de boa qualidade e durabilidade para diversos usos madeireiros no mercado nacional e internacional.

É importante notar que parte da madeira proveniente da Floresta com Araucárias do oeste de Santa Catarina era comercializada para outros países, como a vizinha Argentina, para qual o transporte do material lenhoso era realizado pelo rio Uruguai, por meio de balsas. O comércio madeireiro na área de fronteira entre o Brasil e Argentina, legal e ilegal, “[...] oportunizava novas relações transfronteiriças”²⁸², ao proporcionar o contato entre os balseiros e vendedores e compradores de madeira nos portos do rio Uruguai.

A historiadora Eli Bellani²⁸³, em estudo sobre o município de Chapecó, no que se refere ao período de 1917 a 1950, descreve que, no oeste catarinense, o cedro, assim como a araucária e a cabreúva, eram abundantes. Com a chegada dos contingentes migratórios, oriundos em sua maioria do Rio Grande do Sul, iniciou a atividade econômica extrativa da

²⁷⁶ SALINI, A. M. **Colonização e meio ambiente: a transformação da paisagem do oeste catarinense (1930 a 1970)**. 150 f. 2018. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2018. p. 46.

²⁷⁷ RADIN, J. C. (I)migração e fronteiras agrícolas no Sul do Brasil: atores sociais e empresas colonizadoras. In: SCHMIT, Â. M.; WINTER, M. D. (Orgs.). **Fronteiras na História: Atores sociais e historicidade na construção do Brasil Meridional (Séculos XVIII-XX)**. Chapecó: Ed. UFFS, 2021. p. 310–328. p. 318.

²⁷⁸ WAIBEL, L. Princípios da colonização europeia no Sul do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, n. 2, p. 3–66, 1949.

²⁷⁹ MURARO, V. F. Sobre fronteiras e colonização. In: RADIN, J. C.; VALENTINI, D. J.; ZARTH, P. (Orgs.). **História da Fronteira Sul**. Porto Alegre: Letra & Vida; Chapecó: UFFS, 2015. p. 167–189.

²⁸⁰ *Ibid.*, p. 176.

²⁸¹ *Ibid.*

²⁸² *Ibid.*

²⁸³ BELLANI, E. M. **Madeira, balsas e balseiros no rio Uruguai: o processo de colonização do velho município de Chapecó (1917/1950)**. 327f. 1991. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1991.

madeira. Posteriormente, tal operação levou ao auge do desenvolvimento da indústria madeireira nas décadas de 1950-1960 da localidade. Conforme Bellani, até o início de 1950, a madeira extraída era transportada pelo rio Uruguai em jangadas, até os portos de São Tomé e Paso de Los Libres, na Província de Corrientes, na Argentina. O rio era uma das únicas opções para o transporte de madeira, pois as estradas eram poucas e não havia outros meios de transporte, de modo que o fluvial era, portanto, o caminho mais viável.

Precila Moreira em sua dissertação de mestrado, intitulada *Ecos de vozes sobre o Rio Uruguai: a formação do sujeito balseiro na região oeste de Santa Catarina (1920-1960)*, analisa como se desenvolveu a construção histórica do ofício do balseiro, que navegou pelo rio Uruguai, nas décadas de 1920 a 1960. Moreira afirma que a identidade desses balseiros se construiu por meio de diversos elementos, tais como: “A madeira, a balsa, o rio, as cheias, os perigos e adversidades, a religiosidade e a própria fronteira caracterizaram o trabalhador das balsas e auxiliaram na formação e representação do balseiro que temos hoje”²⁸⁴.

A partir de análise sobre as transformações socioambientais que ocorreram ao longo do tempo nas florestas do entorno do rio Uruguai, envolvendo os diversos grupos humanos que interagiam com aquele ambiente, Nodari conclui que:

O rio acabou servindo de deslocamento para as diferentes populações humanas, para alguns animais e plantas. Os indígenas moviam-se do Rio Grande do Sul para o Oeste de Santa Catarina, assim faziam também os caboclos coletores de erva-mate com suas agriculturas de subsistência e, por último, os migrantes descendentes de europeus. Não podendo esquecer o uso do Rio Uruguai para o escoamento da produção agrícola, e principalmente para a exportação das madeiras para a Argentina²⁸⁵.

O rio Uruguai foi um meio que possibilitou o escoamento da produção madeireira de ambos os lados das fronteiras políticas internacionais, que representa, como refere Nodari, “[...] fronteiras que afinal são fluídas e são feitas pelos humanos que assim as veem”²⁸⁶. A historiadora também afirma que a migração de europeus e seus descendentes, a consequente colonização agrícola e a indústria madeireira alteraram, transformaram e substituíram a paisagem da Floresta com Araucárias no sul do Brasil: “El bosque de Araucaria sucumbió a la agricultura y la ganadería, ha dado paso también a las industrias y el comercio, las aldeas se

²⁸⁴ MOREIRA, P. K. **Ecos de vozes sobre o rio Uruguai**: a formação do sujeito balseiro na região Oeste de Santa Catarina (1920-1960). 167f. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2019. p. 148.

²⁸⁵ NODARI, E. Fronteiras fluídas: florestas, Rio Uruguai e a ocupação da região. In: ZARTH, P. (Org.). **História do campesinato na fronteira sul**. Porto Alegre: Editora Letras & Vida; Chapecó: UFFS, 2012. p. 224–239. p. 229.

²⁸⁶ Ibid.

convirtieron en pueblos, mostrando un nuevo paisaje antrópico en todas las direcciones”²⁸⁷. A paisagem da Floresta com Araucárias sulina foi, portanto, transformada pela ação humana, principalmente ao longo do século XX, o que causou diversos impactos negativos ao meio ambiente.

2.2 MISIONES: MIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO NA FLORESTA COM ARAUCÁRIAS

Na Argentina, em 1876, foi estabelecida a Lei Nacional de Imigração e Colonização²⁸⁸ pelo então presidente Nicolás Avellaneda (1874-1880). Nessa lei, foi instituído o Departamento Geral de Imigração, órgão subordinado ao Ministério do Interior. O referido órgão possuía a finalidade de organizar e fomentar o processo de migração de europeus com destino a Argentina. De acordo com Crestani, a Lei de Imigração e Colonização contribuiu para o avanço dos movimentos migratórios de origem europeia, no período de 1881 a 1900, com destino ao então Território Nacional de Misiones.

Nas primeiras décadas do século XX, além da via governamental, as migrações para Misiones aconteceram por intermédio das companhias colonizadoras, que, em sua maioria, visavam trazer o migrante de origem alemã²⁸⁹. Assim, como ocorreu no Brasil, o Território Nacional de Misiones (que, lembrando, é provincializado somente em 1953) viveu duas formas de colonização, assim explicadas pela historiadora Maria Cecilia Gallero: “[...] una fue la colonización oficial, promovida por el Gobierno del Territorio Nacional y más tarde por la Provincia; y otra fue la colonización privada que estuvo a cargo de compañías que adquirieron grandes extensiones de tierra y si hicieron cargo de organizar las colonias”²⁹⁰. Esse processo, como visto anteriormente, é semelhante ao que ocorreu no Brasil.

Gallero evidencia, ainda, que na Argentina no início do século XX, a colonização objetivava o estabelecimento de camponeses em terras públicas e que, naquele período, a colonização significava: “[...] la ocupación planificada de la tierra, en donde el Estado administra los terrenos, ubica los colonos y fomenta las colonias nacionales, además, de preveer

²⁸⁷ NODARI, E. Historia de la devastación del Bosque de Araucaria en el sur del Brasil. *Áreas*, Murcia, v. 35, p. 75–85, 2016. p. 84.

²⁸⁸ ARGENTINA. **Ley n. 817 de 1876.** Ley Nacional de Inmigración y colonización. Argentina, 1876. Disponível em:

<https://www.fhuc.unl.edu.ar/portalgringo/crear/gringa/archivo/pdf/Leynacionaldeinmigracionycolonizacion>. Acesso em: 10 mar. 2022.

²⁸⁹ CRESTANI, L. de A. **História da ocupação na fronteira entre Brasil e Argentina (1881/1930): uma perspectiva comparada e transnacional.** 308 f. 2019. Tese (Doutorado em História), Universidade de Évora, Évora, 2019. p. 33–34.

²⁹⁰ GALLERO, M. C. La colonización privada en Misiones y el accionar de la compañía Eldorado (1919-1959). *Folia Histórica del Nordeste*, n. 7, p. 63–84, 2008. p. 63.

la posibilidad de desarrollar la ‘colonización por empresas particulares’²⁹¹. Parte da estratégia da colonização consistia também na ampliação da infraestrutura do Território Nacional de Misiones. Crestani registra que, nesse período, foram intensificadas as construções de estradas, “[...] a concessão de terras para empresários e de implantação de linhas de telégrafos, além do início da promoção da colonização por imigrantes europeus da criação da *Dirección de Tierras y Colonias* e *Dirección de Inmigración* e de uma Oficina Nacional de Geodesia²⁹². O autor conclui que o governo argentino não tinha o objetivo de instituir latifúndios. Ao contrário, refere, objetivava o estabelecimento de famílias agricultoras para ocuparem o espaço, considerado pelo governo argentino como um grande vazio demográfico²⁹³. Ainda conforme Crestani, José Figueroa Alcorta, presidente argentino de 1906 a 1910, depois de seguir a política anterior que visava a imigração civilizatória, em 1908 alterou seu discurso “reforçando a ideia de imigração espontânea como algo mais vantajoso para o Estado”²⁹⁴.

Quanto os processos migratórios de brasileiros para Misiones, afirma Maristela Ferrari, ocorreram desde o fim do XIX e início do XX por “[...] fluxos formados majoritariamente por migrantes do Rio Grande do Sul, que foram ocupando áreas de produção agrícola e criação de gado no sul daquela Província, como os Departamentos de Apostoles e Concepción²⁹⁵. No nordeste de Misiones, isto é, Departamentos de San Pedro e General Manuel Belgrano, a migração de brasileiros/as acontecia desde antes da resolução do conflito de 1895, que definiu os limites entre Argentina e Brasil pela presença de brasileiros na região. Ferrari esclarece que os fluxos migratórios de brasileiros para o nordeste de Misiones “eram descontínuos e pouco densos”²⁹⁶ e se intensificaram na década de 1920, quando empresas ervateiras se instalaram no Departamento de General Manuel Belgrano, aumentando a necessidade de mão-de-obra e assim atraindo migrantes do Brasil e do Paraguai:

A partir de então, os fluxos transfronteiriços da migração brasileira para o nordeste de Misiones já não eram apenas oriundos do Rio Grande do Sul, mas também dos antigos Campos de Palmas, motivados, sobretudo, pelo declínio da atividade pastoril e das fazendas de criação de gado, quando os fazendeiros daquela região, sem condições de sustentar suas fazendas, passam a dispensar seus agregados e peões, muitos dos quais, sem atividade laboral, migraram para o nordeste de Misiones. [...]. Na verdade, o

²⁹¹ GALLERO, M. C. La colonización privada en Misiones y el accionar de la compañía Eldorado (1919-1959). *Folia Histórica del Nordeste*, n. 7, p. 63–84, 2008. p. 64.

²⁹² CRESTANI, L. de A. **História da ocupação na fronteira entre Brasil e Argentina (1881/1930): uma perspectiva comparada e transnacional**. 308 f. 2019. Tese (Doutorado em História), Universidade de Évora, Évora, 2019. p. 175.

²⁹³ *Ibid.*, p. 202.

²⁹⁴ *Ibid.*, p. 166.

²⁹⁵ FERRARI, M. Redes da migração brasileira no nordeste da Província de Misiones – Argentina (século XX). In: VALENTINI, D. J.; MURARO, V. F. (Orgs.). **Colonização, conflitos e convivências nas fronteiras do Brasil**. Porto Alegre: Letra & Vida; Chapecó: UFFS, 2015. p. 247–269. p. 249.

²⁹⁶ *Ibid.*, p. 152.

nordeste de Misiones passou a ser uma região de abrigo de muitos brasileiros socialmente excluídos²⁹⁷.

Para Muraro, o processo de colonização da região de San Pedro se constituiu de maneira mais tardia se comparado a outras regiões da Argentina e mesmo do Brasil, por conta de movimentos geopolíticos, o que influenciou no uso e ocupação da fronteira Brasil/Argentina, provocando “cenários distintos nos dois lados da fronteira”²⁹⁸. A esse respeito, Muraro acrescenta:

Enquanto no Brasil, a partir das primeiras décadas do século XX, foram implantadas políticas de incentivo de ocupação das áreas de fronteira, os governantes argentinos investiram em projetos voltados para regiões geográficas do centro do país. Preocupados com a segurança nacional, nossos vizinhos reforçaram o policiamento das fronteiras e implantaram escolas no nordeste de Misiones, com o objetivo de reforçar a identidade nacional. Iniciativas de ocupação do nordeste de Misiones somente foram tomadas durante o período da ditadura militar, a partir da década de 1970, com a implementação do *Plan de Colonización 39 de San Pedro* e *Plan de Colonización de Andresito*²⁹⁹.

A colonização pública e privada em Misiones se intensificou após 1920³⁰⁰. Os movimentos migratórios demandaram usos com maior intensidade do ecossistema da Selva Paranaense para suprir as necessidades básicas, mas também para expansão da economia do território. Nesse sentido, os biólogos Marcelo Kostlin e Nicolás Olalla e a antropóloga social Laura Kostlin afirmam:

A mediados de siglo XX, mientras en el sur, centro y alto Paraná de Misiones se sucedía el frente agrícola con un fuerte apoyo estatal; en el extremo nordeste, se desplegaba y consolidaba un frente extractivo tardío que reeditaba características de aquel que tuviera lugar, a fines del siglo XIX, en toda la región como modo hegemónico de producción. En primer término se explotaba yerba mate silvestre, y a partir de su prohibición en 1922, se prosiguió con la extracción de *Araucaria angustifolia* hasta su cese casi total en 1975, y luego con especies nativas – cedro (*Cedrela fissilis*), incienso (*Myrocarpus frondosus*), guayubira (*Cordia americana*), entre otras³⁰¹.

A *Araucaria angustifolia* que, nos relatos dos viajantes do fim do século XIX aparecia como espécie nativa pouco explorada pelas dificuldades de escoamento do material lenhoso,

²⁹⁷ FERRARI, M. Redes da migração brasileira no nordeste da Província de Misiones – Argentina (século XX). In: VALENTINI, D. J.; MURARO, V. F. (Orgs.). **Colonização, conflitos e convivências nas fronteiras do Brasil**. Porto Alegre: Letra & Vida; Chapecó: UFFS, 2015. p. 247–269.

²⁹⁸ MURARO, V. F. Sobre fronteiras e colonização. In: RADIN, J. C.; VALENTINI, D. J.; ZARTH, P. (Orgs.). **História da Fronteira Sul**. Porto Alegre: Letra & Vida; Chapecó: UFFS, 2015. p. 167–189. p. 176.

²⁹⁹ Ibid.

³⁰⁰ CRESTANI, L. de A. **História da ocupação na fronteira entre Brasil e Argentina (1881/1930): uma perspectiva comparada e transnacional**. 308 f. 2019. Tese (Doutorado em História), Universidade de Évora, Évora, 2019. p. 210.

³⁰¹ KOSTLIN, M. R.; KOSTLIN, L. A.; OLALLA, N. El Yvyretá: la Selva Misionera (Argentina). **Ciencia & Ambiente**, v. 42, n. 6, p. 15–37, 2011. p. 33.

passou a ser utilizada como um importante recurso econômico para Misiones. Isso se deu a partir da abertura de estradas e surgimento de novos meios de transporte na primeira metade do século XX.

2.3 A EXPLORAÇÃO ECONÔMICA DA FLORESTA COM ARAUCÁRIAS EM MISIONES: 1920-1960

O engenheiro agrônomo Osvaldo Giacobbi, provavelmente nos anos finais da década de 1930, publicou um estudo intitulado *Los Bosques de Pino misionero (Araucaria angustifolia) en la Republica Argentina*³⁰². A investigação, vale esclarecer, se deu a pedido do Ministério de Agricultura da Argentina por intermédio da Direção Florestal. A obra está dividida em cinco partes: distribuição geográfica da *Araucaria angustifolia* em território argentino; características do solo; descrição e análise da população humana que vivia em San Pedro no ano de 1937; inventário de taxaço/florístico e lista com classificação botânica de todas as espécies arbóreas citadas no respectivo estudo. Giacobbi, delimitou a área de distribuição da araucária em:

Desde el Brasil y en una faja que se extiende desde el paralelo de 25°50' hasta el de 27°44' de Latitud Sud, se introduce en forma de cuña cuyo vértice se encuentra aproximadamente a 5 km al Oeste del límite oriental de la Compañía Colonizadora Eldorado, más o menos a los 54°20' Longitud Oeste.

Del vértice mencionado, se prolonga hacia el Sur en una faja estrecha y en la que las Araucarias se presentan cada vez más dispersas, ofreciendo grandes soluciones de continuidad, entre los arroyos Pepirí Mini o Yabotí Guazú y Paraiso, hasta desaparecer en el lugar conocido con el nombre de Campiña de las Varanas, situado al S.E. de Fracrán, alrededor de los 27° de Latitud Sur. El Ing. Agr. L. Parodi confirma este último dato.

El señor Sven Lundquist, profundo conocedor de todo el territorio misionero, me ha informado que durante sus exploraciones en busca de yerba-mate, constató la presencia de araucarias en el ángulo N. E. de Misiones, y aunque no pudo proporcionar la exacta extensión supone que alcanzará aproximadamente la superficie señalada en el mapa³⁰³.

Para descrever a área de distribuição da araucária no Território Nacional de Misiones, Giacobbi utilizou, como referência, além de suas próprias análises, o relato do engenheiro agrônomo Luis E. Fablet chefe da *División de Bosques* do Ministério de Agricultura da Argentina³⁰⁴. Este último, em 1929, realizou pesquisas de campo pela então colônia General Manuel Belgrano. Giacobbi lançou mão, ainda, de informações de E. Bonsignori³⁰⁵, Sven

³⁰² GIACOBBI, O. **Los bosques de Pino Misionero (*Araucaria angustifolia*) en la República Argentina**. Buenos Aires: Ministerio de Agricultura de la Nación - Dirección Forestal, 193?..

³⁰³ Ibid., p. 5–6.

³⁰⁴ Ibid.

³⁰⁵ Ibid.

Lundquist, conhecimentos do engenheiro Parodi e relatos de residentes da região de San Pedro³⁰⁶. Nota-se que sua descrição não é de um todo exata, mas baseada em diferentes registros orais de indivíduos que percorreram a região possivelmente nas décadas de 1920-1930. Foi com referência nesses registros que Giacobbi elaborou o Mapa 8.

Mapa 8 – Distribuição geográfica da *Araucaria angustifolia*, de acordo com Giacobbi, 1937



Fonte: Osvaldo Giacobbi³⁰⁷.

³⁰⁶ GIACOBBI, Osvaldo L. **Los Bosques de Pino Misionero (*Araucaria angustifolia*) en la República Argentina**. Buenos Aires: Ministerio de Agricultura de la Nación - Dirección Forestal. 1937? p. 6.

³⁰⁷ *Ibid.*, p. 36.

Embora o engenheiro agrônomo tenha afirmado que “En base a las informaciones que me han sido proporcionadas, los más importantes y densos bosques de *Araucaria* se encuentran situados en las proximidades de San Antonio y en la colonia San Pedro”³⁰⁸, o Mapa 8 não pode ser tomado como referência para compreender a área de distribuição da Floresta com Araucárias em território argentino. Como se verá adiante nesta subseção muitos outros mapas foram elaborados com esse intuito. O Mapa 8 representa, nesse sentido, a tentativa do governo argentino em realizar mapeamentos e levantamentos florísticos da Floresta com Araucárias com o objetivo de identificar possíveis recursos econômicos para o progresso do Território Nacional de Misiones.

Giacobbi relatou, ainda, que, além do levantamento cartográfico, um recenseamento da população local que vivia em “toda la zona ocupada por pinares”³⁰⁹ foi realizado em 1937, pelos funcionários da *División de Bosques de la Dirección de Tierras*, D. Riquelme e C.A. Menises³¹⁰. Os resultados permitiram-lhe identificar que a maior parte da população vivia no entorno da então colônia de San Pedro, entre os arroios Tobuna e Mato Quemado, onde residiam 99 famílias, das quais 49 eram de nacionalidade argentina, 45 brasileiras e cinco paraguaias³¹¹. Giacobbi afirmou que as famílias reuniam aproximadamente 500 pessoas, sendo: “[...] de nacionalidad argentina en sus $\frac{3}{4}$ partes, y brasileños en su mayoría con una pequeña proporción de paraguayos en la $\frac{1}{4}$ parte restante”³¹². As 99 famílias possuíam cerca de 300 filhos, dos quais 137 eram mulheres³¹³.

Quanto às condições de vida da população que ali vivia, Giacobbi relatou que eram precárias. Essa visão era alicerçada no que observou sobre a alimentação, cuja base era o feijão, milho e carne oriunda da caça de animais silvestres; as casas eram construídas com madeira de araucária e as camas feitas de taquara. Expressou, ainda, que: “Los pobladores son en general gente sin aspiraciones, de hábitos primitivos” e que, embora vivessem em condições precárias, “debe reconocerse que ocupándolos como peones resultan muy eficientes pues están dotados de una capacidad y resistencia a toda prueba para cualquier trabajo, por duro que éste sea”³¹⁴. A descrição de Giacobbi para com a comunidade local foi um tanto quanto depreciativa, pois seu pensamento era baseado na ideia do trabalho como civilizador e fonte de progresso.

³⁰⁸ GIACOBBI, Osvaldo L. **Los Bosques de Pino Misionero (*Araucaria angustifolia*) en la República Argentina**. Buenos Aires: Ministerio de Agricultura de la Nación - Dirección Forestal. 1937.

³⁰⁹ Ibid., p. 10.

³¹⁰ Ibid.

³¹¹ Ibid.

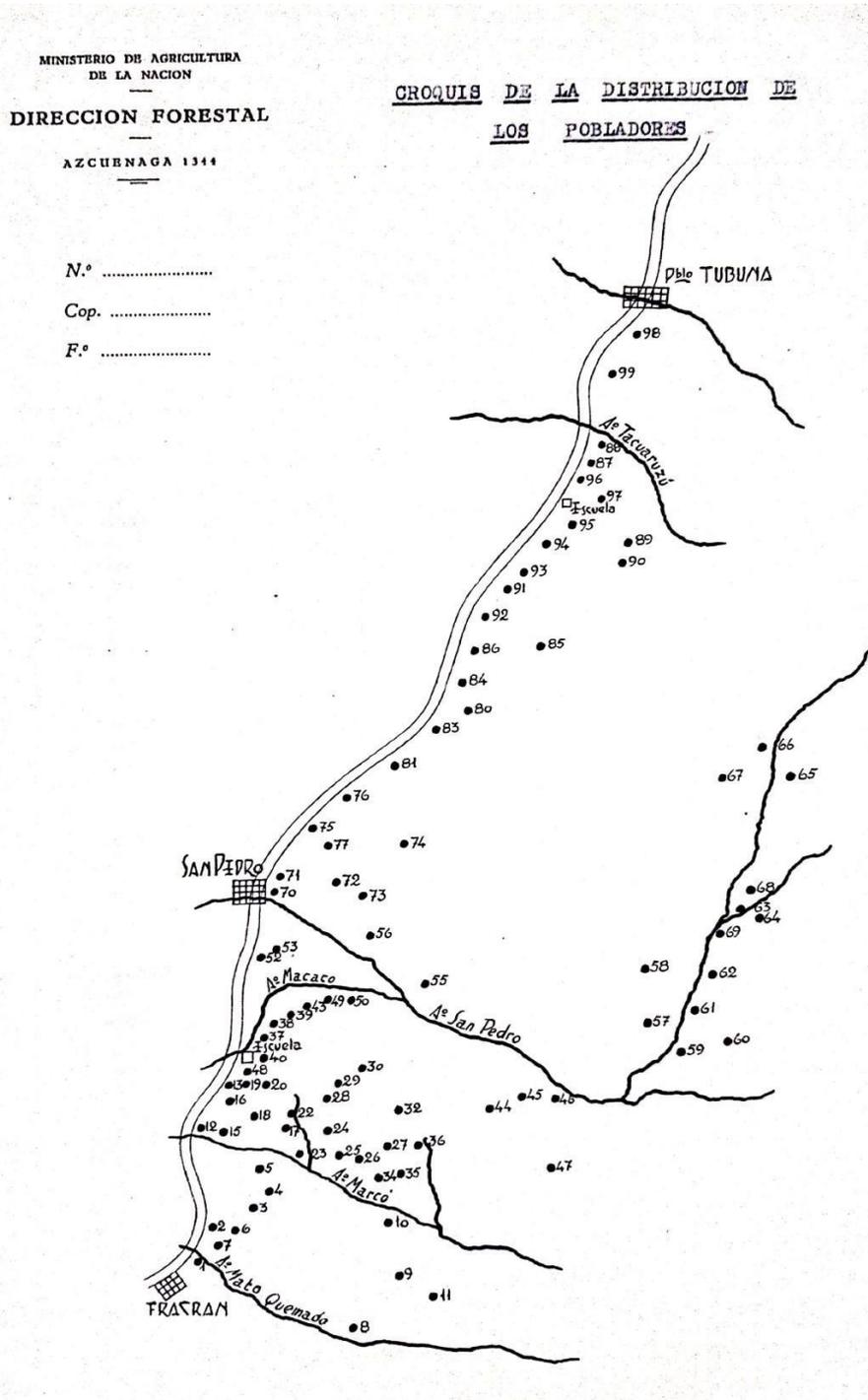
³¹² Ibid.

³¹³ Ibid., p. 11.

³¹⁴ Ibid., p. 11.

Giacobbi elaborou um croqui evidenciando onde se localizavam os 99 núcleos familiares, na região da Floresta com Araucárias, entre arroyos Tobuna e Mato Quemado, como é possível observar na Figura 7.

Figura 7 – Croqui de localização dos núcleos familiares, San Pedro, 193?



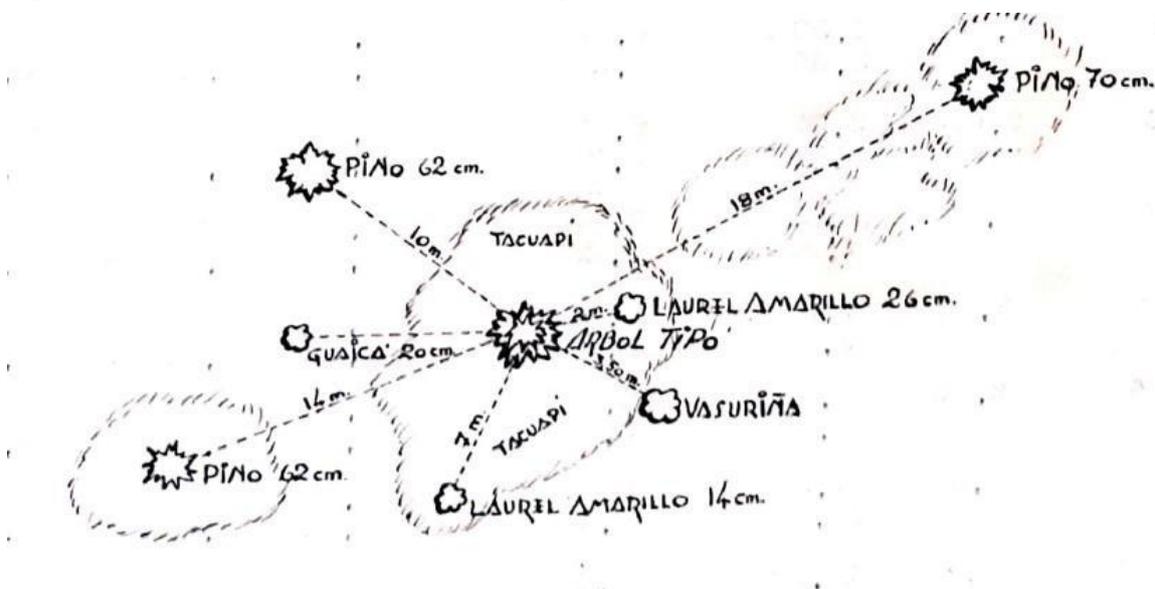
Fonte: Osvaldo Giacobbi³¹⁵.

³¹⁵ GIACOBBI, Osvaldo L. *Los Bosques de Pino Misionero (Araucaria angustifolia) en la Republica Argentina*. Buenos Aires: Ministerio de Agricultura de la Nación - Dirección Forestal. 193? p. 12.

Para Giacobbi, essa população era considerada reduzida, se comparando ao período que antecede a Lei n. 12.236 de 1935³¹⁶, que estabeleceu a Comissão Reguladora da Produção e Comercialização da erva-mate, a qual controlou a exploração de erva-mate nativa. Isso fez com que muitos dos indivíduos envolvidos no processo de colheita e processamento da erva migrassem para outras regiões. Conseqüentemente, a população que vivia no entorno de San Pedro diminuiu.

Do inventário florístico realizado por Giacobbi, é relevante a análise que realizou ao eleger, para análise, uma araucária de 28,15 metros de altura, em altitude de 650 m sobre o nível do mar, localizada a 6 km de San Pedro, no caminho para Bernardo de Irigoyen. Este espécime obteve as seguintes dimensões: diâmetro a 1,30 metros de 66 cm; altura desde a base até as primeiras ramas de 13 m; altura desde a base até o primeiro nó 8,15 m e comprimento das ramas de 8 m. Giacobbi também registrou que esta araucária estava rodeada por outras espécies. Entre elas, cita-se, no idioma original do documento, as seguintes: Laurel amarillo (*Nectandra lanceolata*), tarumá (*Vitex cymosa*), guaica (*Ocotea puberula*), vasuriña (*Chrysophyllum marginam*). Essa araucária não era muito grande se comparada a outros espécimes registrados na região de San Pedro, mas tem importância na composição florestal em que foi identificada por Giacobbi:

Figura 8 – Posição de uma araucária entre outras espécies, San Pedro, década de 1930



Fonte: Osvaldo Giacobbi³¹⁷.

³¹⁶ ARGENTINA, R. **Ley 12.236 de 1935**. Comisión Reguladora de la producción y comercio de la yerba mate. Argentina, 1935. Disponível em: <https://www.argentina.gov.ar/normativa/nacional/ley-12236-294245>. Acesso em: 20 mar. 2022.

³¹⁷ GIACOBBI, Osvaldo L. **Los Bosques de Pino Misionero (*Araucaria angustifolia*) en la República Argentina**. Buenos Aires: Ministerio de Agricultura de la Nación - Dirección Forestal. 193? p. 16.

A representação da composição do entorno arbóreo da araucária selecionada para estudo por Giacobbi sustenta a prerrogativa da diversidade biológica e florística que constitui a floresta nativa com araucárias em Misiones. Essa diversidade, todavia, é reduzida aos monocultivos de araucária e praticamente inexistente nos de espécies exóticas, impactando diretamente na diminuição da diversidade de espécies, genética e na fragmentação de ecossistemas.

Outro estudo que teve por finalidade apresentar e analisar a região da Floresta com Araucárias na Argentina, na primeira metade do século XX, foi realizado por Artur Ragonese e Julio Castiglione. Eles publicaram, em 1946, um artigo sob o título: *Los pinares de Araucaria angustifolia en la República Argentina*³¹⁸, no qual descreveram e analisaram a Floresta com Araucárias presente na Selva Paranaense, em Misiones. Os referidos autores apresentaram um mapa (aqui reproduzido como Mapa 9, a seguir), desenhado por Bruno G. Piccinini, em que é possível observar a área que consideravam como a de distribuição da araucária nas então colônias de Manuel Belgrano e San Pedro. Essas colônias, em 1953, após Misiones ser provincializada, foram elevadas à categoria de Departamentos.

³¹⁸ RAGONESE, A. E.; CASTIGLIONE, J. A. Los pinares de Araucaria angustifolia en la República Argentina. **Boletín de la Sociedad Argentina de Botánica**, v. 1, n. 2, p. 126–147, 1946.

averiguar todas localizações específicas dos remanescentes florestais com araucária. Nessa mesma publicação, os engenheiros relataram detalhes da expedição que realizaram a serviço do Ministério de Agricultura argentino, deslocando-se desde Posadas até o extremo oriente misionero. Detalharam que cerca de 11 km antes de chegar a San Pedro – via Rota Nacional 14 – avistaram os primeiros espécimes de *Araucaria angustifolia* crescendo isolados na floresta. O mesmo foi registrado no caminho para San Antonio, em que as araucárias isoladas se alternavam com fragmentos menores de floresta, com e sem a presença da espécie³²⁰. As araucárias, também denominadas “pinos”, foram apresentadas aos seus leitores através da imagem reproduzida na Figura 9.

Figura 9 – *Araucaria angustifolia* no entorno de San Pedro, Misiones, Argentina



Fonte: Ragonese e Castiglione³²¹.

A Figura 9 é de autoria do engenheiro agrônomo Giacobbi, apresentado anteriormente, e isso revela a integração e o compartilhamento de informações entre os sujeitos que se dedicavam aos estudos da flora misionera. No registro, no dossel superior da floresta, é possível observar a altura dos espécimes de araucárias em comparação com outras espécies florestais no

³²⁰ RAGONESE, A. E.; CASTIGLIONE, J. A. Los pinares de *Araucaria angustifolia* en la República Argentina. **Boletín de la Sociedad Argentina de Botánica**, v. 1, n. 2, p. 126–147, 1946. p. 129–130.

³²¹ *Ibid.*, p. 131.

sub-bosque. Nota-se, ademais, a presença de uma estrada de terra, que, para ser aberta, precisou que parte da floresta fosse retirada/desmatada.

Os maciços florestais mais densos, compostos por diversas araucárias agrupadas, popularmente conhecidos como pinhais ou rodais de araucárias, foram registrados nas comunidades de Macaco, San Pedro, Dois Irmãos e Campiñas de Américo – campiña ou Campo são áreas nas quais, apesar do predomínio da vegetação selvática, intercalam-se clareiras de vegetação rasteira. Pinhais também se encontravam ao adentrar à Rota Nacional 101, que liga Bernardo de Irigoyen a Puerto Iguazú, nas comunidades de Gramado, San Antonio, Yermalito e Piñalito³²². No limite oriental do Parque Nacional do Iguazu com a colônia Manuel Belgrano, de acordo com as anotações de Ragonese e Castiglione, localizava-se a última araucária isolada que avistaram.

Ragonese e Castiglione registraram que, na comunidade de Piñalito, identificaram uma paisagem distinta da encontrada no restante da Floresta com Araucárias em Misiones, pois ali “[...] la actualidad [1946] casi no existen ‘pinos’, por haber sido explotados intensamente y en forma irracional”³²³. Esse comentário dos engenheiros agrônomos permite perceber que havia, por parte deles, uma preocupação com a exploração “irracional” e a conservação das araucárias, que, naquele período, eram exploradas nos “aserradores”³²⁴, ou seja, nas serrarias. De acordo com a Dirección de Bosques, a atividade florestal em Misiones se constituiu em três fases³²⁵: a primeira, com início no século XX, se deu com as “obrajes” processo de extração para uso local; a segunda etapa refere-se ao período em que se instalam os “aserradores”, as serrarias e indústrias de debobinado e faqueado. A terceira etapa que se caracteriza por boa parte da segunda metade do século XX refere-se aos projetos industriais celulósicos papeleiros, período em que também se iniciou o cultivo de espécies arbóreas exóticas de rápido crescimento. Muitas Serrarias estavam localizadas em Misiones, como a situada Piñalito – local onde a exploração e a redução das araucárias se intensificaram a partir de 1951, quando foi fundada a madeireira “*El Piñalito*” por Don Antonio Angriman. Na mesma região, na década de 1990, foi instituído o Parque Provincial Piñalito. Também funcionavam serrarias para processamento de madeira

³²² RAGONESE, A. E.; CASTIGLIONE, J. A. Los pinares de Araucaria angustifolia en la República Argentina. **Boletín de la Sociedad Argentina de Botánica**, v. 1, n. 2, p. 126–147, 1946. p. 130.

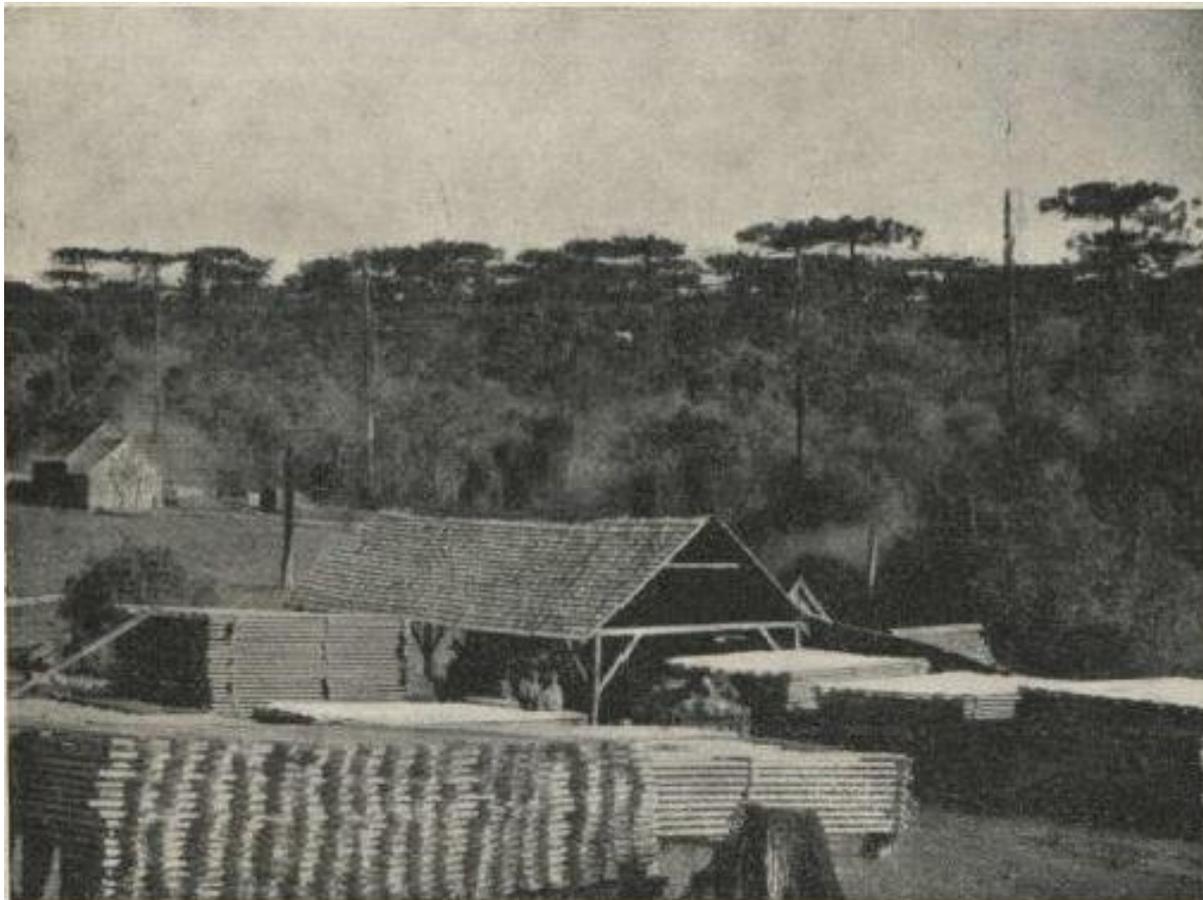
³²³ Ibid.

³²⁴ DIRECCIÓN DE BOSQUES. Atlas de los Bosques Nativos Argentinos, 2003., Proyecto Bosques Nativos y Áreas Protegidas BIRF 4085-AR, Secretaría de Ambiente y Desarrollo Sustentable, 2003.

³²⁵ Ibid.

nas localidades de Bernardo de Irigoyen³²⁶ e San Antonio. Na Figura 10, é possível ver uma das que se localizava em San Antonio:

Figura 10 – Vista de parte do pinhal e da serraria localizados em San Antonio, Misiones, Argentina, 1946



Fonte: Ragonese e Castiglione³²⁷.

No registro reproduzido na Figura 10, de autoria de J. Carmelich, os troncos de espécies arbóreas provenientes da Selva Paranaense se encontram na serraria processados em tábuas. Nesse caso, identifica-se a proximidade entre a serraria para com a floresta ao fundo, o que possivelmente facilitava o corte e o transporte das árvores até a serraria. As araucárias que se sobressaem no dossel da floresta ao fundo da Figura 10 possivelmente eram espécimes jovens com baixo diâmetro a altura do peito (DAP), isto é, araucárias com troncos finos que não interessavam à serraria, que preferia troncos maiores, mesmo que vindos de mais longe.

Como Ragonese e Castiglione não percorreram todo o território de distribuição da araucária na Argentina, coletaram informações de residentes da região, os quais afirmaram que, seguindo o curso do rio San Antonio, era possível encontrar uma faixa de Floresta com

³²⁶ NEWTON, J. **Misiones: Oro Verde y Tierra Colorada**. Buenos Aires: El Gráfico Impresores, 1951.

³²⁷ RAGONESE, A. E.; CASTIGLIONE, J. A. Los pinares de *Araucaria angustifolia* en la República Argentina. **Boletín de la Sociedad Argentina de Botánica**, v. 1, n. 2, p. 126–147, 1946. p. 131

Araucárias de mais ou menos 1,5 km de largura, que se prolongava até a foz do rio Iguazu. No entanto, Domingo Cozzo, em 1960, registrou a distribuição da Floresta com Araucárias: “[...] esta especie se presenta constituyendo manchas más o menos tupidas, más o menos extensas, que no siempre están enlazadas entre sí, distribuyéndose a lo largo del río San Antonio y el Pepirí Guazú, sin llegar a alcanzar por el Norte las márgenes del río Iguazú”³²⁸. Com base nessas duas fontes, é difícil afirmar se existiam ou não araucárias nas margens do Iguazu ou se, em 1946, as araucárias existiam e, no decorrer dos anos seguintes, foram exploradas a ponto de não haver espécimes em 1960, quando Cozzo realizou o levantamento florístico da área.

Ragonese e Castiglione também ponderaram quanto aos espécimes de araucárias que cresciam isolados nas Ruínas Jesuítas da Missão de Nossa Senhora de Loreto³²⁹, distantes 50 km de Posadas. Por se encontrarem fora da sua área de ocorrência natural, supuseram que se originaram de sementes de araucárias que poderiam ter sido plantadas no século XVIII pelos jesuítas³³⁰. Antes de Ragonese e Castiglione, em 1909, o botânico Carlos Spegazzini³³¹, considerando que a erva-mate tinha “[...] una especial efectividad para con las Araucarias, en cuyos dominios alcanza la mayor robustez y exuberancia”³³², também especulou sobre a possível influência de plantios de araucárias pelos jesuítas:

[...] este hecho me ha sugestionado de un modo tan especial que he llegado á sospechar que muchas manchas de araucarias que se encuentran en los departamentos más australes de Misiones no sean espontaneas sino plantadas por las inteligentes manos de los jesuitas, que tal vez habrían hecho la misma observación de la simbiosis existente entre la yerba-mate y dichas coníferas; estas pináceas, verdaderamente gigantescas, poseen una copa muy ancha, en forma de quitasol, la cual protege la vegetación inferior sin menarle demasiado ni el aire ni la luz³³³.

Os jesuítas, além da extração e do comércio da erva-mate, também realizaram experimentos de cultivo dessa espécie³³⁴. Tendo em vista que, em muitas partes da floresta, a erva crescia em associação com a araucária, é possível que tenham realizado o plantio de

³²⁸ COZZO, D. Ubicación y riqueza de los bosques espontáneos de ‘pino’ Paraná (*Araucaria angustifolia*) existentes en la Argentina. **Revista Forestal Argentina**, v. 4, n. 2, p. 46–54, 1960. p. 49.

³²⁹ Localizada no atual município de Candelaria, foi fundada no século XVIII, depois que os habitantes das Misiones del Guayrá migraram para o território da atual Província de Misiones e ali se estabeleceram até 1817, quando foram novamente atacados por luso-brasileiros. As Ruínas Jesuítas da Missão de Nossa Senhora de Loreto foram declaradas Patrimônio da Humanidade em 1984.

³³⁰ RAGONESE, A. E.; CASTIGLIONE, J. A. Los pinares de *Araucaria angustifolia* en la República Argentina. **Boletín de la Sociedad Argentina de Botánica**, v. 1, n. 2, p. 126–147, 1946. p. 133.

³³¹ SPEGAZZINI, C. **Al través de Misiones**. La Plata: Talleres de Joaquin Sese y Cia, 1914. Carlos Spegazzini ocupava em 1908 a chefia da Sessão de Botânica do Ministério da Agricultura da Argentina, e nesse mesmo ano viajou de Buenos Aires para Misiones para realizar um levantamento dos ervais nativos misioneiros.

³³² *Ibid.*, p. 68.

³³³ *Ibid.*

³³⁴ GERHARDT, M. **História ambiental da erva-mate**. 290 f. 2013. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

indivíduos de araucária. Nos registros da expedição de Ragonese e Castiglione, é importante notar que a Floresta com Araucárias em Misiones se constitui da combinação entre espécimes isolados de araucária e de maciços florestais mais densos. Por essa razão, não se distribui de maneira uniforme dentro dos limites dos Departamentos de San Pedro e General Manuel Belgrano. Ela se estendia por maciços florestais de aproximadamente 500 hectares, que se espalham e intercalam com outros menores com média de três a cinco araucárias por hectare e, inclusive, com indivíduos de *Araucaria angustifolia* isolados que voltam a se conectar com outras populações florestais mais densas³³⁵ com e sem a presença da araucária.

Ragonese e Castiglione realizaram, ainda, um importante inventário fitossociológico numa parcela de 1.250 m² de área da Floresta com Araucárias em Misiones, nas proximidades de San Antonio. As informações reunidas referiam-se a um pinhal ou núcleo denso, com diversos exemplares de araucária, que, naquele período, ainda não tinham vestígios de exploração pela indústria madeireira. Sendo assim, “[...] conservaba su aspecto y composición florística original”³³⁶, se comparado com as áreas em que a extração acontecia.

Outro sujeito que percorreu o Território Nacional de Misiones na primeira metade do século XX foi o escritor e jornalista Jorge Newton. Muito próximo aos círculos sociais do presidente da República Argentina Juan Domingo Perón, Newton, na companhia de sua esposa, foi enviado em 1950 pelo presidente ao Território Nacional de Misiones. O objetivo dessa expedição era registrar as condições e as relações de trabalho entre empregados e empregadores e o desenvolvimento das colônias agrícolas. Seu relato foi publicado um ano após sua viagem na obra *Misiones: Oro verde y tierra colorada*³³⁷. Jorge Alcaráz e Norma Oviedo avaliaram que o relato de Newton foi um instrumento para legitimar as políticas públicas implementadas pelo governo peronista, pois “[...] el discurso predominante en el relato confirmaba un clima de progreso para a región, en el que la prosperidad estaba acompañada por las políticas estatales del gobierno peronista”³³⁸.

Em sua passagem pela região da Floresta com Araucárias, no fim da Rota Nacional 101 e o início da 14, no que hoje é a localidade de Bernardo de Irigoyen, Newton se surpreendeu com as araucárias que ali visualizou, pois: “Las gigantescas araucarias de la Sierra de Misiones

³³⁵ COZZO, D. Ubicación y riqueza de los bosques espontáneos de ‘pino’ Paraná (*Araucaria angustifolia*) existentes en la Argentina. **Revista Forestal Argentina**, v. 4, n. 2, p. 46–54, 1960.

³³⁶ RAGONESE, A. E.; CASTIGLIONE, J. A. Los pinares de *Araucaria angustifolia* en la República Argentina. **Boletín de la Sociedad Argentina de Botánica**, v. 1, n. 2, p. 126–147, 1946. p. 136.

³³⁷ NEWTON, J. **Misiones: Oro Verde y Tierra Colorada**. Buenos Aires: El Gráfico Impresores, 1951.

³³⁸ ALCARÁZ, J.; OVIEDO, N. Representaciones de las actividades económicas en el Territorio Nacional de Misiones (1930 - 1950). **La Rivada**, v. 2, n. 3, p. 1–18, 2016. Disponível em: <http://argos.fhycs.unam.edu.ar/handle/123456789/546p>. 11.

ofrecían uno de los espectáculos más impresionantes y hermosos de aquel territorio”³³⁹. Por meio da fotografia reproduzida na Figura 11, Newton permitia ao seu leitor observar as araucárias que adjetivou como gigantes³⁴⁰.

Figura 11 – Floresta com Araucárias em Misiones, 1951



Fonte: Jorge Newton³⁴¹.

³³⁹ NEWTON, J. **Misiones: Oro Verde y Tierra Colorada**. Buenos Aires: El Gráfico Impresores, 1951. p. 155.

³⁴⁰ Ibid.

³⁴¹ Ibid.

Newton, como outros viajantes que percorreram a região no fim do século XIX, deu destaque à coloração vermelha da terra, assim como à topografia, que considerou irregular em comparação com os outros territórios até então percorridos por ele³⁴². Descreveu que as araucárias possuíam alturas variáveis entre 30 e 40 metros e diâmetros de até dois metros, o que fez com que as comparassem com outras espécies nativas da floresta: “Si no hubiesen estado allí los pinares, los otro arboles nos habrían parecido inmensos, porque en realidad lo eran, comparados con los que estábamos acostumbrados a ver en las ciudades”³⁴³. Utilizou como exemplo a grápia (*Apuleia leiocarpa*), que pode chegar a 40 metros de altura e que, perto da araucária, parecia pequena.

É importante notar que a Figura 11 é muito semelhante à Figura 9, utilizada por Ragonese e Castiglione em 1946, em que, em oposição à paisagem florestal, aparecem, no centro da imagem, marcas antropogênicas na paisagem, a estrada estreita de terra. Provavelmente, o registro propunha-se a representar o progresso, entendido como a ação humana sobre a natureza. Em outras palavras, as imagens evidenciam o avanço da “civilização” sobre áreas que, por muito tempo, foram consideradas, por agentes governamentais, selvagens, improdutivas e inóspitas. Na Figura 11, também pode-se observar a erosão na margem da estrada, outro aspecto da antropização que removeu a vegetação protetora.

Newton afirmou que a floresta chamava mais a sua atenção do que as paisagens com serrarias, porque, supostamente, estava acostumado a ver as marcas do trabalho na paisagem, pois provinha da capital argentina. Por isso, seu maior interesse era percorrer a Rota 14, em especial o trajeto entre as localidades de Tobuna e San Pedro, onde a Floresta com Araucárias alcançava a maior concentração de árvores. Em Tobuna, descreveu seu fascínio com a floresta: “[...] tuvimos oportunidad de ver la selva a media noche, de escuchar cómo soplaba el viento en ella, y de asistir al increíble espectáculo brindado por una lluvia torrencial en el corazón de la flora milenaria”³⁴⁴. Também descreveu que, de Tobuna até San Pedro, a paisagem: “[...] sufrió pocas variantes, pues predominaba siempre la selva, y por encima de ella las grandes y oscuras araucarias. Evidentemente, aquélla era una zona de limitada densidad de población, cuya mayor riqueza consistía en la explotación de las industrias madereras”³⁴⁵. Por fim, afirmou que ficaria com a recordação dos pinhais por muito tempo³⁴⁶. Em seu relato, Newton deu

³⁴² NEWTON, Jorge. **Misiones: Oro verde y Tierra Colorada**. Buenos Aires: El Gráfico Impresores, 1951. p. 163.

³⁴³ Ibid.

³⁴⁴ Ibid., p. 164.

³⁴⁵ Ibid., p. 177.

³⁴⁶ Ibid., p. 176.

importância para a floresta pela sua função econômica e social. Todavia, não conferiu relevância da vegetação para a vida da fauna silvestre, regulação do clima, entre outros fatores ambientais.

Em 1960, o engenheiro agrônomo argentino Domingo Cozzo publicou o estudo *Ubicación y riqueza de los bosques espontáneos de 'pino' Paraná (Araucaria angustifolia) existentes en la Argentina*, no qual utilizou dados coletados em diversas expedições que realizou por via terrestre e aérea junto às informações técnicas de outros pesquisadores que estudaram a Floresta com Araucárias em Misiones (incluindo os estudos de Ragonese e Castiglione) e testemunhos orais de residentes que viviam na região. A motivação para tal estudo se deu pela “singular transcendencia forestal y económica” que a araucária tinha em Misiones, tornando necessário: “[...] un estudio detenido de la ubicación geográfica de sus rodales, riqueza de sus existencias, posibilidades de las cortas anuales, y futuro de sus masas espontaneas”³⁴⁷. Ele afirmou:

Estando ellas [araucárias] exclusivamente en la Provincia de Misiones, y habiendo adoptado la administración forestal de este estado argentino una determinada política con relación al aprovechamiento integral de sus ‘pinos’, fundada en el sostenimiento de sus básicas industrias madereras pero con una regulación de las extracciones que extienda la vida útil de masas hasta que las actuales e intensas forestaciones permitan reemplazarlas en el abastecimiento, surge que un estudio e inventariación de estos bosques adquiere gran importancia técnica y económica, no solo para Misiones sino para todo el país³⁴⁸.

Através do Mapa 10, na sequência, Cozzo apresentou a distribuição geográfica das araucárias isoladas e a distribuição mais precisa do que chamou *rodales*, ou seja, os pinhais ou maciços florestais mais densos de Floresta com Araucárias em Misiones, em 1960.

³⁴⁷ COZZO, D. Ubicación y riqueza de los bosques espontáneos de ‘pino’ Paraná (*Araucaria angustifolia*) existentes en la Argentina. **Revista Forestal Argentina**, v. 4, n. 2, p. 46–54, 1960. p. 46.

³⁴⁸ *Ibid.*, p. 46–47.

década de 1960, encontravam-se em propriedades privadas e nas terras de propriedade do governo provincial. Dos 210.000 hectares, Cozzo estimou que cerca 25.000 se distribuíam por diversas propriedades particulares, dos quais aproximadamente 7.000 se localizavam no lado oeste da então Linha Barilari, onde se distribuíam da seguinte forma:

Rodal disperso en “Celulosa Argentina S.A.”. Rodal en "Juan A. Harriet", en los límites con "Colonizadora Misionera". Rodales en “Colonizadora Misionera”, pequeños pero tupidos, al sud y al norte de la ruta a Eldorado, con un rodal disperso que los enlaza: macizos Piray Guazú, Villa Toro, etc. Rodal disperso en "Intercontinental" a lo largo del límite con a Colonizadora Misionera; Rodal “El Barullo”, en el límite con la propiedad Los Pinos SRL. Rodal disperso entre la Intercontinental y Los Pinos. Pequeños rodales, más hacia el Oeste, en Colonia Delicia “Km 30, ruta Puerto Delicia a B. de Irigoyen”, y en “Colonia Gobernador Lanusse”, estos dos últimos no vistos personalmente por mí.³⁵¹

Também ao sul de Chacras e Quintas de Bernardo de Irigoyen, localizavam-se outros fragmentos da Floresta com Araucárias em propriedades privadas, que, juntos, somavam cerca 2.700 hectares³⁵²:

Rodales pequeños en “Ricardo Izquierdo” y ejemplares dispersos; Rodales “A. Glucksmann” al este da ruta no 14, y hacia la propiedad de El Piñalito. Rodal “Las Ratas” en Celulosa Argentina S.A., con los macizos no arroyo Yabotí Mini, arroyo Toro, El Persiguero, arroyo Dos Hermanos. Rodal en “Pan Padoan e Santinelli” hacia Pepiri Guazú. Rodal “Ex K. Heller” sobre el Pepirí Guazú. Rodales dispersos en todas estas propiedades, y en la Echeveste y Harriet, La Porfia, Campana, Durañona, etc.³⁵³.

Os outros 185.000 ha da área total da Floresta com Araucárias em Misiones (200.000 ha) se encontravam em terras fiscais, de propriedade do governo da Província de Misiones, incluindo terras a oeste da Rota Nacional n. 14 até a Linha Barilari, as quais, no período, se encontravam em litígio. A Tabela 1 descreve a localização desses fragmentos florestais com araucária que se encontravam em terras pertencentes à Província de Misiones, em 1960, e que se distribuíam por Aristóbulo del Valle, atualmente município do Departamento de Cainguás, e também por San Pedro:

³⁵¹ COZZO, D. Ubicación y riqueza de los bosques espontáneos de ‘pino’ Paraná (*Araucaria angustifolia*) existentes en la Argentina. **Revista Forestal Argentina**, v. 4, n. 2, p. 46–54, 1960. p. 5.

³⁵² Ibid., p. 51.

³⁵³ Ibid.

Tabela 1 – Floresta com Araucárias em Misiones em terras fiscais, Aristóbulo del Valle e San Pedro, 1960

Local	Localização específica*	Tamanho (ha)	Araucárias cortáveis	m ³ úteis de araucária
Colonia Aristóbulo del Valle	Rodal al sud del río Paraíso, en dirección sudeste de Fracan y alejado de la ruta n. 14	300	1.000	6.000
	Rodal pequeño, al este de la ruta n.14, km 319-'20	200	1.000	6.000
	Gran rodal 'Barro preto', al este de la rota n. 14, entre Chacras y Quintas de San Pedro y ex reserva da Gendarmería Nacional	1.600	-	150.000
	Gran rodal 'Ex reserva Gendarmería Nacional', desde el km 341 al 348 al este de la ruta n. 14	2.500	-	400.000
	Rodal 'San Juan', [...] camino a Palmera Fondo, entre los arroyos Garibaldi y San Juan	300 ha sem cortes	-	25.000
	Rodal al sud de los límites de 'a propiedad Iguazú SRL	300	-	10.000
	Rodal 'Palmera Fondo', al norte de las propiedades de Durañona y de Campana	200 ha sem cortes	-	16.000
Colonia de San Pedro	Rodal 'Pueblo San Pedro', ralo, con ejemplares decrepitos	2.000	-	50.000
	Rodal 'kilómetro 340, lado oeste da rota n. 14'	500	-	40.000
	Rodal "Colonia San Pedro", al sud de la localidad del mismo nombre, muy ralo	-	4.000	20.000
	Gran rodal 'kilómetro 352, lado oeste da rota n. 14'	1.500	-	130.000
	Gran rodal 'Tobuna', a 1-2 km de la ruta n. 14, hacia el oeste, y desde el km 361 a 368	900 úteis	-	50.000
	Rodal disperso, al sud del Ex-reserva Gendarmería Nacional y el de San Juan	2.000	8.000	50.000
	Rodal disperso al oeste de la ruta n. 14, entre los rodales do km 340 e 352	-	-	40.000
	Pequeños rodales "km 375, 380, 398-39, 402, lado oeste de la ruta n. 14"		cada um contendo 100-150 árboles	500 a 1.000
	TOTAL**			994.000

Fonte: Elaborada pela autora com base em Domingo Cozzo³⁵⁴.

Notas: * A fim de não ocasionar equívocos com relação a localização dos pinhais, a descrição específica se manteve no idioma original.

** Para a soma total em m³, considerou-se 1.000 m³ nos Pequenos rodales km 375, 380, 398-39, 402, lado oeste de la ruta n. 14.

Na Tabela 1, estão registradas as localizações dos fragmentos da Floresta com Araucárias de propriedade fiscal, localizados em Aristóbulo del Valle e San Pedro, seguido do detalhamento específico da mesma, a extensão das áreas em hectares, o número de araucárias com DAP superiores a 60 cm e a possível quantidade de madeira de araucária em metros cúbicos considerada útil e aproveitável à indústria madeireira e celulósica. Nota-se, ainda, em San Pedro, a existência de um rodal ou pinhal ao sul da *Ex reserva Gendarmería Nacional* que

³⁵⁴ COZZO, Domingo. Ubicación y riqueza de los bosques espontáneos de 'pino' Paraná (*Araucaria angustifolia*) existentes en la Argentina. **Revista Forestal Argentina**, v. 4, n. 2, 1960. p. 50.

totalizava 2.000 ha. Na Figura 12, coletada no acervo do Museu Cacique Bonifácio Maidana, datada de 1947, é possível ver o destacamento da gendarmaria argentina, que se localizava em San Pedro, tendo no fundo a Floresta com Araucárias. Presume-se que seja o mesmo pinhal citado por Cozzo na Tabela 1.

Figura 12 – Destacamento de Gendarmaria em San Pedro



Fonte: Museo Cacique Bonifacio Maidana³⁵⁵.

Na Tabela 2, a seguir, são apresentados os dados relativos aos fragmentos da Floresta com Araucárias em Misiones em 1960, na colônia de General Manuel Belgrano, atual Departamento da Província de Misiones de mesmo nome e em Quintas e Chacras de Bernardo de Irigoyen, atualmente município de Bernardo de Irigoyen, capital do Departamento de General Manuel Belgrano.

³⁵⁵ DESTACAMENTO de Gendarmería en San Pedro. 1947. 1 fotografía, p&b. Colección de Daniel Kurday. San Pedro. Acervo Museo Cacique Bonifacio Maidana.

Tabela 2 – Floresta com Araucárias em Misiones em terras fiscais, Chacras e Quintas de Bernardo de Irigoyen e Colônia General Manuel Belgrano, 1960

Local	Localização específica*	Tamanho (ha)	Araucárias cortáveis	m ³ úteis de madeiras
Chacras e Quintas B. de Irigoyen	Rodal 'km 411-413, lado este de la ruta n. 14' y ejemplares dispersos en parte ya explotados	-	-	13.000
	Pequeño rodal 'km 424 a 15 km de la ruta n. 14'	-	-	1.000
	Rodal 'Gramado', em el km 424 de la misma ruta [n. 14]	300	-	10.000
	Rodal 'Telina', del km 431 de la ruta n. 14	100	-	6.000
	Rodal 'Mojón F linha Barilari, a este de la propiedad de Samuchi S.A'	600	6.000	40.000
	Pequeño rodal al norte de la línea Barilari y a 18 km de B. de Irigoyen	-	-	1.500
Colonia Manuel Belgrano	Rodal 'arroyo Uruguay'	200	1.500	10.000
	Gran Rodal 'San Antonio', al oeste de la localidad de mismo nombre, comprendiendo varios macizos: 'monyolito', 'dos militares', etc.	1.000	20.000	120.000
	Rodal 'Cajon de Piedra', al norte de la población de Piñalito, unos 12 km, sobre ruta n. 101	150	-	3.000
	Rodal al sud de Piñalito	-	700	4.000
	Rodal al norte de Piñalito	-	-	3.000
	Rodal 'Deseado', en el paraje del mismo nombre, rota n. 101	-	-	2.000
	Rodal pequeño, frente al Parque Nacional del Iguazu	-	-	500
	TOTAL			

Fonte: Elaborada pela autora com base em Domingo Cozzo (1960)³⁵⁶.

Notas: * A fim de não ocasionar equívocos com relação à localização dos pinhais, a descrição específica foi mantida no idioma original.

Os dados reunidos e apresentados nas Tabelas 1 e 2 coletados por Cozzo sobre a Floresta com Araucárias em Misiones, em 1960, não podem ser tomados como exatos. Isso porque uma intensa exploração madeireira das araucárias ocorria no período anterior. Todavia, ajudam a dimensionar e representar o tamanho da área de distribuição da *Araucaria angustifolia* na grande área da Selva Misionera em 1960.

Na avaliação de Cozzo, considerando apenas as araucárias aptas para corte, ou seja, aquelas com DAP maior que 60 cm, e desconsiderado a parte do córtex (casca) da árvore – que equivale a 20% do total da extração –, nos 7.000 ha de Floresta com Araucárias que se localizavam em propriedades privadas a oeste da Linha Barilari, era possível produzir cerca de

³⁵⁶ COZZO, Domingo. Ubicación y riqueza de los bosques espontáneos de 'pino' Paraná (*Araucaria angustifolia*) existentes en la Argentina. **Revista Forestal Argentina**, v. 4, n. 2, 1960. p. 50.

120.000 m³ de madeiras de *Araucaria angustifolia* consideradas úteis. Nas Chacras e Quintas de Bernardo de Irigoyen, os 2.700 ha forneceriam por volta de 65.000 m³, segundo estimativas³⁵⁷. Juntas, as duas áreas renderiam 185.000 m³ de material lenhoso proveniente da araucária que poderiam ser utilizados na indústria celulósica e madeireira, em especial na fabricação de *terciados*, a madeira em lâminas. Esse montante era fornecido uma única vez e, depois, era necessário esperar muitos anos para uma nova produção de madeira proveniente de remanescentes da Floresta com Araucárias.

Nas terras fiscais pertencentes à Província de Misiones (Tabela 1 e 2), a Floresta com Araucárias em Misiones, em 1960 – considerando somente os indivíduos de *Araucaria angustifolia* com DAP maior que 60 cm –, produziria mais de 1.200.000 m³ de madeira. À guisa de comparação, isso é o equivalente a aproximadamente 480 piscinas olímpicas. Esse recurso poderia ser utilizado como matéria-prima para indústria celulósica e de laminados. Se somadas a esse material, as araucárias com DAP menor do que 60 cm e aquelas extra maduras – mais velhas –, o total da espécie representaria 1.800.000 m³ de madeira em propriedades do governo provincial. Nas mesmas circunstâncias, em propriedades privadas, Cozzo estimou o volume de 260.000 m³ e, se consideradas somente as aptas para corte, com DAP maior que 60 cm, a produção de material lenhoso era de 185.000 m³. Isso significa que, de maneira geral, a Floresta com Araucárias em Misiones, nos seus 210.000 ha de área, tanto em propriedades da Província de Misiones, quanto privadas, era composta por aproximadamente mais de 2.000.000 m³ em volume de madeira de araucárias em 1960. Destas, cerca de 1.385.000 m³ eram considerados aproveitáveis³⁵⁸ para uso como matéria-prima na indústria.

No inventário de Cozzo, prevalecem as análises referentes aos usos e aos rendimentos da Floresta com Araucárias em Misiones, mas ele também constatou que é necessário “[...] asegurar la conservación de estas masas espontáneas”³⁵⁹, não exatamente para conservação da espécie, mas para assegurar a matéria-prima para a indústria madeireira a longo prazo, razão pela qual o corte anual deveria ser de 35.000 m³. No entanto, a indústria manufaturada em Misiones demandava o dobro dessa quantidade. Por isso, Misiones deveria adotar como política florestal:

[...] regular las cuotas anuales a un mínimo compatible con el sostenimiento de las industrias, aun cuando fuesen superiores a la posibilidad natural, pero recompensando y hasta sobrepasando las diferencias mediante un concreto, viable y seguro plan de forestaciones substitutivas, contemplándose no solo el volumen a producir sino

³⁵⁷ COZZO, Domingo. Ubicación y riqueza de los bosques espontáneos de ‘pino’ Paraná (*Araucaria angustifolia*) existentes en la Argentina. Revista Forestal Argentina, v. 4, n. 2, 1960.

³⁵⁸ Ibid., p. 52.

³⁵⁹ Ibid.

también la probabilidad de obtener medidas comerciales en un turno de aprovechamiento largo, en relación con el plazo de duración de la vida económica de dos 'pinos' espontáneos³⁶⁰.

Cozzo considerava que a madeira deveria ser explorada em um nível mínimo, compatível para uso na indústria. Ademais, ponderou que essa cota, mesmo quando superior aos limites que a Floresta com Araucárias poderia oferecer, deveria ser recompensada com um plano de “florestamento”, ou seja, monocultivos de araucárias e de outras espécies (incluindo exóticas), que deveriam serem incentivados por meio de projetos de silvicultura. A matéria prima proveniente de tais monocultivos asseguraria, portanto, as demandas de madeira para a indústria madeireira de Misiones a longo prazo. De fato, nas décadas seguintes, diversos incentivos fiscais foram concedidos àqueles que se dedicaram aos monocultivos arbóreos. Além disso, os dados das Tabelas 1 e 2 permitem identificar que parte das áreas florestais na década de 1960 se encontravam em exploração ou com registros de explorações anteriores à data da coleta das informações por Cozzo.

Para mais, o cruzamento de fontes de tipologias diversas realizado para esta pesquisa sugere que fontes iconográficas coletadas no Museu Cacique Bonifácio Maidana, em San Pedro, em pesquisa de campo realizada no ano de 2019 e aqui representadas por meio das Figuras 13, 14, 15 e 16, datadas de 1959, registradas na comunidade de Tobuna em San Pedro e de autoria de Jose Faubel, foram realizadas em espaços descritos por Cozzo na Tabela 2. Possivelmente, foram fotografadas no pinhal “Gran rodal Tobuna a 1-2 km de la ruta n. 14, hacia el oeste, y desde el km 361 a 368”, estimado com uma área de 900 ha disponíveis para exploração, com rendimento aproximado de 50.000 m³³⁶¹. Nesse sentido, observa-se o exposto pelo historiador e fotógrafo Boris Kossoy:

A fotografia ou um conjunto de fotografias não reconstituem os fatos passados. A fotografia ou um conjunto de fotografias apenas congelam, nos limites do plano da imagem, fragmentos desconectados de um instante de vida das pessoas, coisas, naturezas, paisagem urbana e rural. Cabe ao intérprete compreender a imagem fotográfica enquanto informação descontínua da vida passada, na qual se pretende mergulhar³⁶².

Além disso, de acordo com Kossoy, a fotografia é “[...] uma expressão de um ponto de vista, de uma visão particular de mundo de seu autor, o operador da câmera”³⁶³. Sobre o autor das fotografias (Figuras 13, 14, 15 e 16), informações prestadas de maneira informal por

³⁶⁰ COZZO, D. Ubicación y riqueza de los bosques espontáneos de ‘pino’ Paraná (Araucaria angustifolia) existentes en la Argentina. Revista Forestal Argentina, v. 4, n. 2, p. 46–54, 1960.

³⁶¹ Ibid., p. 50.

³⁶² KOSOY, B. **Fotografia & História**. 4. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2012. p. 127.

³⁶³ Ibid., p. 53.

Marcelo Marek situam que Jose Faubel, que era seu avô, residia na região do atual departamento de San Pedro e, nessa região, desenvolvia atividades ligadas à exploração florestal. De acordo com Marek, Faubel possuía gosto pela fotografia, tendo em vista o seu acervo fotográfico pessoal. Vale ressaltar que o filme fotográfico e o processo seguinte de revelação eram custosos financeiramente na época.

Ainda conforme Kossoy, historiadoras e historiadores precisam atentar que “Toda fotografia tem atrás de si uma história”³⁶⁴. Face a essa compreensão, indaga-se: qual a história das fotografias registradas por Jose Faubel em 1959? Qual foi a sua intenção? Não são possíveis respostas objetivas e claras, mas Kossoy aponta caminhos para que se possa refletir sobre a trajetória dessas representações de resíduos do passado com base em três estágios:

Em primeiro lugar houve uma intenção para que ela existisse; esta pode ter partido do próprio fotógrafo que se viu motivado a registrar determinado tema do real ou de um terceiro que o incumbiu a tarefa. Em decorrência desta intenção teve lugar o segundo estágio: o ato do registro que deu origem à materialização da fotografia. Finalmente, o terceiro estágio: os caminhos percorridos por esta fotografia, as vicissitudes por que passou, as mãos que a dedicaram, os olhos que a viram, as emoções que despertou, os porta-retratos que a emolduraram, os álbuns que a guardaram, os porões e sótãos que a enterraram, as mãos que a salvaram. Neste caso seu conteúdo se manteve, nele o tempo parou. As expressões ainda são as mesmas. Apenas o artefato, no seu todo, envelheceu³⁶⁵.

Observa-se a Figura 13, que dá início à série fotográfica registrada por Faubel:

Figura 13 – “Carga de Araucária, Tobuna”, 1959



Fonte: Jose Faubel³⁶⁶.

³⁶⁴ KOSOY, B. **Fotografia & História**. 4. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2012. p. 47.

³⁶⁵ Ibid.

³⁶⁶ FAUBEL, Jose. **Carga de Araucaria, Tobuna**. 1959. 1 fotografia, p&b. Colección de Marcelo Marek. San Pedro. Acervo Museo Cacique Bonifacio Maidana.

Na Figura 13, é possível notar o processo pós-derrubada da araucária, a partir do momento em que os troncos se encontravam dispostos e disponíveis na doca de carga. Deste ponto, eram carregados e transportados para as madeireiras ou *fábricas*. No caso desta imagem, localizava-se próximo à Floresta com Araucárias, visível no último plano da fotografia. Todavia, não era todo material lenhoso proveniente de um espécime de araucária que era transportado. Ragonese e Castiglione relataram que o ápice da copa da araucária, que poderia ter de 2 a 10 metros de comprimento, era, muitas vezes, abandonado na floresta por possuir muitos nós, e, ali, “La madera en esas condiciones se pudre con facilidad, no así los nudos, que permanecen prácticamente sin alterarse, debido a que contienen un elevado porcentaje de resina”. Os nós, ao desprenderem-se do restante da madeira e por possuírem altas quantidades de resina, eram depois “utilizados en la zona como combustible, por su elevado poder calorífico (') (5.300 cal.), muy superior a todas nuestras mejores maderas empleadas para ese objeto”³⁶⁷.

O fragmento do tempo e espaço registrados pelo fotógrafo, de acordo com Kossoy, “[...] tem sua origem a partir do desejo de um indivíduo que se viu motivado a congelar em imagem um aspecto dado do real, em determinado lugar e época”³⁶⁸ com alguma determinada intenção e/ou finalidade. Nesse sentido, o referido autor complementa:

Se um fotógrafo desejou ou foi incumbido de retratar determinado personagem, documentar o andamento das obras de implantação de uma estrada de ferro, ou os diferentes aspectos de uma cidade, ou qualquer um dos infinitos assuntos que por uma razão ou outra demandaram sua atuação, esses registros – **que foram produzidos com uma finalidade documental** – representarão sempre um meio de informação, um meio de conhecimento, e conterão sempre seu valor documental iconográfico³⁶⁹ (grifos no original).

A sequencialidade das imagens aqui analisadas permite interpretar que o autor das fotografias se ocupou em registrar o processo de carregamento das araucárias, visto que, além da tora presente na Figura 13, na Figura 14 mais cinco foram adicionadas ao caminhão:

³⁶⁷ RAGONESE, A. E.; CASTIGLIONE, J. A. Los pinares de Araucaria angustifolia en la República Argentina. **Boletín de la Sociedad Argentina de Botánica**, v. 1, n. 2, p. 126–147, 1946. p. 135.

³⁶⁸ KOSOY, B. **Fotografia & História**. 4. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2012. p. 38.

³⁶⁹ *Ibid.*, p. 48 e 50.

Figura 14 – “Carga de Araucaria, Tobuna”, 1959



Fonte: Jose Faubel³⁷⁰.

Há, portanto, por parte de Faubel, determinada preocupação em apresentar uma linearidade do processo registrado, “do fragmento selecionado do real”³⁷¹, perceptível ao se observar a escolha que realizou em registrar as minúcias do procedimento de carregamento das toras de araucárias para transporte, o que fica mais evidente ao se observar também a Figura 15.

³⁷⁰ FAUBEL, Jose. **Carga de Araucaria, Tobuna**. 1959. 1 fotografia, p&b. Colección de Marcelo Marek. San Pedro. Acervo Museo Cacique Bonifacio Maidana.

³⁷¹ KOSSOY, B. **Fotografia & História**. 4. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2012. p. 41.

Figura 15 – “Carga de Araucaria, Tobuna”, 1959



Fonte: Jose Faubel³⁷².

Para Kossoy, a escolha do fotógrafo de capturar determinado instante do real, bem como a organização visual dos detalhes, são elementos que influenciam no resultado da foto. Tais escolhas agem, ademais, como “filtro cultural”, pois o registro demonstra também “[...] a própria atitude do fotógrafo diante da realidade; seu estado de espírito e sua ideologia acabam transparecendo em suas imagens [...]”³⁷³. Além disso, também representa “congelamento do gesto e da paisagem, e, portanto, a perpetuação de um momento, em outras palavras, da memória: memória do indivíduo, da comunidade, dos costumes, do fato social, da paisagem urbana, da natureza”³⁷⁴. No mesmo prisma, Schama afirma: “É evidente que o próprio ato de identificar (para não dizer fotografar) o local pressupõe nossa presença e, conosco, toda a pesada bagagem cultural que carregamos”³⁷⁵.

Observando as fotografias em conjunto (Figuras 13, 14, 15), é possível identificar que o carregamento envolvia a mão-de-obra de até sete homens. As toras eram roladas para a carroceria do caminhão com o auxílio de vigas de madeiras e alavancas. Os troncos não excediam a largura da carroceria do caminhão, que atualmente gira em torno de 2,40 metros.

³⁷² FAUBEL, Jose. **Carga de Araucaria, Tobuna**. 1959. 1 fotografia, p&b. Colección de Marcelo Marek. San Pedro. Acervo Museo Cacique Bonifacio Maidana.

³⁷³ Ibid., p. 44–45.

³⁷⁴ Ibid., p. 167.

³⁷⁵ SCHAMA, S. **Paisagem e memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 17.

Possivelmente, essa dimensão atendia ao processo posterior de laminação em torno laminador, produzindo a madeira popularmente chamada de laminada ou na Argentina de *terciada*.

A observação em conjunto das Figuras 13 a 16 possibilita inferir sobre uma série de informações sobre o processo registrado para o carregamento e transporte de madeira em Misiones, na Argentina, nos anos 1950-60. É importante lembrar, contudo, que “Apesar do amplo potencial de informação contido na imagem, ela não substitui a realidade tal como se deu no passado. Ela apenas traz em sua superfície, informações visuais acerca de um determinado tema, selecionado e organizado esteticamente e ideologicamente”³⁷⁶.

Na continuidade, a Figura 16 apresenta o caminhão com as toras de araucárias se deslocando da doca de carga à madeireira:

Figura 16 – “Transporte de carga de Araucária em Tobuna”, San Pedro, 1959



Fonte: Jose Faubel³⁷⁷.

O uso dos caminhões colaborava para o transporte mais célere das madeiras se comparado com aquele que era realizado por carroças, influenciando diretamente na quantidade de madeira extraída da floresta, embora seja difícil estimá-la. No Brasil, de acordo com Carvalho, os caminhões foram fundamentais para o transporte das madeiras processadas que saíam do oeste de Santa Catarina e sudoeste do Paraná, distantes das vias férreas, para os locais consumidores e distantes também das margens do rio Uruguai, onde o transporte acontecia pelas

³⁷⁶ KOSSOY, B. **Fotografia & História**. 4. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2012. p. 126.

³⁷⁷ FAUBEL, Jose. **Carga de Araucaria, Tobuna**. 1959. 1 fotografia, p&b. Colección de Marcelo Marek. San Pedro. Acervo Museo Cacique Bonifacio Maidana.

jangadas³⁷⁸. Conforme Carvalho, os caminhões, no Brasil, “[...] foram fatores decisivos para o período mais intenso da exploração madeireira e devastação da floresta com araucária” no período de 1950-1970³⁷⁹.

Na Figura 16, é possível observar, ainda, a paisagem da Floresta com Araucárias em Misiones, com as araucárias se destacando no dossel da floresta e espécimes de erva-mate no lado direito da estrada. Além disso, do outro lado da estrada, são vistos barracões em que, possivelmente, os trabalhadores se alojavam. A interferência humana também se torna clara ao se observar o desmatamento presente no primeiro plano da imagem, o que, para o pensamento da época, representava o avanço da civilização e do progresso.

Quando as araucárias não possuíam as dimensões ideais para obtenção da madeira laminada, eram utilizadas para a produção de pasta de celulose pela empresa Celulosa Argentina³⁸⁰. Assim, é plausível que as araucárias que aparecem na Figura 16, próximas à estrada, sejam exemplares que, até aquele momento, “sobreviveram”, ou seja, não foram selecionadas para a exploração madeireira que acontecia à época. Possivelmente, o processamento de laminação ocorria na madeireira – denominadas também em espanhol de *obrajes* e *aserradero* – de propriedade de Otto Bier, localizada nas terras pertencentes à *Colonizadora Misionera*: “a la altura del km 90 de la ruta Eldorado-Tobuna”, que foi registrada por Cozzo como a primeira grande madeireira de propriedade privada³⁸¹. Importante referir que a *Colonizadora Misionera*, em 1948, adquiriu cerca de 40.000 ha na região de San Pedro para exploração e concessão a terceiros³⁸². Outras madeireiras funcionavam na região de San Pedro e produziam a madeira em lâminas, como é o caso apresentado na Figura 17:

³⁷⁸ CARVALHO, M. M. X. de. **Uma grande empresa em meio à floresta: a história da devastação da Floresta Ombrófila Mista e a Southern Brazil Lumber and Colonization (1870-1970)**. 313 f. 2010. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010. p. 146.

³⁷⁹ *Ibid.*, p. 147.

³⁸⁰ RAU, F. M. **Land Use Change and Natural Araucaria Forest Degradation Northeastern Misiones – Argentina**. 211 f. 2005. Thesis (Doctored in Silviculture), Faculty of Forestry, Albert-Ludwigs-University, Freiburg in Breisgau, Germany, 2005. p. 37.

³⁸¹ COZZO, D. Ubicación y riqueza de los bosques espontáneos de ‘pino’ Paraná (*Araucaria angustifolia*) existentes en la Argentina. **Revista Forestal Argentina**, v. 4, n. 2, p. 46–54, 1960. p. 53.

³⁸² SCHIAVONI, G.; GALLERO, M. C. Colonización y ocupación no planificada. La mercantilización de la tierra agrícola en Misiones (1920-2000). **Travesía**, v. 19, n. 1, p. 77–106, 2017.

Figura 17 – “Fábrica Terciados Paraíso S.R.L”



Fonte: FÁBRICA de Terciados Paraíso, acervo do Museo Cacique Bonifacio Maydana³⁸³.

Na comunidade de Paraíso, distante aproximadamente 14 km da municipalidade de San Pedro, funcionava a *Fábrica Terciados Paraíso S.R.L.*, representada na Figura 17. Na imagem, é possível perceber a proximidade entre a floresta e a madeireira, mais uma vez, demonstrando a viabilidade de se realizar o beneficiamento da madeira bruta em madeira aplainada e laminada, diminuindo os gastos com transportes, o que provavelmente influenciava no preço final do produto. A *Fábrica Terciados Paraíso* teve grande importância para o desenvolvimento econômico e tem lugar de destaque na história da região, visto que, em 2019, a localidade foi oficialmente denominada de Terciados Paraíso³⁸⁴.

Ragonese e Castiglione registraram que, em San Antonio, outra madeireira, possivelmente a *La Maderera del Norte S.R.L.*, de propriedade de Luzza e Cia, produzia madeira laminada, com 1,5 e 3 milímetros de espessura, utilizando a parte inferior do tronco de araucária enquanto que as partes superiores do tronco eram utilizadas para tábuas e pranchas³⁸⁵.

Além do intenso uso na indústria de madeira laminada e celulósica, Ragonese e Castiglioni identificaram outros fatores que prejudicavam a sobrevivência da araucária em Misiones, tais como: os equinos e muares que comiam a casca das araucárias jovens e o porco-mato (*Pecari tajacu*), que se alimentava do pinhão. Apontavam, ainda, o consumo dos

³⁸³ FÁBRICA de Terciados Paraíso. [194-]. 1 fotografia. Colección de Rosalina Gularte. San Pedro. Acervo Museo Cacique Bonifacio Maydana.

³⁸⁴ ANGUACURARI. **Los concejales sancionaron la denominación de la Colonia “Terciados Paraíso”**. 17 abr. 2019. Disponível em: <https://anguacurari.com.ar/los-concejales-sancionaron-la-denominacion-de-la-colonia-terciados-paraíso/>. Acesso em: 10 jul. 2022.

³⁸⁵ RAGONESE, A. E.; CASTIGLIONE, J. A. Los pinares de Araucaria angustifolia en la República Argentina. **Boletín de la Sociedad Argentina de Botánica**, v. 1, n. 2, p. 126–147, 1946. p. 135.

pinhões como alimento pela população humana local, que: “[...] ya sea asados o hervidos con agua o leche, o los utilizan para preparar el ‘reviro’, clásico plato regional, que normalmente se confecciona sólo con harina de trigo y grasa”³⁸⁶. É difícil imaginar que esses usos provocassem o mesmo impacto ambiental negativo que a exploração para a indústria madeireira provocou ao habitat da *Araucaria angustifolia* em Misiones. Ragonese e Castiglione, no entanto, concluíram que:

Todos estos factores que inciden negativamente en la regeneración natural de la *Araucaria angustifolia*, unidos a la escasa superficie que cubre en la República Argentina y a la intensa explotación efectuada, hacen que esta especie esté destinada a desaparecer de los lugares que actualmente ocupa. De ahí la necesidad de adoptar impostergables medidas de protección a fin de evitar que los pinares misioneros sólo sean un recuerdo para las generaciones futuras³⁸⁷.

Os referidos autores prognosticaram, ainda, que a espécie poderia desaparecer do território argentino caso medidas de proteção não fossem tomadas. Essas medidas são estudadas no Capítulo três, intitulado: Floresta com araucárias na província de Misiones/Argentina: entre políticas e intentos de conservação ambiental.

³⁸⁶ RAGONESE, A. E.; CASTIGLIONE, J. A. Los pinares de *Araucaria angustifolia* en la República Argentina. **Boletín de la Sociedad Argentina de Botánica**, v. 1, n. 2, p. 126–147, 1946.

³⁸⁷ *Ibid.*, p. 135–136.

3 FLORESTA COM ARAUCÁRIAS NA PROVÍNCIA DE MISIONES/ARGENTINA: ENTRE POLÍTICAS E INTENTOS DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL

No Capítulo 2, *Exploração e transformações na Floresta com Araucárias no século XX*, foi possível conhecer o intenso processo de exploração da Floresta com Araucárias em Misiones que, até o início da década de 1960, fomentou a indústria de madeira laminada não só de Misiones, mas de parte do território argentino. Além da *Araucaria angustifolia*, espécies como *Aspidosperma Polyneuron*, *Cedrela tubiflora*, entre outras, também foram exploradas quase que sem restrições por diversas madeiras. A exploração realizada com pouco controle provocou impactos ambientais negativos na Floresta com Araucárias de Misiones e, de maneira geral, na Selva Paranaense. Nesse contexto, percebendo a diminuição da matéria-prima florestal e o conseqüente decréscimo da cobertura vegetal com araucária, a Província de Misiones passou a estabelecer leis de controle de exploração e proteção para os espécimes de araucária. Neste capítulo, essas leis são analisadas em ordem cronológica. Para compreender a legislação, realizou-se o estudo de parte da conjuntura histórica política vivida pela República Argentina e por Misiones a partir de sua provincialização em 1953. Em seguida, estudou-se a constituição dos Parques Provinciais com presença de *Araucaria angustifolia* instituídos em San Pedro, Misiones, Argentina.

3.1 PROVINCIALIZAÇÃO DE MISIONES, DITADURAS MILITARES E A LEGISLAÇÃO PARA A ARAUCÁRIA: 1953-1988

Desde o início da década de 1940, diversas comunidades interioranas de Misiones haviam constituído Juntas Provincialistas defendendo a elevação de Misiones de Território Nacional para província. Para Amable, Dohmann e Rojas³⁸⁸ o contexto político vivido pela República Argentina no início dos anos 1950 “[...] señalaba la impostergable provincialización de los Territorios Nacionales existentes. Misiones no podía ser la excepción, y teniendo en cuenta que su situación económica era más favorable que la de otros territorios, la postergación de esa medida era injustificable”³⁸⁹. Em dezembro de 1953, a Lei n. 14.294³⁹⁰ instituiu a Província de Misiones e determinou que ela obtinha os mesmos limites físicos que o, até então,

³⁸⁸ AMABLE, M. A.; DOHMANN, K.; ROJAS, L. **História Misionera**: una perspectiva integradora. Posadas: Montoya, 2014b. p. 18.

³⁸⁹ Ibid., p. 184.

³⁹⁰ ARGENTINA. **Ley n. 14.294 de 1953**. Declárese Provincia al Territorio Nacional de Misiones. Argentina, 1953. Disponível em: <https://www.argentina.gob.ar/normativa/nacional/ley-14294-195561/texto>. Acesso em: 20 jul. 2022.

Território Nacional de Misiones. Além disso, quanto às questões organizacionais de bens públicos, propriedade de terra, entre outros, determinou que:

Pasarán al dominio de la nueva provincia los bienes que estando situados dentro de los límites territoriales de la misma pertenezcan al dominio público de la Nación, como así también las tierras fiscales -establecida que fuere su perfecta delimitación- y bienes privados de ella, excepto aquellos que necesite destinar a un uso público o servicio público nacionales. En este caso, la excepción respectiva podrá ser establecida por ley de la Nación dentro de los tres años de promulgada la presente ley³⁹¹.

Durante 1954, a Província foi governada pelo Comissário Nacional Claudio Arrechea, que, desde 1952, estava a cargo do Território Nacional de Misiones. A partir da provincialização, ele teve como principal tarefa organizar a administração da nova Província e convocar a Convenção Constitucionalista. Em abril de 1954, foram eleitos 15 constitucionalistas e a Constituição Provincial foi sancionada em novembro do mesmo ano. Eleições para governador, vice-governador, 32 deputados provinciais, deputados e senadores nacionais aconteceram em março de 1955. Como governador, foi escolhido Arrechea, que concorreu pelo Partido Peronista, sendo que a maior parte dos eleitos integrava tal partido, os quais assumiram suas funções em junho de 1955³⁹².

Amable, Dohmann e Rojas pontuam que, em setembro de 1955, ocorreu o terceiro Golpe de Estado na Argentina³⁹³, que foi denominado pelos militares de “Revolução Libertadora”, o qual depôs o presidente Juan Domingo Perón que governava o país desde 1946. O governo militar, então, “[...] disolvió el Partido Peronista, proscribió a su líder, e intentó eliminar todo símbolo del peronismo”³⁹⁴. O historiador argentino Luis Alberto Romero refere que, na escala nacional:

El general Eduardo Lonardi encabezó el nuevo gobierno, que se presentó como provisional para indicar su decisión de restaurar el orden constitucional. Rodeado por los grupos católicos – lo más activo y también lo más reciente de la oposición – y por militares de tendencia nacionalista, el jefe de la Revolución Libertadora proclamó que

³⁹¹ ARGENTINA. **Ley n. 14.294 de 1953**. Declárese Provincia al Territorio Nacional de Misiones. Argentina, 1953. Disponível em: <https://www.argentina.gob.ar/normativa/nacional/ley-14294-195561/texto>. Acesso em: 20 jul. 2022.

³⁹² AMABLE, M. A.; DOHMANN, K.; ROJAS, L. **Historia de la provincia de Misiones, siglo XX**. 2. ed. Posadas: Montoya, 2014a.

³⁹³ Golpes de Estado que aconteceram na Argentina: 1930, 1943 e 1955 com ditaduras provisórias e 1962 e 1976 com ditaduras permanentes.

³⁹⁴ AMABLE, M. A.; DOHMANN, K.; ROJAS, L. **Historia de la provincia de Misiones, siglo XX**. 2. ed. Posadas: Montoya, 2014a. p. 42.

no había ni vencedores ni vencidos y procuró establecer acuerdos con las principales fuerzas que habían sostenido a Perón, en particular los sindicalistas³⁹⁵.

O general Eduardo Lonardi manteve-se na presidência por um curto período, de setembro de 1955 a novembro do mesmo ano. Em seguida, assumiu o cargo de presidente provisório o também militar Pedro Eugenio Aramburu, que se manteve no poder até maio de 1958. De acordo com Romero, Aramburu “[...] asumió plenamente la decisión de desmontar el aparato peronista”³⁹⁶. Além disso, o referido autor analisa:

El Partido Peronista fue disuelto y se intervinieron la Confederación General del Trabajo (CTG) y los sindicatos, puestos a cargo de oficiales de las Fuerzas Armadas. Una gran cantidad de dirigentes políticos y sindicales fueron detenidos, sometidos a un prolijo escrutinio por comisiones investigadoras y por último proscritos políticamente. La administración pública y las universidades fueron depuradas de peronistas y se controlaron férreamente los medios de comunicación, que en su mayoría estaban en manos del Estado. Se prohibió cualquier propaganda favorable al peronismo, así como la mera mención del nombre de quien, desde entonces, empezó a ser designado como el “tirano prófugo” o el “dictador depuesto”. Por un decreto se derogo la Constitución de 1949³⁹⁷.

Em setembro de 1955, foi estabelecida uma Junta Militar que passou a governar a Província de Misiones provisoriamente, decretando a anulação dos poderes Executivo e Legislativo³⁹⁸. Passado um mês, o agrimensor Adolfo Pomar assumiu o governo da Província de Misiones na condição de interventor federal. Em abril de 1957, Pomar convocou os eleitores para eleger 24 constitucionalistas para a elaboração de uma nova Constituição Provincial e o único partido que não pode participar foi o Peronista. A nova Constituição Provincial foi sancionada em abril de 1958 e está vigente, com reformas, até a atualidade. Pomar renunciou ao cargo de interventor federal da Província de Misiones em 1958 e interinamente assumiu Pedro Domingo Rebollo, sendo que, no mesmo ano, assumiu também Julio Rodolfo Brower de Koning³⁹⁹.

Nesse contexto, em escala nacional, o governo provisório de Aramburu enfrentava uma grave crise econômica, o crescimento da oposição sindical e política e “empezó a organizar su retiro y a cumplir con el compromiso de restablecer la democracia”⁴⁰⁰. O advogado e político Arturo Frondizi fez um intento de negociação para obter apoio eleitoral de Juan Domingo

³⁹⁵ ROMERO, L. A. **Breve historia contemporánea de la Argentina**. 4. ed. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2020. p. 153.

³⁹⁶ Ibid.

³⁹⁷ Ibid. p. 157

³⁹⁸ AMABLE, M. A.; DOHMANN, K.; ROJAS, L. **Historia de la provincia de Misiones, siglo XX**. 2. ed. Posadas: Montoya, 2014a. p. 39–40.

³⁹⁹ Ibid.

⁴⁰⁰ ROMERO, L. A. **Breve historia contemporánea de la Argentina**. 4. ed. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2020. p. 161.

Perón, que se encontrava em exílio na Espanha, mas que tinha apoio de parte da população argentina. Frondizi foi eleito presidente da República Argentina em 1958 e permaneceu no poder até 1962.

Em meio à instabilidade política, em março de 1959, foi nomeado César Napoleón Ayrault como interventor federal na Província de Misiones. Uma das tentativas de proteger os fragmentos da Floresta com Araucárias ocorreu neste ano através do Decreto Provincial n. 2.670/59⁴⁰¹, assinado por Francisco Luis Martos, Ministro de Economía e Obras Públicas da Provincia de Misiones, e pelo interventor federal. A publicação do Decreto foi resultado das investigações realizadas pelo engenheiro agrônomo Domingo Cozzo, que, nesse período, exercia a função de assessor florestal de Misiones.

O Decreto n. 2.670/59 afirma que “[...] constituye una obligación de las autoridades procurar conservar para las generaciones futuras la flora y la fauna de estas tierras”⁴⁰². Aponta, ademais, como solução para tornar isso possível, a criação de áreas específicas compostas por vegetação nativa, a fim de serem utilizadas para o ensino, pesquisa e lazer. Ressalta, ainda, que Misiones “[...] cuenta con una de las más interesantes y valiosas muestras naturales de la vegetación y la fauna argentina, destacándose, dentro de la primera, uno de los elementos arbóreos más singulares de nuestro país: el ‘pino’ Paraná (*Araucaria angustifolia*)”⁴⁰³. Por isso, embora Misiones tivesse uma política florestal voltada à recuperação e aumento da sua riqueza florestal, não se descartava o perigo de “[...] que pueda perderse el ‘pino’ en sus asociaciones biológicas naturales, lo que constituiría una pérdida irremediable”⁴⁰⁴.

Em vista da preocupação com a possível diminuição e extinção da *Araucaria angustifolia* em seu habitat natural, o interventor federal em Misiones decretou a criação da “Reserva para Parque Provincial de Los Bosques Espontáneos de Pino Paraná”⁴⁰⁵. O objetivo era a constituição de um Parque Provincial em terras de propriedade da Província, numa superfície com remanescentes de araucária com extensão de 1.000 hectares, localizada no Departamento de San Pedro, Ruta Nacional 14, quilômetro 344. Para a instituição do Parque, determinou que a Direção Geral de Terras e Florestas realizasse a mensuração e demarcação das terras, a abertura de picadas para delimitar a área e uma estrada no interior do Parque com seis metros de largura. O interventor autorizou, ainda, que o mesmo órgão realizasse o “[...]”

⁴⁰¹ MISIONES. **Decreto n. 2.670 de 1959**. Disponível em: Archivo General de la Gobernación de Misiones.

⁴⁰² Ibid.

⁴⁰³ Ibid.

⁴⁰⁴ Ibid.

⁴⁰⁵ Ibid.

traslado de los colonos intrusos que hubiera en el lugar”⁴⁰⁶. Possivelmente, os colonos referidos eram os que praticavam agricultura de subsistência. Muitos deles, ressalta-se, eram migrantes brasileiros e paraguaios, bem como seus descendentes, que continuavam a viver em terras fiscais após o declínio da exploração da erva-mate. A possibilidade de realocação das pessoas que ali viviam leva a uma discussão sobre a função das áreas protegidas que será realizada no tópico 3.2 intitulado *Parque Provincial de la Araucaria*.

Ainda no Decreto n. 2.670/59, estavam listadas as atividades proibidas no futuro Parque Provincial: extração de madeiras, cultivos agrícolas, caça de animais silvestres sem fins científicos e introdução de espécies da fauna e flora exóticas⁴⁰⁷. Lamentavelmente, o Parque Provincial proposto por esta legislação não saiu do papel. Não houve tempo hábil para a sua constituição, porque, no ano seguinte, a área de floresta nativa havia sido desmatada em quase sua totalidade⁴⁰⁸, inviabilizando a aplicação do projeto.

Ayrault se manteve no cargo de interventor federal na Província de Misiones até março de 1960, quando renunciou para concorrer a governador⁴⁰⁹ e assumiu novamente em maio, após ter sido eleito. No ano seguinte, decretou a constituição da indústria celulósica Papel Misionero Sociedad Industrial e Comercial, de capital público e privado, que atingiu produção em escala industrial em 1976. Ayrault foi governador de Misiones até 1962⁴¹⁰.

O então presidente da Argentina, Arturo Frondizi, não tinha apoio das Forças Armadas, que nutriam desconfiança constante em razão de ele ter sido eleito com votos dos peronistas e por ter parcialmente legalizado tal Partido. Durante seu mandato (1958-1962), Frondizi enfrentou 34 planos militares – alguns exigiam mudanças em sua abordagem política e outros pretendiam ocupar espaços dentro das esferas governamentais⁴¹¹. Nas eleições de março de 1962, “[...] los candidatos peronistas ganaron ampliamente en las principales provincias, incluyendo el distrito clave de Buenos Aires”⁴¹². No mesmo mês e ano, forças militares depuseram o então presidente. Na sua saída, Frondizi conseguiu orquestrar que o presidente do

⁴⁰⁶ MISIONES. **Decreto n. 2.670 de 1959**. Disponível em: Archivo General de la Gobernación de Misiones. p. 2.

⁴⁰⁷ Ibid.

⁴⁰⁸ MISIONES, M. de E. y R. N. R.; BERTOLINI, M. P. **Documento Base para la Discusión del Plan de Manejo del Parque Provincial de la Araucaria**. [S. l.]: Ministerio de Ecología y R.N.R. de la Pcia. de Misiones, 2000. p. 13.

⁴⁰⁹ AMABLE, M. A.; DOHMANN, K.; ROJAS, L. **Historia de la provincia de Misiones, siglo XX**. 2. ed. Posadas: Montoya, 2014a.

⁴¹⁰ Ibid.

⁴¹¹ ROMERO, L. A. **Breve historia contemporánea de la Argentina**. 4. ed. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2020. p. 165.

⁴¹² Ibid., p. 167.

Senado, o civil José Mario Guido, assumisse o cargo da presidência. Guido, pressionado pelas Forças Armadas, anulou as eleições realizadas em março e voltou a banir o peronismo⁴¹³.

Em 1962, o Coronel Wilde Santa Cruz assumiu o governo da Província de Misiones na condição de interventor de transição e, em junho, foi substituído por Emilio Gueret. Depois dele, assumiu como interventor Pablo Luzuriaga. Em junho de 1963, Luzuriaga convocou eleições, nas quais candidatos peronistas foram proibidos de concorrer, mesmo que estivessem em partidos de outras siglas. Mario Losada, do partido da União Cívica Radical (UCR), foi eleito governador de Misiones e esteve a mando do cargo de outubro de 1963 a junho de 1966. Em nível nacional, foi eleito presidente Arturo Illia (UCR) para o período de 1963 a 1966. A mudança constante de autoridades governamentais, tanto em nível provincial, quanto nacional, permite afirmar que a instabilidade política influenciou a elaboração e aplicação das políticas públicas sociais, econômicas e ambientais, que, muitas vezes, eram descontinuadas ou paralisadas em função das tensões políticas que aconteciam.

Em dezembro de 1964, o governador da Província de Misiones, Mario Losada, e o Ministro de Governo, Jaçobo Goya, assinaram a Lei n. 251/64⁴¹⁴. Esta normativa versava sobre a exploração florestal realizada em áreas de propriedade privada e em propriedades fiscais (pertencentes a Província de Misiones), ditando as restrições e limitações a que ficavam submetidas. A Lei tratou especialmente da exploração da *Araucaria angustifolia* e, por isso, ficou conhecida popularmente como a “lei do pino”. Limitou a 40.000 m³/ano a extração de araucárias para a produção de madeira laminada em terras pertencentes à província – quantidade superior à sugerida por Cozzo em 1960, que foi de 35.000 m³/ano⁴¹⁵. Além disso, a lei estabeleceu que o material lenhoso deveria ser beneficiado nas madeireiras localizadas exclusivamente na Província de Misiones. A matéria prima não utilizada na fabricação dos laminados, por sua vez, deveria ser destinada para a produção de celulose e outros usos industriais.

A expropriação das araucárias presentes nas terras de propriedade da província para transferência para as indústrias de madeira laminada passava, a partir de então, a ser realizada pelo Ministério de Assuntos Agrários de Misiones, que previa a seguinte proporção:

Fábricas de 1ª categoría: hasta el 50% de su producción total.

Fábricas de 2ª categoría: hasta el 30% de su producción total.

⁴¹³ AMABLE, M. A.; DOHMANN, K.; ROJAS, L. **Historia de la provincia de Misiones, siglo XX**. 2. ed. Posadas: Montoya, 2014a. p. 51.

⁴¹⁴ MISIONES. **Ley 251/64. Decreto 2654**. Argentina, 1964. Disponível em: Archivo General de la Gobernación de Misiones.

⁴¹⁵ COZZO, D. Ubicación y riqueza de los bosques espontáneos de ‘pino’ Paraná (*Araucaria angustifolia*) existentes en la Argentina. **Revista Forestal Argentina**, v. 4, n. 2, p. 46–54, 1960. p. 52.

Fábricas de 3ª categoría: hasta el 10% de su producción total. Esta distribución se hará en cupos periódicos. Se podrán acumular los cupos de cada empresa, únicamente por razones debidamente justificadas⁴¹⁶.

A classificação das madeiras em 1ª, 2ª e 3ª categoria ficou sob responsabilidade da Direção Geral de Terras e Florestas, Direção de Indústrias e três representantes da classe madeira. Esse grupo deveria classificá-las com base, entre outros aspectos, nos maquinários, a qualidade no processo de fabricação e o aproveitamento de matéria prima florestal⁴¹⁷. Para além da *Araucaria angustifolia*, as madeiras trimestralmente deveriam declarar o volume e origem de outras espécies arbóreas utilizadas na fabricação de madeira laminada⁴¹⁸.

Em contrapartida ao uso do material lenhoso proveniente de terras de propriedade fiscal, as madeiras ficavam obrigadas a replantar “[...] en el territorio de la Provincia, por lo menos, a razón de 5 (cinco) árboles de pino o similar de fibra larga, por metro cúbico de pino abatido y 3 (tres) árboles de cualquier especie comercial o industrial por metro cubico de otra especie abatida”⁴¹⁹. Da mesma maneira, ficavam obrigadas a iniciar a plantação das referidas árvores no mesmo tempo que iniciassem a exploração das araucárias presentes em terras fiscais. Para tal, tornava-se necessário, junto ao início da exploração, a apresentação de um Plano de Reflorestamento proporcional ao volume de madeira explorado da floresta.

A legislação, no entanto, não especificou o plantio de árvores para compensação de espécies arbóreas abatidas além da araucária, fossem elas de exóticas ou nativas. O critério estabelecido pela Lei foi o de que as árvores plantadas tivessem potencial comercial ou industrial.

Em 1966, o oficial da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) na Província de Misiones que desenvolvia atividades no Centro de Estudos das Florestas Tropicais, em San Antonio, publicou o artigo *El Pino Paraná (Araucaria angustifolia) en Argentina* na Revista do *Instituto Forestal Latino-Americano de Investigación y Capacitación* (IFLAIC). Essa instituição estava localizada em Merida, na Venezuela, e seu objetivo era “[...] divulgar informaciones técnicas sobre todas las ramas de la práctica y ciencia forestal, dando especial importancia al desarrollo de los recursos forestales de América Latina”⁴²⁰. Em seu texto, o referido oficial afirmou que:

⁴¹⁶ MISIONES. **Ley 251/64. Decreto 2654**. Argentina, 1964. Disponível em: Archivo General de la Gobernación de Misiones. p. 1.

⁴¹⁷ Ibid., p. 1–2.

⁴¹⁸ Ibid., p. 2.

⁴¹⁹ Ibid.

⁴²⁰ IFLAIC. Notas de la Redación. **Instituto Forestal Latino-Americano de Investigación y capacitación**, Merida, Venezuela, 1996. p. 1.

En la Provincia de Misiones, la recolección de semillas en gran escala es muy difícil, debido a que los árboles están aislados en bosques de especies frondosas. Además, las semillas al caer son comidas por los roedores. En consecuencia, un elevado porcentaje de las plantaciones de la provincia provienen de semillas recolectadas en rodales más densos que se encuentran en el Estado de Santa Catarina, en los alrededores de Paro Branco⁴²¹.

Como a oferta da semente da araucária, o pinhão, era baixa, parte da semente utilizada para cumprir os planos de reflorestamento e mesmo outros monocultivos de araucária realizados em propriedades privadas que ocorriam na Província de Misiones, provinham do Brasil. Ferrari também registra este fluxo ao afirmar que:

Nos depoimentos de moradores mais antigos é consenso que, entre as décadas de 1950 e 1970, os brasileiros atravessavam para a Argentina ‘carretas e mais carretas’ carregadas de pinhão, que saíam do oeste de Santa Catarina, incluindo também Lages e Curitiba e o sudoeste do Paraná, transportando o produto até Dionísio Cerqueira e Barracão, para ser vendido aos argentinos. Como a exportação do pinho sempre foi proibida, pois faz parte de uma espécie da flora nativa do Brasil, a venda aos argentinos se dava por meio de uma rede ilegal cujos atores envolvidos não eram somente comerciantes e moradores da fronteira, mas também autoridades municipais brasileiras e autoridades argentinas⁴²².

Por conta da baixa oferta, muitas vezes, os pinhões chegavam em território argentino de maneira ilegal. Não é possível precisar, contudo, a quantidade utilizada para plantio e a quantidade consumida como alimento. Além disso, outro problema que agravou o cumprimento dos planos de reflorestamento instituídos pela Lei n. 251/64 foi o de que muitos pinhões, ao serem plantados, não germinavam. Nesse sentido, cumpre esclarecer que a perda da germinação pode ter muitas causas, como as condições de temperatura e umidade do ambiente, bem como da técnica aplicada no plantio.

A Lei n. 251/64 discriminou, ainda, que distribuiria a arrecadação proveniente da exploração das araucárias nas terras fiscais em: 30% para fomento da industrial florestal, o que incluía despesas com sementes, plantios, entre outras; 40% para o fomento da indústria celulósica; 12% para fomento agropecuário; 5% para equipamentos e despesas gerais da Direção Geral de Terras e Florestas; 5% para as municipalidades onde se localizasse a área de exploração para uso em obras públicas; 5% para equipamentos da polícia florestal e 3% para o Instituto Agrotécnico Económico de Misiones (IATEM)⁴²³. Percebe-se que o valor monetário

⁴²¹ FRITH, A. C. El Pino Paraná (*Araucaria angustifolia*) en Argentina. **Instituto Forestal Latino-Americano de Investigacion y capacitación**. Merida, Venezuela, n. 22, p. 3–17, 1966. p. 11.

⁴²² FERRARI, M. **Conflitos e povoamento na fronteira Brasil-Argentina: Dionísio Cerqueira (SC), Barracão (PR) e Bernardo de Irigoyen (Misiones)**. Florianópolis: Ed. da Universidade Federal de Santa Catarina, 2010. p. 228–229.

⁴²³ MISIONES. **Ley 251/64. Decreto 2654**. Argentina, 1964. Disponível em: Archivo General de la Gobernación de Misiones. p. 3.

era distribuído para diversas atividades e órgãos ligados a atividades industriais. Nenhum deles, no entanto, tinha preocupação expressiva no que tange à conservação dos rios, fauna e flora nativa presente na Floresta com Araucárias da Selva Paranaense.

No Artigo 13, a Lei n. 251/64 estabeleceu os critérios que as madeireiras e outros estabelecimentos ligados a essa produção deveriam cumprir com relação às condições laborais dos trabalhadores e trabalhadoras empregados na atividade madeireira. Tem evidência a obrigatoriedade de manter os pagamentos em dia, permitindo que os mesmos fossem realizados trimestralmente e consentindo apenas com as deduções legais. Além disso, os empregadores deveriam ater-se às demandas dos convênios coletivos de trabalho⁴²⁴.

Stefania Barca lembra que é importante que “Não só o local de trabalho, mas também os corpos dos trabalhadores devem, assim, aparecer plenamente nas narrativas da história ambiental como meta-textos, nos quais foi escrita a ecologia política das sociedades industriais”⁴²⁵. Barca defende, ademais, que “Antes de encontrarem o ambiente vivo do exterior, as toxinas industriais encontram os corpos dos trabalhadores, que representam a dimensão biológica do local do trabalho industrial”⁴²⁶.

Embora esse debate ainda seja bastante recente, a Lei n. 251/64, nesse caso, expressou preocupação com os proventos dos trabalhadores sem considerar possíveis toxinas oriundas do processo de beneficiamento da madeira, bem como equipamentos de proteção individual de trabalho. Outro aspecto abordado pela Lei n. 251/64 foi o transporte do material lenhoso, que deveria acontecer sempre acompanhado de guias de controle expedidas pelos órgãos responsáveis, nas quais especificava-se: quantidade, espécie, qualidade, volume, procedência e destino⁴²⁷. Essas guias eram semelhantes ao documento que o Instituto Nacional do Pinho (INP) utilizava para o controle da produção madeireira no Sul do Brasil⁴²⁸.

Nesse contexto, a instabilidade política e econômica da República Argentina persistia. Em 1966, Arturo Illia foi deposto pelas Forças Armadas e assumiu a presidência o General Juan Carlos Onganía. Conforme Amable, Dohmann e Rojas, o governo militar dizia pretender organizar a sociedade sobre novas bases sociais e econômicas e “[...] por ello prohibieron las

⁴²⁴ MISIONES. **Lei 251/64. Decreto 2654**. Argentina, 1964. Disponível em: Archivo General de la Gobención de Misiones. p. 3-4.

⁴²⁵ BARCA, S. Trabalhando o mundo: reflexões transnacionais sobre a história ambiental do trabalho. In: FRANCO, J. L. de A. *et al.* (org.). **História Ambiental: territórios, fronteiras e biodiversidade**. v. 2, Rio de Janeiro: Garamond, 2016. p. 129–156. p. 140.

⁴²⁶ *Ibid.*, p. 141–142.

⁴²⁷ MISIONES. **Lei 251/64. Decreto 2654**. Argentina, 1964. Disponível em: Archivo General de la Gobención de Misiones. p. 4.

⁴²⁸ Sobre o Instituto Nacional do Pinho, órgão paraestatal que atuou no Sul do Brasil com o Plano de Reflorestamento, ver: SÁ, Débora Nunes. **Uma História Ambiental da Floresta Nacional de Passo Fundo: 1946-2011**. Dissertação (Mestrado em História). UPF, Passo Fundo, 2017.

actividades políticas, disolvieron los partidos políticos y eliminaron los mecanismos de la democracia representativa”⁴²⁹.

A Ditadura Militar imposta em 1966 também teve reflexos na Província de Misiones. O então governador Mario Losada foi destituído e o Coronel Alfonso Manuel Galeano assumiu como interventor até julho do mesmo ano. Ele foi substituído pelo Capitão Hugo Jorge Montiel, que renunciou em 1969, assumindo, então, Ángel Vicente Rossi. Ainda conforme Amable, Dohmann e Rojas⁴³⁰, durante o governo de Rossi, a região de fronteira entre Argentina e Brasil recebeu especial atenção, pela qual foram construídas escolas em Bernardo de Irigoyen e San Pedro, bem como ocorreu o desenvolvimento da planta elétrica de San Pedro.

A insatisfação popular, e de boa parte das classes dominantes, com as políticas sociais e econômicas implantadas pelo governo militar fez com que os ideais peronistas voltassem a aflorar. O presidente da Argentina General Juan Carlos Onganía foi se afastando das Forças Armadas, organização que, em junho de 1970, o depôs do cargo e designou o General Roberto Marcelo Levingston como presidente⁴³¹. Na escalada do sindicalismo organizado e dos partidos políticos, o Comandante Alejandro Agustín Lanusse exigiu a renúncia de Levingston e assumiu a presidência em março de 1971. Entre suas ações, Lanusse restabeleceu a atividade política partidária e, por meio de diversas negociações, fez um acordo nacional para convocar eleições gerais. O pleito aconteceria desde que Perón não fosse candidato, condição que Perón aceitou. Em 1972, Perón viajou por uns dias para Argentina e fez um acordo democrático com as forças políticas. Conforme Romero, nesta viagem, Perón:

Cultivó su imagen pacificadora, habló de los grandes problemas del mundo, como los ecológicos, y evitó cualquier referencia urticante. Por último, organizó su combinación electoral: el Frente Justicialista de Liberación, con una serie de partidos menores, al que impuso la fórmula presidencial: Héctor J. Campora, su delegado personal, y Vicente Solano Lima, un político conservador que desde 1955 acompañaba fielmente a los peronistas⁴³².

Nas eleições de maio de 1973, os argentinos e argentinas votaram por Héctor Campora como presidente da República Argentina. Em setembro, novas eleições elegeram Perón como presidente e sua esposa María Estela Martínez de Perón como vice-presidenta. Em julho de

⁴²⁹ AMABLE, M. A.; DOHMANN, K.; ROJAS, L. **Historia de la provincia de Misiones, siglo XX**. 2. ed. Posadas: Montoya, 2014a. p. 138.

⁴³⁰ Ibid., p. 139.

⁴³¹ ROMERO, L. A. **Breve historia contemporánea de la Argentina**. 4. ed. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2020. p. 214.

⁴³² Ibid., p. 218.

1974, após o falecimento de Perón, María Perón assumiu a presidência⁴³³. Na Província de Misiones, em maio de 1973, Juan Manuel Irrazábal foi eleito governador, mas sofreu um acidente aéreo e faleceu junto de seu vice-governador. Provisoriamente, assumiu o cargo Luis Angel Ripolli e, em janeiro de 1975, o interventor federal, Juan Carlos Taparelli. No referido ano, eleições foram convocadas e, em maio, foi eleito Miguel Angel Alterach governador da Província⁴³⁴.

Nessa conjuntura, a escassez de pinhão para o plantio de araucárias e cumprimento dos planos de reflorestamento impostos pela Lei n. 251/64 se mantinha. Tendo isso em vista, instituições como Escola de Engenharia Florestal da Universidad Nacional de Misiones e o Centro de Estudos das Florestas Tropicais da Universidad Nacional de la Plata se colocaram “[...] coincidentes en el sentido de evitar la explotación de la especie aludida en zonas de la provincia donde aún quedan remanentes de la misma y con la exclusiva finalidad de lograr la provisión de semillas destinadas a forestación y reforestación”⁴³⁵. Também estudos técnicos realizados pelo Ministério de Assuntos Agrários da Província de Misiones evidenciaram que, em um curto período, o setor industrial não possuiria mais matéria-prima proveniente da araucária. Com base nos estudos citados, em julho de 1975, o Ministro de Assuntos Agrários da Província de Misiones, engenheiro agrônomo Martin de la Mata, e o governador da Província de Misiones assinaram o Decreto n. 449/75⁴³⁶, que proibiu:

[...] a partir de la fecha nuevas autorizaciones para la explotación de madera de la especie *Araucaria angustifolia* (Pino Paraná) en la jurisdicción fiscal conocida anteriormente como “ZONA DE NO INNOVAR”, al oeste de la Ruta Nacional N. 14, desde la localidad de Tobuna hasta San Pedro, en el Departamento de San Pedro⁴³⁷.

O Decreto restringiu o corte dos espécimes de araucárias em determinadas áreas, “[...] como único y exclusivo propósito asegurar la provisión de semillas de la especie *Araucaria angustifolia* (pino Paraná) con destino a forestación y reforestación en esta provincia”⁴³⁸. Tal feito auxiliaria na obtenção de sementes de araucária, na expansão dos plantios e na produção de matéria-prima florestal, mantendo Misiones dentro de seu rol socioeconômico. Em

⁴³³ ROMERO, L. A. **Breve historia contemporánea de la Argentina**. 4. ed. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2020.

⁴³⁴ AMABLE, M. A.; DOHMANN, K.; ROJAS, L. **Historia de la provincia de Misiones, siglo XX**. 2. ed. Posadas: Montoya, 2014a.

ROMERO, L. A. **Breve historia contemporánea de la Argentina**. 4. ed. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2020.

⁴³⁵ MISIONES, P. de. **Decreto n. 449**. 1975a. Disponível em: Archivo General de la Gobención de Misiones. p. 1.

⁴³⁶ MISIONES, P. de. **Decreto n. 449**. 1975a. Disponível em: Archivo General de la Gobención de Misiones.

⁴³⁷ Ibid., p. 2.

⁴³⁸ Ibid.

decorrência desse Decreto, foi instituída a Lei n. 628/75⁴³⁹ com a finalidade de delimitar a localização de Reservas Florestais e Reservas de Sementes. As Reservas Florestais foram categorizadas como:

aquellas superficies cubiertas de masas leñosas o que deberían presentar esa característica por su aptitud de uso de suelo que, por razones económicas, sociales o ecológicas, deberán estar sujetas a los principios básicos de la ordenación forestal para asegurar la producción de una renta sostenida y la permanencia a perpetuidad de este recurso natural en un todo de acuerdo el concepto **de uso múltiple del bosque**⁴⁴⁰ (grifo nosso).

A Lei determinou que, no Departamento de San Pedro, as Reservas de Florestas deveriam se localizar em “[...] los lotes: 1 – 2 – 3 – 4 – 5 – 6 – 7 – 8 – 9 y 10, [...] ubicados en la Sección Segunda de la Colonia San Pedro”⁴⁴¹. As Reservas de Sementes foram descritas como áreas “[...] que contengan rodales que por su calidad y/o especie resulten de interés destinarlas a la producción de semillas con exclusión de todo otro tipo de aprovechamiento”⁴⁴². A diferença entre as duas foi de que, nas Reservas Florestais, era possível o uso múltiplo dos recursos provenientes da floresta. Já na de Sementes, não se permitiam usos, pois seu único objetivo era produzir sementes para plantios, atuando como um banco de sementes. Em San Pedro, as Reservas de Sementes deveriam ser instituídas em:

Partiendo de un punto que se determinará por la intersección del veril Oeste de la ruta nacional n. 14 con el lado A-T de la llamada línea Barilari, que en ese sector separa tierras fiscales de tierras de propiedad de Celulosa Argentina S.A., se replanteará este límite hasta su intersección con la línea divisoria entre la propiedad de Celulosa Argentina S.A. y Colonizadora Misionera; desde este punto se replanteará el límite Norte da Sección IV de la Colonia San Pedro hasta su intersección con la ruta nacional n. 14; desde esta intersección se replanteará el veril Oeste de la ruta nacional n. 14 con el lado A-T de la Línea Barilari, debiéndose desglosar de la superficie que se integra, los lotes de la Sección I de la Colonia San Pedro y el Sector del pueblo San Pedro que queden comprendidos en la misma⁴⁴³.

Segundo Rau, as Reservas de Sementes tinham duas funções: “[...] por um lado, preservar a população de araucária que diminuía drasticamente [...] e, por outro lado, satisfazer as sementes demandadas por atividades florestais” (tradução livre)⁴⁴⁴. Lamentavelmente, as Reservas de Florestas e as Reservas de Sementes não saíram do papel.

⁴³⁹ MISIONES. Ley 628/75. 1975b. Disponível em: Archivo General de la Gobención de Misiones.

⁴⁴⁰ Ibid., p. 4.

⁴⁴¹ Ibid.

⁴⁴² Ibid.

⁴⁴³ Ibid.

⁴⁴⁴ RAU, F. M. **Land Use Change and Natural Araucaria Forest Degradation Northeastern Misiones – Argentina**. 211 f. 2005. - Tese (Doutorado em Silvicultura), Faculty of Forestry, Albert-Ludwigs-University, Freiburg in Breisgau, [s. l.], 2005. p. 12.

A presidenta da Argentina María Estela Martínez Perón foi deposta do cargo em março de 1976 por Comandantes das Forças Armadas. A Argentina iniciava outra Ditadura Militar, a mais dura e repressiva, que perdurou até 1983. Os militares intitularam o novo governo como “processo de reorganização nacional” e nomearam presidente o General Jorge Rafael Videla, que permaneceu no cargo até março de 1981⁴⁴⁵. Essa ditadura foi responsável por inúmeros desaparecimentos e mortes de argentinos e argentinas que, em qualquer mínimo aspecto, divergissem do governo. Nesse sentido, Romero analisa:

Las víctimas fueron muchas, pero el verdadero objetivo eran los vivos, el conjunto de la sociedad que, antes de emprender su transformación profunda, debía ser controlada y dominada por el terror y la palabra. El Estado se desdobló: una parte, clandestina y terrorista, practicó una represión sin responsables, eximida de responder a los reclamos. La otra, pública, apoyada en un orden jurídico que ella misma estableció, silenciaba cualquier otra voz. No solo desaparecieron las instituciones de la república, sino que fue clausurada autoritariamente la expresión de opiniones. Los partidos y la actividad política toda quedaron prohibidos, así como los sindicatos y la actividad gremial; se sometió a los medios de la prensa a una explícita censura, que impedía cualquier mención del terrorismo estatal y sus víctimas, y artistas e intelectuales fueron vigilados. Sólo quedó la voz del Estado, dirigiéndose a un conjunto atomizado de habitantes⁴⁴⁶.

O governo militar também depôs todos os cargos políticos provinciais. Em Misiones, em março de 1976, assumiu como governador o interventor militar Coronel Juan Antonio Beltrametti, que, depois de um mês, foi substituído pelo Capitão de Navio René Gabriel Buteler. Em março de 1977, Buteler renunciou porque discordava do Ministro da Economia, que pretendia privatizar a Papel Misionero S.A. Em seguida, assumiu o governo provincial o também Capitão de Navio Rodolfo Poletti. Neste mesmo ano, foi publicada a Lei Provincial n. 854/77, intitulada Lei de Florestas⁴⁴⁷ e seu decreto regulamentar foi publicado em 1978 sob o n. 1.459/78.

A Lei n. 854/77 foi inspirada na Lei nacional n. 13.273⁴⁴⁸ e são consensuais em diversas definições e conceitos. Composta por 13 títulos e 93 artigos, a Lei n. 854/77 trata das restrições e limitações de usos das florestas nativas de propriedade privada e provincial, bem como da promoção de florestas implantadas (monocultivos) e indústria florestal. O conceito geral de

⁴⁴⁵ ROMERO, L. A. **Breve historia contemporánea de la Argentina**. 4. ed. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2020. p. 239.

⁴⁴⁶ ROMERO, L. A. **Breve historia contemporánea de la Argentina**. 4. ed. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2020. p. 243.

⁴⁴⁷ MISIONES. **Ley n. 857/77. Ley de Bosques**. Governo da Província de Misiones: 1977. Disponível em: <https://agro.misiones.gob.ar/wp-content/uploads/2018/06/Ley-XVI-Nº-7-antes-Ley-854-1-1.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2022.

⁴⁴⁸ A Lei nacional n. 13.273 foi publicada em 1948 e trata da defesa da riqueza florestal presente no território argentino. Tal legislação, embora modificada e complementada pela Lei nacional n. 25.080, ainda é de uso em território argentino e, em muitos casos, complementa e impõe restrições em legislações provinciais.

floresta é definido como: “[...] toda formación nativa a implantada, que cumpla separada o conjuntamente funciones de producción, protección, experimentación, conservación, recreación, y preservación ambiental”⁴⁴⁹. As florestas nativas foram definidas como “[...] toda formación leñosa no creada originalmente por la mano del hombre sin sujeción necesaria a fines económicos específicos”⁴⁵⁰ e florestas implantadas, por sua vez, como “[...] toda formación leñosa creada por el hombre con sujeción a fines económicos específicos”⁴⁵¹. Observa-se que, ao conceituar floresta nativa e a ser implantada, a Lei n. 854/77 apresenta uma clara dicotomia entre cultura e natureza, diferenciando o que é considerado natural daquilo que é cultural e produzido pela ação humana. Na atualidade, esse debate assume a posição de que natureza e cultura caminham juntos. José Luiz Franco explica a tangível relação entre ambas ao afirmar: “O ambiente humano, ou o meio ambiente, é o que está a nossa volta”⁴⁵². Assim, é constituído da combinação entre os ambientes naturais e culturais: “Portanto, os seres humanos pertencem, ao mesmo tempo, ao mundo natural e ao mundo da cultura. Esses mundos, entrelaçados, constituem o seu espaço vital. É neles e a partir deles que se desenrola a aventura humana no Planeta”⁴⁵³.

Quanto às “florestas implantadas” ou “reflorestamentos” de espécies arbóreas, há discussões sobre a ambiguidade dos ditos termos, pois são plantações realizadas com uma única espécie, principalmente de exóticas. De acordo com Moretto, “A monocultura de árvores não pode ser considerada floresta por não caracterizar um nicho biológico”⁴⁵⁴. Assim, prossegue afirmando que as “[...] terminologias errôneas ganharam terreno para suavizar a percepção negativa das monoculturas arbóreas”⁴⁵⁵. Muitos pesquisadores denominam os monocultivos arbóreos de espécies exóticas, como os de *Pinus spp.* e *Eucalyptus spp.* de “deserto verde”⁴⁵⁶ pela baixa biodiversidade existente neles. No caso argentino, embora exista uma diferença no idioma espanhol com relação ao português, o debate se as florestas implantadas e

⁴⁴⁹ MISIONES. **Ley n. 857/77. Ley de Bosques**. Governo da Província de Misiones: 1977. Disponível em: <https://agro.misiones.gob.ar/wp-content/uploads/2018/06/Ley-XVI-Nº-7-antes-Ley-854-1-1.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2022.

⁴⁵⁰ Ibid.

⁴⁵¹ Ibid.

⁴⁵² FRANCO, J. L. de A. Patrimônio cultural e natural, direitos humanos e direitos da natureza. In: DUTRA E SILVA, S. *et al.* (Orgs.). **Ensaio em Ciências Ambientais: crises, riscos e racionalidades**. 1. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2016. p. 275–308. p. 276.

⁴⁵³ Ibid.

⁴⁵⁴ MORETTO, S. P. **Remontando a floresta: A Implementação do Pinus e as Práticas de Reflorestamento na região de Lages (1960 – 1990)**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, Dissertação (Mestrado em História), 2010. p. 165.

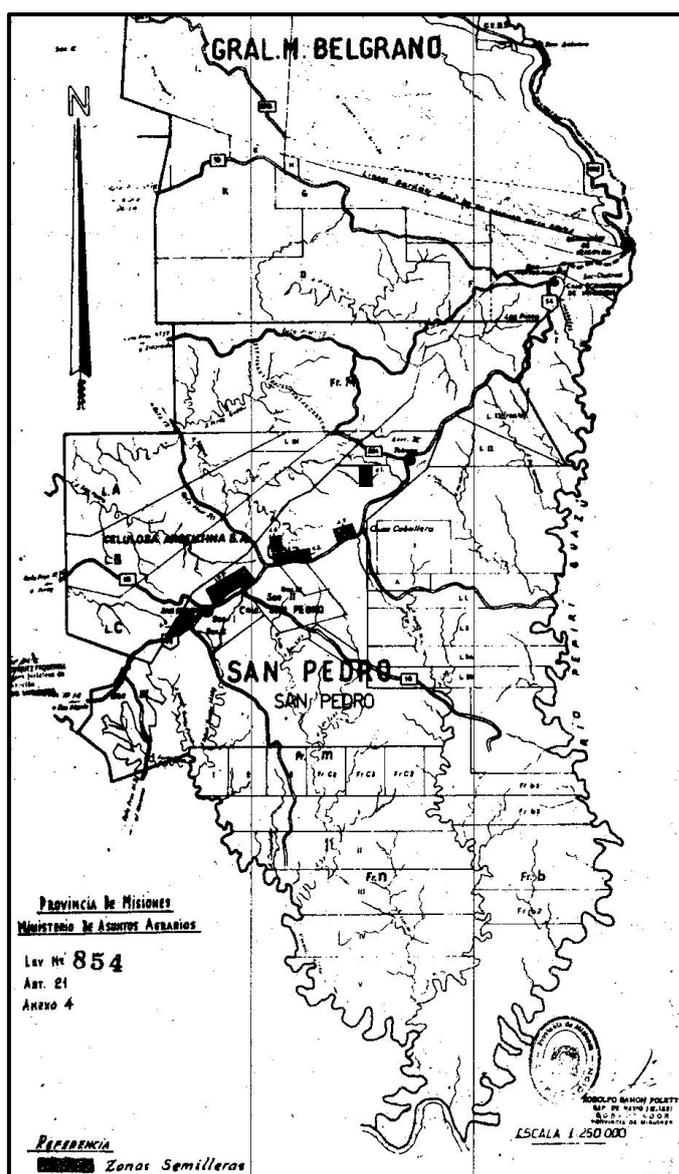
⁴⁵⁵ Ibid.

⁴⁵⁶ ZARTH, P. Desertos verdes e latifúndios na história da campanha do Rio Grande do Sul. In: FILHO, A. T. (Org.). **Eucaliptais: Qual Rio Grande do Sul desejamos?** Pelotas: [s. n.], 2008. p. 139–155.

reflorestamentos são realmente florestas também existiu com posições favoráveis⁴⁵⁷ e contrárias.

A Lei n. 854/77 retomou a categoria de Reservas de Sementes que estavam previstas na Lei n. 628/75 e que não foram constituídas. No anexo de número dois da Lei n. 854/77, foram representadas, pelo Mapa 11, as áreas para Reservas de Sementes no Departamento de San Pedro com presença da *Araucaria angustifolia*:

Mapa 11 – Localização das Reservas de Sementes, Departamento de San Pedro, Provincia de Misiones, 1977



Fonte: Misiones, 1977⁴⁵⁸.

⁴⁵⁷ OPINIÓN, A. de. **Los bosques implantados SI son bosques**. 2011. Disponível em: <https://www.argentinaforestal.com/2011/07/04/los-bosques-implantados-si-son-bosques/>. Acesso em: 28 ago. 2022.

⁴⁵⁸ MISIONES. Ley XVI - n. 7 (Antes Decreto Ley 854/77) – Anexo II. 1977. 1 mapa. Disponível em: <http://digestomisiones.gov.ar/uploads/documentos/leyes/LEY%20XVI%20-%20N%207-ANEXO%20II.pdf>. Acesso em: 10 set. 2022.

Nota-se que as Reservas de Sementes coincidem com a área de maior concentração de araucárias que foi apresentada no Mapa 10, datado de 1960, presente no Capítulo dois, Exploração e transformações na floresta com araucárias no século XX. A Lei nacional n. 13.273 foi publicada em 1948 e trata da defesa da riqueza florestal presente no território argentino. Tal legislação, embora modificada e complementada pela Lei nacional n. 25.080, ainda é de uso em território argentino e, em muitos casos, complementa e impõe restrições em legislações provinciais. Bertollini relatou que, em 1979, a Cooperativa Agrícola da municipalidade de Eldorado denunciou a impossibilidade de coletar sementes nas Reservas de Sementes da província por conta da colheita clandestina. Por isso, afirmou que “[...] no se estaban cumpliendo los objetivos de creación de las reservas, que era la protección de los últimos rodales de araucaria y el establecimiento de una fuente alternativa de aprovisionamiento de semilla para las forestaciones”⁴⁵⁹.

Em novembro de 1978, assumiu o cargo de governador de Misiones o Capitão de Navio Di Fonso. Em dezembro do mesmo ano, o Capitão de Navio Pecagnini passou a ocupar o cargo até março de 1981. Entre os planos de desenvolvimento econômico desse período, tem destaque o *Proyecto para el desarrollo integrado de la Provincia de Misiones – Argentina*⁴⁶⁰, publicado em 1979 e que foi elaborado pelo engenheiro florestal John Andrews com participação da Organização dos Estados Americanos (OEA). Trata-se de estratégias para plantios⁴⁶¹, isto é, monocultivos de espécies arbóreas nativas e exóticas para serem utilizadas como matéria-prima para a indústria. Diferente de outras partes do território argentino que receberam maiores incentivos para ampliação da agricultura de bens alimentícios, Misiones assumiu como sua principal função no rol econômico e desenvolvimentista do país, a indústria florestal e a produção da erva-mate⁴⁶². No âmbito da indústria florestal, diversos estudos e escolas técnicas, além de incentivos fiscais, foram promovidos a fim de assegurar a produção de madeira, principalmente de espécies exóticas provenientes de monocultivos de grande escala. Tais estudos se somaram a outras estratégias utilizadas pelo governo para colocar em prática os Planos de Reflorestamentos obrigatórios pela Lei n. 251/64 e para fomentar os monocultivos

⁴⁵⁹ MISIONES, M. de E. y R. N. R.; BERTOLINI, M. P. **Plan de Manejo del Parque Provincial Cruce Caballero**. Posadas: [s. n.], 1999.

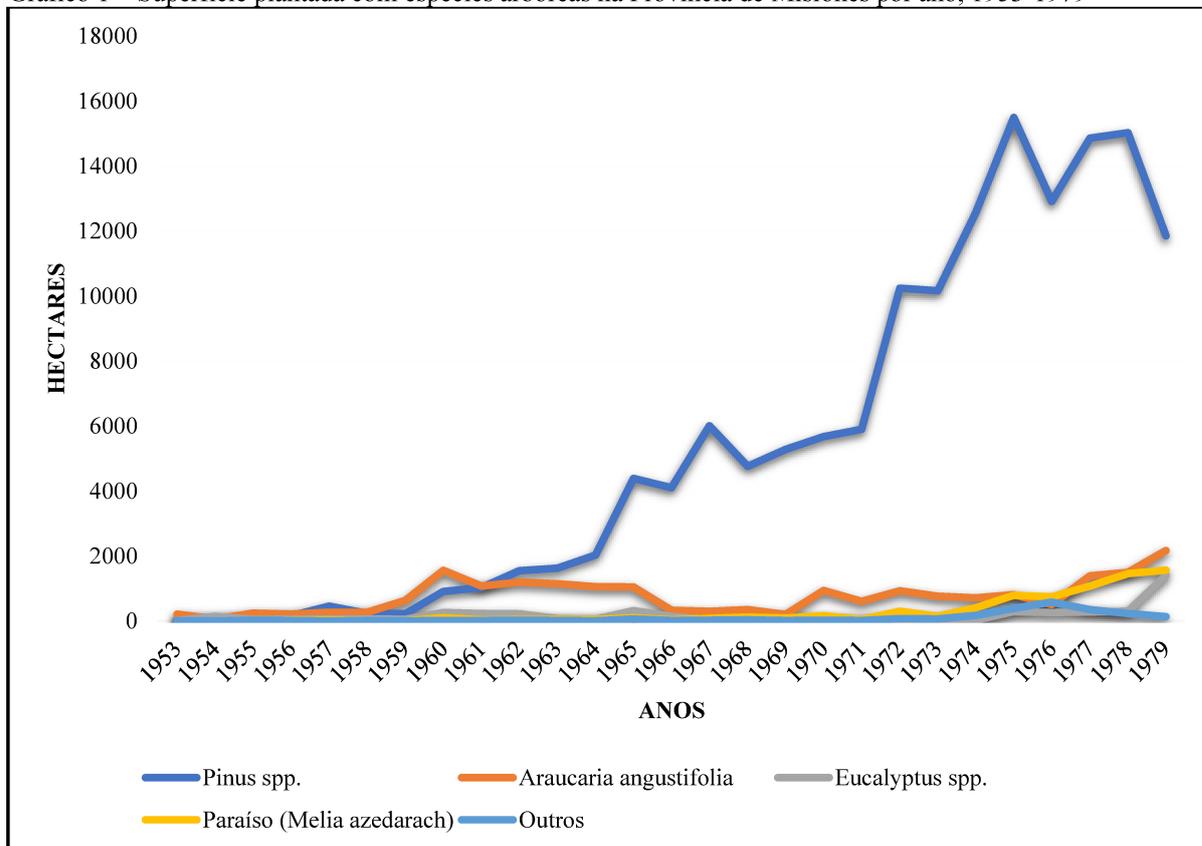
⁴⁶⁰ ANDREWS, J. R. **Proyecto para el desarrollo integrado de la Provincia de Misiones – Argentina**. Vancouver, Canada: Organización de los Estados Americanos, 1979.

⁴⁶¹ Não fez parte desta tese estudar a viabilidade e aplicação dos planos de plantios de árvores, visto que isso demandaria um outro projeto de pesquisa.

⁴⁶² YERBA MATE, Argentina. Yerba mate ¿Dónde se produce? [S.l.], [20--]. Disponível em: <https://yerbamateargentina.org.ar/es/donde-se-produce.html> . Acesso em: 18 nov. 2022

de espécies arbóreas nativas e exóticas com fins econômicos. Os dados reunidos no Gráfico 1 auxiliam a compreender esse processo:

Gráfico 1 – Superfície plantada com espécies arbóreas na Província de Misiones por ano, 1953-1979



Fonte: Elaborado pela autora com base em Eduardo Vidal⁴⁶³.

Ao observar o Gráfico 1, é possível identificar as áreas que, no período de 1953 a 1979, receberam plantios de espécies arbóreas *Pinus* spp, *Eucalyptus* spp, Paraíso (*Melia azedarach*), *Araucaria angustifolia* e em menor proporção de outras espécies não discriminadas. Nota-se que, desde o início da década 1960, há um aumento acentuado de superfícies cultivadas com o gênero *Pinus* spp em relação às outras espécies, progresso que se manteve na década de 1970. Provavelmente, isso se deu por conta do rápido crescimento do gênero *Pinus*, em especial da espécie *Pinus elliotti*, que leva em torno de 17 anos para estar apta ao uso industrial. A araucária, por seu turno, tem um crescimento mais lento e pode demorar mais de 30 anos para alcançar os diâmetros considerados ideais pela indústria. A implementação das Reservas de Sementes em San Pedro pela Lei n. 854/77, possivelmente, contribuiu para o leve aumento na área cultivada com *Araucaria angustifolia* nos anos de 1977-79.

⁴⁶³ VIDAL, Eduardo O. Gonzalez. **Manual de bosques implantados**. Editora Hemisferio sur: Buenos Aires. 1988. p. 8

No nível nacional, a década de 1980 iniciou com a publicação da Lei n. 22.351⁴⁶⁴, intitulada Parques Nacionais, Monumentos Naturais e Reservas Nacionais, a qual estabelece as diretrizes a serem seguidas na implementação de respectivas áreas protegidas que “[...] por sus extraordinarias bellezas o riquezas en flora y fauna autóctona o en razón de un interés científico determinado, deban ser protegidas y conservadas para investigaciones científicas, educación y goce de las presentes y futuras generaciones [...]”⁴⁶⁵. Uma rápida regressão temporal auxilia a entender o contexto de criação dos Parques Nacionais. Depois da criação do Parque Nacional de Yellowstone, em 1872, nos Estados Unidos da América, outros países sob influência norte-americana passaram a instituir Parques Nacionais com objetivo de proteger a natureza: o Canadá em 1885, Nova Zelândia e México em 1894 e em 1989 a Austrália e África do Sul. Em 1903, a Argentina criou o seu primeiro Parque Nacional, o Nahuel Huapi, localizado na Patagônia Argentina. Na sua maioria, as áreas dos parques foram constituídas do ponto de vista estético com a prerrogativa de que, por sua beleza cênica, a natureza deveria ser preservada sem a interferência das populações tradicionais.

Em março de 1981, o Capitão de Navio Pecagnini foi substituído no governo da Província de Misiones pelo General de Brigada Juan Manuel Bayón, que ficou no cargo até dezembro de 1983. Na condição de governador interino, o Ministro de Obras, Magno Omar Perez, e o Ministro de Assuntos Agrários, Francisco Schlagenhauper, assinaram, em janeiro de 1982, o Decreto n. 43⁴⁶⁶. Tal Decreto determinou a proibição do corte de araucárias presentes em áreas de propriedade fiscal. A exceção foi para os indivíduos de araucária que apresentasse decrepitude ou outra deformação que fosse recomendada por especialistas o seu corte⁴⁶⁷, procedimento que deveria obedecer ao seguinte protocolo:

La eliminación de árboles de la especie *Araucaria angustifolia* de propiedad fiscal, solo podrá ser autorizada por Disposición del Director General de Bosques o Autoridad Superior y verificadas en el terreno por el Jefe de Oficina de Bosques de la Jurisdicción correspondiente, en presencia del Inspector de Zona, quienes serán responsables del fiel cumplimiento de las instrucciones que surjan de la norma legal⁴⁶⁸.

Além disso, o decreto proibiu que terras fiscais com presença de araucária em quantidade e qualidade possíveis para se tornarem Reservas de Sementes, de acordo com a Lei n. 854/77, fossem utilizadas para planos de colonização, evitando, assim, que os espécimes

⁴⁶⁴ ARGENTINA. **Lei n. 22.351, Parque Nacionales**. Argentina, 1980. Disponível em: <http://extwprlegs1.fao.org/docs/pdf/arg40249.pdf>. Acesso em: 26 out. 2022.

⁴⁶⁵ Ibid.

⁴⁶⁶ MISIONES. **Decreto n. 43**. Misiones, 1982. Disponível em: Archivo General de la Gobención de Misiones.

⁴⁶⁷ Ibid., p. 2.

⁴⁶⁸ Ibid.

fossem cortados para dar espaço a novos lotes. Constata-se que muitas das legislações voltadas à regularização da exploração florestal e conservação do meio ambiente aconteceram em períodos ditatoriais, assim como aconteceu no Brasil. Para Schittini, Franco e Drummond, isso se explica pelo fato de que os governos militares utilizavam teorias científicas e diretrizes voltadas ao “moderno conceito de desenvolvimento”, o que fez com que “[...] os planos de desenvolvimento do governo militar acabassem por incorporar a ‘conservação do patrimônio natural’ como ‘objetivo nacional’”⁴⁶⁹.

A instabilidade política na Argentina se manteve por um longo período de tempo. Em junho de 1982, ocorreu o fim da Guerra das Malvinas, conflito armado entre Argentina e Reino Unido pela posse das Ilhas Malvinas, do qual a Argentina saiu derrotada. Nesse sentido, Romero afirma:

La derrota agudizó la crisis del régimen militar e hizo públicos los conflictos hasta entonces disimulados. La cuestión de la responsabilidad de la derrota -que cada uno atribuía a los otros- se resolvió finalmente, luego de una investigación a cargo de prestigiosos jefes retirados. Se culpó a la Junta Militar, cuyos miembros fueron luego enjuiciados y condenados. En lo inmediato, en medio de un conflicto entre las fuerzas, fue designado presidente el general Reynaldo Bignone, quien logró un consenso mínimo de las fuerzas políticas para un programa de institucionalización, sin plazos precisos⁴⁷⁰.

A Marinha e as Forças Armadas deixaram a Junta Militar e, aos poucos, o governo foi se organizando para a abertura política e democrática. Os movimentos sindicais e os partidos políticos voltaram à legalidade. Nas eleições de 1983, o candidato da UCR, Raúl Alfonsín, derrotou o peronismo nas urnas e elegeu-se presidente da República Argentina. Alfonsín foi responsável pela instituição da Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas, que condenou diversos militares argentinos pelos crimes cometidos durante a Ditadura Militar.

Nas eleições provinciais de 1983, Ricardo Bairros Arrechea (UCR) elegeu-se governador de Misiones. No período de 1984-85, seu governo sancionou cerca de 140 leis. Entre elas, a Lei n. 2.218 criou a Empresa de Energia de Misiones Sociedade do Estado e, em 2 de janeiro de 1985, a Lei n. 2.220 instituiu o Ministério de Ecologia e Recursos Naturais Renováveis⁴⁷¹. Tal órgão assumiu a função de assistir o governador da província com a

⁴⁶⁹ SCHITTINI, G. M.; FRANCO, J. L. de A.; DRUMMOND, J. A. Expansão da fronteira de recursos naturais e Unidades de Conservação da natureza na área de influência da BR-163. In: FRANCO, J. L. de A. *et al.* (Orgs.). **História Ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. p. 119–146. p. 128.

⁴⁷⁰ ROMERO, L. A. **Breve historia contemporánea de la Argentina**. 4. ed. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2020. p. 267.

⁴⁷¹ AMABLE, M. A.; DOHMANN, K.; ROJAS, L. **Historia de la provincia de Misiones, siglo XX**. 2. ed. Posadas: Montoya, 2014a. p. 252.

avaliação, manejo, conservação, administração e controle dos recursos naturais renováveis. A finalidade era alcançar o “[...] aprovechamiento racional de los Recursos Naturales Renovables”⁴⁷², bem como a preservação e conservação da fauna e flora nativa, a melhoria ambiental e a qualidade de vida da população. Esse Ministério foi responsável pela instituição do Sistema Provincial de Áreas Naturais Protegidas de Misiones em 1992.

Entre as diversas funções atribuídas ao Ministério, constava: “Conservar, proteger, recuperar y aprovechar racionalmente lo desarrollo provincial, manteniendo el más adecuado equilibrio ecológico del territorio”⁴⁷³. Observa-se que as bases do órgão estavam direcionadas a duas principais ações: a conservação e o uso racional dos bens florestais. Essa perspectiva se direciona com os preceitos discutidos internacionalmente na década de 1980, quando o conceito de desenvolvimento sustentável foi cunhado no *Relatório Nosso Futuro Comum* em 1987. Na legislação de Misiones, o conceito de desenvolvimento sustentável apareceu com ênfase no Sistema Provincial de Áreas Naturais Protegidas em 1992.

As funções do novo Ministério ficaram a cargo do Ministro e dois subsecretários, o “subsecretario de Bosques y Forestación” e o “Subsecretario de Ecología”. A finalidade era demandar sobre cada temática sem conflitos de interesses. Além disso, a Lei. n. 2.220 tornou obrigatório, na grade curricular de nível primário, médio e outras instâncias educacionais dependentes do Conselho de Educação da Província, a inclusão de temáticas que abordassem: *i)* os princípios e fundamentos da conservação do ambiente e ações de preservação; *ii)* conservação e utilização dos recursos naturais renováveis de maneira racional⁴⁷⁴.

Constantino Queiroz, que se tornou o Ministro de Ecología e Recursos Naturais Renováveis de Misiones, assinou, em novembro de 1985, o Decreto n. 4.364⁴⁷⁵. Nele, determinou que, nas propriedades fiscais onde houvesse a presença de indivíduos nativos de *Araucaria angustifolia* e que tivessem autorização da Direção Geral de Florestas para uso na agricultura, ficavam, a partir de então, proibidas de utilizar o fogo na preparação das terras para plantios. O intuito era evitar que o fogo se alastrasse e queimasse algum espécime.

No ano seguinte, em 6 de maio, foi publicado, pelo Ministro de Ecología e Recursos Naturais Renováveis, o Decreto n. 1.213/86⁴⁷⁶ no qual defendeu que “[...] el bosque es el

⁴⁷² MISIONES. **Decreto n. 11, Ley n. 2220**. Misiones, 1985a. Disponível em: <http://www.archivodigital.misiones.gov.ar/ConsultaDecretos/>. Acesso em: 28 set. 2022. p. 2.

⁴⁷³ MISIONES. **Decreto n. 11, Ley n. 2220**. Misiones, 1985a. Disponível em: <http://www.archivodigital.misiones.gov.ar/ConsultaDecretos/>. Acesso em: 28 set. 2022. p. 2–3.

⁴⁷⁴ *Ibid.*, p. 3.

⁴⁷⁵ MISIONES, P. de. **Decreto n. 4364**. Misiones, 1985b. Disponível em: <http://www.archivodigital.misiones.gov.ar/ConsultaDecretos/>. Acesso em: 20 set. 2022.

⁴⁷⁶ MISIONES, P. de. **Decreto n. 1213**. Misiones, 1986. Disponível em: <http://www.archivodigital.misiones.gov.ar/ConsultaDecretos/>. Acesso em: 22 set. 2022.

sistema ecológico que caracteriza a la Provincia y constituye uno de los pilares básicos de su economía, por lo tanto, hay que preservarlo del progresivo empobrecimiento debido al aprovechamiento selectivo de las especies de mayor valor”⁴⁷⁷. O uso seletivo das espécies mais valiosas economicamente referia-se a duas espécies nativas: a araucária e a peroba rosa (*Aspidosperma polyneuron*). Em espanhol, denominada de palo rosa, a peroba rosa está presente na Selva Paranaense localizada mais ao extremo norte de Misiones. Por conta da preferência pelo uso dessas duas espécies, elas se encontravam em sério risco de extinção. Tendo isso em conta, o Ministério decretou a proibição de corte de ambas as espécies nativas em toda a Província de Misiones, tanto em terras fiscais, quanto privadas, pelo período de cinco anos, permitindo a prorrogação de vigência do Decreto. Ficaram aptas para corte apenas os espécimes enfermos ou mortos em pé, desde que obtivessem autorização dos órgãos competentes. As infrações ao Decreto n. 1.213/86 (assim como do Decreto n. 4.364/85) ficavam sujeitas aos artigos 72 e 73 da Lei n. 854/77⁴⁷⁸ que:

ARTÍCULO 72. – Establécese la presunción de que los productos forestales transportados sin amparo de guías son de origen fiscal, procediéndose a su decomiso, salvo prueba en contrario que podrá ser producida por el propietario en el término de cinco (5) días con documentación fehaciente y anterior a la fecha de comprobación de la infracción quedando así la mercadería exenta de decomiso. Los responsables de productos forestales sin amparo de Guías, deben pagar una multa que la Autoridad competente en materia forestal graduará entre un mínimo de cinco a ochenta (5 a 80) veces el valor de aforo del material forestal.

ARTÍCULO 73. – En caso de condena administrativa firma, dictada en causa por infracciones forestales, serán solidariamente responsables frente al Fisco, por las penas impuestas, el propietario de las maderas, el concesionario, el aserradero que las recibiere, el transportista y todos aquellos que de un modo directo o indirecto hubieren participado en la comisión del hecho⁴⁷⁹.

Em novembro de 1986, a Lei n. 2.380, considerada a de maior importância, declarou Monumento Natural Provincial os espécimes nativos de *Araucaria angustifolia* e *Aspidosperma Polyneurum* presentes em todo o território da Província de Misiones com a finalidade de “[...] preservación, conservación y reproducción de las especies, para evitar su extinción”⁴⁸⁰. Ficou a cargo do Ministério a realização de um levantamento para identificar a quantidade e o local de ditas árvores existentes. Dessa maneira, ficou proibido o corte, a comercialização e a

⁴⁷⁷ MISIONES, P. de. Decreto n. 1213. Misiones, 1986. Disponível em:

<http://www.archivodigital.misiones.gov.ar/ConsultaDecretos/>. Acesso em: 22 set. 2022.

⁴⁷⁸ MISIONES. **Ley n. 857/77. Ley de Bosques**. Governo da Província de Misiones: 1977. Disponível em:

<https://agro.misiones.gob.ar/wp-content/uploads/2018/06/Ley-XVI-Nº-7-antes-Ley-854-1-1.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2022.

⁴⁷⁹ Ibid., p. 17–18.

⁴⁸⁰ MISIONES, P. de. **Ley 2380**. Misiones, 1986a. Disponível em:

<http://www.digestomisiones.gob.ar/uploads/documentos/leyes/LEY%20XVI%20-%20N%2019.pdf>. Acesso em: 30 set. 2022.

destruição, sendo que autorizações para corte dessas árvores ficavam sujeitas a casos comprovados de necessidade de medidas sanitárias ou fitossanitárias. Nos casos de descumprimento da Lei, multas seriam cobradas e ficava autorizado o confisco das máquinas dos infratores, bem como o cancelamento de autorizações para atividade madeireira, caso os infratores fossem deste ramo.

O Decreto n. 373⁴⁸¹, publicado em fevereiro de 1987, assinado pelo governador Arrechea, complementou a Lei n. 2.380, adicionando entre as causas para corte de espécimes nativos de *Araucaria angustifolia* e *Aspidosperma Polyneurum* risco de queda e, conseqüentemente, perigo à vida e aos bens materiais das pessoas. Se autorizado o corte, o material lenhoso proveniente ficava expressamente proibido de ser comercializado, podendo apenas ser utilizado para melhorias na propriedade em que o ato ocorreu. Caso isso acontecesse em áreas fiscais, o Ministério de Ecologia e Recursos Naturais Renováveis demandaria sobre a posterior utilização, ficando proibido também a comercialização. É interessante notar que no Artigo 8 estabeleceu que cópias da Lei n. 2.380 deviam ser encaminhadas para San Pedro para conhecimento, com vistas à adequação do plano de crescimento urbano, de acordo com as legislações, justamente por ser ali o local de maior presença de *Araucaria angustifolia*.

Em agosto de 1987, Ricardo Arrechea renunciou ao cargo de governador da Província de Misiones para assumir o de Ministro de Saúde Pública da República Argentina. Luís María Cassoni, o então vice-governador, assumiu a governança de Misiones até completar novo período eleitoral. Amable, Dohmann e Rojas⁴⁸² afirmaram que este governo democrático – depois de sete anos de ditadura militar – foi importante para a volta dos direitos e liberdades cidadãs, porém não avançou muito no aspecto econômico-social por conta da dívida externa e alta inflação que vivia o país.

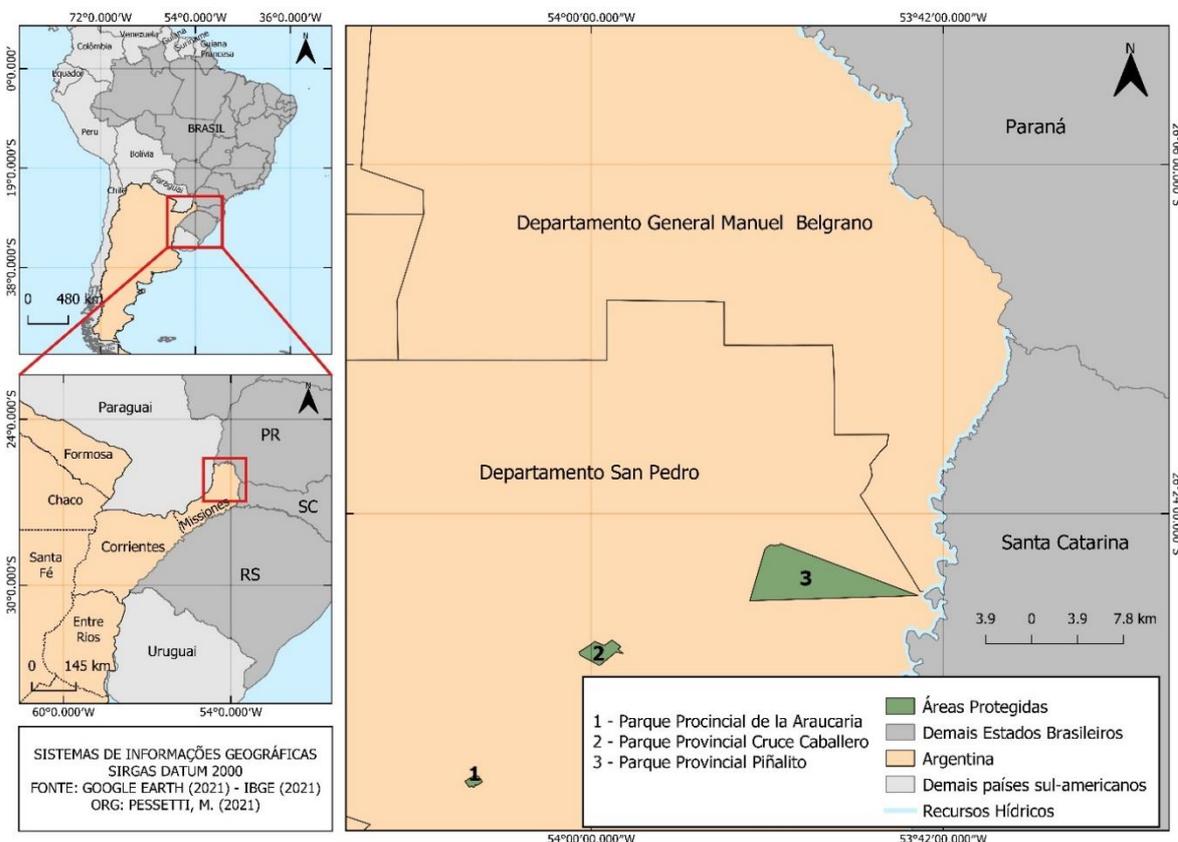
Nas eleições para governador realizadas em 1987, o Partido Justicialista constituído pela perspectiva peronista voltou a eleger diversos representantes pelo país. Em Misiones, Julio César Humada, do referido partido, foi eleito governador. Entre suas principais ações, destaca-se a criação da Direção de Assuntos Guaranis com o objetivo de defender as demandas das comunidades indígenas. Em fevereiro de 1989, assinou, junto de Victorino Loik Leon, então Ministro de Ecologia e Recursos Naturais Renováveis, os Decretos de n. 240 e n. 242. Através deles, foram criados, respectivamente, o Parque Provincial de la Araucaria e o Parque

⁴⁸¹ MISIONES, P. de. **Decreto n. 373**. Misiones, 1987. Disponível em: <http://www.archivodigital.misiones.gov.ar/ConsultaDecretos>. Acesso em: 30 set. 2022.

⁴⁸² AMABLE, M. A.; DOHMANN, K.; ROJAS, L. **Historia de la provincia de Misiones, siglo XX**. 2. ed. Posadas: Montoya, 2014a. p. 254

Provincial Cruce Caballero representados no Mapa 12, junto do Parque Provincial Piñalito instituído em 1993.

Mapa 12 – Localização Parques Provinciais de la Araucaria, Cruce Caballero e Piñalito



Fonte: Mateus Pessetti e Débora Nunes de Sá⁴⁸³, com base em Hueck (1953)⁴⁸⁴.

3.2 PARQUE PROVINCIAL DE LA ARAUCARIA

De acordo com Franco e Drummond, desde o início do século XX, nos EUA, o debate entre conservacionistas e preservacionistas ganhava espaço. Os conservacionistas tinham “[...] uma preocupação com a utilização racional dos recursos naturais”⁴⁸⁵. Os preservacionistas, por sua vez, apresentavam “[...] uma argumentação baseada nos conceitos de fruição estética e de transcendência espiritual proporcionada pelos aspectos sublimes da natureza selvagem –

⁴⁸³ PESSETTI, Mateus; SÁ, Débora Nunes de. **Localização Parques Provinciais de la Araucaria, Cruce Caballero e Piñalito**. [S.l.], [S.n.]. 1 mapa, color., [Mapa elaborado para esta tese].

⁴⁸⁴ HUECK, Kurt. Distribuição e Habitat Natural do Pinheiro do Paraná (*Araucaria angustifolia*). **Boletim da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo. Botânica**, São Paulo, v. 10, p. 5-24, nov. 1953.

⁴⁸⁵ FRANCO, J. L. de A.; DRUMMOND, J. A. História das preocupações com o mundo natural no Brasil: da proteção à natureza à conservação da biodiversidade. In: FRANCO, J. L. de A. et al. (Orgs.). **História Ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza**. Rio de Janeiro: Garamond, 2021. p. 333–366. p. 333.

wilderness”⁴⁸⁶. Na Primeira Conferência sobre Parques Culturais, em 1984, no Parque Nacional de Mesa Grande, no Colorado, EUA, de acordo com Diegues, nas atas do evento, recomendava-se “[...] envolver os residentes tradicionais nas fases de planejamento e administração de parques e reservas; como também assegurar a essas populações acesso aos recursos naturais das áreas em que vivem”⁴⁸⁷. Também em 1986, na Conferência da *International Union for Conservation of Nature* – IUCN sobre Conservação e Desenvolvimento, realizada em Ottawa, no Canadá, a temática ganhou destaque e nela apareceu “[...] de maneira mais incisa que os povos tradicionais não devem ter seu modo de vida alterado se decidirem permanecer na área do parque, ou que não sejam reassentados fora dela sem consentimento”⁴⁸⁸.

Em contrapartida, na Argentina, a Lei n. 22.351⁴⁸⁹ de 1980, que legislou sobre Parques Nacionais, determinou que estavam proibidos assentamentos humanos nas áreas determinadas para constituir parques e reservas naturais nacionais. No artigo 12, foi autorizada a realocação das populações existentes nas terras de domínio público onde se constituiriam as áreas protegidas. Além disso, tornou-se possível a expulsão das populações caso houvesse edificações públicas ocupadas por tais. Essa perspectiva separava natureza de cultura e tornou as populações tradicionais invisíveis ao planejamento do Estado-nação. Esse contexto auxilia a compreender as ações que ocorreram na Província de Misiones, em 1986, quando iniciaram a realocação de populações para posterior constituição dos Parques Provinciais, que, embora sob jurisdição provincial, acompanharam a perspectiva da Lei nacional n. 22.351, que previa a constituição de Parques sem a presença de população humana residente.

A Revista de circulação bimestral do Ministério de Ecologia e Recursos Naturais Renováveis de Misiones, *Misiones Forestal*, fundada pelo órgão em 1986, no mesmo ano, publicou que o Ministério de Ecologia junto do Ministério de Assuntos Agrários, Subsecretaria de Planejamento e municipalidade de San Pedro haviam iniciado o processo para “[...] rescatar la reserva provincial de *Araucaria angustifolia*, existente en sectores de las Fracciones E y C de la Sección I de la Colonia San Pedro, la cual se encontraba bajo un peligro cierto de deterioro por la cantidad de población asentada en ella en condiciones irregulares”⁴⁹⁰. O editorial referia-

⁴⁸⁶ FRANCO, J. L. de A.; DRUMMOND, J. A. História das preocupações com o mundo natural no Brasil: da proteção à natureza à conservação da biodiversidade. In: FRANCO, J. L. de A. *et al.* (Orgs.). **História Ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza**. Rio de Janeiro: Garamond, 2021. p. 333–366. p. 334.

⁴⁸⁷ DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada**. 4. ed. São Paulo: Annablume: Hucitec: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2002. p. 104.

⁴⁸⁸ *Ibid.*, p. 105.

⁴⁸⁹ ARGENTINA. **Lei n. 22.351, Parque Nacionales**. Argentina, 1980. Disponível em: <http://extwprlegs1.fao.org/docs/pdf/arg40249.pdf>. Acesso em: 26 out. 2022.

⁴⁹⁰ MISIONES, M. de E. y R. N. R. Actualidades ecológicas y forestales. **Misiones Forestal**, ano 1, n. 6, 1986c. p. 2.

se a um fragmento de aproximadamente 92 hectares com vegetação característica da Floresta com Araucárias, localizado nas proximidades da área urbana do município de San Pedro e de propriedade legal da Província de Misiones. Nessa área, diversas famílias haviam estabelecido residência e, no ano de 1989, veio a ser declarado o Parque Provincial de la Araucaria⁴⁹¹.

Ana Alvarez, que em 2011 titulou-se como guardaparque pelo Curso Técnico Guardaparque da Universidad Nacional de Misiones, realizou seu trabalho de conclusão de curso intitulado *Rescate de la historia oral de los ex pobladores del Parque Provincial de la Araucaria*⁴⁹². Para a pesquisa, entrevistou 10 ex-moradores que viviam na área de floresta que foi destinada à constituição do Parque. Os entrevistados relataram que ali viviam de 100 a 300 famílias que possuíam suas próprias casas construídas com material lenhoso descartado pelas madeireiras que existiam no entorno ou com madeiras extraídas da floresta. Além disso, cultivavam alimentos para consumo próprio, como mandioca e batata. A água era proveniente de poços artesianos, perfurados em conjunto pelos moradores. A maior parte dos cultivos alimentares era realizada pelas mulheres. Os homens, por sua vez, trabalhavam na exploração madeireira na floresta, nos centros de processamentos (madeireiras e laminadoras) e nas atividades de monocultivos de árvores de espécies nativas e exóticas. Muitos moradores possuíam cavalos e, de maneira recreativa, realizavam corridas de cavalo – motivo pelo qual Alvarez afirmou que, em 2011, ainda era possível visualizar no sub-bosque da floresta vestígios da pista de corrida⁴⁹³.

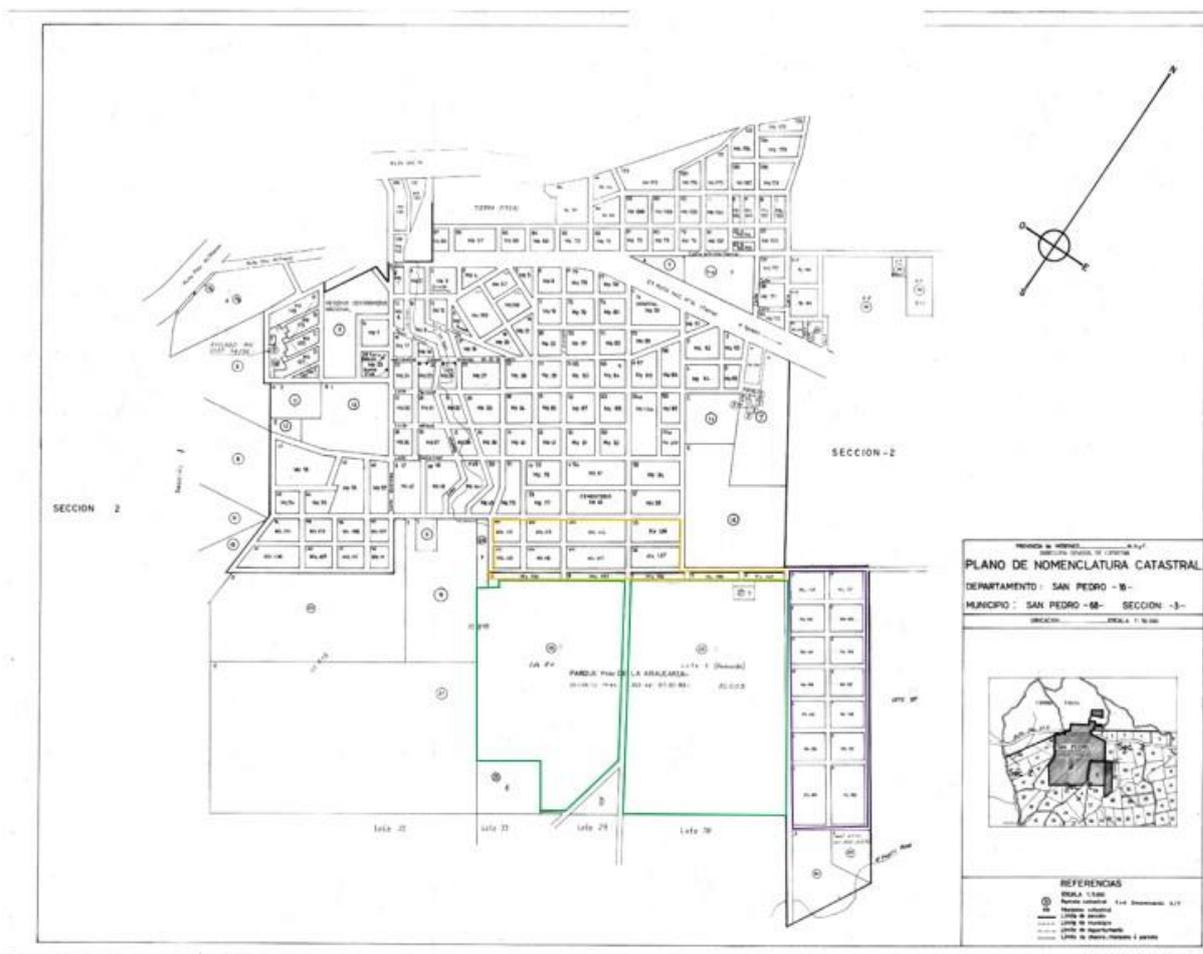
Em 1986, a Dirección Geral de Terras e Colonização realizou o censo para determinar a área física necessária para realocar a população que vivia no fragmento de Floresta com Araucárias e, em seguida, deu início à mensura das terras. Os órgãos provinciais iniciaram a realocação das famílias para o entorno da área determinada para o Parque Provincial, localizado a sudeste da planta urbana da municipalidade de San Pedro. Cada família pode escolher um lote de 15 x 30 metros, dando origem aos bairros denominados Viruplac e Irrazabal, como é possível observar no Mapa 13.

⁴⁹¹ GOBIERNO DE LA PRONVICIA DE MISIONES, M. de E. y R. N. R. Parque Provincial de la Araucaria. **Yasy-Yatere**, v. 1, n. 4, p. 14, 1989.

⁴⁹² ALVAREZ, A. **Rescate de la historia oral de los ex pobladores del Parque Provincial de la Araucaria**. Técnico Universitario Guardaparque. Universidad Nacional de Misiones. San Pedro, Misiones, 2011.

⁴⁹³ *Ibid.*, p. 26.

Mapa 13 – Localização dos Bairros Viruplac e Irrazabal, San Pedro, Misiones, Argentina



Fonte: Editado pela autora. Mapa disponibilizado pelo Museo Cacique Bonifacio Maidana⁴⁹⁴.

O bairro Viruplac, no Mapa 13, foi representado pela cor amarelo e o bairro Irrazabal, representado pela cor lilás. O Decreto n. 240, assinado pelo Ministro de Ecologia e Recursos Naturais Renováveis, Victorino Loik Leon, tendo por justificativa que a *Araucaria angustifolia* fora declarada Monumento Natural Provincial de Misiones em 1986⁴⁹⁵ e levando em consideração que a população humana havia sido realocada, determinou a constituição do Parque Provincial de la Araucaria na superfície aproximada de 92 hectares. No Mapa 13, ele está representado pela cor verde em dois fragmentos, pois uma estrada de uso público está localizada ao meio.

O objetivo da criação do Parque Provincial consistiu em evitar a extinção das araucárias e de outras espécies da fauna nativa que ali viviam, com destaque para o grimpeiro (*Leptasthenura setaria*), ave que, na Argentina, é popularmente denominada de coludito de los

⁴⁹⁴ MUNICIPALIDAD DE SAN PEDRO. Bairros Viruplac e Irrazabal, San Pedro, Misiones, Argentina. San Pedro: [S.n.], 2020. 1 mapa. color. Acervo do Museo Cacique Bonifacio Maidana.

⁴⁹⁵ MISIONES, P. de. **Ley 2380**. Misiones, 1986a. Disponível em: <http://www.digestomisiones.gov.ar/uploads/documentos/leyes/LEY%20XVI%20-%20N%2019.pdf>. Acesso em: 30 set. 2022.

pinos – de acordo com IUCN, atualmente está quase ameaçada de extinção⁴⁹⁶. Além disso, o Parque foi instituído com o propósito de servir como espaço ecológico para atividades científicas, educativas e turísticas. O Decreto n. 240 também proibiu a caça, exploração florestal e atividades que colocassem em risco o equilíbrio do meio natural da área⁴⁹⁷.

Em agosto de 1989, o Decreto n. 1.547⁴⁹⁸ aprovou o convênio que vinha sendo discutido desde abril entre o Ministério de Ecologia e Recursos Naturais Renováveis de Misiones e a empresa Papel Misionero pelo seu representante Raul Humada. A companhia *Papel Misionero* obteve autorização exclusiva para coletar sementes nos parques provinciais Araucaria e Cruce Caballero, desde que não prejudicasse o funcionamento do ecossistema. Em contrapartida, ela ficou responsável pela construção de uma casa, para alojamento dos guarda-parques responsáveis pelo controle dos Parques, e por designar um guarda para trabalhar nos Parques, desenvolvendo atividades de vigilância e manutenção das estradas perimetrais. As sementes coletadas pela empresa estavam autorizadas a serem utilizadas em suas plantações ou de pequenos produtores florestais, desde que fossem apresentadas a localização para respectivo acompanhamento. Além disso, o Ministério se comprometeu a elaborar Planos de Manejo e desenvolver pesquisas científicas de maneira conjunta ou individual com a empresa Papel Misionero. O objetivo foi “[...] preservar el recurso genético, seleccionarlo, mejorarlo y difundirlo em plantaciones comerciales”⁴⁹⁹. Portanto, uma das funções dos Parques era a de conservar a araucária para, com suas sementes, promover monocultivos da espécie.

Nesse contexto, aliado à diminuição de cobertura vegetal nas áreas florestais e à necessidade de uma legislação específica para a gestão dos Parques Provinciais e outras áreas de proteção ao meio ambiente, o governador de Misiones eleito em 1991, engenheiro Ramón Federico Puerta, sancionou, em 1992, a Lei n. 2.932. Esta lei estabeleceu o Sistema Provincial de Áreas Naturais Protegidas de Misiones⁵⁰⁰. Entre os objetivos do novo Sistema, tem destaque o de “[...] proteger muestras de la totalidad de los ambientes naturales y especies de la provincia de Misiones, preservando su carácter de **bancos genéticos**, de **reguladores ambientales** y de **fuentes de materias primas a perpetuidad**, mejorando cuando corresponda, su

⁴⁹⁶ INTERNATIONAL, B. *Leptasthenura setaria*. 2016. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.2305/IUCN.UK.2016-3.RLTS.T22702196A93864388.en>. Acesso em: 1 out. 2022.

⁴⁹⁷ MISIONES, P. de. **Decreto n. 240**. Misiones, 1989b. Disponível em: <http://www.archivodigital.misiones.gov.ar/ConsultaDecretos/>. Acesso em: 30 set. 2022.

⁴⁹⁸ MISIONES, P. de. **Decreto n. 1547**. Misiones, 1989a. Disponível em: <http://www.archivodigital.misiones.gov.ar/ConsultaDecretos/>. Acesso em: 30 set. 2022.

⁴⁹⁹ Ibid.

⁵⁰⁰ MISIONES. **Ley XVI, n. 29**. Antes Ley 2932. Governo da Província de Misiones, 1992. Disponível em: <http://digestomisiones.gob.ar/uploads/documentos/leyes/LEY%20XVI%20-%20N%2029.pdf>. Acesso em: 15 out. 2022.

productividad”⁵⁰¹ (grifos nossos). Além disso, os objetivos eram proteger as matas do entorno das nascentes de cursos de água, minimizar a erosão do solo, a constituição de espaços para pesquisa científica e turismo ecológico, a conservação do patrimônio natural, cultural, arqueológico e paleontológico, bem como o de “[...] realizar investigaciones en Áreas Naturales Protegidas tendientes a encontrar opciones de modelos y técnicas para el **desarrollo sustentable**”⁵⁰² (grifos nossos).

As áreas naturais protegidas foram classificadas em: Parques Provinciais, Monumentos Naturais, Reservas Naturais Culturais, Reservas de Uso Múltiplo, Parques Naturais Municipais, Reservar Privadas, Paisagens Protegidos, Reservas Naturais Estritas e Reservas Ícticas. Os Parques Provinciais foram conceituados como: “[...] áreas terrestres o acuáticas em su estado natural, que tengan interés científico particular o especial atractivo por sus bellezas paisajísticas”⁵⁰³. O Parque Provincial de la Araucaria e o Cruce Caballero, instituídos em 1986, foram abrigados nessa nova legislação. Foi nessa perspectiva que o objetivo do Parque Provincial de La Araucaria foi definido como espaço de interesse científico, conservação do ecossistema da Floresta com Araucárias, realização de atividades de educação ambiental, recreativas e científicas. Dessa maneira, a contribuição era “[...] a mejorar las relaciones del hombre para con este ecosistema en especial y para con la naturaleza en general”⁵⁰⁴. A categoria de Parque Provincial não permitiu atividade econômica dentro da área protegida.

Os Monumentos Naturais Provinciais foram especificados como “[...] sitios, **especies vivas y plantas**, ambientes naturales y yacimientos arqueológicos y paleontológicos de relevante y singular importancia científica, estética o cultural, declarados como tales por leyes especiales y a los cuales se les acuerda protección absoluta”⁵⁰⁵. A *Araucaria angustifolia*, que fora declarada Monumento Natural Provincial ainda em 1986, enquadrou-se nessa nova categoria como uma espécie viva a ser conservada. Importante notar que a preocupação com as espécies que compõem o ecossistema florestal da araucária na legislação provincial aparece com maior atenção na categoria de Parque Provincial, pois o espécime fora das Áreas Naturais

⁵⁰¹ MISIONES. **Ley XVI, n. 29**. Antes Ley 2932. Governo da Província de Misiones, 1992. Disponível em: <http://digestomisiones.gob.ar/uploads/documentos/leyes/LEY%20XVI%20-%20N%2029.pdf>. Acesso em: 15 out. 2022..

⁵⁰² Ibid.

⁵⁰³ Ibid.

⁵⁰⁴ MISIONES, M. de E. y R. N. R.; BERTOLINI, M. P. **Documento Base para la Discusión del Plan de Manejo del Parque Provincial de la Araucaria**: Ministerio de Ecología y R.N.R. de la Pcia. de Misiones, 2000. p. 7.

⁵⁰⁵ MISIONES. **Ley XVI, n. 29**. Antes Ley 2932. Governo da Província de Misiones, 1992. Disponível em: <http://digestomisiones.gob.ar/uploads/documentos/leyes/LEY%20XVI%20-%20N%2029.pdf>. Acesso em: 15 out. 2022.

de Proteção, os Monumentos Naturais, obriga a proteção e proíbe o corte apenas do indivíduo araucária, e não do seu entorno florestal.

É interessante notar que a floresta que compõe o Parque Provincial de la Araucaria no *Documento Base para la Discusión del Plan de Manejo del Parque Provincial de la Araucaria*, datado do ano 2000 e organizado pelo Ministério de Ecología e Recursos Naturais Renováveis de Misiones, a descreve com dois estratos vegetacionais: o herbáceo e o das araucárias. O primeiro é composto por diversas tipologias de arbustos baixos, ervas e trepadeiras, que refletem os usos humanos dados ao espaço antes da constituição do Parque⁵⁰⁶. O segundo, o das araucárias, para além desta espécie, é composto por outras nativas, como a canelinha (*Nectandra megapotamica*), camboatá-branco (*Matayba elaeagnoides*) e maria-preta (*Diatenopteryx sorbifolia*)⁵⁰⁷. No entanto, também por conta da exploração humana que a floresta sofreu antes da constituição do Parque, a estrutura é considerada empobrecida⁵⁰⁸, o que afeta o crescimento das araucárias, pois ficam mais sucessíveis aos efeitos de ventos e tornados, pela quase ausência de estrato arbóreo mediano que poderia atuar como proteção.

Anabella Belén Fariña, que em 2022 defendeu o trabalho de conclusão do Curso Técnico Universitário em Guardaparque, propõe a criação de um corredor biológico interurbano para a *Araucaria angustifolia* em Misiones. Ela registra que, além do Parque Provincial de la Araucaria na área urbana da municipalidade de San Pedro, o Jardim Botânico Yvyrá Pyta, com 2 hectares de superfície, e o Parque Natural Municipal Curi-y, de 0,8 hectares, atualmente conservam remanescentes da Floresta com Araucárias. Contudo, analisa: “[...] no son suficientes para garantizar a larga plazo la supervivencia de las poblaciones urbanas de Araucaria, debido a que, dada su ubicación y pequeña superficie, presentan muchas amenazas que afectan a los ejemplares allí existentes”⁵⁰⁹. Por isso, justifica a urgente necessidade da criação de um corredor interurbano para a conservação de espécie.

Em associação com a Floresta com Araucárias, principalmente nos meses de pinhão, espécies de aves interagem e tomam o Parque como seu habitat, como o pica-pau (*Campephilus*

⁵⁰⁶ MISIONES, M. de E. y R. N. R.; BERTOLINI, M. P. **Documento Base para la Discusión del Plan de Manejo del Parque Provincial de la Araucaria**: Ministerio de Ecología y R.N.R. de la Pcia. de Misiones, 2000. p. 27.

⁵⁰⁷ Ibid., p. 27–28.

⁵⁰⁸ MISIONES, M. de E. y R. N. R.; BERTOLINI, M. P. **Documento Base para la Discusión del Plan de Manejo del Parque Provincial de la Araucaria**: Ministerio de Ecología y R.N.R. de la Pcia. de Misiones, 2000.

⁵⁰⁹ FARIÑA, A. B. **Contribución al ordenamiento ambiental en un área clave para la biodiversidad (KBA): propuesta de corredor biológico interurbano para la Araucaria angustifolia (Bertol.) Kuntze, en San Pedro Misiones, Argentina**. San Pedro, Misiones: Universidade Nacional de Misiones: Tecnicatura Universitaria en Guardaparque, Universidad Nacional de Misiones, 2022. p. 8.

robustus), gralha azul (*Cyanocorax caeruleus*), na atualidade quase ameaçada de extinção⁵¹⁰, e papagaio-do-peito-roxo (*Amazona vinacea*), ameaçado de extinção⁵¹¹. Todavia, por conta de o Parque estar localizado na área urbana de San Pedro e pela inexistência da zona de amortecimento (Mapa 14), são poucos os registros de mamíferos que vivem ali. Além disso, a superfície da área é considerada “[...] demasiado pequeña como para sustentar los procesos ecológicos necesarios para su permanencia como ecosistema a perpetuidad”⁵¹². Da mesma maneira, são baixos os registros de presença de anfíbios pelas poucas condições de existência para esse grupo de animais.

Mapa 14 – Pressão Antrópica sobre o Parque Provincial de la Araucaria



Fonte: Subsecretaría de Planificación Territorial de La Inversión Pública⁵¹³.

⁵¹⁰ BIRDLIFE INTERNATIONAL. *Cyanocorax caeruleus*. **The IUCN Red List of Threatened Species**, [S.l.], 2017b. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.2305/IUCN.UK.2017-3.RLTS.T22705708A118809755.en>. Acesso em: 29 set. 2022.

⁵¹¹ BIRDLIFE INTERNATIONAL. *Amazona vinacea*. **The IUCN Red List of Threatened Species**, [S.l.], 2017a. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.2305/IUCN.UK.2017-3.RLTS.T22686374A118954406.en>. Acesso em: 30 set. 2022.

⁵¹² MISIONES, M. de E. y R. N. R.; BERTOLINI, M. P. **Documento Base para la Discusión del Plan de Manejo del Parque Provincial de la Araucaria**: Ministerio de Ecología y R.N.R. de la Pcia. de Misiones, 2000. p. 51.

⁵¹³ SUBSECRETARIA DE PLANIFICACIÓN TERRITORIAL DE LA INVERSIÓN PÚBLICA. **Plan de Ordenamiento Territorial de San Pedro**: Informe Final. Argentina: [S.n.], 2013. p. 46.

Ao se observar o Mapa 14, identifica-se que o Parque Provincial de la Araucaria não possui Zona de Amortecimento, isto é, borda de proteção, preferencialmente com cobertura vegetal, com a finalidade de proteger o Parque de impactos negativos de ações antrópicas que possam acontecer no seu entorno. A ausência da Zona de Amortecimento traz prejuízos à fauna e à flora, bem como impacta seu funcionamento ecológico. Além disso, “[...] acelera el proceso de empobrecimiento en especies por extinción en cadena y el entrecruzamiento genético de las mismas, procesos que se agravan cuando menor es la superficie y mayor la distancia a otras áreas similares”⁵¹⁴. O Parque, por ser lindeiro ao ambiente urbano do município de San Pedro, enfrenta também outras adversidades para a conservação do seu ecossistema: focos de incêndios devido às altas temperaturas durante o verão e os propositais causados por terceiros, a coleta clandestina de diversas sementes e a poluição proveniente de resíduos sólidos urbanos descartados incorretamente no entorno do Parque Provincial.

A floresta remanescente no Parque Provincial de la Araucaria conserva e dá origem a pequenos arroios que deságuam no Arroio San Pedro que, por sua vez, deságua no Pepirí-Mini e Yabotí Guazú – este último desaguando no rio Uruguai. Além disso, desempenha uma importante função na pesquisa de recursos genéticos *in situ*, o que significa que “ocorre em condições originais em que é encontrado na natureza, isso é, no solo ou água e no ambiente em que germina. Os locais de conservação *in situ* são constituídos por parques nacionais, unidades de conservação e reservas”⁵¹⁵. Embora, tecnicamente, a área seja considerada pequena, se observada por uma escala mais ampla, em associação com o Parque Provincial Cruce Caballero e outras áreas circundantes, percebe-se sua importância para a manutenção dos processos ecológicos em rede. Fariña como apontado anteriormente, defende a necessidade um corredor interurbano para proteger os fragmentos de *Araucaria angustifolia* na região de San Pedro. Percebe-se, ademais, a necessidade de instituição de um corredor internacional para a conservação desta espécie.

⁵¹⁴ MISIONES, M. de E. y R. N. R.; BERTOLINI, M. P. **Documento Base para la Discusión del Plan de Manejo del Parque Provincial de la Araucaria**: Ministerio de Ecología y R.N.R. de la Pcia. de Misiones, 2000. p. 64

⁵¹⁵ EMBRAPA RECURSOS GENÉTICOS E BIOTECNOLOGÍA. **In situ**. Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI). AleloWiki. Disponível em: https://alelowiki.cenargen.embrapa.br/index.php/In_situ Acesso em: 19 fev. 23

3.3 PARQUE PROVINCIAL CRUCE CABALLERO

A área que viria a constituir, em 1989, o Parque Provincial Cruce Caballero foi mensurada pela primeira vez em 1968, após, por ordem judicial, ter sido proibida a exploração da *Araucaria angustifolia* e de outras espécies no local. No entanto, ela não estava classificada como Reserva de Sementes, o que ocorreu somente em 1981, quando estudos técnicos indicaram a necessidade de medidas protetivas mais eficazes para a conservação de dito fragmento florestal. Em 1989, via Decreto n. 242⁵¹⁶, passou a Parque Provincial visto: “La necesidad de proteger los últimos ejemplares de Pino paraná (*Araucaria angustifolia*), declarados Monumento Provincial por Ley 2380, asociados a otras especies vegetales de interés que brindan el hábitat exclusivo de varias especies animales”⁵¹⁷. A preocupação esteve relacionada com os indivíduos de araucária e com as outras espécies da flora e fauna que compõem o ecossistema.

A constituição do Parque Provincial Cruce Caballero teve por justificativa que ali existia “[...] uno de los últimos relictos de Pino paraná [...] en el lote catastral n. 38, Sección X de la Colonia San Pedro, con una extensión de aproximadamente 432 hectáreas de propiedad fiscal”⁵¹⁸. Além disso, estudos e levantamentos haviam indicado poucas centenas de hectares de floresta com araucárias passíveis de interesse conservacionista em Misiones. Tendo em vista que a araucária é uma espécie ameaçada de extinção, o fragmento tornava-se indicado para esse fim. A floresta que compõe o Parque foi qualificada como refúgio para espécies da fauna endêmica como o grimeiro (*Leptasthenura setaria*) que também tem como hábitat o Parque Provincial de la Araucaria. Por fim, entre as justificativas, estava a de que o Parque Provincial Cruce Caballero possui mostra representativa de Floresta com Araucárias para desenvolvimento de atividades científicas e educativas⁵¹⁹.

A Revista *Yasy-Yatere* noticiou com entusiasmo que o novo Parque na comunidade de Cruce Caballero, municipalidade e departamento de San Pedro, Misiones, Argentina, contribuiria para assegurar a “[...] subsistencia de uno de los últimos relictos del pino paraná, para goce y utilidad de las generaciones actuales y futuras”⁵²⁰. Distante aproximadamente 44

⁵¹⁶ MISIONES, P. de. **Decreto n. 242**. [S. l.], 1989c. Disponível em: <http://www.archivodigital.misiones.gov.ar/ConsultaDecretos/>. Acesso em: 30 set. 2022.

⁵¹⁷ Ibid.

⁵¹⁸ Ibid.

⁵¹⁹ Ibid.

⁵²⁰ GOBIERNO DE LA PRONVICIA DE MISIONES, M. de E. y R. N. R. **Parque ¡Salvemos los pinares nativos!** *Yasy-Yatere*, v. 1, n. 4, p. 13, 1989. p. 13.

km do Parque Provincial de la Araucaria, o Parque Provincial Cruce Caballero foi instituído numa superfície aproximada de 432 hectares de área.

No Parque, de acordo com o Decreto n. 42, ficaram expressamente proibidas a caça e a exploração madeireira. A única atividade autorizada foi a coleta de sementes de araucária pela *Papel Misionero*, o que foi acordado pelo Decreto n. 1.547⁵²¹ de 1989 – na floresta que constitui o Parque a empresa realizava a coleta de sementes desde 1984. Em 1992, após a promulgação do Sistema Provincial de Áreas Naturais Protegidas de Misiones, a coleta de sementes passou a ser responsabilidade do Ministério de Ecologia e Recursos Naturais Renováveis de Misiones e, em 1996, ficou sob responsabilidade da Faculdade de Ciências Florestais de Eldorado da Universidad Nacional de Misiones⁵²². Isso demonstra que o Parque, desde o início, assumiu a função de banco genético de sementes para monocultivos e para estudos científicos.

Em 1998, o Decreto n. 2.268⁵²³ anexou áreas do entorno do Parque Provincial Cruce Caballero, os lotes 32 e 33. Estes, até então, estavam ocupados por conta de uma permissão de ocupação outorgada pela Província a Julio Martin Tonn. Pelo descumprimento do Plano de Trabalho apresentado por Tonn, o lote 32 se encontrava “[...] con escasas mejoras y cultivos, y el Lote 33 en su totalidad baldío”⁵²⁴. Por conta disso, Tonn foi destituído da permissão de ocupação e as respectivas áreas foram anexadas ao Parque “[...] cuya finalidad de Conservación es la de proteger el área semillera de Pino Paraná, asociados a un sinnúmero de floras herbáceas y arbustivas y no vasculares”⁵²⁵. A área do Parque passou a 522 hectares e sua paisagem tornou-se uma combinação entre fragmentos com maiores índices de conservação com outros com marcas antropogênicas de uso e ocupação mais recentes.

O Plano de Manejo do Parque publicado em 1999 pelo Ministério de Ecologia e Recursos Naturais Renováveis de Misiones reafirmou que o objetivo do Parque Provincial Cruce Caballero é a conservação do fragmento de Selva Paranaense com Araucária “[...] con sus elementos y procesos característicos, que permita asegurar la permanencia de poblaciones animales y vegetales de interés de conservación y el desarrollo de investigaciones tendientes a contribuir a su continuidad en el tiempo”⁵²⁶. Além da conservação dos espécimes de araucária,

⁵²¹ MISIONES. **Decreto n. 1547**. Misiones, 1989a. Disponível em:

<http://www.archivodigital.misiones.gov.ar/ConsultaDecretos/>. Acesso em: 30 set. 2022.

⁵²² MISIONES, M. de E. y R. N. R.; BERTOLINI, M. P. **Plan de Manejo del Parque Provincial Cruce Caballero**. Posadas: [s. n.], 1999.

⁵²³ MISIONES. **Decreto n. 2268**. Misiones, 1998. Disponível em:

<http://www.archivodigital.misiones.gov.ar/ConsultaDecretos/>. Acesso em: 30 set. 2022.

⁵²⁴ Ibid.

⁵²⁵ Ibid.

⁵²⁶ MISIONES, M. de E. y R. N. R.; BERTOLINI, M. P. **Plan de Manejo del Parque Provincial Cruce Caballero**. Posadas: [s. n.], 1999. p. 57.

destaca-se o propósito de proteger todo o ecossistema do qual ela faz parte⁵²⁷. Assim, incorporou a justificativa de que o Parque possui importância científica que vai muito além do seu estado atual de conservação. Tal feito se constitui porque a localização da área é marginal, distante da zona de maior concentração da Floresta com Araucárias, o que “[...] coloca al área en una situación de interés científico, ya que el número de especies y otras variables ecológicas son diferentes a las halladas para el resto del sistema en su área de distribución natural. Su carácter de relictual, le imprime mayor vulnerabilidad”⁵²⁸.

A Floresta com Araucárias presente no Parque Provincial Cruce Caballero, como se pode observar na Figura 18, que é uma fotografia realizada no Parque Florestal Cruce Caballero em 2019 durante pesquisa de campo para esta tese, é constituída de sub-bosque, estrato mediano e dossel superior.

Figura 18 – Floresta com Araucárias no Parque Provincial Cruce Caballero



Fonte: A autora, 2019.

A *Araucaria angustifolia* localizada ao centro da imagem é um espécime adulto que auxilia a compreender o motivo pelo qual o Parque Provincial Cruce Caballero é considerado, desde a sua criação, um importante espaço de pesquisa e conservação *in situ*. No Parque, além da araucária, há a presença de outras espécies da flora, como as de xaxim (*Dicksonia*

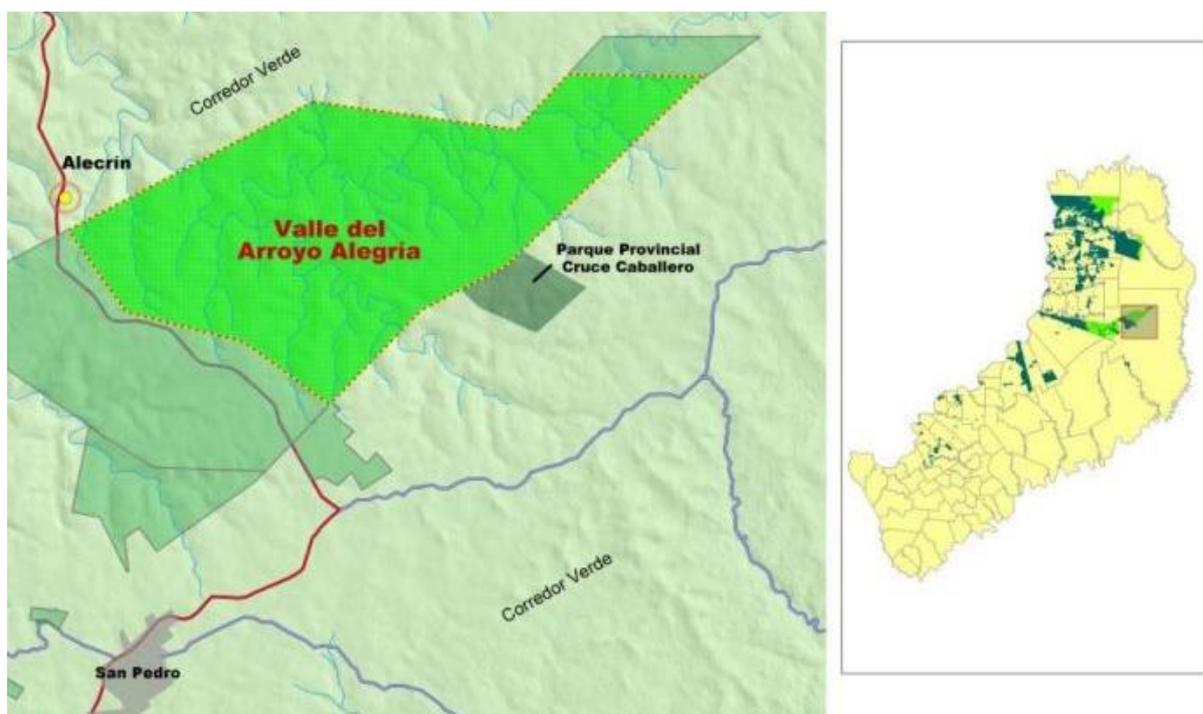
⁵²⁷ MISIONES, M. de E. y R. N. R.; BERTOLINI, M. P. **Plan de Manejo del Parque Provincial Cruce Caballero**. Posadas: [s. n.], 1999.

⁵²⁸ *Ibid.*, p. 41.

sellowiana) e (*Trichipteris* sp.). A fauna, além da gralha azul⁵²⁹ e do papagaio-do-peito-roxo⁵³⁰, é composta por espécies como: bugio (*Alouatta guariba*) classificado pela IUCN como vulnerável⁵³¹, quati (*Nasua nasua*), veado (*Mazama* sp.), entre outros. Uma das adversidades que o Parque enfrenta é a caça aos animais que ocorre na área. O baixo efetivo de guardaparques não tem como realizar patrulhas constantes nem possui meios apropriados para tal fim. Assim como o Parque Provincial de la Araucaria, o Cruce Caballero não conta com Zona de Amortecimento.

A empresa celulósica Arauco Argentina S. A. possui uma Reserva denominada Valle de la Alegria. O objetivo é conservar 8.550 hectares de Selva Paranaense com presença de araucária e que é lindeira ao Parque Provincial Cruce Caballero, como se pode observar no Mapa 15:

Mapa 15 – Parque Provincial Cruce Caballero e Reserva Natural Privada Valle de la Alegria



Fonte: ARAUCO⁵³².

⁵²⁹ BIRDLIFE INTERNATIONAL. *Cyanocorax coeruleus*. **The IUCN Red List of Threatened Species**, [S.l.], 2017b. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.2305/IUCN.UK.2017-3.RLTS.T22705708A118809755.en>. Acesso em: 29 set. 2022.

⁵³⁰ BIRDLIFE INTERNATIONAL. *Amazona vinacea*. **The IUCN Red List of Threatened Species**, [S.l.], 2017a. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.2305/IUCN.UK.2017-3.RLTS.T22686374A118954406.en>. Acesso em: 30 set. 2022.

⁵³¹ JERUSALINSKY, L. *et al.* *Alouatta guariba* (amended version of 2020 assessment). **The IUCN Red List of Threatened Species**, [S.l.], 2021. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.2305/IUCN.UK.2021-1.RLTS.T39916A190417874.en>. Acesso em: 15 out. 2022.

⁵³² ARAUCO. Ficha n. 03: Valle del Arroyo Alegria. Argentina: ARAUCO, 2017. 1 mapa. color. Disponível em: <https://www.arauco.cl/argentina/wp-content/uploads/sites/15/2017/08/3.-Valle-del-Arroyo-Alegria-Pcia.-Misiones.pdf>. Acesso em: 10 out. 2022

Em 2021, um convênio⁵³³ entre o Ministério de Ecologia e Recursos Naturais Renováveis de Misiones e a Arauco S.A. incorporou a propriedade ao Sistema de Áreas Naturais Protegidas na categoria de Reserva Natural Privada, que significa “[...] el área de dominio de particulares, con elementos naturales o culturales con valor de conservación [...]”⁵³⁴, sob a denominação de Reserva Natural Privada Valle de la Alegria. Pesquisas recentes identificaram que a área possui bom nível de conservação atestado pela presença de diversas espécies, sendo: 106 de arbóreas, 518 de aves, das quais 22 são ameaçadas de extinção e de 119 espécies de mamíferos. A Reserva possui uma função estratégica ao ser lindeira ao Parque Provincial Cruce Caballero, pois atua diretamente como um corredor ecológico para as espécies da fauna e dispersão de sementes. Ambas as áreas naturais protegidas também se inserem no Corredor Verde de Misiones.

3.4 PARQUE PROVINCIAL EL PIÑALITO

O Parque Provincial El Piñalito foi instituído oficialmente em 1993, localiza-se a 13 km do Parque Provincial Cruce Caballero e a 35 km do Parque Provincial de la Araucaria. Ademais, possui uma trajetória histórica de exploração, semelhante ao que ocorreu nos outros dois Parques, porém tem um processo bastante distinto na sua constituição como Área Natural Protegida. Insere-se na área da Floresta com Araucárias de Misiones e está muito próximo à fronteira fluvial entre a Argentina e o extremo oeste do estado de Santa Catarina, Brasil. Antes de se constituir como Parque Provincial, o fragmento florestal passou pela exploração madeireira realizada desde 1951 pela Angriman Ovideo S.A, Figura 19, de propriedade de Antonio Angriman.

⁵³³ ESCOBAR, Patricia. Arauco suma más de 8 mil hectáreas, con su Reserva «Valle de la Alegria» en San Pedro, al sistema de áreas naturales protegidas de Misiones. **Misiones Online**, Misiones, 15 set. 2021. Disponível em: <https://misionesonline.net/2021/09/15/valle-de-la-alegria/>. Acesso em: 10 out. 2022.

⁵³⁴ MISIONES. **Ley XVI, n. 29**. Antes Ley 2932. Governo da Província de Misiones, 1992. Disponível em: <http://digestomisiones.gob.ar/uploads/documentos/leyes/LEY%20XVI%20-%20N%2029.pdf>. Acesso em: 15 out. 2022.

Figura 19 – Angriman Ovideo S.A, Piñalito, San Pedro, Misiones, Argentina



Fonte: Misiones del Ayer⁵³⁵.

Na fotografia reproduzida na Figura 19, observa-se a madeireira Angriman Ovideo S.A, onde as madeiras nativas entre elas a da *Araucaria angustifolia* eram processadas e depois encaminhadas aos mercados consumidores por caminhões – nota-se a estrada com marcas de rodagem. Na imagem, também é possível visualizar que a cobertura florestal do entorno do estabelecimento foi destituída, abrindo espaço para a armazenagem de muitos troncos de árvores. No total, a propriedade da família Angriman possuía uma extensão física de mais de 4.000 hectares. Na década de 1990, embora parte delas tivesse sido explorada pela madeireira, ainda possuía significativos remanescentes de Floresta com Araucárias.

Pádua analisa que o desmatamento na Mata Atlântica, independentemente da localização do Estado-nação, “[...] ocorreu antes da forte emergência do ambientalismo contemporâneo na opinião pública, em escala global e nacional, com todas as repercussões nas relações internacionais, nas políticas públicas, nos conflitos sociais, etc”⁵³⁶. Por essa razão,

⁵³⁵ LOWE, F. Asseradero “El Piñalito de la familia Angriman. [S.l.], 15 fev. 2023. Facebook: Grupo Misiones del Ayer. Disponível em: <https://www.facebook.com/groups/378572262194274/permalink/6108462132538563/>. Acesso em: 15 fev. 2023.

⁵³⁶ PÁDUA, J. A. Os fundamentos históricos da conservação florestal no Brasil. In: SILVA, S. D. et al. **Ensaio em Ciências Ambientais: crises, riscos e racionalidades**. Rio de Janeiro: Garamond, 2016. p. 185-248. p. 198

prossegue, até meados da década de 1970, houve pouca oposição da imprensa, sociedade civil e agentes governamentais com a exploração florestal⁵³⁷. Contudo, foi também na segunda metade do século XX que “[...] em escala internacional, ocorreu um processo complexo de transformação na imagem das florestas tropicais: de selvas ameaçadoras passaram a serem vistas como tesouros ecológicos sob forte risco de destruição”⁵³⁸.

Foi nesse contexto de valorização das florestas tropicais, principalmente no meio internacional, que aconteceu o processo histórico de constituição do Parque Provincial El Piñalito. Para compreendê-lo, utiliza-se um conjunto de fontes provenientes da imprensa escrita internacional, principalmente as de periódicos ingleses, como o *Surrey Herald*, *Greenwatch*, *The Observer*, *Green Magazine for our environment*, *Here's Health* entre outras publicadas no período de 1990-92.

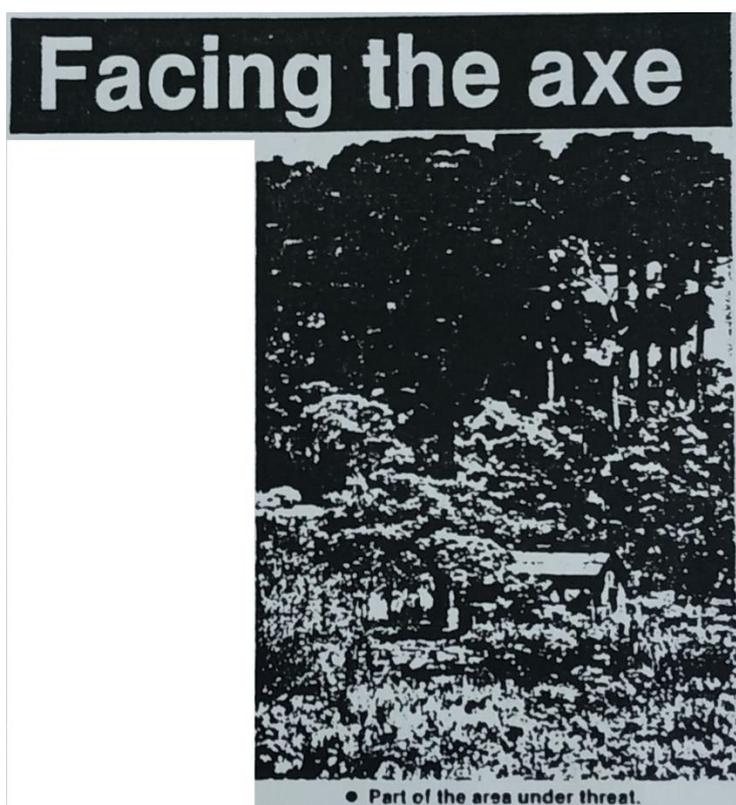
O periódico inglês *Surrey Herald*⁵³⁹, na reportagem intitulada “Enfrentando o Machado” (Figura 20), narrou, em novembro de 1990, o encontro entre o inglês Peter Hughes e o argentino Esteban Lopes Angriman ocorrido no mesmo ano, na Inglaterra. Angriman era filho do proprietário da madeireira Angriman Ovideo S.A. Hughes possuía um comércio de roupas na Inglaterra, ao qual Angriman foi fornecedor de artigos de couro. Na conversa informal, em um posto de gasolina, Angriman relatou a Hughes que sua família possuía extensas terras no extremo noroeste da Argentina. A propriedade, contou, estava localizada entre as fronteiras de Brasil e Paraguai e, por motivações familiares, estava à venda. Angriman manifestou, ainda, que seu interesse era vendê-las a conservacionistas, antes que a família o fizesse para a indústria madeireira ou para pecuaristas. Hughes se interessou pela causa e assumiu o compromisso de auxiliar Angriman a encontrar compradores que tivessem como objetivo manter a cobertura vegetal nativa das terras para fins de conservação, e não para exploração.

⁵³⁷ PÁDUA, J. A. Os fundamentos históricos da conservação florestal no Brasil. In: SILVA, S. D. et al. **Ensaio em Ciências Ambientais: crises, riscos e racionalidades**. Rio de Janeiro: Garamond, 2016. p. 185-248.

⁵³⁸ Ibid., p. 190.

⁵³⁹ FACING the axe. Herald Surrey. UK. 1990. Arquivo Parque Provincial El Piñalito.

Figura 20 – “Enfrentando o Machado”



Fonte: Surrey Herald⁵⁴⁰.

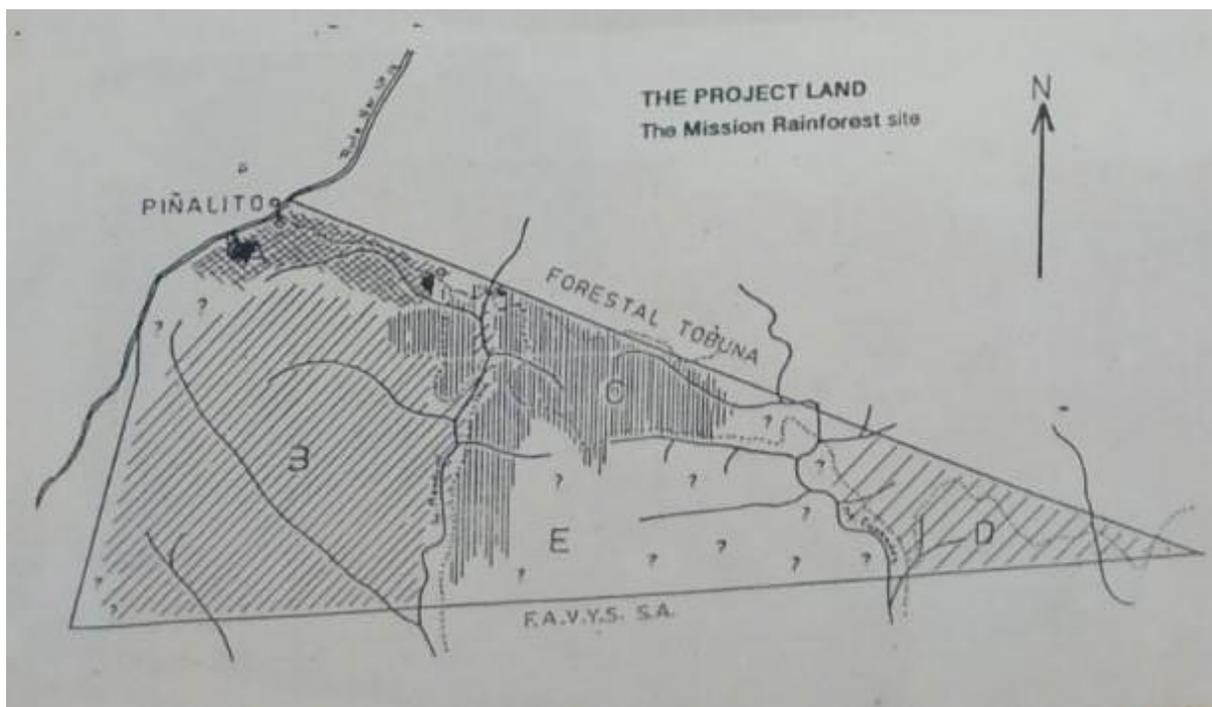
No editorial do *Surrey Herald*, a iconografia com a legenda “Parte da área sob ameaça” mostrava, ao leitor inglês, um fragmento da floresta argentina que se encontrava em perigo. Nela, é possível visualizar espécimes de *Araucaria angustifolia* compondo o dossel superior da floresta. O periódico relatou também que Hughes afirmou que, como Angriman não era fluente em inglês, ele assumiria as conversações e negociações necessárias para tratar da venda das terras. Depois desse encontro, a dupla saiu “[...] fazendo rondas em grupos ambientalistas tentando encontrar um comprador”⁵⁴¹ (tradução livre).

A partir daí, teve início uma campanha de venda das terras, que foi reproduzida por periódicos, rádios e programas televisivos que ofereciam 10.000 acres (4.047 hectares) de floresta, o polígono representado na Figura 21, por 30 libras ao acre.

⁵⁴⁰ FACING the axe. Herald Surrey. UK. 1990. Arquivo Parque Provincial El Piñalito.

⁵⁴¹ Ibid.

Figura 21 – Fragmento de 10.000 acres de floresta em Piñalito, Misiones, Argentina



Fonte: *The Mission Rainforest*. 1991. Arquivo Parque Provincial Piñalito⁵⁴².

A divulgação convocava a sociedade inglesa a contribuir com a arrecadação das 300.000 libras para, como também noticiou *Skyport*, salvar os “10.000 acres da bela floresta tropical da Argentina”⁵⁴³. Isso porque, de acordo com Hughes, “Os problemas com o meio ambiente estão começando a crescer como uma bola de neve e serão nossos filhos e netos que herdarão este mundo, realmente é hora de começar a cuidar do nosso entorno”⁵⁴⁴.

Para além da conservação da fauna e flora nativa, Hughes argumentou que o fragmento florestal à venda era próximo das Cataratas do Iguazú e circundante ao cenário que, em 1986, cenas do filme britânico *The Mission* (A Missão) foi gravado. O filme foi dirigido por Roland Joffé e contou com a participação de atores renomados, como Robert de Niro e Jeremy Irons. Em 1987, foi indicado ao Oscar e venceu na categoria de melhor fotografia. Atores que participaram da gravação cinematográfica contribuíram financeiramente para a campanha.

Para legitimar o processo de aquisição das terras e sua posterior gestão, diversas instituições ambientais passaram a colaborar com a campanha de Hughes, entre elas a *Earth Trust* e a *Cat Survival Trust for Endangered Species*, o Conselho Internacional para Preservação

⁵⁴² THE MISSION RAINFOREST. **The Project land**, Welwyn (UK), 1991. [Arquivo Parque Provincial El Piñalito].

⁵⁴³ “[...] his campaign to save 10.000 acres of beautiful Argentina rainforest. DAVIDSON, Clarice. Lifestyle. **Skyport Journal**, 3 jan. 1991, p. 11. [Arquivo Parque Provincial El Piñalito].

⁵⁴⁴ “Problems with the environmental are starting to snowball and it will be our children and grandchildren who inherit this world it really is time to start caring for our surroundings”. DAVIDSON, Clarice. Lifestyle. **Skyport Journal**. 3 jan. 1991, p. 11. [Arquivo Parque Provincial El Piñalito].

de Aves e o grupo argentino Vida Silvestre Argentina. A partir de então, a campanha assumiu o nome oficial de *Mission Rainforest Foundation*. Terrence Eric William Terry Moore, diretor da *The Earth*, viajou para Argentina para compreender a dimensão do projeto. Em depoimento à Revista *Greenwatch*, afirmou: “Agradecemos qualquer dinheiro enviado pelos leitores do *Greenwatch*. Aceitaremos doações a partir de um centavo!”⁵⁴⁵ (tradução livre). Moore também anunciou que o nome dos contribuintes apareceria num documento oficial em agradecimento.

Estudos técnicos passaram a ser realizados na área com o objetivo de avaliar o estado de conservação presente nos 10.000 acres de floresta. Tais levantamentos indicaram a média de 99 espécies de plantas nativas, entre elas a *Araucaria angustifolia* e guatambu (*Balfourodendron riedelianum*), 23 espécies de aves e 27 variedades de insetos⁵⁴⁶. Para a *Cat Survival*, colaboradora do *Mission Rainforest Project* e instituição preocupada em prevenir a ameaça de extinção de felinos, a área apresentou significativo interesse pela presença de felinos como o puma (*Puma concolor*), jaguatirica (*Leopardus pardalis*) e gato mourisco (*Herpailurus yagouaroundi*), o que foi avaliado como bom indicador ecológico para a área⁵⁴⁷.

Em 18 de janeiro de 1991, a capa do periódico norte-americano *Herald News* noticiava que Hughes estava “[...] a meio caminho de vencer sua batalha para salvar uma floresta tropical argentina das motosserras”⁵⁴⁸. Isso porque metade do dinheiro necessário para a compra das terras havia sido doado por um empresário escandinavo. Passados menos de dez dias desta publicação, o periódico inglês *The Observer*⁵⁴⁹ comemorava que 332 leitores doaram um total de 67.500,00 libras para o *Mission Rainforest Foundation*:

As doações, cobrindo principalmente um ou dois acres a £ 30 cada, vieram da Suécia, França, Holanda, Áustria, Bélgica e Alemanha e de toda a Grã-Bretanha e Irlanda. Dois doadores anônimos doaram £ 9.000 e £ 10.000 e 20 escolas também prometeram contribuições⁵⁵⁰ (tradução livre).

Em fevereiro, o projeto havia arrecado £ 241.000 e, em maio, a Revista *Green Magazine for our environment* festejava a “missão cumprida”, pois a meta para a aquisição das terras havia sido atingida⁵⁵¹. A imprensa, principalmente a escrita, teve papel importante para a

⁵⁴⁵ GREENWATCH, Journal. Save de Forest. 1991, s.p. Arquivo Parque Provincial El Piñalito.

⁵⁴⁶ [Ilegível] Saw Wars: Chainsaw massacres were a common phenomena in Latin America America. But this January tem Thousand acres of virgin rainforest in Argentina have been spare the saw... 1999? Arquivo do Parque Provincial El Piñalito.

⁵⁴⁷ Ibid.

⁵⁴⁸ HE'S BUYING a rain forest. Herald News Journal, Estados Unidos da América, 1991, p. 1. Arquivo Parque Provincial El Piñalito.

⁵⁴⁹ READERS save 10,000 acres of rainforest. **The Observer Journal**, Londres, 1991. [Arquivo Parque Provincial El Piñalito].

⁵⁵⁰ Ibid.

⁵⁵¹ GREEN, Magazine. Mission accomplished. UK, 1991, p. 1. Arquivo Parque Provincial El Piñalito.

campanha de Hughes e Angriman, pois fez outras instituições se unirem e tomarem a frente da causa, como a *Earth Trust* e a *Cat Survival*, bem como convocou os leitores de diversos países a participarem ativamente para salvar uma parte da Floresta com Araucárias na Argentina. Nesse sentido, a historiadora Tania Regina de Luca afirma:

De fato, jornais e revistas não são, no mais das vezes, obras solitárias, mas empreendimentos que reúnem um conjunto de indivíduos, o que os torna objetos coletivos, por agregarem pessoas em torno de ideias, crenças e valores que se pretende difundir a partir da palavra escrita [...] Daí a importância de se identificar cuidadosamente o grupo responsável pela linha editorial, estabelecer os colaboradores mais assíduos, atentar para a escolha do título e para os textos programáticos, que são conta de intenções e expectativas, além de fornecer pistas a respeito da leitura de passado e futuro compartilhada por seus propugnadores⁵⁵².

As revistas que assumiram a posição de anunciar a divulgação da *Mission Rainforest Foundation* tinham linhas editoriais voltadas ao meio ambiente e à saúde. Das analisadas aqui, a *Green Magazine for our environment* é a que versa com exclusividade para as causas ambientais, de acordo com seu atual editorial:

Somos uma empresa social com o objetivo de levar as histórias ambientais mais interessantes para o maior público possível. Usando um inglês simples e um estilo de escrita limpo, trazemos artigos ambientais inclusivos, interessantes e divertidos que são acessíveis a todos [...]. The Greenmag conecta cidadãos comuns a questões locais e globais, ajudando todos a fazer a diferença⁵⁵³ (tradução livre).

Em janeiro de 1992, a *Green Magazine* noticiou que a *Mission Rainforest Foundation* estava “[...] prestes a terminar a primeira fase de seu trabalho, apenas um ano depois de ter começado - 10.000 acres de floresta tropical argentina serão salvos da destruição”⁵⁵⁴ (tradução livre). No Arquivo do Parque Provincial El Piñalito, não há fontes de como o processo de aquisição das terras foi noticiado pela imprensa Argentina. É difícil afirmar qual foi a repercussão local, tendo em vista que a maior parte da campanha de arrecadação de fundos foi realizada no Reino Unido. A compra do fragmento florestal foi realizada pela *Mission Rainforest Foundation* em 1992. No período de 1992-93, circulou na Inglaterra uma cartilha em inglês intitulada *The Mission Rainforest Project*⁵⁵⁵, na qual a campanha se estendia por mais tempo para a aquisição de áreas circundantes a já adquirida.

⁵⁵² LUCA, T. R. de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B. (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2015. p. 111–154. p. 140.

⁵⁵³ THE GREENMAG. About us. **The Greenmag**: Environmental news, articles & ideas, [S.l.], 2021. Disponível em: <https://www.thegreenmag.co.uk/about-me> Acesso em: 10 out. 2022.

⁵⁵⁴ GREEN, Magazine. [Título Ilegível]. UK, 1992, p. 30. Arquivo Parque Provincial El Piñalito.

⁵⁵⁵ THE *Mission Rainforest Project*. Form The Mission Rainforest Project. UK, 1992. Arquivo Parque Provincial El Piñalito.

Em 1997, por meio do Decreto n. 2124, foi declarada “Área Natural Protegida con la clasificación de Parque Provincial [...] con la denominación de ‘Parque Provincial Piñalito’ al inmueble, donado al Estado Provincial, en el municipio y departamento San Pedro [...] con una superficie de 3.796 has”⁵⁵⁶. No mesmo Decreto, foi determinada “[...] la colocación a la entrada al ‘Parque Provincial Piñalito’ de una placa recordatoria resaltando del gesto ciudadano ingles Terrence Eric William Moore y *The Mission Rainforest Foundation*, quienes adquirieron y donaron al Estado Provincial el predio que constituye el parque”⁵⁵⁷. Ao ser doada para a Província de Misiones, a área adquirida pela *Mission Rainforest Foundation* constituiu o Parque Provincial El Piñalito. Desde então, essa região é administrada pelo Ministério de Ecologia e Recursos Naturais Renovais de Misiones. Contudo, ainda não possui Plano de Manejo. Embora a *Mission Rainforest Foundation* não tenha conseguido fazer a gestão da área como havia planejado ao iniciar a campanha para compras das terras, sua ação foi fundamental para a conservação da área que poderia ter sido vendida para o desenvolvimento de empreendimentos privados, como vários dos periódicos apontaram: a floresta foi salva do machado e das motosserras.

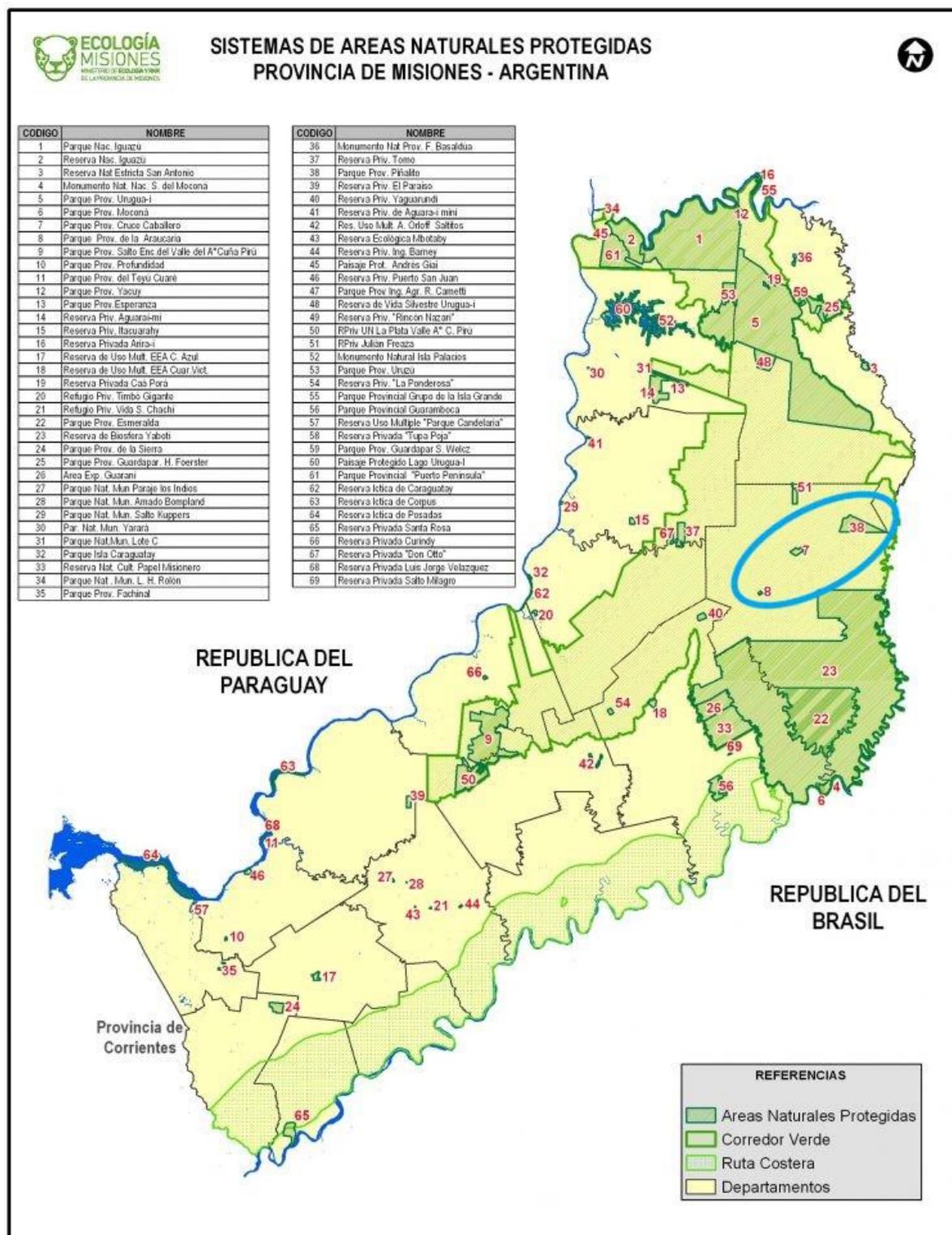
De maneira geral, a trajetória histórica da Floresta com Araucárias em Misiones é marcada pela ação antropogênica, resultante dos diversos usos humanos dados a ela ao longo do tempo. Isso permite afirmar que a imensa exploração vivida pela floresta afetou o funcionamento das comunidades bióticas e do ecossistema, causando diversos impactos e distúrbios negativos resultantes de desmatamento, incêndios naturais e propositais, introdução de espécies exóticas, entre outros. Nesse sentido, fragmentos conservados e que hoje constituem os Parques Provinciais de La Araucaria, Cruce Caballero e Piñalito, se avaliados isoladamente, parecem não ter tanta importância em razão de suas áreas diminutas. Contudo, quando percebidos em conjunto e com outras áreas circundantes, compreende-se que são fundamentais para a conservação da biodiversidade da Selva Paranaense com Floresta com Araucárias e Floresta estacional. Isso se torna mais evidente ao se visualizar o Mapa 16, no qual os Parques se encontram inseridos na área que compreende o Corredor Verde de Misiones, instituído em 1999 e que tem por objetivo “[...] establecer un seguro equilibrio entre las actividades agroforestales y el mantenimiento de los bosques nativos salvaguardando su rica fauna y flora, varias de cuyas especies corren peligro de extinción”⁵⁵⁸.

⁵⁵⁶ MISIONES. **Decreto n. 2124, de 12 de dezembro de 1997**. Posadas: Cámara de Representantes, 1997. Disponível em: <http://www.archivodigital.misiones.gov.ar/ConsultaDecretos/>. Acesso em: 30 set. 2022.

⁵⁵⁷ Ibid.

⁵⁵⁸ MISIONES. **Corredor Verde**. Misiones: Ministerio de Ecología y Recursos Naturales Renovables, [20--]. Disponível em: <https://ecologia.misiones.gov.ar/corredor-verde/>. Acesso em: 20 out. 2022.

Mapa 16 – Áreas Naturais Protegidas de Misiones



Fonte: Misiones⁵⁵⁹.

⁵⁵⁹ MISIONES. **Corredor Verde**. Misiones: Ministerio de Ecología y Recursos Naturales Renovables, [20--]. 1 mapa. color. Disponível em: <https://ecologia.misiones.gob.ar/corredor-verde/>. Acesso em: 20 out. 2022.

No Mapa 16, também é possível observar que o Parque Provincial Urugua-í, o de número cinco, com 84.000 hectares de extensão, possui uma extensa área se comparado com os outros Parques Provinciais estudados nesta pesquisa. O Parque Provincial Urugua-í foi instituído em 1990 com a finalidade de compensar os impactos ambientais causados na construção da Represa de Urugua-í, localizada nas proximidades da área. Relatos informais de pesquisadores e funcionários do Parque demonstram que há ali a presença de *Araucaria angustifolia*. Porém, de acordo com o Plano de Manejo do Parque “[...] no se conocen sus distribuciones exactas ni sus abundancias”⁵⁶⁰. Por conta disso, ele não foi objeto de estudo desta pesquisa – identifica-se a necessidade de pesquisas de monitoramento, levantamento fitogeográfico e historiográficas para esse Parque. Ademais, a Área Natural Protegida listada no Mapa 16 com o número três, a Reserva Natural Estricta San Antonio, que possui 480 hectares, também conserva importantes fragmentos de Floresta com Araucárias em Misiones. Diferente dos Parques Provinciais estudados nesta tese, a gestão da Reserva é realizada pelo órgão federal *Administración de Parques Nacionales Argentina*. Pesquisas futuras podem dar conta de estudar estas importantes Áreas Naturais Protegidas.

⁵⁶⁰ MISIONES, M. de E. y R. N. R.; BERTOLINI, M. P; GIL, Guillermo. **Plan de Manejo del Parque Provincial Urugua-í**. Ministerio de Ecología y R.N.R. de la Pcia. de Misiones, 1999.

4 A FLORESTA COM ARAUCÁRIAS NO SUL DO BRASIL: EXPLORAÇÃO, POLÍTICAS E INTENTOS DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL

Ao imaginar-se um caminho linear transitável entre o Parque Provincial El Piñalito, estudado no Capítulo quatro e o atual município brasileiro de Guarujá do Sul, a distância é de pouco mais de 30 km. Guarujá do Sul está localizada na altitude de 707 metros e, historicamente, possuía como cobertura a Floresta Ombrófila Mista. Neste capítulo, analisa-se a Floresta com Araucárias presente em território brasileiro, centralizando a discussão para o extremo-oeste catarinense, no atual município de Guarujá do Sul, tomado como um estudo de caso. Em seguida, são abordados aspectos da legislação brasileira com relação à *Araucaria angustifolia* ao longo do tempo. Interpreta-se, ainda, a constituição da paisagem fronteiriça. Por último, discute-se a perspectiva de diversos pesquisadores do Brasil e da Argentina que defendem que plantar araucária é caminho para conservá-la.

4.1 EXTREMO OESTE CATARINENSE: A FLORESTA COM ARAUCÁRIAS EM GUARUJÁ DO SUL NO SÉCULO XX

Depois de resolvida a Questão de Misiones ou de Palmas, disputa geopolítica de demarcação dos limites entre Argentina e Brasil, as forças políticas brasileiras viram a necessidade de nacionalizar a fronteira, o que também ocorreu no lado argentino, quando foram instituídas escolas nacionais argentinas na região de fronteira com o Brasil⁵⁶¹. Nesse contexto, no início do século XX, o militar paranaense General Domingos Nascimento, junto de um grupo de militares que compunham a comissão para a implantação dos marcos de fronteira, realizou uma expedição a colônia militar do Iguacu, no Estado do Paraná. Nascimento, em 1903, pela foz do Iguacu, adentrou o território argentino e retornou ao Brasil pelo ponto de fronteira seca entre os dois países, o que atualmente compreende os municípios de Bernardo de Irigoyen (ARG), Dionísio Cerqueira (SC) e Barracão (PR). A geógrafa Maristela Ferrari assevera que essa região formava, no fim do século XIX, um aglomerado populacional no qual viviam brasileiros e argentinos, denominado de Barracão/Barracón, por conta das estruturas utilizadas para o depósito da erva-mate, chamados de barracões⁵⁶².

⁵⁶¹ COSTA, A. F. O Oeste Catharinense – visões e sugestões de um excursionista. In: CENTRO DE MEMÓRIA DO OESTE DE SANTA CATARINA (Org.). **A viagem de 1929**. Chapecó: Argos, 2005. p. 19-79.

⁵⁶² FERRARI, M. **Interações Transfronteiriças na Zona de Fronteira Brasil-Argentina: o extremo Oeste de Santa Catarina e Paraná e a Província de Misiones (século XX e XXI)**. 2011. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

Domingos Nascimento, depois da expedição pelo lado argentino, ao retornar ao Brasil, participou da fundação política do povoado que ali existia. O local era ocupado por indígenas e caboclos que trabalhavam na extração da erva-mate, uma atividade econômica importante na região de fronteira, que envolvia e sustentava uma grande quantidade de pessoas. O General Dionísio Cerqueira sugeriu que a nova vila deveria ser denominada de Pepiry-Guassú “em homenagem às primeiras comissões de limites portuguesas que lá estiveram em 1759”⁵⁶³. A pesquisadora Marilene Lemos, que se dedica aos estudos em linguística, constata que a ata de fundação da nova localidade:

[...] foi assinada por militares – conforme as alusões à hierarquia militar: general, tenente-coronel, capitão e alferes -, por funcionários administrativos da Comissão Fiscal de Barracão (lado argentino), por um médico, por representante da equipe brasileira e argentina de demarcação da fronteira. [...] em síntese, nomes de representantes da comitiva de Estado que empreendia viagem (expedição militar) e por oficiais que compunham as comissões de demarcação da fronteira, sendo a comissão brasileira chefiada pelo general Dionísio Cerqueira⁵⁶⁴.

Nascimento, em oposição ao nome de Pepiry-Guassú, propôs que a localidade se chamasse Dionísio Cerqueira em homenagem ao general, que, além de estar presente no ato inaugural, também havia participado ativamente das negociações da demarcação da fronteira Brasil-Argentina na Questão de Palmas. Lemos analisa que a ação de substituir o nome de Pepiry-Guassú pelo de Dionísio Cerqueira, bem como de outras ruas do entorno por nomes de militares, promoveu a memória bélica da região. Além disso, afirma que, mais do que uma homenagem ao militar, a denominação representava a presença do Estado brasileiro, numa região fronteira com a Argentina, buscando a legitimação do espaço e a inserção da localidade ao território nacional brasileiro. Da mesma maneira, representou o silenciamento e o apagamento da língua indígena e de outros sujeitos que ali viviam, como os coletores de erva-mate⁵⁶⁵.

Não muito tempo depois, os estados brasileiros de Paraná e Santa Catarina retomaram antigas disputas territoriais, que eram anteriores à Questão de Palmas, e protagonizaram um conflito interno denominado de Guerra do Contestado, que perdurou de 1912 a 1916. O espaço entre as bacias hidrográficas do rio Iguaçu e do rio Uruguai, que compreende a chamada região

⁵⁶³ FERRARI, M. **Interações Transfronteiriças na Zona de Fronteira Brasil-Argentina**: o extremo Oeste de Santa Catarina e Paraná e a Província de Misiones (século XX e XXI). 2011. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011. p. 142

⁵⁶⁴ LEMOS, M. A. **Entre espaços, sujeitos e línguas**: a produção da fronteira em Dionísio Cerqueira-SC, Barracão-PR (Brasil) e Bernardo de Irigoyen (Misiones, Argentina) nos relatos de viagens. 2019. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019. p. 101.

⁵⁶⁵ Ibid.

do Contestado, foi palco de disputas que foram muito além das esferas políticas de Paraná e Santa Catarina e abrangeram diversos sujeitos sociais. O historiador Paulo Pinheiro Machado afirma que são muitas as memórias das experiências da Guerra do Contestado, uma vez que ela envolveu “[...] uma extensa região dos planaltos de Santa Catarina e do Paraná com mais de 22.000 km² e acima de 150 mil habitantes”⁵⁶⁶. No Mapa 17, é possível observar a área contestada entre Paraná e Santa Catarina durante o conflito.

Mapa 17 – Área contestada entre Paraná e Santa Catarina na Guerra do Contestado



Fonte: Escola Educação⁵⁶⁷.

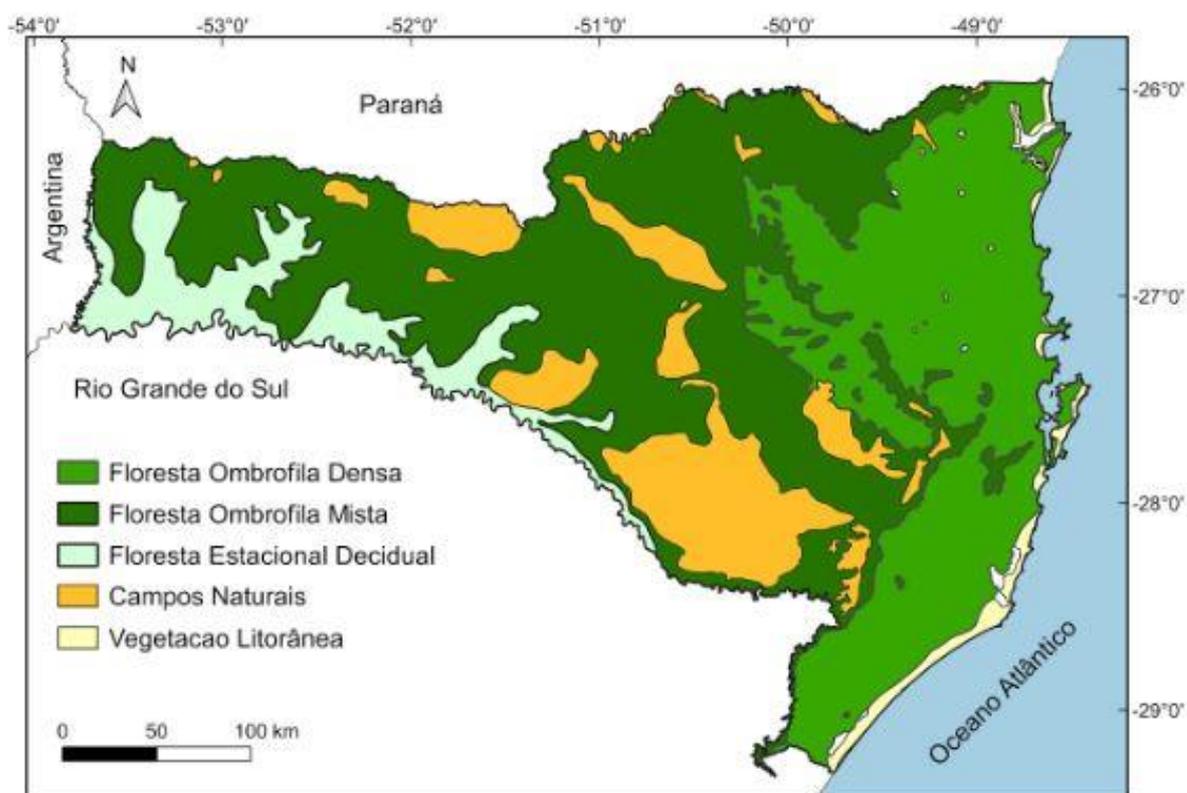
A região do Contestado é composta por Campos nativos e também por duas tipologias florestais: a Floresta com Araucárias ou Floresta Ombrófila Mista – FOM e a Floresta

⁵⁶⁶ MACHADO, P. P. Guerra, cerco, fome e epidemias: memórias e experiências dos sertanejos do Contestado. *Topoi*, [S.l.], v. 12, n. 22, jan.-jun. 2011, p. 178-186. p. 178

⁵⁶⁷ ESCOLA EDUCAÇÃO. Guerra do Contestado: Resumo, o que foi, causas e consequências. *Site Escola Educação*, [S.l.], 09 out. 2018. Disponível em: <https://escolaeducacao.com.br/guerra-do-contestado/>. Acesso em: 25 nov. 2022.

Estacional Decidual. No Mapa 18, é possível observar a distribuição de ambas as tipologias florestais pelo atual estado de Santa Catarina:

Mapa 18 – Distribuição fitogeográfica de Santa Catarina



Fonte: Inventário Florístico Florestal de Santa Catarina⁵⁶⁸.

Moretto afirma que “A presença das fitofisionomias da FOM e da FED no Oeste catarinense foi um dos fatores preponderantes para a presença da indústria madeireira na região⁵⁶⁹”. A Floresta com Araucárias em Santa Catarina, como mencionado anteriormente no tópico 3.1 *Sul do Brasil: migração e colonização na Floresta com Araucárias*, passou por diversas transformações antrópicas em sua paisagem. Nesse sentido, a referida autora acrescenta: “Estima-se que área ocupada pela Floresta Ombrófila Mista correspondia a 42.851,56 km², ou seja, 45% da superfície do estado⁵⁷⁰”.

⁵⁶⁸ INVENTÁRIO FLORÍSTICO FLORESTAL DE SANTA CATARINA. **Mapa fitogeográfico do estado de Santa Catarina**. Florianópolis: IFF, 2022. 1 mapa. Color. [Baseado no mapa elaborado pelo Dr. Roberto Miguel Klein (1978)]. Disponível em: <https://www.iff.sc.gov.br/nossa-%C3%A1rea-de-estudo>. Acesso em: 20 nov. 2022.

⁵⁶⁹ MORETTO, S. P. O desmatamento e re/florestamento no Oeste de Santa Catarina nas décadas de 1960 e 1970. **Revista Maracanan**, Rio de Janeiro, n. 26, p. 239-257, jan.-abr. 2021, p. 244

⁵⁷⁰ MORETTO, S. P. O desmatamento e re/florestamento no Oeste de Santa Catarina nas décadas de 1960 e 1970. **Revista Maracanan**, Rio de Janeiro, n. 26, p. 239-257, jan.-abr. 2021, p. 241.

No início do século XX, na região que denominada de extremo-oeste catarinense, com presença da Floresta com Araucárias vivia um grupo social nominado de lavradores⁵⁷¹ nacionais ou caboclos⁵⁷². O historiador Márcio Both⁵⁷³ analisa que o adjetivo de caboclo passou por diversos significados ao longo do tempo e que ele pode variar em determinadas regiões do país. Nesse sentido, Both afirma que, atualmente, no Sul do Brasil, caboclo “é usado como categoria analítica para designar um tipo camponês com características e modo de vida singulares”⁵⁷⁴. Muitos caboclos viviam na grande área do Oeste Catarinense e no Vale do Rio do Peixe⁵⁷⁵. Esses últimos tiveram suas terras (re)ocupadas pela *Southern Brazil Railway*, que, pela sua subsidiária *Lumber and Colonization Company*, obteve na negociação para a construção da ferrovia São Paulo-Rio Grande, autorização para explorar as terras consideradas devolutas pelo Estado e que se encontravam em até 15 km em ambas as margens da estrada de ferro. As terras devolutas onde a maior parte da Floresta com Araucárias era explorada, contudo, eram ocupadas por caboclos que não possuíam títulos de propriedade⁵⁷⁶ e muitos se deslocaram para a região do Oeste e Extremo-oeste de Santa Catarina.

Warren Dean analisa que a chegada da ferrovia na Mata Atlântica brasileira acelerou a derrubada da floresta, pois:

As ferrovias faziam suas próprias demandas à floresta, porque exigiam grandes quantidades de dormentes, para os quais se preferiam madeiras de lei da floresta primária. Embora as vias férreas que corriam para os portos queimassem carvão importado, as do interior normalmente queimavam lenha. O corte de lenha tornou-se, portanto, uma boa oportunidade econômica para proprietários de terra ao longo das vias⁵⁷⁷.

Desse modo, Brighenti reitera: “A destruição da Mata Atlântica era vista como sinônimo de progresso, conquista e pioneirismo, que estava associada a conquistar e desbravar”⁵⁷⁸. Nas

⁵⁷¹ ZARTH, P. A. **História agrária do planalto gaúcho 1850-1920**. Ijuí: Ed. Unijuí, 1997. 208 p.

⁵⁷² VALENTINI, D. J.. A Guerra do Contestado (1912-1916). In: RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir José; ZARTH, Paulo A. **História da Fronteira Sul**. Porto Alegre: Letra&Vida; Chapecó: UFFS, 2015. p. 222-248

⁵⁷³ SILVA, M. A. B. da. Caboclos. **História Unisinos**, São Leopoldo, v. 18, n. 2, p. 338-351, 2014. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/htu.2014.182.10>. Acesso em 15 jan. 2023.

⁵⁷⁴ Ibid.

⁵⁷⁵ Compreende atualmente os municípios de: Calmon, Caçador, Rio das Antas, Videira, Iomerê, Pinheiro Preto, Tangará, Ibicaré, Herval d'Oeste, Luzerna, Joaçaba, Lacerdópolis, Erval Velho, Campos Novos, Ouro, Capinzal, Ipira, Piratuba, Alto Bela Vista, Peritiba, Jaborá.

⁵⁷⁶ MACHADO, P.P. O mundo agrário e as tradições rurais no conflito do Contestado (1912-1916). In: SCHMITT, Â. M.; WINTER, M. D. (Orgs.). **Fronteiras na História: Atores sociais e historicidade na construção do Brasil Meridional (Séculos XVIII-XX)**. Chapecó: UFFS Editora, 2021. p. 420-439.

⁵⁷⁷ DEAN, W. **A ferro e fogo: A história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 226.

⁵⁷⁸ BRIGHENTI, C. A. Processos de colonização e povos indígenas no oeste catarinense. In: VALENTINI, D. J.; MURARO, V. F. (Orgs.). **Colonização, conflitos e convivências nas fronteiras do Brasil**. Porto Alegre: Letra & Vida: Chapecó: UFFS, 2015. p. 191-219. p. 203

terras do entorno da ferrovia São Paulo-Rio Grande, uma das espécies arbóreas exploradas em grande quantidade foi a *Araucaria angustifolia*, madeira considerada de boa qualidade para a indústria madeireira. Por essa razão, possuía amplo mercado nacional e internacional, inclusive o argentino. A *Lumber*, em 1911, construiu uma madeireira em Três Barras, com maquinário de tecnologia de ponta para a época, na qual foram empregados até 500 trabalhadores⁵⁷⁹.

No Sul do Brasil, os caboclos possuíam um modo de vida que compreendia tradições e costumes⁵⁸⁰ representado no âmbito social pelos laços de compadrio. No socioambiental, têm relevâncias as interações que estabeleciam com a Floresta com Araucárias. Durante o inverno, utilizavam o pinhão como alimento, assim como faziam as comunidades indígenas que há muito tempo viviam na região. Além do mais, no inverno, trabalhavam na extração de erva-mate nativa onde obtinham meios para trocar ou adquirir bens de consumo como sal e querosene⁵⁸¹. Esse grupo social também praticava a agricultura de subsistência e criava porcos à solta. As relações e práticas dos caboclos com a floresta, portanto, geravam menores impactos ambientais se comparado com o corte raso dos espécimes arbóreos para uso nas ferrovias e ou indústrias madeireiras.

No âmbito religioso, os caboclos eram devotos de São João Maria. Valentini explica que: “Os sertanejos juntaram-se em torno de José Maria, um benzedor e curandeiro que receitava ervas, dava conselhos e exercia práticas anteriormente realizadas pelo velho monge João Maria”⁵⁸². Foi no entorno de José Maria que ocorreu o estopim dos primeiros conflitos da Guerra do Contestado. Para Machado, esse conflito aconteceu num contexto complexo, que envolveu demandas econômicas e sociais, no qual “As pessoas foram atraídas aos redutos rebeldes, as chamadas ‘cidades santas’, por diferentes razões e dentro de distintos contextos regionais e de diferentes fases do conflito”⁵⁸³:

Como no início do século XX crescia a exploração ervateira e o estabelecimento de fazendas e colônias de imigrantes no planalto norte, a indefinição de limites, que era uma questão pendente herdada do século anterior, convertia-se cada vez mais num difícil quebra-cabeça, pois significava um território indefinido para a jurisdição civil, criminal, para a tributação e para a nomeação de autoridades das mais diferentes

⁵⁷⁹ CARVALHO, M. M. X. de. **Uma grande empresa em meio à floresta: a história da devastação da Floresta Ombrófila Mista e a Southern Brazil Lumber and Colonization (1870-1970)**. 313 f. 2010. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

⁵⁸⁰ TOMPOROSKI, A. A. Do Antes ao Depois: a influência da Lumber Company para a deflagração do movimento sertanejo do Contestado e seu impacto na região fronteira entre Paraná e Santa Catarina. **Revista Esboços**, Florianópolis, v. 19, n. 28, p. 68-87.

⁵⁸¹ Ibid.

⁵⁸² VALENTINI, D. J.. A Guerra do Contestado (1912-1916). In: RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir José; ZARTH, Paulo A. **História da Fronteira Sul**. Porto Alegre: Letra&Vida; Chapecó: UFFS, 2015. p. 237

⁵⁸³ MACHADO, P. P. Guerra, cerco, fome e epidemias: memórias e experiências dos sertanejos do Contestado. **Topoi**, [S.l.], v. 12, n. 22, jan.-jun. 2011, p. 178-186. p. 178

naturezas. Grande parte dos conflitos agrários no território contestado entre os dois Estados ocorreu por sobreposição de direitos e, na questão de terras, quando um mesmo imóvel tinha registros em nome de proprietários diferentes, em cartórios de diferentes estados⁵⁸⁴.

Os caboclos e indígenas não eram reconhecidos pelo Estado-nação como promotores do progresso capitalista e, por isso, eram negligenciados pelas políticas sociais e vistos como obstáculos para o desenvolvimento do país. Brighenti analisa que, para o governo, “Vencer a natureza estava para além de apenas domesticá-la pela deflorestação, significava superar uma prática de agricultura utilizada por indígenas e caboclos no Brasil”⁵⁸⁵. Neste, entre outros conflitos sociais, desencadeou-se a Guerra do Contestado, na qual mais de 8.000 brasileiros perderam suas vidas, a maioria deles caboclos.

A Guerra do Contestado teve fim em outubro de 1916 e foi arbitrada pelo presidente Wenceslau Brás. “Assim, de um total de 47.820 quilômetros quadrados de terras disputadas, 20.310 quilômetros quadrados passaram a pertencer ao Paraná, e 27.510 quilômetros quadrados foram incorporados ao território catarinense”⁵⁸⁶. Mais uma vez, lutas sociais, negociações e acordos políticos influenciaram na constituição de limites e nas políticas públicas estaduais aplicadas em cada território pertencente a determinado Estado. Nesse espaço, a região fronteira se constituiu pelo sudoeste do Paraná, oeste de Santa Catarina e a Província de Misiones na Argentina, tendo entre outros elementos em comum, a Floresta com Araucárias. No fim do conflito, de acordo com Ferrari, muitos caboclos, por diferentes razões, migraram para o nordeste de Misiones. O mesmo aconteceu quando ocorreu a passagem da Coluna Prestes pelo extremo-oeste catarinense em 1925⁵⁸⁷.

Após a resolução do conflito entre Paraná e Santa Catarina, Dionísio Cerqueira, de onde mais tarde se emancipou Guarujá do Sul, passou por outras configurações territoriais:

Em 1917, ao término do litígio territorial entre Paraná e Santa Catarina, a vila receberia novo limite político territorial, dando origem a outro aglomerado que em terras catarinenses passou a se chamar de Barracão, nome que permanece até 1938, quando passou a se chamar Dionísio Cerqueira, ficando o lado paranaense com o antigo nome de Barracão. Mas, durante a efêmera existência do Território Federal do

⁵⁸⁴ MACHADO, P.P. O mundo agrário e as tradições rurais no conflito do Contestado (1912-1916). In: SCHMITT, Â. M.; WINTER, M. D. (Orgs.). **Fronteiras na História: Atores sociais e historicidade na construção do Brasil Meridional (Séculos XVIII-XX)**. Chapecó: UFFS Editora, 2021. p. 422.

⁵⁸⁵ BRIGHENTI, C. A. Processos de colonização e povos indígenas no oeste catarinense. In: VALENTINI, D. J.; MURARO, V. F. (Orgs.). **Colonização, conflitos e convivências nas fronteiras do Brasil**. Porto Alegre: Letra & Vida: Chapecó: UFFS, 2015. p. 191–219. p. 205.

⁵⁸⁶ FERRARI, M. **Interações Transfronteiriças na Zona de Fronteira Brasil-Argentina: o extremo Oeste de Santa Catarina e Paraná e a Província de Misiones (século XX e XXI)**. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011. p. 11.

⁵⁸⁷ FERRARI, Maristela. Redes da migração brasileira no nordeste da Província de Misiones – Argentina (século XX). In: VALENTINI, Delmir José; MURARO, Valmir Francisco (Orgs.). **Colonização, conflitos e convivências nas fronteiras do Brasil**. Porto Alegre: Letra&Vida; Chapecó: Ed. UFFS, 2015. p. 247-269.

Iguaçu (1943-1945), Barracão e Dionísio Cerqueira foram novamente unidos em um só aglomerado chamado de Barracão. Com a extinção daquele território, Barracão (PR) e Dionísio Cerqueira (SC) retomaram seus antigos limites⁵⁸⁸.

Nessa conjuntura, Nodari⁵⁸⁹ afirma que, após o fim da Guerra do Contestado, com a finalidade de evitar novos confrontos e disputas territoriais entre Paraná e Santa Catarina, o governo catarinense passou a conceder incentivos fiscais para que a iniciativa privada promovesse a colonização do Oeste catarinense. A maior parte das companhias colonizadoras precisaram planificar “[...] uma migração dirigida a grupos específicos que se adequassem aos padrões estabelecidos pelo governo estadual e pelas próprias companhias, ou seja, que povoassem e colonizassem a região ordeiramente”⁵⁹⁰, o que foi feito principalmente com migrantes teutos e ítalos brasileiros provenientes do Rio Grande do Sul. Nesse período, no Rio Grande do Sul, as florestas encontravam-se em esgotamento, pois o processo de colonização ali ocorrera no findar do século XIX e início do XX. Os migrantes que a partir da década de 1920 chegavam no Oeste catarinense, de acordo com Nodari, “trouxeram consigo uma série de práticas socioculturais, que foram adaptadas, e/ou renegociadas quando do seu estabelecimento na região”⁵⁹¹.

As companhias colonizadoras que atuaram no Oeste catarinense utilizaram estratégias para anunciar a venda de lotes coloniais por meio da imprensa, publicando anúncios que tinham como objetivo atrair os possíveis compradores. Muitas das terras que se encontravam disponíveis para compra se localizavam no entorno da ferrovia São Paulo-Rio Grande, o que era apontado como benéfico, pois viabilizava o transporte da produção madeireira no primeiro momento e depois da agrícola. Radin aponta que a colonização “foi ganhando proporções mais significativas em especial a partir das adjacências da ferrovia, mas gradativamente foi se intensificando em direção ao oeste do estado e, também ao sudoeste do Paraná”⁵⁹².

Em 1929, o então governador do Estado de Santa Catarina, Adolfo Konder, e sua comitiva realizaram uma expedição que partiu de Florianópolis para Dionísio Cerqueira, adentrando o Oeste catarinense também denominado de sertão catarinense. A expedição foi

⁵⁸⁸ FERRARI, M. **Interações Transfronteiriças na Zona de Fronteira Brasil-Argentina**: o extremo Oeste de Santa Catarina e Paraná e a Província de Misiones (século XX e XXI). Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011. p. 142-143

⁵⁸⁹ NODARI, Eunice. As florestas do sul do Brasil: entre discursos de preservação e ações de devastação. *In*: FRANCO, José Luiz de Andrade *et al.* **História Ambiental**: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. p. 241-260.

⁵⁹⁰ *Ibid.*

⁵⁹¹ *Ibid.*

⁵⁹² RADIN, J. C. (I)migração e fronteiras agrícolas no Sul do Brasil: atores sociais e empresas colonizadoras. *In*: SCHMIT, Á. M.; WINTER, M. D. (Orgs.). **Fronteiras na História**: Atores sociais e historicidade na construção do Brasil Meridional (Séculos XVIII-XX). Chapecó: Ed. UFFS, 2021. p. 310–328. p. 319.

autodenominada pela comitiva de “Bandeira Konder”. O objetivo da viagem era fazer um reconhecimento das regiões interioranas do estado “[...] no intuito de possibilitar o seu desenvolvimento e a sua colonização”⁵⁹³. Os registros de viagem realizados pelo chefe de polícia Arthur Ferreira da Costa, integrante da comitiva, narram a jornada da “Bandeira Konder” no percurso de 3.000 km percorridos em 30 dias com diferentes meios de transportes.

Quando chegaram em Dionísio Cerqueira, Costa relatou que a região necessitava de atenção não só do governo estadual, mas também do governo federal, pois não havia na localidade agentes do governo federal brasileiro. Outra preocupação expressa por Costa foi que a população de Dionísio Cerqueira carecia de organização administrativa, pois “Não havia escola, nem justiça, nem administração, nem organização política”⁵⁹⁴ e o idioma era uma mistura de português com espanhol. Relatou, ainda, que a população adquiria produtos vindos de Buenos Aires e a moeda utilizada era argentina. Ademais, a comitiva se mostrou impressionada com a organização da República Argentina na área de fronteira e reclamava que o governo brasileiro fizesse o mesmo, instituindo aí elementos de soberania brasileira para legitimar e garantir a posse da fronteira. Em tentativa de minimizar a presença argentina em território brasileiro, Costa descreveu que Konder, dentro do que cabia ao governo estadual,

Nomeou um official da Força Publica delegado especial, colocou um destacamento policial; fez com que o juiz da comarca nomeasse interinamente, enquanto se procede ao concurso, um official do registro civil; organizou o directorio politico local, marcou a eleição districtal, creou escolas primarias; ouviu a todos que tinham reclamações e temores; assegurou o regimen da lei, da ordem, da garantia, da brasilidade, escolhendo agentes e autoridades capazes de darem desempenho cabal ás suas funções⁵⁹⁵ (*sic*).

A historiadora Arlene Renk interpreta que, em 1929, o Oeste catarinense era uma região desconhecida do Estado Brasileiro e que a viagem de Konder “pode ser tomada como um ato inaugural, para além de um rito de passagem, pela incorporação simbólica dessa região a Santa Catarina. Konder tentaria quebrar, em 1929, a distância/desimportância do imaginário da região como terra de bandidos, fora-da-lei”⁵⁹⁶. Renk afirma, ainda, que os registros da expedição da “Bandeira Konder” como os elaborados por Arthur Ferreira da Costa e de José Arthur Boiteux revelam que:

⁵⁹³ VOJNIAK, F. Prefácio – uma breve leitura dos documentos. *In*: CENTRO DE MEMÓRIA DO OESTE DE SANTA CATARINA (Org.). **A viagem de 1929**. Chapecó: Argos, 2005. p. 9-16. p. 10.

⁵⁹⁴ COSTA, A. F. O Oeste Catharinense – visões e sugestões de um excursionista. *In*: CENTRO DE MEMÓRIA DO OESTE DE SANTA CATARINA (Org.). **A viagem de 1929**. Chapecó: Argos, 2005. p. 19-79.

⁵⁹⁵ *Ibid*.

⁵⁹⁶ RENK, A. O conhecimento do território: a Bandeira de Konder. *In*: CENTRO DE MEMÓRIA DO OESTE DE SANTA CATARINA (Org.). **A viagem de 1929**. Chapecó: Argos, 2005. p.110-127. p. 120.

A Bandeira consistiu num rito de instituição, não só aquele de passagem temporal – marcando um tempo anterior e um tempo posterior ao de sua travessia – mas à medida que consagrou e legitimou um processo de colonização, um modelo de colonizador, aquele portador da “natureza social” expressa no *ethos* de trabalho, oposta ao nacional/brasileiro, ocupante, que foi desconsiderado. Quando mencionado, sempre o foi pelo viés etnocêntrico, no sentido de virulência, passionalidade, muito ao estilo de um imaginário resultante de miscigenação⁵⁹⁷.

A “Bandeira Konder” trouxe para o Oeste de Santa Catarina a expectativa para um modelo de desenvolvimento social e econômico que, de acordo com o governo, aconteceria pela efetivação da colonização. As colonizadoras, na maioria das vezes, vendiam os lotes sem vegetação arbórea, pois possuíam serrarias próprias ou vendiam o material lenhoso para madeiras do entorno. Em outros casos, como o da *Lumber*, a empresa estabelecia contratos com os colonos assegurando para si a exploração florestal presente no lote⁵⁹⁸. Quando o colono adquiria lotes que ainda possuíam fragmentos de floresta, em seguida derrubava as árvores para abrir espaço para os cultivos agrícolas. Usualmente, parte das madeiras era utilizada na propriedade e o restante comercializado. O projeto de colonização gerou riquezas para diversas famílias e arrecadação tributária para a nação. Em 1940, por meio de uma demanda do Sindicato Patronal dos Exportadores de Pinho do Paraná, foi instituído pelo governo de Getúlio Vargas o Instituto Nacional do Pinho⁵⁹⁹, que, entre outras funções, foi responsável por regularizar serrarias, promover o comércio, fixar preços para produção e exportação da araucária e de outras espécies florestais madeiráveis no Sul do Brasil⁶⁰⁰.

Em 1953 a publicação da Lei n. 133⁶⁰¹ alterou a organização administrativa do Estado de Santa Catarina e emancipou do município de Chapecó territórios que deram origem aos seguintes municípios: Xanxerê, Xaxim, Mondaí, São Miguel d’Oeste, São Carlos, Palmitos, Itapiranga e Dionísio Cerqueira. A nova municipalidade de Dionísio Cerqueira passou a ter como limites o Estado do Paraná; a República Argentina; o município de Chapecó “partindo do divisor das águas dos rios Iguaçu e Uruguai, em linha seca norte-sul até encontrar as cabeceiras

⁵⁹⁷ RENK, A. O conhecimento do território: a Bandeira de Konder. In: CENTRO DE MEMÓRIA DO OESTE DE SANTA CATARINA (Org.). **A viagem de 1929**. Chapecó: Argos, 2005. p. 110-127. p. 126.

⁵⁹⁸ CARVALHO, M. M. X. de. **Uma grande empresa em meio à floresta: a história da devastação da Floresta Ombrófila Mista e a Southern Brazil Lumber and Colonization (1870-1970)**. 313 f. 2010. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

⁵⁹⁹ SÁ, Débora Nunes. **Uma História Ambiental da Floresta Nacional de Passo Fundo: 1946-2011**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Passo Fundo, Passo Fundo, 2017.

⁶⁰⁰ BRASIL. **Lei n. 3.124 de 19 de março de 1941**. Cria o Instituto Nacional do Pinho e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del3124.htm. Acesso em: 20 ago. 2022

⁶⁰¹ ALESC. **Lei promulgada n. 133, de 30 de dezembro de 1953**. 1953. Disponível em: http://leis.alesc.sc.gov.br/html/1953/133_1953_lei.html. Acesso em: 15 nov. 2022

do rio Capetinga; por este abaixo até a confluência do lajeado Araçá”⁶⁰²; e com o também novo município de São Miguel d’Oeste, o limite iniciava:

na confluência do lajeado Araçá com o rio Capetinga; desce por este até a sua foz no rio das Antas; por este abaixo até encontrar o travessão que faz a divisa entre as Empresas Colonizadoras “**Pinho e Terras Ltda.**”. E “**Cedro Terras Ltda.**”; segue pelo travessão até o divisor das águas dos rios das Antas e Peperi-guaçu; deste em linha reta até as nascentes do lajeado Ferreira; segue por este até a sua foz no rio das Flores; daí por uma linha seca à barra do rio Maria Preta, no rio Peperi-guaçu⁶⁰³ (grifos nossos).

Identifica-se, na descrição de limites, que na região de Dionísio Cerqueira atuavam empresas colonizadoras como a *Pinho e Terras Ltda* e a *Cedro Terras Ltda*. Estas, não por coincidência, levavam o nome comum de espécies arbóreas nativas preferidas pelo mercado madeireiro. Para o processamento da madeira, funcionavam na região diversas madeireiras, como, por exemplo, a Madeireira a Zimmer, Figura 22, que se localizava em Dionísio Cerqueira, na localidade que era denominada de “Sédia” Nova e também de Vila Nova e que em 1957 foi elevado para Distrito de Guarujá.

⁶⁰² ALESC. **Lei promulgada n. 133, de 30 de dezembro de 1953**. 1953. Disponível em: http://leis.alesc.sc.gov.br/html/1953/133_1953_lei.html. Acesso em: 15 nov. 2022.

⁶⁰³ Ibid.

Figura 22 – Madeireira Zimmer, 195?, Santa Catarina



Fonte: Madeireira Zimmer de Jacob Fredolino Zimmer. Acervo da Prefeitura Municipal de Guarujá do Sul⁶⁰⁴.

Na Figura 22, um registro fotográfico da década de 1950, é possível observar a madeira serrada no pátio da madeireira Zimmer aguardando o transporte. Ao fundo da imagem, nota-se um fragmento de Floresta com Araucárias com espécimes que, até aquele momento, fora poupado do corte raso. Essa ação transformou a paisagem do entorno, que, como se observa, é deflorestada. Outras áreas das proximidades também foram alteradas pelo menos motivo.

Em 1957, a Lei municipal n. 80⁶⁰⁵ de Dionísio Cerqueira instituiu, além da sede, os distritos de Guarujá, Pessegueiro, Cedro, Princesa e Palma-Sola. O distrito de Guarujá teve como limites:

Partindo da linha seca mencionada no item C, subindo pelo Rio Maria Preta, até encontrar a Linha Seca divisa Norte do Bloco n. 3 da Fazenda Separação, daí por esta até encontrar a Colônia V-A (sete-a) da Linha Esperança. Segue por linha seca e reta com direção Leste parte da divisa Norte da Linha Esperança e da Gleba de João Aran;

⁶⁰⁴ MADEIREIRA ZIMMER. [Sem título]. 195?. 1 fotografia. p&b. Acervo da Prefeitura Municipal de Guarujá do Sul.

⁶⁰⁵ DIONISIO CERQUEIRA. **Lei n. 80, de 12 de fevereiro de 1957**. Dionísio Cerqueira: Prefeitura Municipal, 1957. Disponível em: <http://leismunicipa.is/veyxb>. Acesso em: 15 nov. 2022.

segue por linha reta e seca em direção Sul, até encontrar a divisa Norte do Distrito de Pessegueiro⁶⁰⁶.

O Distrito de Pessegueiro, além do limite com o Distrito de Dionísio Cerqueira, possuía limite com o Distrito de Guarujá em:

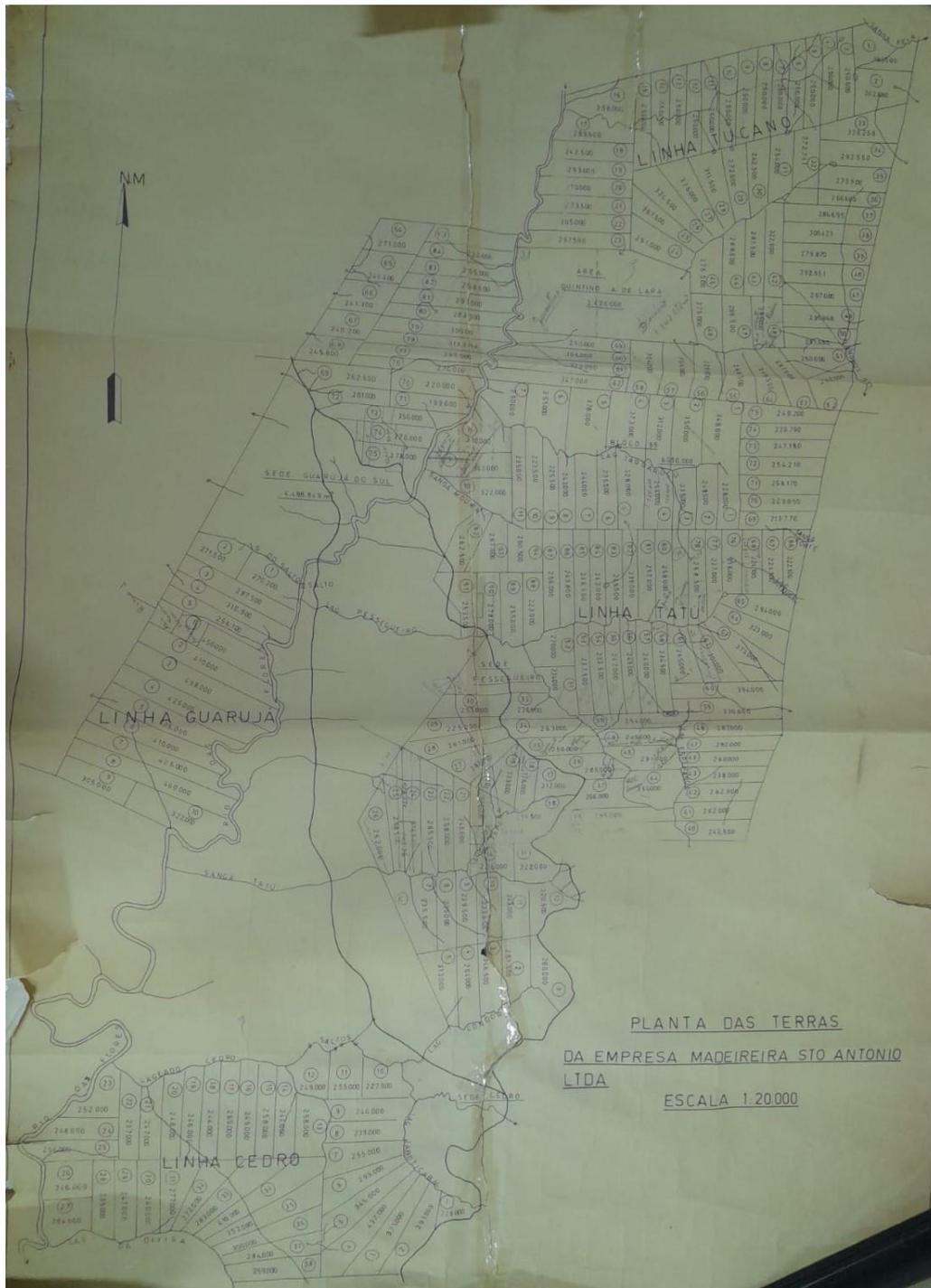
Partindo do ponto final da divisa mencionada no item D, segue por linha reta e seca, **divisa Norte da Antiga Gleba da firma madeireira Santo Antonio Ltda.** Até a Sanga Feia, por esta até encontrar a linha seca e reta com direção Norte-Sul, antiga **divisa Leste da Gleba da firma madeireira Santo Antonio**, por esta linha abaixo até encontrar a linha seca, divisa das Fazendas Separação e Gleba 1 do Patrimônio da União, por essa até encontrar o Lageado Tracutinga⁶⁰⁷ (grifos nossos).

Nota-se, pela descrição de limites, outra empresa que atuou na região em estudo durante a década de 1950, a *Madeira Santo Antônio Ltda.* Ao se observar o Mapa 19, percebe-se que a *Madeira Santo Antônio Ltda* também empreendeu como empresa colonizadora, pois a mesma possuía diversos lotes coloniais na área que viria a se constituir parte do município de Guarujá do Sul.

⁶⁰⁶ DIONISIO CERQUEIRA. **Lei n. 80, de 12 de fevereiro de 1957.** Dionísio Cerqueira: Prefeitura Municipal, 1957. Disponível em: <http://leismunicipa.is/veyxb>. Acesso em: 15 nov. 2022.

⁶⁰⁷ Ibid.

Mapa 19 – Planta das Terras da Madeireira Santo Antonio Ltda



Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Guarujá do Sul. 195?

Além disso, por conta do nome, provavelmente, os proprietários eram de Santo Antônio do Sudoeste, localizado no estado do Paraná, onde o processo de colonização também ocorria na década de 1950. A região também era marcada por intensos conflitos pela posse da terra,

bem como pela redução da Floresta com Araucárias pela ação de inúmeras madeireiras⁶⁰⁸. A descrição dos limites do então novo Distrito de Pessegueiro faz perceber que, em 1957, parte das terras não mais pertencia à madeireira *Santo Antonio Ltda*, pois é retratada como “**antiga divisa** [...] da Gleba da firma madeireira Santo Antonio” (grifos nossos). Os lotes, provavelmente, encontravam-se em propriedade dos colonos oriundos do Rio Grande do Sul que ali se instalaram, representando o triunfo do projeto de colonização executado pelo governo e companhias colonizadoras.

Vale ressaltar, que, como afirma Brighenti, o projeto de colonização ocasionou “nova forma de ocupação, pela propriedade da terra, ignorou a legitimidade da presença (e, portanto, a própria lei 601/1850) e transformou indígenas e caboclos em intrusos – intrusos em suas próprias terras”⁶⁰⁹. Brandt e Moretto⁶¹⁰ ratificam que os migrantes possuíam concepções de uso da terra, que eram incompatíveis com as práticas socioespaciais da população cabocla, que, por exemplo, criava animais de forma livre na floresta. Nesse contexto que se apresentava, os caboclos precisaram buscar novas terras e, de acordo com Ewelín Puhl, muitos deles “migraram para as áreas de periferia dos nascentes quadros urbanos que se formavam a partir de então, passando a trabalhar como mão-de-obra assalariada local em ofícios de baixa qualificação [...]”⁶¹¹.

Em 1961, o jornal *A Nação* informava ao público leitor que haviam sido instituídos “Novos municípios em Santa Catarina”⁶¹². Entre eles, o de Guarujá do Sul e Palma Sola, que foram desmembrados de Dionísio Cerqueira pela Lei n. 787⁶¹³. Guarujá do Sul se constituiu pela junção dos Distritos de Guarujá e Pessegueiro, tendo como extensão territorial

⁶⁰⁸ Para mais sobre a história ambiental do sudoeste do Paraná, ver: PIN, André Egidio. **Mas pai, aonde estão os pinheiros do Paraná? A devastação da Floresta Ombrófila Mista no sudoeste do Paraná**. 2022. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022.

⁶⁰⁹ BRIGHENTI, C. A. Processos de colonização e povos indígenas no oeste catarinense. In: VALENTINI, D. J.; MURARO, V. F. (Orgs.). **Colonização, conflitos e convivências nas fronteiras do Brasil**. Porto Alegre: Letra & Vida; Chapecó: UFFS, 2015. p. 191–219. p. 210.

⁶¹⁰ BRANDT, M.; MORETTO, S. P. The Caboclo Population of the Araucaria Forest of Santa Catarina: Common Use of Land, Expropriation and Marginalization. **Historia Ambiental Latinoamericana Y Caribeña (HALAC)**, [S.l.], v. 12, n.2, p. 55-80, 2022.

⁶¹¹ PUHL, E. C. Paisagem e marginalização da população cabocla no oeste catarinense. In: SILVA, A.G; ARAUJO, B. A. (Orgs.). Caderno de resumo III Encontro virtual de grupo de pesquisa e laboratórios de história ambiental do Brasil. Rio de Janeiro: Laboratório de História e Natureza; Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2022.

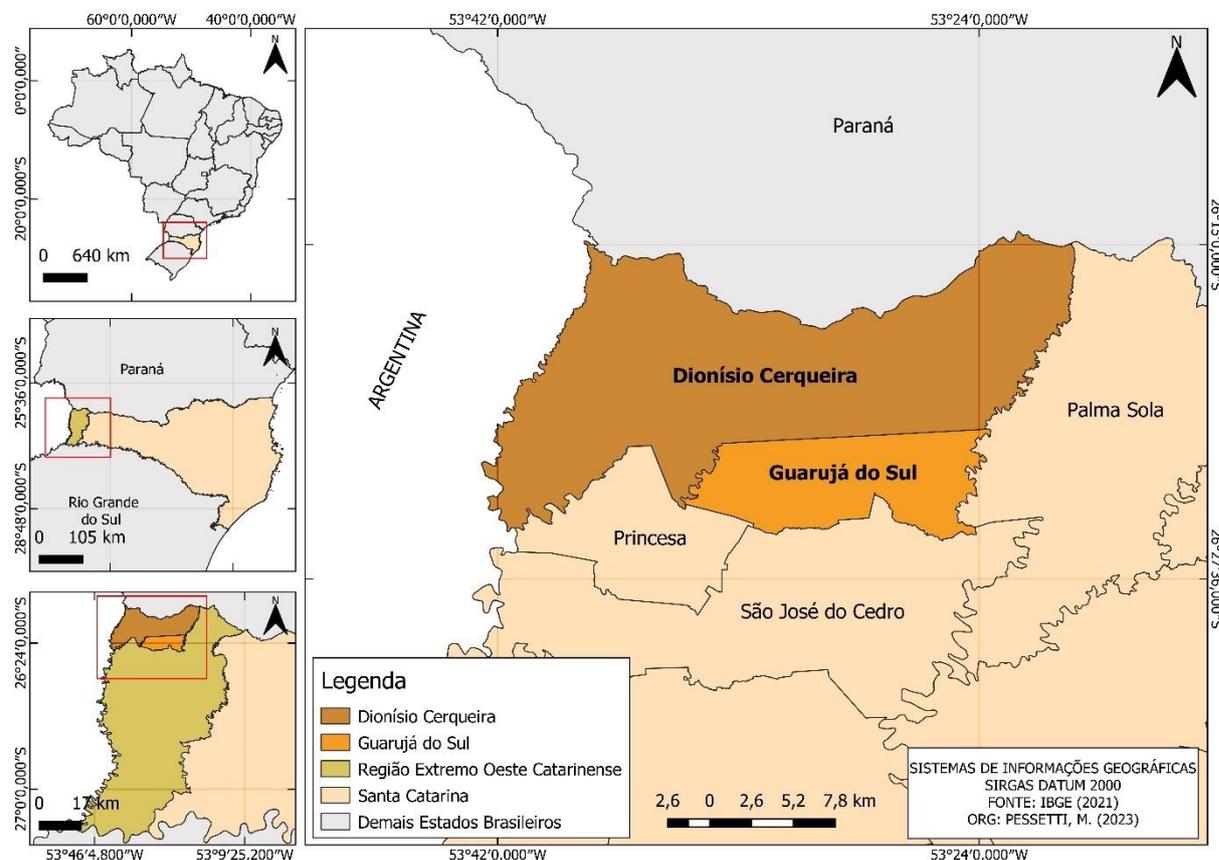
⁶¹² A NAÇÃO. Novos municípios em Santa Catarina. **Jornal A Nação**, Blumenau (SC), ed. 429, 1961. p. 4. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=883662&pasta=ano%20196&pesq=%22guaruj%C3%A1%20do%20sul%22&pagfis=26116>. Acesso em: 15 nov. 2022.

⁶¹³ SANTA CATARINA. **Lei n. 787 de 1961**. Cria os municípios de Palma Sola e Guarujá do Sul. Santa Catarina: Assembleia Legislativa, 1961. Disponível em: http://leis.ale.sc.gov.br/html/1961/787_1961_lei.html. Acesso em: 23 nov. 2022.

aproximadamente 100 km². No Mapa 20, é possível conferir a localização e configuração territorial atual dos municípios de Guarujá do Sul e Dionísio Cerqueira:

Mapa 20 – Dionísio Cerqueira e Guarujá do Sul no Extremo-Oeste de Santa Catarina



Fonte: Mateus Pessetti e Débora Nunes de Sá⁶¹⁴.

Atualmente, dez municípios no estado de Santa Catarina possuem limites diretos com o território argentino, a saber: Dionísio Cerqueira, Princesa, São José do Cedro, Guaraciaba, Paraíso, Bandeirante, Belmonte, Santa Helena, Tunápolis e Itapiranga. A municipalidade de Guarujá do Sul, embora não faça limite direto, integra a região fronteiriça entre Brasil e Argentina. Na Figura 23, pode-se observar mais da paisagem do entorno do município de Guarujá do Sul, no início da década de 1960:

⁶¹⁴ PESSETTI, Mateus; SÁ, Débora Nunes de. **Dionísio Cerqueira e Guarujá do Sul no Extremo-Oeste de Santa Catarina**. [S.l.], [S.n.]. 1 mapa, color., [Mapa elaborado para esta tese].

Figura 23 – Guarujá do Sul, Avenida João Pessoa, início da década de 1960



Fonte: Avenida João Pessoa, Guarujá do Sul, 1959-60⁶¹⁵.

Na fotografia, é possível observar a floresta aos fundos com presença de araucária. Nota-se que as casas eram construídas em madeira, provavelmente com material extraído da floresta do entorno. Também é visível na imagem alguns caminhões que, possivelmente, eram usados para o transporte de madeira. Carvalho afirma que o transporte via caminhões foi ampliado a partir década de 1950, principalmente pela construção de novas estradas, bem como em razão da melhora tecnológica dos próprios caminhões⁶¹⁶. Contudo, declara que “De fato os caminhões entraram em cena e foram fatores decisivos para o período mais intenso da exploração madeireira e devastação da floresta com araucária”⁶¹⁷. As motosserras somaram-se aos elementos que auxiliaram na derrubada da floresta, embora o desmatamento estivesse consolidado quando esses equipamentos surgiram⁶¹⁸. Nodari entende que “Não foram avaliadas à época as perspectivas para o futuro, levando em consideração a preservação e sustentabilidade”⁶¹⁹. Moretto, ao estudar o Oeste de Santa Catarina, afirma que:

⁶¹⁵ AVENIDA João Pessoa, Guarujá do Sul, 1959-60. 195?. 1 fotografia. p&b. [Acervo da Prefeitura Municipal de Guarujá do Sul.

⁶¹⁶ CARVALHO, M. M. X. de. **Uma grande empresa em meio à floresta: a história da devastação da Floresta Ombrófila Mista e a Southern Brazil Lumber and Colonization (1870-1970)**. 313 f. 2010. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010. p. 147.

⁶¹⁷ Ibid., p. 147.

⁶¹⁸ Ibid., p. 147.

⁶¹⁹ NODARI, Eunice. As florestas do sul do Brasil: entre discursos de preservação e ações de devastação. In: FRANCO, José Luiz de Andrade *et al.* (Orgs.). **História Ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. p. 241-260. p. 260.

O aumento das serrarias e madeireiras na região Oeste de Santa Catarina caminhou em paralelo à diminuição das áreas florestais. O desmatamento das florestas nativas representou, também, menor número de matéria prima e a necessidade de se buscar possibilidade de ganhos através de outras atividades. A terra ocupada pela floresta era fértil e favorecia à agricultura, o que propiciou a gênese da agroindústria que ocupa a região⁶²⁰.

Esse é também o caso de Guarujá do Sul. De acordo com a agrônoma Ludmila Machado, atualmente o município tem sua economia baseada na agropecuária, sendo que 90% das propriedades possuem área inferior a 50 hectares, o que as caracteriza como minifúndios⁶²¹. O Diagnóstico Socioambiental⁶²² do município realizado em 2018 pela Biologic Serviços Ambientais revela que, em Guarujá do Sul, “A antropização resultou na substituição dos grandes agrupamentos gregários pela monocultura e pecuária [...]”⁶²³. A monocultura é representada pelo milho, soja e fumo, entre outras culturas. O Diagnóstico Ambiental também relata que “foram identificadas práticas de reflorestamento das áreas de Preservação Permanente e recuperação de nascentes [...] as quais corroboram para o equilíbrio dos meios antrópico e biótico, além de condicionar maior qualidade e a manutenção da biodiversidade local”⁶²⁴.

De acordo com *Aqui tem Mata?*, uma iniciativa da SOS Mata Atlântica, Guarujá do Sul, cuja área total do município é de 10.022 hectares tem apenas 937 hectares que conservam fragmentos de vegetação nativa característica do bioma Mata Atlântica, ou seja, 9,35% da vegetação original⁶²⁵. No município, não há uma Unidade de Conservação pública desse ecossistema. A única Unidade de Conservação existente é Reserva Particular do Patrimônio Natural Rancho de Luar, de propriedade de Elcio Alberto Blau, com 4,60 hectares, que também é conhecida por Centro de Estudos e Programas Ambientais (CEPA). As unidades de conservação mais próximas de Guarujá do Sul que mantêm remanescentes da Floresta com Araucárias são o Parque Estadual das Araucárias, localizado em São Domingos e Galvão/SC

⁶²⁰ MORETTO, S. P. O desmatamento e re/florestamento no Oeste de Santa Catarina nas décadas de 1960 e 1970. **Revista Maracanan**, Rio de Janeiro, n. 26, p. 239-257, jan.-abr. 2021. p. 253.

⁶²¹ MACHADO, L. N. Caracterização das classes de solos, aptidão agrícola das terras e análise da vulnerabilidade do solo na microbacia Lajeado Pessegueiro, Guarujá do Sul, SC. 2016. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016. p. 135.

⁶²² BIOLOGIC. **Diagnóstico Socioambiental, município de Guarujá do Sul – Santa Catarina**. Guarujá do Sul: Biologic, 2018. Disponível em: https://www.guarujadosul.sc.gov.br/uploads/436/arquivos/2182146_Versao_Final_Diagnostico_Socioambiental_2018.pdf. Acesso em: 15 jan. 2023.

⁶²³ Ibid., p. 53.

⁶²⁴ Ibid., p. 182.

⁶²⁵ SOS MATA ATLÂNTICA. Guarujá do Sul – SC. **Site Aqui Tem Mata?**, [S.l.], 2021. Disponível em: <https://www.aquitemmata.org.br/#/busca/sc/Santa%20Catarina/Guaruj%C3%A1%20do%20Sul>. Acesso em 15 jan. 2023.

(distante 165 km) com 612 hectares de área e o Parque Nacional das Araucárias⁶²⁶ (distante 254 km) nos municípios de Ponte Serrada e Passos Maia/SC que possui 12.841 hectares. A Floresta Nacional de Chapecó, distante 144 km, é composta por uma trajetória histórica relacionada com o “Plano de Reflorestamento” instituído pelo INP. Portanto, Guarujá do Sul possui poucas áreas com vegetação nativa, sendo boa parte da sua composição florestal de monocultivos de espécies arbóreas exóticas madeiráveis⁶²⁷.

4.2 ASPECTOS DA LEGISLAÇÃO NO BRASIL PARA A ARAUCÁRIA

Nas duas primeiras décadas do século XX, de acordo com Pádua, “[...] são muito raros os exemplos de medidas práticas significativas em favor da conservação ambiental”⁶²⁸, pois:

[...] áreas pouco ocupadas pela economia de mercado, apesar de nelas existirem importantes populações indígenas e mestiças, assim como complexas formações ecossistêmicas, foram consideradas como espaços “vazios” a serem ocupados no futuro. A natureza rica e diversificada e os povos nativos foram unificados na ideia de “sertões” incultos a serem paulatinamente conquistados⁶²⁹.

Foi na década de 1930 que as preocupações ambientais passaram a frequentar as agendas políticas. Franco e Drummond analisam que pesquisadores integrantes de diversas instituições científicas, como do Museu Nacional do Rio de Janeiro, contribuíram para a elaboração de legislações e políticas de proteção à natureza, criadas no governo de Getúlio Vargas, tais como o Código da Caça e o Código da Pesca em 1930. Além disso, cita-se o Código de Minas, o Código de Águas e o Código Florestal em 1934⁶³⁰. Franco e Drummond constatam que o grupo de cientistas conseguiu se inserir nos debates políticos, mesmo que parcamente, por “[...] terem acoplado as suas preocupações com a proteção da natureza à questão da identidade nacional”⁶³¹,

⁶²⁶ NODARI, E. S. Unidades de Conservação de Proteção Integral: solução para a preservação? Floresta com Araucárias em Santa Catarina. **Revista Esboços, Florianópolis**, v. 18, n. 25, p. 96-117, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/2175-7976.2011v18n25p96/21534> Acesso em: 15 jan. 2023.

⁶²⁷ RIBEIRO, M.; MORETTO, S. P. Florestas plantadas, paisagens transformadas: a atuação da Floresta Nacional de Chapecó entre 1960 e 1988. In: NODARI, Eunice S. *et al.* (Orgs.). **História Ambiental em rede: novos temas e abordagens. (orgs) Governador Valadares**. Passo Fundo: Univale Editora; Acervus, 2022.

⁶²⁸ PÁDUA, J. A. Os fundamentos históricos da conservação florestal no Brasil. In: SILVA, S. D. *et al.* (Orgs.). **Ensaio em Ciências Ambientais: crises, riscos e racionalidades**. Rio de Janeiro: Garamond, 2016. p. 185-248. p. 185.

⁶²⁹ *Ibid.* p. 192

⁶³⁰ FRANCO, J. L. de A; DRUMMOND, J. A. História das preocupações com o mundo natural no Brasil: da proteção à natureza à conservação da biodiversidade. In: FRANCO, José Luiz de Andrade *et al.* (Orgs.). **História Ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza**. Rio de Janeiro: Garamond, 2021. p. 333-366.

⁶³¹ *Ibid.* p. 343.

o que pode ter influenciado para o desenvolvimento do pensamento da conservação por motivações econômicas, estéticas e de identidade.

O Código Florestal de 1934 afirmou que as florestas “constituem bem de interesse comum a todos habitantes, do paiz [...]”⁶³². A Constituição de 1934 designou que era competência da União e dos Estados “proteger as belezas cênicas naturais e os monumentos de valor histórico [...]”⁶³³. Contudo, o Código Florestal de 1934 mostrou-se cheio de contrariedades. Dean analisa que:

Um proprietário poderia cortar madeiras de lei valiosas e alegar que tinha cumprido sua obrigação de replantar simplesmente permitindo que nascesse capoeira em seu lugar. Os tribunais decidiam que um proprietário que havia reduzido a floresta em sua terra a um mínimo de um quarto podia então vender esta fração com floresta; o novo proprietário desfrutaria do direito de derrubar três quartos de sua aquisição – e assim por diante, até, provavelmente, o último broto de árvore. As firmas industriais facilmente se furtavam a sua obrigação de replantar contratando empreiteiros independentes, que não eram sujeitos pelo código. O governo federal, além disso, dispunha de recursos insuficientes para cumprir o código. A Guarda Florestal prevista não se instalou; em seu lugar, esperava-se que as forças policiais locais empreendessem a proteção florestal como um encargo adicional. Em 1953, no Brasil inteiro, apenas 216 municípios haviam criado as comissões de consultoria florestal estipuladas⁶³⁴.

Nesse contexto, em 1937, foi instituído o primeiro Parque Nacional, o Itatiaia, no Rio de Janeiro. Na visão de Pádua, para o governo, “Tratava-se de um mero dever burocrático e de uma medida convencional no sentido de não deixar o país muito para trás em relação aos Estados Unidos e, especialmente, à Argentina, onde já existiam parques deste tipo”⁶³⁵, visto que, nos diários do presidente, os discursos registrados não deram ênfase para a importância histórica de instituição do Parque⁶³⁶.

Na década seguinte, o Instituto Nacional do Pinho, criado em 1941, dentre suas funções, foi responsável pelo “Plano de Reflorestamento” que implementou dez Parques Florestais na região de ocorrência da *Araucaria angustifolia*: um no estado de Minas Gerais e um em São Paulo; dois no estado do Paraná, três no Rio Grande do Sul e três em Santa Catarina nos municípios de Chapecó, Três Barras e Caçador. Os Parques tinham por objetivo inicial realizar

⁶³² BRASIL. Decreto n. 23.793, de 23 de janeiro de 1934, 1934. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D23793impressao.htm. Acesso em: 15 jan. 2023.

⁶³³ BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 19 de julho de 1934), 1934.

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 18 nov. 2022

⁶³⁴ DEAN, W. *A ferro e fogo: A história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 277.

⁶³⁵ PÁDUA, J. A. Os fundamentos históricos da conservação florestal no Brasil. In: SILVA, S. D. *et al.* (Orgs.). *Ensaio em Ciências Ambientais: crises, riscos e racionalidades*. Rio de Janeiro: Garamond, 2016. p. 185-248 p. 193.

⁶³⁶ *Ibid.*, p. 193.

experimentos para o cultivo da *Araucaria angustifolia*, pois a diminuição da espécie, nas décadas de 1940 e 1950, era percebida pelos órgãos governamentais, que se preocuparam com o comprometimento de fornecimento de matéria-prima florestal para a indústria. As experiências de plantios da araucária realizados nesses Parques possibilitaram novos conhecimentos técnicos sobre a espécie. No entanto, evidenciaram que a araucária possuía crescimento demasiado lento para os propósitos do INP⁶³⁷.

Em razão do tempo de desenvolvimento da araucária, no início da década de 1960, o INP adotou a estratégia de produzir, nos Parques Florestais, mudas de espécies arbóreas exóticas, como de *Pinus* spp. e *Eucalyptus* spp. Estas duas, em comparação à araucária, possuíam um crescimento muito mais rápido. As espécies exóticas, portanto, foram consideradas mais vantajosas economicamente e apropriadas para abastecer a indústria madeireira. Esse é um dos exemplos de políticas públicas incentivadas pelo governo brasileiro para minimizar a falta de matéria-prima para a indústria madeireira. O objetivo era econômico, e não a conservação ambiental, uma vez que a ideia era obter matéria prima florestal para a indústria.

Em 1967, o INP foi substituído pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), que passou os Parques Florestais para a categoria de Florestas Nacionais. Em 1989, o IBDF foi extinto e assumiu suas funções o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Desde 2007, as FLONAS são administradas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). É preciso considerar que, embora o objetivo inicial dos Parques tenha sido a produção de mudas, muito deles, atualmente, enquanto Florestas Nacionais, protegem remanescentes de Floresta com Araucárias, além de dispor de monocultivos de araucária importantes para a pesquisa científica.

Carvalho, Nodari e Nodari⁶³⁸ apontam que, entre as décadas de 1950-80, a Revolução Verde, pacote tecnológico de modernização da agricultura com métodos importados dos EUA, utilizou agrotóxicos e uma “série de tecnologias agrícolas, como fertilizantes sintéticos, calcário, tratores, sementes certificadas e demais implementos agrícolas”⁶³⁹ no intuito de desenvolver a agricultura brasileira. Por conta disso, principalmente após o Golpe Militar de 1964, incentivos fiscais por meio de crédito rural foram impulsionados pelo governo para a

⁶³⁷ SÁ, Débora Nunes. **Uma História Ambiental da Floresta Nacional de Passo Fundo: 1946-2011**. Dissertação (Mestrado em História). UPF, Passo Fundo, 2017.

⁶³⁸ CARVALHO, M. M. X.; NODARI, E. S.; NODARI, R. O.. “Defensivos” ou “agrotóxicos”? História do uso e da percepção dos agrotóxicos no estado de Santa Catarina, Brasil, 1950-2002. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 75-91, 2017.

⁶³⁹ Ibid. p. 78.

modernização da agricultura. Contudo, Carvalho, Nodari e Nodari afirmam que muitos dos produtos químicos incentivados naquele período, ao longo do tempo, mostraram-se extremamente danosos à saúde humana e ao meio ambiente. Gerhardt ratifica que “A modernização ofereceu uma solução para a crise da agricultura colonial policultora, um aumento da produtividade agropecuária e dos ganhos econômicos, mas não explicitou os danos e riscos socioambientais”⁶⁴⁰. A utilização desse pacote tecnológico e o incentivo de monocultivos, como o do trigo e da soja, causaram alterações profundas nas paisagens ao longo do tempo.

É importante mencionar, aqui, que, no Brasil, a Ditadura Militar, ocorreu no período de 1964 a 1985. Para a historiadora Elenita Malta Pereira⁶⁴¹, durante esse período, “uma estrutura de controle, censura e cerceamento de liberdade foi colocada em prática, com momentos de maior ou menor repressão”. Ao mesmo tempo, a entrada de capital estrangeiro favoreceu um crescimento econômico. No âmbito ambiental, Derliz Moreno e Gilson Oliveira afirmam que:

O período da ditadura civil-militar edificou o nacional-desenvolvimentismo com vários planos de governo. Frente à agenda ambiental internacional, delineada na Conferência da Biosfera (1968) e iniciada a partir da precursora Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (1972), o Estado brasileiro, apesar de reconhecer a necessidade de intervenção na crise ambiental, defendeu o direito ao desenvolvimento econômico dos países em desenvolvimento e subdesenvolvidos. Outrossim, naquela época, a imagem do país no exterior refletiu, além dos conhecidos crimes contra os direitos humanos, o descaso governamental com a questão ambiental, transparecida pela desflorestação e extrativismo em larga escala e, mais precisamente, pela inundação marginal para o enchimento do reservatório da Itaipu Binacional⁶⁴².

No Código Florestal, publicado em 1965⁶⁴³, durante o período da Ditadura Militar, as florestas presentes em áreas de domínio privado ficaram passíveis de exploração, desde que obedecidas determinadas restrições. Nesse Código, a araucária foi citada no Artigo 16, o qual determinou que:

na região Sul as áreas atualmente revestidas de formações florestais em que ocorre o pinheiro brasileiro “*Araucaria angustifolia*” (Bert – O. Ktze), não poderão ser desflorestadas de forma a provocar a eliminação permanente das florestas, tolerando-

⁶⁴⁰ GERHARDT, Marcos. Uma história ambiental da modernização da agricultura: o norte do Rio Grande do Sul. **História: Debates e Tendências, Passo Fundo**, v. 16, n. 1, p. 166-180, 2016. p. 177

⁶⁴¹ PEREIRA, Elenita M. Meio Ambiente e Ditadura: a luta contra a Celulose Borregaard (1972-75). **Revista de História Iberoamericana**, v. 7, n. 2, 2014. p. 149. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7038847>. Acesso em: 10 jun. 2023

⁶⁴² MORENO, Derliz. H. H.; OLIVEIRA, Gilson, B. de. Os impactos dos planos de desenvolvimento sobre o meio ambiente no período da ditadura. Colóquio. **Revista do Desenvolvimento Regional**, Taquara, v. 19, n. 4, 2022. p. 68. Disponível em: <https://seer.faccat.br/index.php/coloquio/article/view/2658> Acesso em: 10 jun. 2023.

⁶⁴³ BRASIL. **Lei n. 4.771, de 15 de setembro de 1965**, 1965. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4771-15-setembro-1965-369026-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 15 jan. 2023.

se somente a exploração racional destas, observadas as prescrições ditadas pela técnica, com a garantia de permanência dos maciços em boas condições de desenvolvimento e produção⁶⁴⁴.

Percebe-se que, em relação ao Código Florestal de 1934, o de 1965, elaborado em meio ao contexto de exploração intensiva da araucária pelos projetos de colonização e pela indústria madeireira, a espécie foi particularmente citada, a fim de que a exploração não provocasse a extinção da tipologia florestal. De acordo com Dean:

A derrubada de araucária aumentou nitidamente nos anos 50 e atingiu o pico depois de apenas vinte anos, quando os arvoredos mais densos foram esgotados. O mercado interno para madeira branca absorvia quase 70% desse maná (muitos espécimes pequenos não eram deixados a crescer, mas vendidos como árvores de Natal). Mesmo assim, o pinheiro do Paraná durante algum tempo foi um importante produto de exportação, de fato de valor maior que o açúcar – era mais um dos ciclos extrativos deprimentes e repetitivos que os programas de desenvolvimento econômico supostamente deveriam eliminar e não encorajar. Infelizmente, a araucária, afinal de contas, uma espécie epibiótica, não se mostrou adequada ao reflorestamento comercial, pelo menos não para produzir uma madeira para construção. Em grandes plantações, era de crescimento lento demais e ramificava tão baixo que os nós prejudicavam sua madeira⁶⁴⁵.

Pádua corrobora o exposto por Dean ao afirmar que a Mata Atlântica, de maneira geral, foi, até a década de 1970, “destruída quase sem oposição da imprensa, da opinião pública (com exceção de algumas vozes de intelectuais), do judiciário, dos governos estaduais e do governo federal”⁶⁴⁶. Foi somente na década de 1980, dentro de um contexto de consolidação do ambientalismo, tanto em nível internacional, quanto nacional, que a Mata Atlântica passou a ser protegida por uma legislação mais eficiente. A partir daquele momento, o objetivo era salvar o que restara do bioma. Nesse período, tem-se como marco importante a Constituição Federal de 1988, que, no Artigo 225, declarou: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e a coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”⁶⁴⁷.

⁶⁴⁴ BRASIL. **Lei n. 4.771, de 15 de setembro de 1965**, 1965. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4771-15-setembro-1965-369026-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 15 jan. 2023.

⁶⁴⁵ DEAN, W. **A ferro e fogo: A história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 289

⁶⁴⁶ PÁDUA, J. A. Os fundamentos históricos da conservação florestal no Brasil. In: SILVA, S. D. *et al.* (Orgs.). **Ensaio em Ciências Ambientais: crises, riscos e racionalidades**. Rio de Janeiro: Garamond, 2016. p. 185-248. p. 198

⁶⁴⁷ BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Presidência da República, 1988. <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/91972/constituicao-da-republica-federativa-do-brasil-1988#art-225>. Acesso em: 30 nov. 2022.

A Constituição Federal de 1988 também declarou a Mata Atlântica, assim como a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira, como patrimônio nacional e definiu que “sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais”⁶⁴⁸.

Em 1992, a portaria n. 37-N⁶⁴⁹ do IBAMA relacionou, na *Lista Oficial de Espécies da Flora Brasileira Ameaçadas de Extinção*, a *Araucaria angustifolia* na categoria Vulnerável (VU), nos estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Minas Gerais. De acordo com a atual classificação da IUCN, uma espécie é considerada vulnerável quando os estudos técnicos revelam que ela está enfrentando um risco alto de extinção em futuro próximo. Além da araucária, outras espécies da Mata Atlântica compuseram a *Lista de Espécies Ameaçadas de Extinção*, como o xaxim (*Dicksonia sellowiana*).

No ano 2000, ocorreu a publicação da versão definitiva do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Entretanto, os estudos para a elaboração do SNUC haviam iniciado em 1988, quando o então IBDF solicitou a preparação de um projeto para a legislação das UCs para a Fundação Pró-Natura (FUNATURA). Tal projeto foi, então, entregue ao IBAMA, órgão que substituiu o IBDF no ano seguinte. A proposta de criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação foi entregue ao Congresso Nacional em 1992 e tramitou até o ano 2000, quando a versão definitiva foi aprovada. Nesta legislação, as Unidades de Conservação foram classificadas em duas categorias: Unidades de Proteção Integral, as quais cujo objetivo é “preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais”⁶⁵⁰ e as Unidades de Uso Sustentável, em que o objetivo é “compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais”⁶⁵¹.

Em 2001, a Resolução n. 278 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) considerou que “é prioridade garantir a perenidade, a conservação e a recuperação de espécies nativas da Mata Atlântica”⁶⁵² e ainda que “a situação crítica atual das espécies da flora

⁶⁴⁸ BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Presidência da República, 1988. <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/91972/constituicao-da-republica-federativa-do-brasil-1988#art-225>. Acesso em: 30 nov. 2022.

⁶⁴⁹ BRASIL. **Portaria IBAMA n. 37-N, de 3 de abril de 1992**. Brasília: IBAMA, 1992. Disponível em: https://cetesb.sp.gov.br/licenciamento/documentos/1992_Port_IBAMA_37.pdf. Acesso em: 30 nov. 2022.

⁶⁵⁰ BRASIL. **Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000**. Brasília: Presidência da República, 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm. Acesso em: 30 nov. 2022.

⁶⁵¹ Ibid.

⁶⁵² BRASIL. **Resolução CONAMA n. 278, de 24 de maio de 2001**. Brasília: Conama, 2001. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Resolucao/2001/res_conama_278_2001_corteexploracaoespeciesameacadasextincao.pdf. Acesso em: 15 jan. 2023.

ameaçadas de extinção, agravada pela intensa fragmentação do bioma Mata Atlântica, que compromete o fluxo genético”⁶⁵³. Assim, entre outras razões, determinou ao IBAMA:

a suspensão das autorizações concedidas por ato próprio ou por delegação aos demais órgãos integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA, **para corte e exploração de espécimes ameaçadas de extinção**, constantes da lista oficial daquele órgão, **em populações naturais no Bioma Mata Atlântica**, até que sejam estabelecidos critérios técnicos, cientificamente embasados, que garantam a sustentabilidade da exploração e a conservação genética das populações exploráveis⁶⁵⁴ (grifos nossos).

Foi a partir de 2001 que o corte de espécimes classificados na *Lista Oficial de Espécies da Flora Brasileira Ameaçadas de Extinção* foi proibido. Portanto, em 2001, foi proibido o corte da *Araucaria angustifolia*, por conta de a espécie ser classificada como ameaçada de extinção. Vale lembrar que a proibição do corte de araucária na Argentina, dentro de suas próprias conjunturas históricas estudadas no Capítulo três, ocorreu em 1986 pela Lei n. 2.380⁶⁵⁵, que decretou a espécie Monumento Natural Provincial.

Embora declarada na Constituição Federal de 1988 como patrimônio nacional, o regime jurídico do bioma Mata Atlântica só foi instituído em 2006 pela Lei n. 11.428⁶⁵⁶, popularmente conhecida como Lei da Mata Atlântica, que foi regulamentada em 2008 pelo Decreto n. 6.660⁶⁵⁷. Em 2008, a Instrução Normativa n. 06⁶⁵⁸, do Ministério do Meio Ambiente, revogou a portaria n. 37-N⁶⁵⁹ de 1992 do IBAMA e emitiu nova *Lista Oficial de Espécies da Flora Brasileira Ameaçadas de Extinção*. Na *Lista* de 2008, as espécies não foram classificadas por categoria, sendo que todas elas foram descritas como “aquelas com alto risco de desaparecimento na natureza em futuro próximo”. Além disso, a Normativa indicou necessários:

⁶⁵³ BRASIL. **Resolução CONAMA n. 278, de 24 de maio de 2001**. Brasília: Conama, 2001. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Resolucao/2001/res_conama_278_2001_corteexploracaoespeciesameacadasextincao.pdf. Acesso em: 15 jan. 2023.

⁶⁵⁴ Ibid.

⁶⁵⁵ MISIONES, P. de. Ley 2380. Misiones, 1986a. Disponível em: <http://www.digestomisiones.gob.ar/uploads/documentos/leyes/LEY%20XVI%20-%20N%2019.pdf>. Acesso em: 30 set. 2022.

⁶⁵⁶ BRASIL. **Lei n. 11.428, de 22 de dezembro de 2006**. Brasília: Presidência da República, 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11428.htm. Acesso em: 30 nov. 2022.

⁶⁵⁷ BRASIL. **Decreto n. 6.660, de 21 de novembro de 2008**. Brasília: Presidência da República, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6660.htm. Acesso em: 30 nov. 2022.

⁶⁵⁸ BRASIL. **Instrução Normativa n. 06, de 23 de setembro de 2008**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2008. Disponível em: https://servicos.ibama.gov.br/phocadownload/legislacao/in_06_lista_flora_ameacada_extincao.pdf. Acesso em: 15 jan. 2023.

⁶⁵⁹ BRASIL. **Portaria IBAMA n. 37-N, de 3 de abril de 1992**. Brasília: IBAMA, 1992. Disponível em: https://cetesb.sp.gov.br/licenciamento/documentos/1992_Port_IBAMA_37.pdf. Acesso em: 30 nov. 2022.

[...] ser desenvolvidos planos de ação, com vistas à futura retirada de espécies da lista, elaborados e implementados sob coordenação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes e do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro - JBRJ e com a participação de órgãos governamentais, da comunidade científica e da sociedade civil organizada, em prazo máximo de cinco anos, a contar da publicação desta Instrução Normativa⁶⁶⁰.

Em 2014, a Portaria n. 443⁶⁶¹ do Ministério do Meio Ambiente atualizou novamente a *Lista Oficial de Espécies da Flora Brasileira Ameaçadas de Extinção* e classificou a araucária na categoria Em Perigo (EN). Essa categoria significa que a espécie apresenta um risco de extinção muito alto em populações naturais. A Portaria n. 443 também determinou que, além das espécies Em Perigo, as classificadas como Extinta na Natureza (EW), Criticamente em Perigo (CR) e Vulnerável (VU) ficam “protegidas de modo integral, incluindo a proibição de coleta, corte, transporte, armazenamento, manejo, beneficiamento e comercialização entre outras”⁶⁶². A exceção são os espécimes plantados que possuíssem licença ambiental.

Em nível estadual, em 2014, o Conselho Estadual de Meio Ambiente de Santa Catarina (CONSEMA), na Resolução n. 51, define espécies ameaçadas de extinção como aquelas “com alto risco de desaparecimento na natureza em futuro próximo, assim reconhecida pela autoridade competente” e considera futuro próximo “um ciclo de avaliação global, ou seja, em até 20 anos ou cinco gerações, quando as espécies em risco podem ser reenquadradas para categoria de maior ou menor risco”⁶⁶³. A legislação estadual reconheceu e declarou a *Araucaria angustifolia* como ameaçada de extinção no Estado de Santa Catarina, na categoria de Criticamente em Perigo (CR). De acordo com os critérios da IUCN, isso significa que a espécie está “considerada como enfrentando um risco extremamente alto de extinção na natureza”⁶⁶⁴.

Percebe-se, portanto, que no intervalo de tempo entre 1992, quando a araucária foi classificada como espécie VU, passando por 2001, quando foi proibido o corte da espécie, e pelas *Lista Oficial de Espécies da Flora Brasileira Ameaçadas de Extinção* de 2008 e 2014, o estado de conservação da *Araucaria angustifolia* se agravou. A situação ficou ainda mais

⁶⁶⁰ BRASIL. **Instrução Normativa n. 06, de 23 de setembro de 2008**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2008. Disponível em: https://servicos.ibama.gov.br/phocadownload/legislacao/in_06_lista_flora_ameacada_extincao.pdf. Acesso em: 15 jan. 2023.

⁶⁶¹ BRASIL. **Portaria MMA n. 443, de 17 de dezembro de 2014**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2014. Disponível em: http://cncflora.jbrj.gov.br/portal/static/pdf/portaria_mma_443_2014.pdf. Acesso em: 20 nov. 2022.

⁶⁶² Ibid.

⁶⁶³ BRASIL. **Resolução CONSEMA 51, de 05 de dezembro de 2014**. Brasília: Conselho Nacional de Meio Ambiente, 2014.

⁶⁶⁴ IUCN. The IUCN Red List of Threatened species. Site IUCN, [S.l.], 2020. Disponível em: <https://www.iucnredlist.org/>. Acesso em: 20 nov. 2022.

⁶⁶⁴ BRASIL. **Resolução CONSEMA 51, de 05 de dezembro de 2014**. Brasília: Conselho Nacional de Meio Ambiente, 2014.

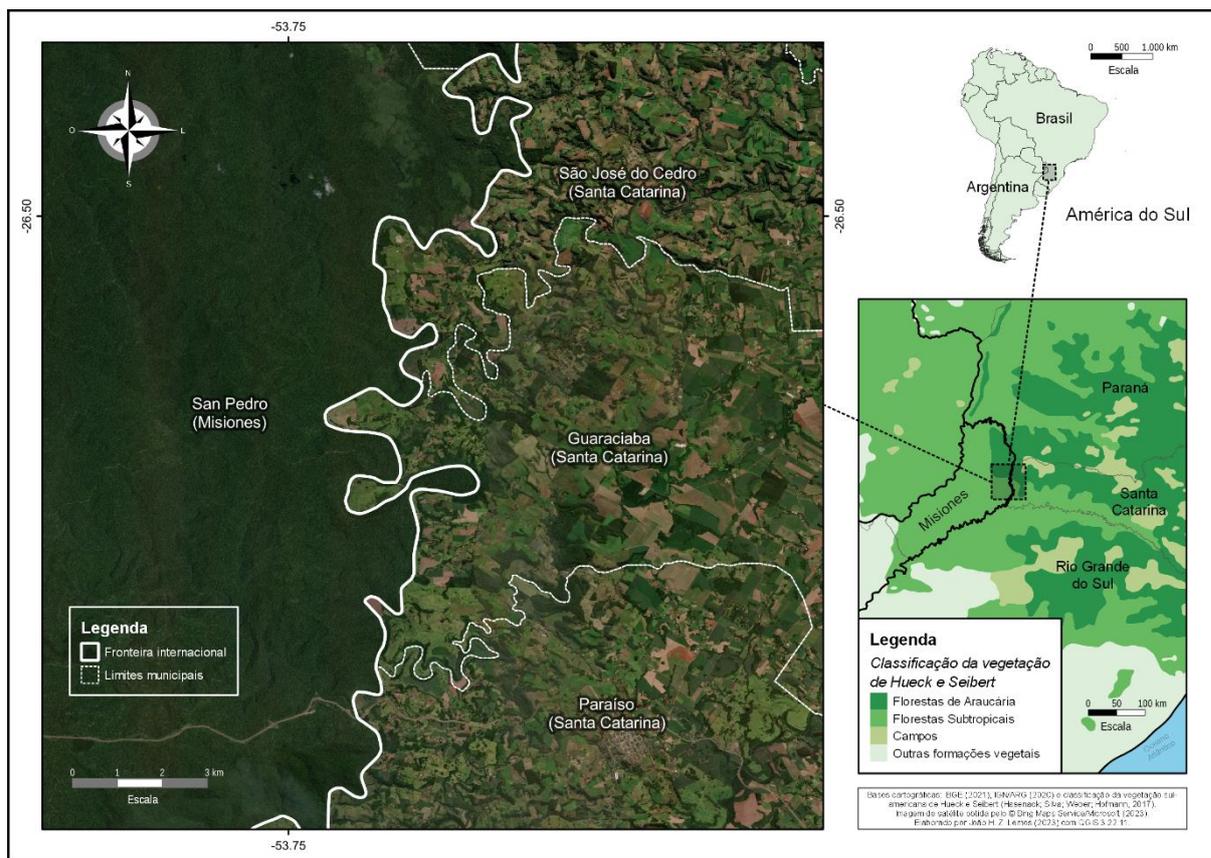
crítica com o decorrer do tempo. Nessa circunstância, nota-se que medidas de conservação, como a proibição de corte, bem como a criação de Unidades de Conservação, não deram conta de diminuir a exploração ilegal da espécie e salvaguardar a sua existência a ponto de que fosse possível a sua retida da *Lista Oficial de Espécies da Flora Brasileira Ameaçadas de Extinção* como propôs a Instrução Normativa n. 06 de 2008.

As florestas tropicais, como a Mata Atlântica e a Amazônia, de acordo com Schittini, Franco e Drummond, passaram e ainda vivem um “processo intenso e global de supressão, degradação e fragmentação, implicando em alto grau de perda da biodiversidade biológica, além de ameaçar os meios de vida, a cultura e os conhecimentos tradicionais de povos indígenas e outras comunidades associadas às florestas”⁶⁶⁵.

Políticas públicas aplicadas ao longo do tempo, e com distintas funções, alteraram e alteram a paisagem florestal. Na maior parte das vezes, essas regiões se converteram em áreas urbanas e de produção agrícola. Ao observar o Mapa 21, na sequência, região de fronteira entre Brasil e Argentina onde ocorre a Floresta com Araucárias, é possível notar os limites geopolíticos. Nas regiões em que determinada legislação é aplicada, há influência direta na (re)construção e conservação da paisagem florestal:

⁶⁶⁵ SCHITTINI, G. M.; FRANCO, J. L. de A.; DRUMMOND, J. A. Expansão da fronteira de recursos naturais e Unidades de Conservação da natureza na área de influência da BR-163. In: FRANCO, J. L. de A. *et al.* (Orgs.). **História Ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza**. Rio de Janeiro: Garamond, 2021. p. 119-146. p. 121.

Mapa 21 – Fronteira Brasil e Argentina, 2023



Fonte: João Lemos e Débora Nunes de Sá⁶⁶⁶.

De acordo com Oliveira, “Reconhecer que as florestas estão impregnadas de história e de trabalho humano permite refletir sobre as transformações da paisagem e suas consequências ecológicas”⁶⁶⁷. É nesse sentido que, ao se observar o traçado sinuoso da fronteira Argentina e Brasil, que em parte acompanha a jusante do Rio Peperí Guazú, percebe-se que a legislação e as políticas públicas aplicadas ao longo do tempo e em parte estudadas nesta tese, em um e no outro país influenciaram na (re)construção da paisagem que atualmente ali se visualiza. A legislação aplicada em território da Argentina fez com que a floresta esteja mais conservada do que onde ocorreu a efetivação das leis brasileiras que está majoritariamente ocupado por cultivos agrícolas.

⁶⁶⁶ LEMOS, João; SÁ, Débora Nunes de. **Vegetação na fronteira Brasil e Argentina, 2023**. [S.l.], [S.n.]. 1 mapa, color., [Mapa elaborado para esta tese].

⁶⁶⁷ OLIVEIRA, R. R. ¿Cómo la historia puede ser revelada a partir de la observación de paisajes socioecológicos?. *Estudios Rurales*, v. 11, n. esp. 23, 2021, p. 1-3, p. 3. Disponível em: <http://portal.amelica.org/ameli/jatsRepo/181/1812306006/1812306006.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2023.

4.3 PLANTAR ARAUCÁRIA PARA CONSERVAR A ESPÉCIE

O agrônomo Flávio Zanette analisa que a legislação atual, ao proibir o corte de araucárias e exigir uma série de certificações para o corte dos espécimes que foram plantados pelos agricultores, ocasionou “uma prática do corte antecipado de mudas, para evitar a perda de áreas que poderiam ser exploradas economicamente”⁶⁶⁸. O agrônomo Adelar Mantovani e o engenheiro florestal Newton Costa, ambos dedicados aos estudos de Recursos Genéticos Vegetais, em análise do Inventário Florístico de Estado de Santa Catarina (IFFSC), relatam que, nesse documento, também foi registrado o corte ilegal de espécimes jovens de araucária no Estado de Santa Catarina e que isso “revela claramente que regulamentações e legislações restritivas sem uma política efetiva e participativa podem ter um efeito inverso do desejado”⁶⁶⁹. O mesmo é registrado no estado do Paraná, de acordo com os historiadores Carvalho e Laverdi:

[...] não se pode mais cortar pinheiros, mas, por outro lado, também não se planta a árvore não se deixa que ela cresça. Isso porque a proibição de seu aproveitamento futuro fez dela uma espécie malquista entre muitos agricultores e proprietários. A presença dela em suas propriedades é vista como um problema cuja melhor e mais rápida solução é a sua eliminação ainda no estágio de muda. A araucária é vista hoje por muitos paranaenses como linda e magnânima, desde que esteja no quintal do vizinho⁶⁷⁰.

Nesse sentido, Zanette defende que as políticas públicas para a conservação da araucária deveriam tomar nova direção e incentivar o cultivo da espécie, com técnicas de seleção e plantio “que aumentam produtividade, favorecem o consumo e a comercialização do pinhão e tornam o seu cultivo uma ótima opção de atividade econômica”⁶⁷¹. Dessa maneira, a conservação ocorre *in situ* e *on farm*. A conservação *on farm* é o “Manejo sustentável da diversidade genética de variedades agrícolas [...] localmente desenvolvidas por agricultores dentro de um sistema de

⁶⁶⁸ ZANETTE, F. Possibilidades de conservação da espécie pelo uso. *In*: SEMINÁRIO SUL-BRASILEIRO SOBRE A SUSTENTABILIDADE DA ARAUCÁRIA, 3., 2018, Passo Fundo. [Anais...]. BUZATTO, C. R. *et al.* (Orgs.). Tapera: Lew, 2018. p. 17-18. p. 17. Disponível em: <http://www.upf.br/araucaria/download>. Acesso em: 20 nov. 2022.

⁶⁶⁹ MANTOVANI, A. COSTA, N. C. F. Situação atual e conservação das florestas com araucárias. *In*: SEMINÁRIO SUL-BRASILEIRO SOBRE A SUSTENTABILIDADE DA ARAUCÁRIA, 3., 2018, Passo Fundo. [Anais...]. BUZATTO, C. R. *et al.* (Orgs.). Tapera: Lew, 2018. p. 14-16. p. 14. Disponível em: <http://www.upf.br/araucaria/download>. Acesso em: 20 nov. 2022.

⁶⁷⁰ CARVALHO, A. I.; LAVERDI, R. Uma produção de sentidos para a araucária (sem floresta) no Paraná. *In*: FRANCO, José L. de Andrade *et al.* (Orgs.). **História Ambiental**: territórios, fronteiras e biodiversidade. v. 2. Rio de Janeiro: Garamond, 2016. 287-313 p. 312

⁶⁷¹ ZANETTE, F. Possibilidades de conservação da espécie pelo uso. *In*: SEMINÁRIO SUL-BRASILEIRO SOBRE A SUSTENTABILIDADE DA ARAUCÁRIA, 3., 2018, Passo Fundo. [Anais...]. BUZATTO, C. R. *et al.* (Orgs.). Tapera: Lew, 2018. p. 17-18. p. 17. Disponível em: <http://www.upf.br/araucaria/download>. Acesso em: 20 nov. 2022.

cultivo agrícola, pecuário ou agroflorestal tradicional”⁶⁷². À vista disso, Zanette aponta como recurso o estudo que realiza em conjunto com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA FLORESTAS). Com o uso de novas tecnologias, foram realizados enxertos com pinhões grandes para fazer um pomar de araucárias:

Com esse pomar será possível colher, depois de 30 anos de plantio, pinhões por no mínimo três gerações, que ganharão com a comercialização em torno de R\$ 32 mil por hectare/ano. Embora outros produtos agrícolas possam gerar renda similar, eles têm um custo ambiental, que a araucária não gera. Para se ter uma ideia, o pinhão normal tem em média 7 ou 8 gramas, enquanto o pinhão produzido a partir de matrizes selecionadas tem entre 14 e 16 gramas. Portanto, desenvolvemos e constatamos a possibilidade de produzir pinhões de alta qualidade plantando pinhões de alta qualidade⁶⁷³.

Mantovani e Costa ratificam o exposto ao afirmar que o consumo de pinhões pode contribuir para a conservação da espécie. Para isso, prosseguem, é importante “implementar políticas de incentivo e valorização das sementes, ressaltando seu potencial nutritivo, para que estas sejam comercializadas por valores monetários que realmente possam dar sustentação aos proprietários de áreas com araucárias”⁶⁷⁴. Dessa maneira, a ideia é que os proprietários tomem consciência de que a araucária produtora de sementes tem maior valor do que seu corte e utilização na produção madeireira.

Recentemente, por meio da Lei estadual n. 18.350⁶⁷⁵, de janeiro de 2022, o Estado de Santa Catarina alterou o Código Estadual do Meio Ambiente de 2009. Assim, acrescentou o Projeto Conservacionista da Araucária (PCA) “dedicado à reversão do processo de extinção da espécie *Araucaria angustifolia* (Pinheiro Brasileiro) no Território catarinense”. O PCA propõe o “i) plantio, ii) o desenvolvimento da silvicultura, iii) o estímulo à pesquisa para diversificação do emprego dos produtos e subprodutos originários da espécie; e iv) manejo florestal sustentável”⁶⁷⁶. Além disso, no Art. 225, afirma que: “O Poder Público incentivará o plantio de

⁶⁷² EMBRAPA RECURSOS GENÉTICOS E BIOTECNOLOGIA. **Conservação**. Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI). AleloWiki. Disponível em:

<https://alelowiki.cenargen.embrapa.br/index.php/Conserva%C3%A7%C3%A3o> Acesso em: 19 fev. 23

⁶⁷³ ZANETTE, F. Possibilidades de conservação da espécie pelo uso. In: SEMINÁRIO SUL-BRASILEIRO SOBRE A SUSTENTABILIDADE DA ARAUCÁRIA, 3., 2018, Passo Fundo. [Anais...]. BUZATTO, C. R. et al. (Orgs.). Tapera: Lew, 2018. p. 17-18. p. 17. Disponível em: <http://www.upf.br/araucaria/download>. Acesso em: 20 nov. 2022.

⁶⁷⁴ MANTOVANI, A. COSTA, N. C. F. Situação atual e conservação das florestas com araucárias. ZANETTE, F. Possibilidades de conservação da espécie pelo uso. In: SEMINÁRIO SUL-BRASILEIRO SOBRE A SUSTENTABILIDADE DA ARAUCÁRIA, 3., 2018, Passo Fundo. [Anais...]. BUZATTO, C. R. et al. (Orgs.). Tapera: Lew, 2018. p. 14-16. p. 15. Disponível em: <http://www.upf.br/araucaria/download>. Acesso em: 20 nov. 2022.

⁶⁷⁵ SANTA CATARINA. **Lei n. 18.350, de 27 de janeiro de 2022**. Florianópolis: Governo do Estado de Santa Catarina, 2022. Disponível em: http://leis.alelsc.sc.gov.br/html/2022/18350_2022_lei.html Acesso em: 20 nov. 2022.

⁶⁷⁶ Ibid.

Araucária por meio de programa de estímulo específico”. A Lei é uma importante estratégia que, se aplicada com êxito, pode contribuir para a conservação da *Araucaria angustifolia* no estado de Santa Catarina. No decorrer do tempo, será possível verificar a sua viabilidade.

Na Província de Misiones, obstáculos semelhantes para a conservação da araucária foram observados na legislação pelos pesquisadores Juan Cinto, Juan Russel e Jorge Costa. Os pesquisadores afirmam que a Lei n. 2.380⁶⁷⁷ de 1986, atualmente nominada de Ley XVI- n. 19, que declarou a araucária Monumento Natural Provincial e proibiu o seu corte:

resulta ineficaz em sus objetivos explícitos de lograr la preservación, conservación y reproducción de *Araucaria angustifolia*, causado, en primera instancia, por la falta de implementación de medidas previstas en la ley y en las excepciones para autorizar las cortas. Tópicos claves para responder a otras amenazas, como conservación de germoplasma y educación ambiental, no están incluidos en la Ley. Su protección integral, requiere la complementariedad de otras normas⁶⁷⁸.

Tal como no Brasil, em Misiones, pesquisadores do *Instituto Nacional de Tecnología Agropecuaria* (INTA), localizado na municipalidade de Montecarlo, e que desenvolvem estudos no *Campo Experimental General Manuel Belgrano*, em San Antonio, defendem que o plantio de araucária é um método eficiente para a conservação da espécie. O grupo argumenta que, além de conservar o germoplasma, as plantações de araucária contribuem para a criação de ambientes favoráveis para o desenvolvimento de outras espécies nativas, como a samambaiçu (*Alsophila setosa*). Além disso, alertam que animais silvestres podem se beneficiar das plantações de araucárias, como o grimpeiro (*Leptasthenura setaria*), que se alimenta de aranhas e outros insetos que vivem na casca das araucárias⁶⁷⁹. Nesse ponto de vista, os pesquisadores do INTA vêm se dedicando a estudos de melhoramento genético da araucária para utilização em plantações. Para o engenheiro florestal Martín Pinazo *et al.*:

Mediante este programa se busca mantener los recursos genéticos existentes (plantaciones) y a su vez, seleccionar los arboles que sobresalgan por su crecimiento. Aquellos que resultan seleccionados son evaluados a campo a través de sus semillas en lo que se conoce como “pruebas de progenies”. Además, son propagado a través

⁶⁷⁷ MISIONES, P. de. **Ley 2380**. Misiones, 1986a. Disponível em: <http://www.digestomisiones.gob.ar/uploads/documentos/leyes/LEY%20XVI%20-%20N%2019.pdf>. Acesso em: 30 set. 2022.

⁶⁷⁸ CINTO, J. P.; RÜSSEL, J. C.; COSTA, J. *Araucaria angustifolia* Monumento Natural en la Provincia de Misiones, Argentina. Evaluación crítica de la ley de declaración. In: SEMINÁRIO SUL-BRASILEIRO SOBRE A SUSTENTABILIDADE DA ARAUCÁRIA, 3., 2018, Passo Fundo. [Anais...]. BUZZATTO, C. R. *et al.* (Orgs.). Tapera: Lew, 2018. p. 126-128. p. 127. Disponível em: <http://www.upf.br/araucaria/download>. Acesso em: 20 nov. 2022. p.

⁶⁷⁹ PINAZO, M. *et al.* Antes había muchas. **Revista de la Fundación Vida Silvestre**, Buenos Aires, n. 136, jul-sep, 2016. p. 22-24.

de injertos e instalados en plantaciones destinadas a la producción temprana de semillas que luego dará origen a futuras forestaciones⁶⁸⁰.

A técnica empregada pelos pesquisadores misioneros irá contribuir para “conservar la especie, a mantener los bosques nativos remanentes y a ampliar su superficie de distribución utilizándolas em plantaciones productivas”⁶⁸¹. É nessa perspectiva que se pode citar Pádua, quando o historiador ambiental afirma que, no século XXI, a sustentabilidade tem um desafio muito maior do conservar, e que: “será preciso trabalhar ativamente na restauração, tanto quanto possível, da saúde ecológica e paisagística dos diferentes territórios, especialmente das regiões que foram mais fortemente degradadas no passado”⁶⁸². Estratégias como as propostas pelos pesquisadores da EMBRAPA Florestas no Brasil e de outras instituições de ensino e pesquisa, bem como do INTA na Argentina, evidenciam o desafio para a conservação da *Araucaria angustifolia*, e a necessidade de investimentos em pesquisas e políticas públicas que auxiliem na recuperação do ecossistema da Floresta com Araucárias, independente dos limites geopolíticos e do Estado-nação em que ela se localize, conservando esse importante patrimônio ambiental, que bem como observaram Nodari e Gerhardt, se constitui pela biodiversidade “tanto aquela de origem estritamente natural quanto a produzida por uma combinação da natureza com o cultivo humano”⁶⁸³.

⁶⁸⁰ PINAZO, M. *et al.* Antes había muchas. **Revista de la Fundación Vida Silvestre**, Buenos Aires, n. 136, jul-sep, 2016. p. 22-24. p. 24.

⁶⁸¹ *Ibid.*, p. 24.

⁶⁸² PÁDUA, J. A. Os fundamentos históricos da conservação florestal no Brasil. *In: SILVA, S. D. et al. (Orgs.). Ensaio em Ciências Ambientais: crises, riscos e racionalidades*. Rio de Janeiro: Garamond, 2016. p. 185-248. p. 212.

⁶⁸³ NODARI, E. S.; GERHARDT, M. Patrimônio ambiental, História e biodiversidade. **Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science**, Anápolis, v.5, n.3, p. 54-71, 2016. p. 61.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O problema de pesquisa posto na introdução desta tese é retomado aqui com o intuito de recordar os caminhos que percorridos para respondê-lo: como se (re)construiu a paisagem da região de fronteira político-administrativa entre Brasil e Argentina, antes marcada pelo predomínio da *Araucaria angustifolia*? A partir da questão instituída, interpretou-se um variado conjunto de fontes composto por relatos de viajantes, mapas, fotografias, estudos técnicos, legislação, paisagens, entre outras. Analisadas em conjunto, essas fontes possibilitaram compreender a trajetória histórica da Floresta com Araucárias que existiu na fronteira entre o nordeste de Misiones, na Argentina, e o Extremo-Oeste de Santa Catarina, no Brasil, a qual apresenta muitas semelhanças, mas também particularidades. Os remanescentes da Floresta com Araucárias ali presentes na atualidade são derivados das concepções sobre os usos humanos dos bens naturais e de políticas públicas aplicadas por cada Estado-Nação ao longo do tempo.

Na Argentina, a Floresta com Araucárias, no fim do século XIX, foi interpretada, por viajantes-naturalistas e técnicos que percorreram a Selva Misionera, como um elemento importante para o desenvolvimento da economia de Misiones, o que veio a acontecer no decorrer do século XX. Inventários florísticos, realizados por pesquisadores da época⁶⁸⁴, identificaram que, na década de 1960, a Floresta com Araucárias na Província de Misiones possuía 210.000 hectares e se distribuía por fragmentos mais densos de floresta e, ainda, por araucárias isoladas, abrangendo a área dos atuais Departamentos de San Pedro e General Manuel Belgrano, que se inserem na área de fronteira entre Argentina e Brasil.

O intenso uso da araucária, principalmente como matéria-prima na indústria madeireira e celulósica, auxiliou no desenvolvimento econômico da Província de Misiones. Contudo, a evidente diminuição dos espécimes arbóreos, atrelado ao longo período de regeneração natural da floresta, tornou necessária a adoção de medidas para frear o corte da espécie. Dessa maneira, em 1986, a *Araucaria angustifolia* foi declarada Monumento Natural Provincial com o objetivo de evitar a sua extinção em território argentino. A proibição do corte da araucária contribuiu para que fragmentos da floresta continuassem conservados. Na década de 1990, muitos deles foram declarados Áreas Naturais Protegidas, administradas pelo Ministério de Ecologia e Recursos Naturais Renováveis da Província de Misiones, como o Parque Provincial de la

⁶⁸⁴ COZZO, D. Ubicación y riqueza de los bosques espontáneos de ‘pino’ Paraná (*Araucaria angustifolia*) existentes en la Argentina. **Revista Forestal Argentina**, v. 4, n. 2, p. 46–54, 1960. RAGONESE, A. E.; CASTIGLIONE, J. A. Los pinares de *Araucaria angustifolia* en la República Argentina. **Boletín de la Sociedad Argentina de Botánica**, v. 1, n. 2, p. 126–147, 1946.

Araucaria, Parque Provincial Cruce Caballero e o Parque Provincial El Piñalito, discutidos no Capítulo 4. Esses Parques, localizados próximo ao limite político entre Argentina e Brasil, constituem parte da paisagem fronteira. Além da flora característica da Floresta com Araucárias, os Parques Florestais, atualmente, constituem importante habitat, com fontes de alimento para espécies da fauna nativa, tais como: puma (*Puma concolor*), gato-mourisco (*Herpailurus yagouaroundi*), macaco-prego (*Sapajus apella*), gambá (*Didelphis aurita*), graxaim (*Cerdocyon thous*), grimpieiro (*Leptastheruna setaria*) e papagaio-de-peito-roxo (*Amazona vinacea*).

Outras áreas de proteção localizadas na fronteira da Argentina com o Brasil, administrada por órgãos nacionais, como a Reserva Natural Estricta San Antonio, que possui 480 hectares, também conserva importante remanescente da Floresta com Araucárias. Assim, pode ser objeto de estudos futuros da História Ambiental. Na fronteira, outra importante área de proteção ambiental que pode ser estudada é a Reserva da Biosfera Yabotí. Esta, embora não se classifique como Floresta com Araucárias, conserva importantes 221.155 hectares de remanescentes da Selva Misionera e foi declarada patrimônio ambiental pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura (UNESCO).

A Floresta com Araucária fora dos limites argentinos e sob domínio brasileiro, no Extremo-Oeste catarinense, apresenta marcas na paisagem mais evidentes criadas pelos projetos político-econômicos implementados pelos governos do Brasil. As migrações de europeus e seus descendentes, os projetos de colonização, a construção da ferrovia São Paulo – Rio Grande e, mais tarde, os impactos da Revolução Verde, reconstruíram a paisagem. Como observado no estudo de caso do município de Guarujá do Sul, no lugar da floresta hoje existem núcleos urbanos e propriedades agrícolas de monocultivos. A proibição do corte da *Araucaria angustifolia* no Brasil ocorreu apenas em 2001, quando a espécie era classificada como ameaçada de extinção. A proibição, contudo, não impediu que o desmatamento prosseguisse.

O Sistema Nacional de Unidade de Conservação da Natureza do Brasil, instituído em 2000, bem como a criação e a administração das Unidades de Conservação são importantes instrumentos para a conservação da biodiversidade brasileira. Entretanto, na região de fronteira do Brasil com a Argentina, no Extremo-Oeste catarinense, há insuficientes UCs para a proteção das Florestas com Araucárias. Dessa maneira, a ausência de área de conservação e a fragmentação da floresta no Extremo-oeste prejudica a conectividade e a formação de corredores ecológicos com a Floresta com Araucárias existentes em território argentino.

Conclui-se que a fronteira política Argentina e Brasil é permeável, sob alguns aspectos, mas rígida em outras situações. O processo histórico e a proteção da mesma floresta foi

diferente nos dois países e, por isso, atualmente, as paisagens apresentam-se distintas. Os processos históricos diferentes desenvolvidos nos dois lados da fronteira, principalmente a partir de 1895, construíram paisagens distintas ligadas à mesma formação florestal. A paisagem que compreende o Extremo-Oeste de Santa Catarina e o nordeste de Misiones é, portanto, resultante da combinação de mudanças biofísicas com a ação humana, que perpassa sobretudo por projetos político-econômicos e pela legislação aplicada em cada país. A fronteira, aqui, une, mas também separa.

Os fragmentos de Floresta com Araucárias que atualmente constituem parte da região fronteira são importantes em escala global para a conservação da diversidade biológica e para a existência de espécies da flora e da fauna, muitas delas ameaçadas de extinção. A conservação depende de políticas públicas integradas entre os países, visando à conexão e à ampliação dos ambientes florestais fronteiriços. Por isso, conservar e recuperar a Floresta com Araucária é missão para ambos os Estados-Nações, Brasil e Argentina, pois é patrimônio socioambiental global, que carece de políticas públicas protetoras.

Por fim, espera-se que esta pesquisa contribua para compreensão da historicidade da Floresta com Araucárias localizada entre o Extremo-Oeste de Santa Catarina e a Argentina. Assim sendo, as contribuições desta tese podem auxiliar no debate e o enfrentamento do desafio de pensar e aplicar formas de manejo que permitam a conservação dessa tipologia florestal e dos conhecimentos e práticas culturais a ela associadas.

REFERÊNCIAS

- ABINZANO, R. C. El frente extractivo de yerba mate y madera. Una actividad socioeconómica transnacional de la triple frontera. *In*: NÚÑES, Â.; PADOIN, M. M.; OLIVEIRA, T. C. M. de (org.). **Dilemas e Diálogos Platinos Relações e Práticas Socioculturais**. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2010. p. 09–76.
- ACADEMIA NACIONAL DE MEDICINA. **Robert Christian Barthold Avé-Lallemant**. Misiones: ANM, 2020. Disponível em: <https://www.anm.org.br/robert-christian-barthold-ave-lallemant/>. Acesso em: 20 maio 2022.
- AGUILAR, H. A. Juan Bautista Ambrosetti: “el loco de los cacharros”. **Boletín Biológica**, n. 13, 2009. Disponível em: www.boletinbiologica.com.ar. Acesso em: 10 jan. 2022.
- AHLERT, J. Surpreendente e melancólico. Reminiscência missioneira: o olhar de Robert Avé-Lallemant (1858). *In*: CONSTANTINO, N. S. de (org.). **Relatos de Viagem como fontes à História**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012. p. 33–44. p. 40.
- ALCARÁZ, A. **La gestión de una “Elite local” durante la explotación yerbatera-maderera en el Alto Paraná (1870-1920)**: Domingo Barthe: un representante paradigmático. 165 f. 2013. (Maestría en Antropología Social), Universidad Nacional de Misiones, Posadas, 2013. GERHARDT, M. **História ambiental da erva-mate**. 290 f. 2013. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.
- ALCARÁZ, J. **Misiones a través de los relatos de viaje**. Posadas: EDUNAM: Editorial Universitaria de la Universidad Nacional de Misiones, 2009.
- ALCARÁZ, J.; OVIEDO, N. Representaciones de las actividades económicas en el Territorio Nacional de Misiones (1930 - 1950). **La Rivada**, v. 2, n. 3, p. 1–18, 2016. Disponível em: <http://argos.fhycs.unam.edu.ar/handle/123456789/546p>. 11.
- ALVAREZ, A. **Rescate de la historia oral de los ex pobladores del Parque Provincial de la Araucaria**. Técnico Universitario Guardaparque. Universidad Nacional de Misiones. San Pedro, Misiones, 2011.
- AMABLE, M. A.; DOHMANN, K.; ROJAS, L. **Historia de la provincia de Misiones, siglo XX**. 2. ed. Posadas: Montoya, 2014a.
- AMABLE, M. A.; DOHMANN, K.; ROJAS, L. **História Misionera: una perspectiva integradora**. Posadas: Montoya, 2014b.
- ARANHA, B. P. de L. **De Buenos Aires a Misiones: civilização e barbárie nos relatos de viajantes realizados à terra do mate (1882-1898)**. 182 f. 2014. Dissertação (Mestrado em História), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
- ARANHA, B. P. de L. **Entre sertões e desertos: viajantes brasileiros e argentinos na fronteira (1882-1905)**. 431 f. 2020. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020. p. 268.

AVELLO, A. S. **À sombra do sucesso: dinâmica social numa Colônia alemã no Sul do Brasil** (Colônia do Pinhal - Itaara/RS, 1857-1894). 307 f. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2018.

BARCA, S. Trabalhando o mundo: reflexões transnacionais sobre a história ambiental do trabalho. *In*: FRANCO, J. L. de A. *et al.* (org.). **História Ambiental: territórios, fronteiras e biodiversidade**. v. 2, Rio de Janeiro: Garamond, 2016. p. 129–156. p. 140.

BAUERMAN, S. F.; BEHLING, H. Dinâmica paleovegetacional da Floresta com Araucária a partir do final do Pleistoceno: o que mostra a palinologia. *In*: FONSECA, C. R. (org.). **Floresta com Araucária: ecologia, conservação e desenvolvimento sustentável**. Ribeirão Preto: Holos, 2009. p. 35–38.

BELLANI, E. M. **Madeira, balsas e balseiros no rio Uruguai: o processo de colonização do velho município de Chapecó (1917/1950)**. 327f. 1991. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1991.

BIRDLIFE INTERNATIONAL. *Amazona vinacea*. **The IUCN Red List of Threatened Species**, [S.l.], 2017a. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.2305/IUCN.UK.2017-3.RLTS.T22686374A118954406.en>. Acesso em: 30 set. 2022.

BIRDLIFE INTERNATIONAL. *Cyanocorax coeruleus*. **The IUCN Red List of Threatened Species**, [S.l.], 2017b. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.2305/IUCN.UK.2017-3.RLTS.T22705708A118809755.en>. Acesso em: 29 set. 2022.

BITENCOURT, A. L.; KRAUSPENHAR, P. M. Possible prehistoric anthropogenic effect on *Araucaria angustifolia* (BERT.) O. Kuntze expansion during the late Holocene. **Revista Brasileira de Paleontologia**, v. 9, n. 1, p. 109–116, 2006. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/6603/0522a7be920a30e52feb2749fb63735bed5c.pdf>. Acesso em: 1 fev. 2020.

BLACKBOURN, D. História Ambiental e Outras Histórias. *In*: COULTER, K.; MAUCH, C. (org.). **O Futuro da História Ambiental: necessidade e oportunidades**. Munique: **Rachel Carson Center Perspectives**, 2011. p. 26.

BRANDT, M. **Uma história ambiental dos campos do planalto de Santa Catarina**. 332 f. 2012. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

BRANDT, M.; MORETTO, S. P. The Caboclo Population of the Araucaria Forest of Santa Catarina: Common Use of Land, Expropriation and Marginalization. **Historia Ambiental Latinoamericana Y Caribeña (HALAC)**, [S.l.], v. 12, n.2, p. 55-80, 2022.

BRIGHENTI, C. A. Processos de colonização e povos indígenas no oeste catarinense. *In*: VALENTINI, D. J.; MURARO, V. F. (org.). **Colonização, conflitos e convivências nas fronteiras do Brasil**. Porto Alegre: Letra & Vida: Chapecó: UFFS, 2015. p. 191–219. p. 210.

BURKART, R.; FERNÁNDEZ, J. G. Introducción. *In*: BURKART, R. *et al.* (Orgs.). **La Selva Misionera: Opciones para su conservación y uso sustentable**. Buenos Aires: FUCEMA, 2002. p. 13.

CABRAL, D. de C. **Na Presença da Floresta: Mata Atlântica e História Colonial**. Rio de Janeiro: Garamond/FAPERJ, 2014. p. 29.

CARVALHO, A. I.; LAVERDI, R. Uma produção de sentidos para a araucária (sem floresta) no Paraná. *In*: FRANCO, José L. de Andrade *et al.* (Orgs.). **História Ambiental: territórios, fronteiras e biodiversidade**. v. 2. Rio de Janeiro: Garamond, 2016. 287-313 p. 312

CARVALHO, M. M. X. de. **Uma grande empresa em meio à floresta: a história da devastação da Floresta Ombrófila Mista e a Southern Brazil Lumber and Colonization (1870-1970)**. 313 f. 2010. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

CARVALHO, M. M. X. de; NODARI, E. O problema do desmatamento da floresta com araucária considerando escalas de tempo mais amplas. *In*: VALENTINI, D.; MURARO, V. F. (org.). **Colonização, conflitos e convivências nas fronteiras do Brasil**. Porto Alegre: Letra & Vida; Chapecó: Ed. UFFS, 2015. p. 293–317. p. 303.

CARVALHO, M. M. X.; NODARI, E. S.; NODARI, R. O. “Defensivos” ou “agrotóxicos”? História do uso e da percepção dos agrotóxicos no estado de Santa Catarina, Brasil, 1950-2002. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 75-91, 2017.

CINTO, J. P.; RÜSSEL, J. C.; COSTA, J. Araucaria angustifolia Monumento Natural en la Provincia de Misiones, Argentina. Evaluación crítica de la ley de declaración. *In*: SEMINÁRIO SUL-BRASILEIRO SOBRE A SUSTENTABILIDADE DA ARAUCÁRIA, 3., 2018, Passo Fundo. [Anais...]. BUZATTO, C. R. *et al.* (Orgs.). Tapera: Lew, 2018. p. 126-128. p. 127. Disponível em: <http://www.upf.br/araucaria/download>. Acesso em: 20 nov. 2022.

CLIMA, O. do. **MapBiomias**, 2019. Disponível em: <https://mapbiomas.org/>. Acesso em: 10 jan. 2021.

CONRAD, S. **O que é história global**. Lisboa: Edições 70, 2019. p. 15–16.

CRESTANI, L. de A. **História da ocupação na fronteira entre Brasil e Argentina (1881/1930): uma perspectiva comparada e transnacional**. 308 f. 2019. Tese (Doutorado em História), Universidade de Évora, Évora, 2019. p. 29.

DEAN, W. **A ferro e fogo: A história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DELEAGE, J.-P. **História da ecologia: uma ciência do homem e da natureza**. Portugal: Dom Quixote, 1993. p. 253.

DI TELLA, T. **História social da Argentina contemporânea**. 2. ed. rev. Brasília: FUNAG, 2017. p. 31.

DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada**. 4. ed. São Paulo: Annablume: Hucitec: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2002. p. 104.

DRUMMOND, J. A. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. **Estudos Históricos**, v. 4, n. 8, p. 177–197, 1991. p. 184.

DUARTE, R. H. Olhares Estrangeiros. Viajantes no vale do rio Mucuri. **Revista Brasileira de História**, v. 22, n. 44, p. 267–288, 2002. p. 268.

EMBRAPA RECURSOS GENÉTICOS E BIOTECNOLOGÍA. **In situ**. Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI). AleloWiki. Disponível em: https://alelowiki.cenargen.embrapa.br/index.php/In_situ Acesso em: 19 fev. 23

FARIÑA, A. B. **Contribución al ordenamiento ambiental en un área clave para la biodiversidad (KBA): propuesta de corredor biológico interurbano para la Araucaria angustifolia (Bertol.) Kuntze, en San Pedro Misiones, Argentina**. San Pedro, Misiones: Universidade Nacional de Misiones: Tecnicatura Universitaria en Guardaparque, Universidad Nacional de Misiones, 2022.

FAUSTO, B.; DEVOTO, F. J. **Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada (1850-2002)**. São Paulo: Ed. 34, 2004.

FERRARI, M. **Conflitos e povoamento na fronteira Brasil-Argentina: Dionísio Cerqueira (SC), Barracão (PR) e Bernardo de Irigoyen (Misiones)**. Florianópolis: Ed. da Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.

FERRARI, M. **Interações Transfronteiriças na Zona de Fronteira Brasil-Argentina: o extremo Oeste de Santa Catarina e Paraná e a Província de Misiones (século XX e XXI)**. 2011. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

FERRARI, M. Natural. *In*: BENEDETTI, A. G (Org.). **Palabras clave para el estudio de las fronteras**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: TeseoPress. p. 479.

FERRARI, M. Redes da migração brasileira no nordeste da Província de Misiones – Argentina (século XX). *In*: VALENTINI, D. J.; MURARO, V. F. (org.). **Colonização, conflitos e convivências nas fronteiras do Brasil**. Porto Alegre: Letra & Vida: Chapecó: UFFS, 2015. p. 247–269. p. 249.

FRANCO, J. L. de A. Patrimônio cultural e natural, direitos humanos e direitos da natureza. *In*: DUTRA E SILVA, S. *et al.* (org.). **Ensaio em Ciências Ambientais: crises, riscos e racionalidades**. 1. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2016. p. 275–308. p. 286.

FRANCO, J. L. de A; DRUMMOND, J. A. História das preocupações com o mundo natural no Brasil: da proteção à natureza à conservação da biodiversidade. *In*: FRANCO, José Luiz de Andrade *et al.* (Orgs). **História Ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza**. Rio de Janeiro: Garamond, 2021. p. 333-366.

FRANGI, J. L. **Academia Nacional de Agronomía y Veterinaria**. Argentina: [S.n.], [20--]. Disponível em: https://web.archive.org/web/20080929080925/http://www.anav.org.ar/bios3.php?id_miembro=25. Acesso em: 10 jan. 2020.

FREITAS, F. S. S. Um parque para a fronteira: a criação do Parque Nacional do Iguaçu no Sul do Brasil, 1880-1940. *In*: SCHMITT, Â. M.; WINTER, M. D. (org.). **Fronteiras na História: Atores sociais e historicidade na construção do Brasil Meridional (Séculos XVIII-XX)**. Chapecó: UFFS Editora, 2021. p. 233–264.

GALLERO, M. C. Cambios y permanencias en la producción de yerba mate: Un estudio desde la historia ambiental en Misiones (Argentina). **HALAC - Historia Ambiental, Latinoamericana y Caribeña**, v. 9, n. 1, p. 223–257, 2019.

GALLERO, M. C. La colonización privada en Misiones y el accionar de la compañía Eldorado (1919-1959). **Folia Histórica del Nordeste**, n. 7, p. 63–84, 2008.

GEORGE, S. **Flora Brasiliensis**: Uma breve história da obra. **Flora brasiliensis**. [S.l.], 2005. Disponível em: <http://florabrasiliensis.cria.org.br/info?history>. Acesso em: 15 maio 2022.

GERHARDT, M. A toponímia regional ligada ao ambiente: memória e patrimônio. In: MACHADO, I. P.; ZANOTTO, G. (org.). **Momento Patrimônio**. v. IV. Erechim: Graffoluz, 2015. p. 101–109.

GERHARDT, M. **História ambiental da erva-mate**. 290 f. 2013. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

GERHARDT, M. Uma história ambiental da modernização da agricultura: o norte do Rio Grande do Sul. **História: Debates e Tendências**, Passo Fundo, v. 16, n. 1, p. 166-180, 2016.

GOLIN, T. **A Fronteira**: Os tratados de limites Brasil-Uruguai-Argentina, os trabalhos demarcatórios, os territórios contestados e os conflitos na bacia do Prata. 2. ed. Porto Alegre: L&PM, 2004.

HEINSFELD, A. A fronteira: historicidade e conceitualização. In: RADIN, J. C.; MURARO, V. F.; ZARTH, P. (org.). **História da Fronteira Sul**. Porto Alegre: Letra & Vida; Chapecó: UFFS, 2015. p. 25–42.

HEINSFELD, A. **Fronteira Brasil/Argentina**: a Questão de Palmas - de Alexandre de Gusmão à Rio Branco. Passo Fundo: Méritos, 2007.

HERRERA, G. C. A crise ambiental e as tarefas da história na América Latina. In: SILVA, S. D. *et al.* (org.). **Ensaio em Ciências Ambientais**: crises, riscos e racionalidades. Rio de Janeiro: Garamond, 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Biomás**. Rio de Janeiro: IBGE, [20--]. Disponível em: <https://cnae.ibge.gov.br/en/component/content/94-7a12/7a12-vamos-conhecer-o-brasil/nosso-territorio/1465-ecossistemas.html?Itemid=101>. Acesso em: 28 jan. 2021.

INTERNATIONAL, B. **Leptasthenura setaria**. 2016. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.2305/IUCN.UK.2016-3.RLTS.T22702196A93864388.en>. Acesso em: 1 out. 2022.

INVENTÁRIO FLORÍSTICO FLORESTAL DE SANTA CATARINA. **Mapa fitogeográfico do estado de Santa Catarina**. Florianópolis: IFF, 2022. 1 mapa. Color. [Baseado no mapa elaborado pelo Dr. Roberto Miguel Klein (1978)]. Disponível em: <https://www.iff.sc.gov.br/nossa-%C3%A1rea-de-estudo>. Acesso em: 20 nov. 2022.

IUCN. The IUCN Red List of Threatened species. Site IUCN, [S.l.], 2020. Disponível em: <https://www.iucnredlist.org/> Acesso em: 20 nov. 2022.

JERUSALINSKY, L. *et al.* Alouatta guariba (amended version of 2020 assessment). **The IUCN Red List of Threatened Species**, [S.l.], 2021. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.2305/IUCN.UK.2021-1.RLTS.T39916A190417874.en>. Acesso em: 15 out. 2022.

KOSSOY, B. **Fotografia & História**. 4. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2012.

KOSTLIN, M. R.; KOSTLIN, L. A.; OLALLA, N. El Yvyrareta: la Selva Misionera (Argentina). **Ciência & Ambiente**, v. 42, n. 6, p. 15–37, 2011.

KURY, L. Viajantes-naturalistas no Brasil oitocentista: experiência, relato e imagem. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 8, p. 863–880, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/grhQqtzkqm3FRhdYhZWY94k/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 mai. 2022.

LEAL, C.; SOLURI, J.; PÁDUA, J. A. Introducción. *In*: LEAL, C.; SOLURI, J.; PÁDUA, J. A. (org.). **Un pasado vivo**. Dos siglos de historia ambiental latinoamericana. Bogotá: GCE, Universidad de los Andes, Facultad de Ciencias Sociales, 2019.

LEANDRO, J. A. (Org.). **Dicionário Histórico dos Campos Gerais**. Ponta Grossa, 2022. Disponível em: <https://www2.uepg.br/dicion/os-campos-gerais-do-parana/#os-campos-gerais>. Acesso em: 3 jun. 2022.

LEMOS, M. A. **Entre espaços, sujeitos e línguas: a produção da fronteira em Dionísio Cerqueira-SC, Barracão-PR (Brasil) e Bernardo de Irigoyen (Misiones, Argentina) nos relatos de viagens**. 2019. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.

LEPETIT, B. Sobre a escala na história. *In*: JACQUES, R. (org.). **Jogos de escala: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 77–102.
SCHAMA, S. **Paisagem e memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

LIMERICK, P. O Restauo da Terra e a Redenção da Profissão Histórica. *In*: COULTER, K.; MAUCH, C. (org.). **O Futuro da História Ambiental: necessidade e oportunidades**. Munique: Rachel Carson Center Perspectives, 2011. p. 11–15.

LÓPEZ, L.; CÁMARA, H. **Senderos en la Selva Misionera**. Gobierno de la Provincia de Misiones, 2005.

LOWE, F. **Asseradero “El Piñalito de la família Angriman**. [S.l.], 15 fev. 2023. Facebook: Grupo Misiones del Ayer. Disponível em: <https://www.facebook.com/groups/378572262194274/permalink/6108462132538563/>. Acesso em: 15 fev. 2023.

LUCA, T. R. de. História dos, nos e por meio dos periódicos. *In*: PINSKY, C. B. (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2015. p. 111–154.

MACHADO, L. N. Caracterização das classes de solos, aptidão agrícola das terras e análise da vulnerabilidade do solo na microbacia Lajeado Pessegueiro, Guarujá do Sul, SC. 2016. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

MACHADO, P. P. Guerra, cerco, fome e epidemias: memórias e experiências dos sertanejos do Contestado. **Topoi**, [S.l.], v. 12, n. 22, jan.-jun. 2011, p. 178-186.

MACHADO, P.P. O mundo agrário e as tradições rurais no conflito do Contestado (1912-1916). In: SCHMITT, Â. M.; WINTER, M. D. (Orgs.). **Fronteiras na História: Atores sociais e historicidade na construção do Brasil Meridional (Séculos XVIII-XX)**. Chapecó: UFFS Editora, 2021. p. 420-439.

MANTOVANI, A. COSTA, N. C. F. Situação atual e conservação das florestas com araucárias. In: SEMINÁRIO SUL-BRASILEIRO SOBRE A SUSTENTABILIDADE DA ARAUCÁRIA, 3., 2018, Passo Fundo. [Anais...]. BUZATTO, C. R. et al. (Orgs.). Tapera: Lew, 2018. p. 14-16. p. 14. Disponível em: <http://www.upf.br/araucaria/download>. Acesso em: 20 nov. 2022.

MARTIN, A. R. **Fronteiras e Nações**. São Paulo: Contexto, 1992.

MINUZZI, J. D. O. **Uma impressão a cada viagem: percepção da natureza do Pampa na visão de viajantes europeus 1818-1858**. 141 f. 2017. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2017.

MIRAGLIA, M.; FRANÇA, A. M. **Paisaje e patrimonio: impresiones de la historia en el ambiente natural**. Quilmes: Ayelen Dichdji; Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Teseopress, 2021.

MISIONES. **Corredor Verde**. Misiones: Ministerio de Ecología y Recursos Naturales Renovables, [20--]. Disponível em: <https://ecologia.misiones.gob.ar/corredor-verde/>. Acesso em: 20 out. 2022.

MISIONES. **Ubicación geográfica**. Site Gobierno de la Provincia de Misiones, 2020. Disponível em: <https://misiones.gob.ar/ubicacion-geografica>. Acesso em: 20 set. 2020.

MOREIRA, P. K. **Ecoss de vozes sobre o rio Uruguai: a formação do sujeito balseiro na região Oeste de Santa Catarina (1920-1960)**. 167f. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2019.

MORETTO, S. P. **A domesticação e a disseminação da feijoa (Acça sellowiana): do século XIX ao século XXI**. 431 f. 2014. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

MORETTO, S. P. Ampliando as fronteiras: viajantes e as florestas catarinenses no século XIX. In: SCHMITT, Â. M.; WINTER, M. D. (org.). **Fronteiras na História: Atores sociais e historicidade na construção do Brasil Meridional (Séculos XVIII-XX)**. Chapecó: UFFS Editora, 2021. p. 75-89.

MORETTO, S. P. O desmatamento e re/florestamento no Oeste de Santa Catarina nas décadas de 1960 e 1970. **Revista Maracanan**, Rio de Janeiro, n. 26, p. 239-257, jan.-abr. 2021.

MORETTO, S. P. **Remontando a floresta: A Implementação do Pinus e as Práticas de Reflorestamento na região de Lages (1960 – 1990)**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, Dissertação (Mestrado em História), 2010.

MURARO, V. F. Sobre fronteiras e colonização. *In*: RADIN, J. C.; VALENTINI, D. J.; ZARTH, P. (org.). **História da Fronteira Sul**. Porto Alegre: Letra & Vida; Chapecó: UFFS, 2015. p. 167–189.

MYLLYNTAUS, T. **Thinking Through the Environment: Green Approaches to Global History**. Cambridge: The White Horse Press, 2011.

MYSKIW, A. M. Uma breve história da fronteira no Sul do Brasil. *In*: RADIN, J. C.; VALENTINI, D. J.; ZARTH, P. (org.). **História da Fronteira Sul**. Porto Alegre: Letra & Vida; Chapecó: UFFS, 2015. p. 43–72.

NEVES, Eduardo G. **Arqueologia da Amazônia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

NODARI, E. S. **Etnicidades Renegociadas: práticas socioculturais no Oeste de Santa Catarina**. Florianópolis: Editora da UFS, 2009.

NODARI, E. S. Unidades de Conservação de Proteção Integral: solução para a preservação? Floresta com Araucárias em Santa Catarina. **Revista Esboços**, Florianópolis, v. 18, n. 25, p. 96-117, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/2175-7976.2011v18n25p96/21534> Acesso em: 15 jan. 2023.

NODARI, E. As florestas do sul do Brasil: entre discursos de preservação e ações de devastação. *In*: FRANCO, José Luiz de Andrade *et al.* **História Ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. p. 241-260.

NODARI, E. Fronteiras fluídas: florestas, Rio Uruguai e a ocupação da região. *In*: ZARTH, P. (org.). **História do campesinato na fronteira sul**. Porto Alegre: Editora Letras & Vida; Chapecó: UFFS, 2012. p. 224–239.

NODARI, E. Florestas em Territórios de Fronteira: Sul do Brasil e Misiones na Argentina. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 20, n. 2, p. 300–316, 2015.

NODARI, E. Historia de la devastación del Bosque de Araucaria en el sur del Brasil. **Áreas**, Murcia, v. 35, p. 75–85, 2016.

NODARI, E.; CARVALHO, M. M. X. de; ZARTH, P. **Fronteiras Fluidas: florestas com araucárias na América Meridional**. 1. ed. São Leopoldo: Oikos, 2018.

NODARI, E.; ZARTH, P. Natureza sem limites: observações de viajantes no território de Misiones. *In*: NODARI, E.; CARVALHO, M. M. X. de; ZARTH, P. (org.). **Fronteiras fluidas: florestas com araucárias na América Meridional**. São Leopoldo: Oikos, 2018. p. 200–216.

OLIVEIRA, R. R. ¿Cómo la historia puede ser revelada a partir de la observación de paisajes socioecológicos?. **Estudios Rurales**, v. 11, n. esp. 23, 2021, p. 1-3, p.3. Disponível em: <http://portal.amelica.org/ameli/jatsRepo/181/1812306006/1812306006.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2023.

OLIVEIRA, R. R.; KROPF, M. S.; RUÍZ, A. E.-L. Uma armadilha na história ambiental: o trabalho humano oculto na paisagem. *In*: MIRAGLIA, M.; FRANÇA, A. M. (Orgs.). **Paisaje y patrimonio: impresiones en el ambiente natural**. Quilmes: Ayelen Dichdji; Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Teseopress, 2021. p. 149–181.

OLIVEIRA, R. R.; MONTEZUMA, R. M. História Ambiental e Ecologia da Paisagem. **Mercator**, v. 9, n. 19, p. 117-128, 2010.

PÁDUA, J. A. Os fundamentos históricos da conservação florestal no Brasil. *In*: SILVA, S. D. *et al.* **Ensaio em Ciências Ambientais: crises, riscos e racionalidades**. Rio de Janeiro: Garamond, 2016. p. 185-248.

PÁDUA, J. A.; CARVALHO, A. I. de. A construção de um país tropical: apresentação da historiografia ambiental sobre o Brasil. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 27, n. 4, p. 1311–1340, 2020.

PEREIRA, Elenita M. Meio Ambiente e Ditadura: a luta contra a Celulose Borregaard (1972-75). **Revista de História Iberoamericana**, [S.l.], v. 7, n. 2, 2014. p. 149. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7038847> Acesso em: 10 jun. 2023.

PEREIRA, E. M.; AYELEN, D. **Protección a la naturaleza: narrativas y discursos**. Quilmes: Ayelen Dichdji; Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Teseopress, 2021.

PERES, J. A. **Entre as matas de araucárias: cultura e história Xokleng em Santa Catarina (1850-1914)**. 160 f. 2009. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

PETROLI, F. I. da S. Estado e território no Brasil oitocentista: considerações sobre a “Questão de Palmas” (1870-1895). *In*: SCHMITT, Â. M.; WINTER, M. D. (org.). **Fronteiras na História: Atores sociais e historicidade na construção do Brasil Meridional (Séculos XVIII-XX)**. Chapecó: UFFS Editora, 2021. p. 396–419.

PIN, André Egidio. **Mas pai, aonde estão os pinheiros do Paraná? A devastação da Floresta Ombrófila Mista no sudoeste do Paraná**. 2022. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022.

PINAZO, M. *et al.* Antes había muchas. **Revista de la Fundación Vida Silvestre**, Buenos Aires, n. 136, jul-sep, 2016.

PRATT, M. L. Humboldt e a reinvenção da América. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 151–165, 1991.

PUHL, E. C. Paisagem e marginalização da população cabocla no oeste catarinense. *In*: SILVA, A.G; ARAUJO, B. A. (Orgs.). Caderno de resumo III Encontro virtual de grupo de pesquisa e laboratórios de história ambiental do Brasil. Rio de Janeiro: Laboratório de História e Natureza; Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2022.

RADIN, J. C. (I)migração e fronteiras agrícolas no Sul do Brasil: atores sociais e empresas colonizadoras. *In*: SCHMIT, Â. M.; WINTER, M. D. (org.). **Fronteiras na História: Atores sociais e historicidade na construção do Brasil Meridional (Séculos XVIII-XX)**. Chapecó: Ed. UFFS, 2021. p. 310–328.

RADIN, J. C. Um olhar sobre a colonização da fronteira sul. *In*: RADIN, J. C.; VALENTINI, D. J.; ZARTH, P. (org.). **História da Fronteira Sul**. Chapecó: Ed. UFFS, 2016. p. 146–166.

RANGARAJAN, M. Nações, Natureza e História Ambiental. *In*: COULTER, K.; MAUCH, C. (org.). *O Futuro da História Ambiental: necessidade e oportunidades*. Munique: **Rachel Carson Center Perspectives**, 2011. p. 31–34.

RAU, F. M. **Land Use Change and Natural Araucaria Forest Degradation Northeastern Misiones – Argentina**. 211 f. 2005. Thesis (Doctored in Silviculture), Faculty of Forestry, Albert-Ludwigs-University, Freiburg in Breisgau, Germany, 2005.

REIS, M. S. dos *et al.* Moldando as paisagens nas Florestas com Araucárias: paisagens culturais para a produção de alimento. *In*: NODARI, E.; CARVALHO, M. M. X. de; ZARTH, P. (org.). **Fronteiras fluidas: florestas com araucárias na América Meridional**. São Leopoldo: Oikos, 2018. p. 218–233.

REIS, M. S. dos; LADIO, A.; PERONI, N. Landscapes with Araucaria in South America: evidence for a cultural dimension. **Ecology and Society**, Wolfville, v. 19, n. 2, p. 1–14, 2014.

RENK, A. O conhecimento do território: a Bandeira de Konder. *In*: CENTRO DE MEMÓRIA DO OESTE DE SANTA CATARINA (Org.). **A viagem de 1929**. Chapecó: Argos, 2005. p.110-127.

RIBEIRO, M.; MORETTO, S. P. Florestas plantadas, paisagens transformadas: a atuação da Floresta Nacional de Chapecó entre 1960 e 1988. *In*: NODARI, Eunice S. *et al.* (Orgs.). **História Ambiental em rede: novos temas e abordagens. (orgs) Governador Valadares**. Passo Fundo: Univale Editora; Acervus, 2022.

RITVO, H. Horizontes mais amplos? *In*: COULTER, K.; MAUCH, C. (org.). **O Futuro da História Ambiental: necessidade e oportunidades**. Munique: Rachel Carson Center Perspectives, 2011. p. 29–30.

ROMERO, L. A. **Breve historia contemporánea de la Argentina**. 4. ed. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2020.

RUNDVALT, D. **Para além do cenário, do palco ou do pitoresco: a paisagem dos Campos Gerais no Paraná nos relatos de viagem do século XIX - Auguste de Saint-Hilaire, Thomas P. Bigg-Wither e Visconde de Taunay**. 130 f. 2016. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2016.

SÁ, Débora Nunes. **Uma História Ambiental da Floresta Nacional de Passo Fundo: 1946-2011**. Dissertação (Mestrado em História). UPF, Passo Fundo, 2017.

SALINI, A. M. **Colonização e meio ambiente: a transformação da paisagem do oeste catarinense (1930 a 1970)**. 150 f. 2018. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2018.

SCHAMA, S. **Paisagem e memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

SCHIAVONI, G.; GALLERO, M. C. Colonización y ocupación no planificada. La mercantilización de la tierra agrícola en Misiones (1920-2000). **Travesía**, v. 19, n. 1, p. 77–106, 2017.

SCHITTINI, G. M.; FRANCO, J. L. de A.; DRUMMOND, J. A. Expansão da fronteira de recursos naturais e Unidades de Conservação da natureza na área de influência da BR-163. *In*: FRANCO, J. L. de A. *et al.* (Orgs.). **História Ambiental**: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza. Rio de Janeiro: Garamond, 2021. p. 119-146.

SCHMITZ, P. I. Povos indígenas associados à Floresta com Araucária. *In*: FONSECA, C. R. (org.). **Floresta com Araucária**: ecologia, conservação e desenvolvimento sustentável. Ribeirão Preto: Holos, 2017. p. 77–106.

SILVA, C. M. da; BRANDT, M.; CARVALHO, M. M. X. de. Uma história ambiental da Fronteira Sul: campos, florestas e agroecossistemas. *In*: RADIN, J. C.; VALENTINI, D. J.; ZARTH, P. (org.). **História da Fronteira Sul**. Porto Alegre: Letra & Vida: Chapecó: UFFS: [s. n.], 2015. p. 271–297.

SILVA, M. A. B. da. **Caboclos**. História Unisinos, São Leopoldo, v. 18, n.2, p. 338-351, 2014. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/htu.2014.182.10>. Acesso em 15 jan. 2023.

SOLÓRZANO, A.; SALES, G. P. da S.; NUNES, R. da S. O Legado Humano na Paisagem do Parque Nacional da Tijuca: Uso, Ocupação e Introdução de Espécies Exóticas. **Fronteiras**: Journal of Social, Technological and Environmental Science, v. 7, n. 3, p. 43–57, 2018.

TOMPOROSKI, A. A. Do Antes ao Depois: a influência da Lumber Company para a deflagração do movimento sertanejo do Contestado e seu impacto na região fronteiriça entre Paraná e Santa Catarina. **Revista Esboços**, Florianópolis, v. 19, n. 28, p. 68-87, 2012.

TURNER, F. J. El significado de la frontera en la historia americana. **Secuencia**, Ciudad de México, v. 7, p. 187–207, 1987.

UEKOETTER, F. História Ambiental Globalizante – Novamente? *In*: COULTER, K.; MAUCH, C. (org.). **O Futuro da História Ambiental**: necessidade e oportunidades. Munique: Rachel Carson Center Perspectives, 2011. p. 31–33.

VALENTINI, D. J.. A Guerra do Contestado (1912-1916). *In*: RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir José; ZARTH, Paulo A. **História da Fronteira Sul**. Porto Alegre: Letra&Vida; Chapecó: UFFS, 2015.

VEBLEN, T. T. Regeneration patterns in *Araucaria araucana* forests in Chile. **Journal of Biogeography**, v. 9, n. 1, p. 11–28, 1982. Disponível em: www.researchgate.net/publication/234016547_Regeneration_Patterns_in_Araucaria_araucana_Forests_in_Chile. Acesso em: 15 mar. 2020.

VELOSO, H. P.; RANGEL, A. L. R. F.; LIMA, J. C. A. **Classificação da vegetação brasileira, adaptada a um sistema universal**. Rio de Janeiro: IBGE, Departamento de Recursos Naturais e Estudos Ambientais, 1991.

VENSON, L. M. **Colonização Militar no Oeste Catarinense**: José Bernardino Bormann e a Colônia Militar do Xapocó. Passo Fundo: Acervus, 2020.

VOJNIAK, F. Prefácio – uma breve leitura dos documentos. *In*: CENTRO DE MEMÓRIA DO OESTE DE SANTA CATARINA (Org.). **A viagem de 1929**. Chapecó: Argos, 2005. p. 9-16.

WAIBEL, L. Princípios da colonização europeia no Sul do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, n. 2, p. 3–66, 1949.

WENTZ, L. I. M. **Os caminhos da madeira**: região norte do Rio Grande do Sul (1902-1950). Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2004.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. *In*: SILVA, T. T. da; HALL, S.; WOODWARD, K. (org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. p. 7–72.

WORSTER, D. A natureza e a desordem na história. *In*: FRANCO, J. L. de A. *et al.* (org.). **História Ambiental**: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. p. 367–384.

WORSTER, D. The living Earth: History, Darwinian Evolution, and the Grasslands. *In*: SACKMAN, D. C. (org.). **A companion to American Environmental History**. USA: Blackweel, 2010. p. 51–68. p. 55, tradução livre.

YERBA MATE, Argentina. Yerba mate ¿Dónde se produce? [*S.l.*], [20--]. Disponível em: <https://yerbamateargentina.org.ar/es/donde-se-produce.html> . Acesso em: 18 nov. 2022.

ZANETTE, F. *et al.* Particularidades e biologia reprodutiva de *Araucaria angustifolia*. *In*: WENDLING, I.; ZENETTE, F. (org.). **Araucária**: particularidades, propagação e manejo de plantios. Brasília: Embrapa, 2017.

ZANETTE, F. Possibilidades de conservação da espécie pelo uso. *In*: SEMINÁRIO SUL-BRASILEIRO SOBRE A SUSTENTABILIDADE DA ARAUCÁRIA, 3., 2018, Passo Fundo. [**Anais...**]. BUZATTO, C. R. et al. (Orgs.). Tapera: Lew, 2018. p. 17-18. p. 17. Disponível em: <http://www.upf.br/araucaria/download>. Acesso em: 20 nov. 2022.

ZARTH, P. A. **História agrária do planalto gaúcho 1850-1920**. Ijuí: Ed. Unijuí, 1997.

ZARTH, P. Desertos verdes e latifúndios na história da campanha do Rio Grande do Sul. *In*: FILHO, A. T. (Org.). **Eucaliptais: Qual Rio Grande do Sul desejamos?** Pelotas: [*s. n.*], 2008. p. 139–155.

ZARTH, P. Fronteira Sul: história e historiografia. *In*: RADIN, J. C.; VALENTINI, D. J.; ZARTH, P. (Orgs.). **História da Fronteira Sul**. Chapecó: Ed. UFFS, 2016. p. 9–24.

FONTES

A NAÇÃO. Exportação de pinho para a Argentina. **Jornal A Nação**, Blumenau (SC), 1953. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=883662&pesq=vila%20guaruj%C3%A1&hf=memoria.bn.br&pagfis=10726>. Acesso em: 30 nov. 2022.

ALESC. **Lei promulgada n. 133, de 30 de dezembro de 1953**. 1953. Disponível em:

http://leis.alesc.sc.gov.br/html/1953/133_1953_lei.html. Acesso em: 15 nov. 2022

AMBROSETTI, J. B. **Tercer Viaje a Misiones**. Buenos Aires: Albatroz, 2008.

ANDREWS, J. R. **Proyecto para el desarrollo integrado de la Provincia de Misiones – Argentina**. Vancouver, Canada: Organización de los Estados Americanos, 1979.

ANGRIMAN Ovideo S.A. 195?. 1 fotografia. Piñalito. Acervo do arquivo do Parque Provincial El Piñalito.

ANGUACURARI. **Los concejales sancionaron la denominación de la Colonia “Terciados Paraíso”**. 17 abr. 2019. Disponível em: <https://anguacurari.com.ar/los-concejales-sancionaron-la-denominacion-de-la-colonia-terciados-paraiso/>. Acesso em: 10 jul. 2022.

ARAUCO. Ficha n. 03: Valle del Arroyo Alegria. Argentina: ARAUCO, 2017. 1 mapa. color. Disponível em: <https://www.arauco.cl/argentina/wp-content/uploads/sites/15/2017/08/3.-Valle-del-Arroyo-Alegria-Pcia.-Misiones.pdf>. Acesso em: 10 out. 2022

ARGENTINA, R. **Ley 12.236 de 1935**. Comisión Reguladora de la producción y comercio de la yerba mate. Argentina, 1935. Disponível em:

<https://www.argentina.gob.ar/normativa/nacional/ley-12236-294245>. Acesso em: 20 mar. 2022.

ARGENTINA. **Ecorregiones de Argentina**. Argentina: Sistema de Información de Biodiversidad [20--]. Disponível em: <https://sib.gob.ar/ecorregiones>. Acesso em: 15 out. 2020.

ARGENTINA. **Lei n. 22.351, Parque Nacionales**. Argentina, 1980. Disponível em:

<http://extwprlegs1.fao.org/docs/pdf/arg40249.pdf>. Acesso em: 26 out. 2022.

ARGENTINA. **Ley n. 1.532 de 1884**. Organización de los Territorios Nacionales. Argentina, 1884. Disponível em:

https://es.wikisource.org/wiki/Ley_1.532_de_Organización_de_los_Territorios_Nacionales. Acesso em: 29 abr. 2020.

ARGENTINA. **Ley n. 14.294 de 1953**. Declárese Provincia al Territorio Nacional de Misiones. Argentina, 1953. Disponível em:

<https://www.argentina.gob.ar/normativa/nacional/ley-14294-195561/texto>. Acesso em: 20 jul. 2022.

ARGENTINA. **Ley n. 817 de 1876.** Ley Nacional de Inmigración y colonización. Argentina, 1876. Disponível em: <https://www.fhuc.unl.edu.ar/portalgringo/crear/gringa/archivo/pdf/Leynacionaldeinmigracionycolonizacion>. Acesso em: 10 mar. 2022.

AVÉ-LALLEMANT, R. **Viagem pelo Sul do Brasil no ano de 1858.** Rio de Janeiro: Tradução do Instituto Nacional do Livro da Edição de Leipzig de 1859, 1953. p. 10.

AVENIDA João Pessoa, Guarujá do Sul, 1959-60. 195?. 1 fotografia. p&b. [Acervo da Prefeitura Municipal de Guarujá do Sul.

BASALDÚA, F. de. **Pasado – Presente – Porvenir del Territorio Nacional de Misiones.** La Plata: [S.n.], 1901.

BIOLOGIC. **Diagnóstico Socioambiental, município de Guarujá do Sul – Santa Catarina.** Guarujá do Sul: Biologic, 2018. Disponível em: https://www.guarujadosul.sc.gov.br/uploads/436/arquivos/2182146_Versao_Final_Diagnostico_Socioambiental_2018.pdf. Acesso em: 15 jan. 2023.

BRASIL. **Instrução Normativa n. 06, de 23 de setembro de 2008.** Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2008. Disponível em: https://servicos.ibama.gov.br/phocadownload/legislacao/in_06_lista_flora_ameacada_extincao.pdf. Acesso em: 15 jan. 2023.

BRASIL, S. F. **Biblioteca do Senado Federal**, 2020. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/>. Acesso em: 15 fev. 2021.

BRASIL. **Biblioteca Nacional Digital Brasil**, 2020. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/>. Acesso em: 15 fev. 2020a.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 19 de julho de 1934)**, 1934. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 18 nov. 2022

BRASIL. **Decreto n. 23.793, de 23 de janeiro de 1934**, 1934. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D23793impressao.htm. Acesso em: 15 jan. 2023.

BRASIL. **Decreto n. 6.660, de 21 de novembro de 2008.** Brasília: Presidência da República, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6660.htm Acesso em: 30 nov. 2022.

BRASIL. **Instrução Normativa n. 06, de 23 de setembro de 2008.** Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2008. Disponível em: https://servicos.ibama.gov.br/phocadownload/legislacao/in_06_lista_flora_ameacada_extincao.pdf. Acesso em: 15 jan. 2023.

BRASIL. **Lei n. 11.428, de 22 de dezembro de 2006.** Brasília: Presidência da República, 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11428.htm Acesso em: 30 nov. 2022

BRASIL. **Lei n. 3.124 de 19 de março de 1941**. Cria o Instituto Nacional do Pinho e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del3124.htm. Acesso em: 20 ago. 2022

BRASIL. **Lei n. 4.771, de 15 de setembro de 1965**, 1965. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4771-15-setembro-1965-369026-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 15 jan. 2023.

BRASIL. **Lei n. 601, de 18 de setembro de 1850**. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Rio de Janeiro: Brasil Império, 1850. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l0601-1850.htm#:~:text=L0601%2D1850&text=LEI%20No%20601%2C%20DE,sem%20preenchimento%20das%20condi%C3%A7%C3%B5es%20legais. Acesso em: 15 fev. 2022.

BRASIL. **Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000**. Brasília: Presidência da República, 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm. Acesso em: 30 nov. 2022.

BRASIL. **Portal da Legislação**, 2020. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/>. Acesso em: 20 abr. 2022c.

BRASIL. **Portaria IBAMA n. 37-N, de 3 de abril de 1992**. Brasília: IBAMA, 1992. Disponível em: https://cetesb.sp.gov.br/licenciamento/documentos/1992_Port_IBAMA_37.pdf. Acesso em: 30 nov. 2022.

BRASIL. **Portaria MMA n. 443, de 17 de dezembro de 2014**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2014. Disponível em: http://cncflora.jbrj.gov.br/portal/static/pdf/portaria_mma_443_2014.pdf. Acesso em: 20 nov. 2022.

BRASIL. **Resolução CONAMA n. 278, de 24 de maio de 2001**. Brasília: Conama, 2001. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Resolucao/2001/res_conama_278_2001_corteexploracaoespeciesameacadaseextincao.pdf. Acesso em: 15 jan. 2023.

BRASIL. **Resolução CONSEMA 51, de 05 de dezembro de 2014**. Brasília: Conselho Nacional de Meio Ambiente, 2014.

BURMEISTER, C. **Memoria sobre el Territorio de Misiones**. Buenos Aires: Imprenta, Litog. Y encuadernación de J. Peuser, 1899. p. 30.

CABRERA, Á. L. Territorios fitogeográficos de la República Argentina. **Boletín de la Sociedad Argentina de Botánica**, v. 4, n. 1, p. 21–65, 1951.

CENTRO DE REFERÊNCIA EM INFORMAÇÃO AMBIENTAL. **Flora brasiliensis**. [S.l.], 2005. Disponível em: <http://florabrasiliensis.cria.org.br/>. Acesso em: 15 maio 2022.

CENTRO DE REFERÊNCIA EM INFORMAÇÃO AMBIENTAL. **Flora brasiliensis**. Vol. IV, Part I, Fasc. 34 Prancha 110, 111, 112. 2005. Disponível em: <http://florabrasiliensis.cria.org.br/fviewer>. Acesso em: 20 mai. 2022 [*Publicado originalmente em 1863]

COSTA, A. F. O Oeste Catharinense – visões e sugestões de um excursionista. *In*: CENTRO DE MEMÓRIA DO OESTE DE SANTA CATARINA (Org.). **A viagem de 1929**. Chapecó: Argos, 2005. p. 19-79.

COZZO, D. Ubicación y riqueza de los bosques espontáneos de ‘pino’ Paraná (*Araucaria angustifolia*) existentes en la Argentina. **Revista Forestal Argentina**, v. 4, n. 2, p. 46–54, 1960.

CRIA. **Centro de Referência em Informação Ambiental**, 2005. Disponível em: <http://florabrasiliensis.cria.org.br/>. Acesso em: 20 maio 2022.

DAVIDSON, Clarice. Lifestyle. **Skyport Journal**, 3 jan. 1991, p. 11. [Arquivo Parque Provincial El Piñalito].

DESTACAMENTO de Gendarmería en San Pedro. 1947. 1 fotografia, p&b. Colección de Daniel Kurday. San Pedro. Acervo Museo Cacique Bonifacio Maidana.

DIONISIO CERQUEIRA. **Lei n. 80, de 12 de fevereiro de 1957**. Dionísio Cerqueira: Prefeitura Municipal, 1957. Disponível em: <http://leismunicipa.is/veyxb>. Acesso em: 15 nov. 2022.

DIRECCIÓN DE BOSQUES. Atlas de los Bosques Nativos Argentinos, 2003., Proyecto Bosques Nativos y Áreas Protegidas BIRF 4085-AR, Secretaría de Ambiente y Desarrollo Sustentable, 2003.

ESCOBAR, Patricia. Arauco suma más de 8 mil hectáreas, con su Reserva «Valle de la Alegría» en San Pedro, al sistema de áreas naturales protegidas de Misiones. **Misiones Online**, Misiones, 15 set. 2021. Disponível em: <https://misionesonline.net/2021/09/15/valle-de-la-alegría/>. Acesso em: 10 out. 2022.

ESCOLA DUCAÇÃO. Guerra do Contestado: Resumo, o que foi, causas e consequências. **Site Escola Educação**, [S.l.], 09 out. 2018. Disponível em: <https://escolaeducacao.com.br/guerra-do-contestado/>. Acesso em: 25 nov. 2022.

FÁBRICA de Terciados Paraíso. [194-]. 1 fotografia. Colección de Rosalina Gularte. San Pedro. Acervo Museo Cacique Bonifacio Maydana.

FACING the axe. Herald Surrey. UK. 1990. Arquivo Parque Provincial El Piñalito.

FAUBEL, Jose. **Carga de Araucaria, Tobuna**. 1959. 1 fotografia, p&b. Colección de Marcelo Marek. San Pedro. Acervo Museo Cacique Bonifacio Maidana.

FRITH, A. C. El Pino Paraná (*Araucaria angustifolia*) en Argentina. **Instituto Forestal Latino-Americano de Investigacion y capacitación**. Merida, Venezuela, n. 22, p. 3–17, 1966. GIACOBBI, O. **Los bosques de Pino Misionero (*Araucaria angustifolia*) en la República Argentina**. Buenos Aires: Ministerio de Agricultura de la Nación - Dirección Forestal, 193?.

GOBIERNO DE LA PRONVICIA DE MISIONES, M. de E. y R. N. R. Parque Provincial de la Araucaria. **Yasy-Yatere**, v. 1, n. 4, p. 14, 1989.

GOBIERNO DE LA PRONVICIA DE MISIONES, M. de E. y R. N. R. **Parque ¡Salvemos los pinares nativos! Yasy-Yatere**, v. 1, n. 4, p. 13, 1989.

GREEN, Magazine. [Título Ilegível]. UK, 1992, p. 30. Arquivo Parque Provincial El Piñalito.

GREEN, Magazine. Mission accomplished. UK, 1991, p. 1. Arquivo Parque Provincial El Piñalito.

GREENWATCH, Journal. Save de Forest. 1991, s.p. Arquivo Parque Provincial El Piñalito.

HE'S BUYING a rain forest. **Herald News Journal**, Estados Unidos da América, 1991, p. 1. Arquivo Parque Provincial El Piñalito.

HUECK, Kurt. Distribuição e Habitat Natural do Pinheiro do Paraná (*Araucaria angustifolia*). **Boletim da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo. Botânica**, São Paulo, v. 10, p. 5-24, nov. 1953.

IFLAIC. Notas de la Redación. **Instituto Forestal Latino-Americano de Investigación y capacitación**, Merida, Venezuela, 1996.

KOUTCHÉ, V. **Los bosques y maderas de Misiones**. Miscelánea. Buenos Aires: Ministério da Agricultura da Argentina, 1938.

LEMOS, João; SÁ, Débora Nunes de. **Vegetação na fronteira Brasil e Argentina, 2023**. [S.l.], [S.n.]. 1 mapa, color., [Mapa elaborado para esta tese].

LEVASSEUR, E. **Le Brésil**. Paris: H. Lamirault, 1889. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/518670>. Acesso em: 30 mai 2022.

LOWE, F. **Asseradero “El Piñalito de la família Angriman**. [S.l.], 15 fev. 2023. Facebook: Grupo Misiones del Ayer. Disponível em: <https://www.facebook.com/groups/378572262194274/permalink/6108462132538563/>. Acesso em: 15 fev. 2023.

MADEIREIRA ZIMMER. [Sem título]. 195?. 1 fotografia. p&b. Acervo da Prefeitura Municipal de Guarujá do Sul.

MAPA de la Gobernación de Misiones – 1890. Misiones: [S.n.], 1890. 1 mapa. color. Disponível em: <https://viejosmapas.com/mapa-de-la-gobernacion-de-misiones-1890/>. Acesso em: 12 jan. 2022.

MAPOTECA. **República Argentina**. Argentina: Ministério da Educação, [20--]. 1 mapa. color. Disponível em: <http://mapoteca.educ.ar/.files/index.html.1.27.html>. Acesso em: 20 jan. 2022.

MARTIUS, C. F. P. **Flora brasiliensis: sive enumeratio plantarum in Brasilia hactenus detectarum quas cura musei caes. Reg. Palat. Vindobonensis suis aliorumque botanicorum studiis descriptas et methodo naturali digestas**. Fasciculus I, Vindobonae: Frid. Beck, 1840. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/560254>. Acesso em: 10 mai 2022.

MISIONES, M. de E. y R. N. R. Actualidades ecológicas y forestales. **Misiones Forestal**, ano 1, n. 6, 1986c.

MISIONES, M. de E. y R. N. R.; BERTOLINI, M. P. **Documento Base para la Discusión del Plan de Manejo del Parque Provincial de la Araucaria.** [S. l.]: Ministerio de Ecología y R.N.R. de la Pcia. de Misiones, 2000.

MISIONES, M. de E. y R. N. R.; BERTOLINI, M. P. **Plan de Manejo del Parque Provincial Cruce Caballero.** Posadas: [s. n.], 1999.

MISIONES, P. de. **Decreto n. 1213.** Misiones, 1986. Disponível em: <http://www.archivodigital.misiones.gov.ar/ConsultaDecretos/>. Acesso em: 22 set. 2022.

MISIONES, P. de. **Decreto n. 1547.** Misiones, 1989a. Disponível em: <http://www.archivodigital.misiones.gov.ar/ConsultaDecretos/>. Acesso em: 30 set. 2022.

MISIONES, P. de. **Decreto n. 240.** Misiones, 1989b. Disponível em: <http://www.archivodigital.misiones.gov.ar/ConsultaDecretos/>. Acesso em: 30 set. 2022.

MISIONES, P. de. **Decreto n. 242.** [S. l.], 1989c. Disponível em: <http://www.archivodigital.misiones.gov.ar/ConsultaDecretos/>. Acesso em: 30 set. 2022.

MISIONES, P. de. **Decreto n. 373.** Misiones, 1987. Disponível em: <http://www.archivodigital.misiones.gov.ar/ConsultaDecretos/>. Acesso em: 30 set. 2022.

MISIONES, P. de. **Decreto n. 4364.** Misiones, 1985b. Disponível em: <http://www.archivodigital.misiones.gov.ar/ConsultaDecretos/>. Acesso em: 20 set. 2022.

MISIONES, P. de. **Decreto n. 449.** 1975a. Disponível em: Archivo General de la Gobernación de Misiones. p. 1.

MISIONES, P. de. **Ley 2380.** Misiones, 1986a. Disponível em: <http://www.digestomisiones.gob.ar/uploads/documentos/leyes/LEY%20XVI%20-%20N%2019.pdf>. Acesso em: 30 set. 2022.

MISIONES. **Decreto n. 11, Ley n. 2220.** Misiones, 1985a. Disponível em: <http://www.archivodigital.misiones.gov.ar/ConsultaDecretos/>. Acesso em: 28 set. 2022.

MISIONES. **Decreto n. 1547.** Misiones, 1989a. Disponível em: <http://www.archivodigital.misiones.gov.ar/ConsultaDecretos/>. Acesso em: 30 set. 2022.

MISIONES. **Decreto n. 2.670 de 1959.** Disponível em: Archivo General de la Gobernación de Misiones.

MISIONES. **Decreto n. 2124, de 12 de dezembro de 1997.** Posadas: Cámara de Representantes, 1997. Disponível em: <http://www.archivodigital.misiones.gov.ar/ConsultaDecretos/>. Acesso em: 30 set. 2022.

MISIONES. **Decreto n. 2268.** Misiones, 1998. Disponível em: <http://www.archivodigital.misiones.gov.ar/ConsultaDecretos/>. Acesso em: 30 set. 2022.

MISIONES. **Decreto n. 43.** Misiones, 1982. Disponível em: Archivo General de la Gobernación de Misiones.

- MISIONES. **Fauna de Misiones**. Site Gobierno de la Provincia de Misiones, 2020. Disponível em: <https://ecologia.misiones.gob.ar/fauna-de-misiones/>. Acesso em: 29 abr. 2020.
- MISIONES. **Ley 251/64. Decreto 2654**. Argentina, 1964. Disponível em: Archivo General de la Gobenación de Misiones.
- MISIONES. **Ley 628/75**. 1975b. Disponível em: Archivo General de la Gobenación de Misiones.
- MISIONES. **Ley n. 857/77. Ley de Bosques**. Governo da Província de Misiones: 1977. Disponível em: <https://agro.misiones.gob.ar/wp-content/uploads/2018/06/Ley-XVI-N-7-antes-Ley-854-1-1.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2022.
- MISIONES. **Ley XVI - n. 7 (Antes Decreto Ley 854/77) – Anexo II**. 1977. 1 mapa. Disponível em: <http://digestomisiones.gob.ar/uploads/documentos/leyes/LEY%20XVI%20-%20N%207-ANEXO%20II.pdf>. Acesso em: 10 set. 2022.
- MISIONES. **Ley XVI, n. 29**. Antes Ley 2932. Governo da Província de Misiones, 1992. Disponível em: <http://digestomisiones.gob.ar/uploads/documentos/leyes/LEY%20XVI%20-%20N%2029.pdf>. Acesso em: 15 out. 2022.
- MUNICIPALIDAD DE SAN PEDRO. Bairros Viruplac e Irrazabal, San Pedro, Misiones, Argentina. San Pedro: [S.n.], 2020. 1 mapa. color. Acervo do Museo Cacique Bonifacio Maidana.
- NEWTON, J. **Misiones: Oro Verde y Tierra Colorada**. Buenos Aires: El Gráfico Impresores, 1951.
- OPINIÓN, A. de. **Los bosques implantados SI son bosques**. 2011. Disponível em: <https://www.argentinaforestal.com/2011/07/04/los-bosques-implantados-si-son-bosques/>. Acesso em: 28 ago. 2022.
- PESSETTI, Mateus; SÁ, Débora Nunes de. **Área de ocorrência Araucaria angustifolia**. [S.l.], [S.n.]. 1 mapa, color., [Mapa elaborado para esta tese].
- PESSETTI, Mateus; SÁ, Débora Nunes de. **Área de ocorrência Araucaria angustifolia na Argentina e Chile**. [S.l.], [S.n.]. 1 mapa, color., [Mapa elaborado para esta tese].
- PESSETTI, Mateus; SÁ, Débora Nunes de. **Dionísio Cerqueira e Guarujá do Sul no Extremo-Oeste de Santa Catarina**. [S.l.], [S.n.]. 1 mapa, color., [Mapa elaborado para esta tese].
- PESSETTI, Mateus; SÁ, Débora Nunes de. **Localização Parques Provinciais de la Araucaria, Cruce Caballero e Piñalito**. [S.l.], [S.n.]. 1 mapa, color., [Mapa elaborado para esta tese].
- RAGONESE, A. E.; CASTIGLIONE, J. A. Los pinares de Araucaria angustifolia en la República Argentina. **Boletín de la Sociedad Argentina de Botánica**, v. 1, n. 2, p. 126–147, 1946.
- READERS save 10,000 acres of rainforest. **The Observer Journal**, Londres, 1991. [Arquivo Parque Provincial El Piñalito].

REITZ, R.; KLEIN, R. M. Araucariáceas. *In*: REITZ, R (Ed.) **Flora Ilustrada Catarinense**. Itajaí: Herbário Barbosa Rodriguez, 1966.

SAINT-HILAIRE, A. de. **Viagem a Curitiba e Santa Catarina**. Tradução Regina Regis Junqueira. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1978.

SANTA CATARINA. **Lei n. 18.350, de 27 de janeiro de 2022**. Florianópolis: Governo do Estado de Santa Catarina, 2022. Disponível em:
http://leis.alesc.sc.gov.br/html/2022/18350_2022_lei.html Acesso em: 20 nov. 2022.

SANTA CATARINA. **Lei n. 787 de 1961**. Cria os municípios de Palma Sola e Guarujá do Sul. Santa Catarina: Assembleia Legislativa, 1961. Disponível em:
http://leis.alesc.sc.gov.br/html/1961/787_1961_lei.html. Acesso em: 23 nov. 2022.

SOS MATA ATLÂNTICA. Guarujá do Sul – SC. **Site Aqui Tem Mata?**, [S.l.], 2021. Disponível em:
<https://www.aquitemmata.org.br/#/busca/sc/Santa%20Catarina/Guaruj%C3%A1%20do%20Sul>. Acesso em 15 jan. 2023.

SPEGAZZINI, C. **Al través de Misiones**. La Plata: Talleres de Joaquin Sese y Cia, 1914.

SUBSECRETARIA DE PLANIFICACIÓN TERRITORIAL DE LA INVERSIÓN PÚBLICA. **Plan de Ordenamiento Territorial de San Pedro**: Informe Final. Argentina: [S.n.], 2013.

THE GREENMAG. About us. **The Greenmag**: Environmental news, articles & ideas, [S.l.], 2021. Disponível em: <https://www.thegreenmag.co.uk/about-me> Acesso em: 10 out. 2022.

THE MISSION RAINFOREST. **The Project land**, Welwyn (UK), 1991. [Arquivo Parque Provincial El Piñalito].

VIDAL, Eduardo O. Gonzalez. **Manual de bosques implantados**. Editora Hemisferio sur: Buenos Aires. 1988.

[Ilegível] Saw Wars: Chainsaw massacres were a common phenomena in Latin America America. But this January tem Thousand acres of virgin rainforest in Argentina have been spare the saw... 1999? Arquivo do Parque Provincial El Piñalito.